

Pesquisa de Informações Básicas Municipais



Assistência Social
2009

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

**IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Márcia Helena Carvalho Lopes

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Secretário-Executivo
Rômulo Paes de Sousa

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Luziele Maria de Souza Tapajós

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Secretaria Nacional de Assistência Social
Maria Luiza Rizzotti

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
Lucia Maria Modesto Pereira

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional
Crispim Moreira

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva
Ronaldo Coutinho Garcia

Centro de Documentação e Disseminação
de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

UNIDADES RESPONSÁVEIS

Diretoria de Pesquisas

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Coordenação de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Departamento de Avaliação
Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Secretaria Nacional de Assistência Social

Departamento de Gestão do Sistema Único de
Assistência Social
Simone Aparecida Albuquerque

Coordenação Geral de Serviços de Vigilância Social
Luís Otávio Pires Farias

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Perfil dos Municípios Brasileiros

Assistência Social
2009

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4125-9 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4124-2 (meio impresso)

© IBGE. 2010

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia - Coordenação
de Marketing/Centro de Documentação e Disseminação
de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

A gestão da assistência social

Infraestrutura do órgão gestor

Recursos humanos

Legislação e instrumentos de gestão

Conselho Municipal

Recursos financeiros

Convênios e parcerias

Serviços socioassistenciais

Tabelas de resultados

1 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

2 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

3 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por localização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

- 4 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por localização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 5 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e que realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 6 - Municípios, total e com estrutura na assistência social e que realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 7 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 8 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 9 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 10 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 11 - Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 12 - Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 13 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e com a primeira dama do município como gestora, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 14 - Municípios, total e com estrutura na assistência social e com a primeira dama do município como gestora, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 15 - Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

- 16 - Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009**
- 17 - Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009**
- 18 - Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009**
- 19 - Pessoal ocupado na assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009**
- 20 - Pessoal ocupado na assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009**
- 21 - Municípios, total, por instrumento legal que regula a assistência social e objeto regulamentado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009**
- 22 - Municípios, total, por instrumento legal que regula a assistência social e objeto regulamentado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009**
- 23 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009**
- 24 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009**
- 25 - Municípios, total e com órgão responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009**
- 26 - Municípios, total e com órgão responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009**
- 27 - Municípios, total e com órgão responsável pela segurança alimentar, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009**

- 28 - Municípios, total e com órgão responsável pela segurança alimentar, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 29 - Municípios, total e com existência de Conselhos Municipal de Assistência Social, por características do Conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 30 - Municípios, total e com existência de Conselhos Municipais de assistência social, por características do Conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 31 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Segurança Alimentar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 32 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Segurança Alimentar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 33 - Municípios, total e com existência de Comitê Fome Zero e Gestor do Bolsa Família, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 34 - Municípios, total e com existência de Comitê Fome Zero e Gestor do Bolsa Família, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 35 - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de assistência social, por características, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 36 - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de assistência social, por características, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 37 - Municípios, total, com definição legal de percentual do orçamento do município para a assistência social e valor orçado para assistência social em 2009 proveniente de recursos próprios do município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 38 - Municípios, total, com definição legal de percentual do orçamento do município para a assistência social e valor orçado para assistência social em 2009 proveniente de recursos próprios do município, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 39 - Municípios, total e com cofinanciamento da função de assistência social, por modalidade e valor orçado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

- 40 - Municípios, total e com cofinanciamento da função de assistência social, por modalidade e valor orçado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 41 - Municípios, total, com legislação específica para convênio e com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 42 - Municípios, total, com legislação específica para convênio e com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 43 - Municípios, total e que implementaram parcerias na assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 44 - Municípios, total e que implementaram parcerias na assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 45 - Municípios, total e que realizaram serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 46 - Municípios, total e que realizaram serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 47 - Municípios, total e com serviço de proteção social básica, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 48 - Municípios, total e com serviço de proteção social básica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 49 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 50 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 51 - Municípios, total, com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres e a área de assistência social executando projetos de geração de renda e inclusão produtiva, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 52 - Municípios, total, com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres e a área de assistência social executando projetos de geração de renda e inclusão produtiva, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

- 53 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 54 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 55 - Municípios, total e com atividades realizadas para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 56 - Municípios, total e atividades realizadas para a do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 57 - Municípios, total e com unidades físicas da rede de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 58 - Municípios, total e com unidades físicas da rede de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 59 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 60 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 61 - Municípios, total e com existência de Casa-lar, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 62 - Municípios, total e com existência de Casa-lar, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 63 - Municípios, total e com existência de República, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 64 - Municípios, total e com existência de República, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

- 65** - Municípios, total e com existência de Casa de acolhida para pessoas em situação de rua e de Casa de passagem, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 66** - Municípios, total e com existência de Casa de acolhida para pessoas em situação de rua e de Casa de passagem, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 67** - Municípios, total e com existência de Abrigo, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 68** - Municípios, total e com existência de Abrigo, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 69** - Municípios, total e com existência de Albergue e Centro de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 70** - Municípios, total e com existência de Albergue e Centro de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 71** - Municípios, total e com existência de Centro de convivência e Centro de geração de trabalho e renda, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 72** - Municípios, total e com existência de Centro de convivência e Centro de geração de trabalho e renda, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 73** - Municípios, total e com existência de Centro de dia e Centro de múltiplo, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009
- 74** - Municípios, total e com existência de Centro de dia e Centro de múltiplo, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009
- 75** - Municípios, total e com existência de Centro de atendimento à criança e adolescente e Centro de atendimento à pessoa com deficiência, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

76 - Municípios, total e com existência de Centro de atendimento à criança e adolescente e Centro de atendimento à pessoa com deficiência, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

77 - Municípios, total e com existência de Centro da juventude e outras unidades, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

78 - Municípios, total e com existência de Centro da juventude e outras unidades, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Referências

Anexo

Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2009
[Suplemento de Assistência Social](#)

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O volume ora apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, vem tornar públicos os mais recentes resultados do Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009, cuja primeira edição contemplou dados de 2005.

Levada a campo em 2009, a MUNIC, em sua oitava edição, focalizou pela segunda vez a questão da assistência social no âmbito municipal, investigando todas as 5 565 municipalidades existentes no País. Esta edição, por sua vez, é marcada pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de pesquisa, onde foram introduzidas importantes mudanças, o que pode ser verificado na composição temática e organização do questionário, bem como nos aspectos menos evidentes, mas não menos importantes, da metodologia de processamento e apuração.

O Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2009 obteve informações sobre a gestão da assistência social a partir da coleta de dados sobre uma dezena de temas, tais como: caracterização e infraestrutura do órgão gestor da política de assistência social, recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento, conselhos municipais, recursos financeiros, convênios e parcerias e serviços socioassistenciais.

Trata-se de um conjunto amplo de informações, que permitirá a atualização dos dados coletados em 2005 e agregará insumos importantes para o acompanhamento dessa estrutura, o aprofundamento do diagnóstico da condição e forma de funcionamento da rede pública de prestação de serviços assistenciais no Brasil, e a construção do Sistema Nacional de Informação da Assistência Social.

Este volume apresenta notas técnicas sobre os aspectos metodológicos relacionados à pesquisa, análise de resultados, contendo um quadro geral da assistência social nos municípios sob a responsabilidade direta da prefeitura e/ou que contaram com sua participação, assim como um conjunto de tabelas com resultados apresentados por classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

Este volume da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC traz a público os resultados do levantamento realizado em 2009 pelo Suplemento de Assistência Social.

É de extrema importância possuir dados estatísticos sobre a oferta e a qualidade dos serviços públicos e sobre a capacidade dos governos municipais em atender suas populações. O conhecimento e aprendizagem sobre a escala local, proporcionados pelas informações estatísticas, vêm responder às exigências imediatas de compreensão da heterogeneidade estrutural no País, a fim de tornar efetiva a participação da imensa riqueza, diversidade e criatividade brasileira no contexto dos avanços social, político e econômico.

A informação atualizada é ferramenta essencial para a formulação e implementação de políticas públicas, especialmente em áreas em que a prestação de serviços é descentralizada, como é o caso da assistência social. É necessário conhecer a real capacidade instalada e a efetiva oferta de serviços por parte de estados, municípios e organizações não governamentais, a fim de identificar necessidades, planejar investimentos, avaliar o desempenho das estruturas estabelecidas e regular os serviços prestados.

No âmbito da consolidação da nova política de Assistência Social, que tem como elemento essencial a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Informação da Assistência Social é fundamental para o aprimoramento da gestão, além da institucionalização das práticas de monitoramento e avaliação do conjunto de ações, programas, serviços e benefícios da política assistencial, de forma a aumentar sua efetividade. O desenvolvimento deste sistema pressupõe o conhecimento e a capacidade institucional e técnica das secretarias municipais, e das instâncias de controle social operando localmente.

Em 2005, o objetivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao contratar a realização do Suplemento de Assistência Social da MUNIC, foi o de mapear a estrutura pública de prestação de serviços da assistência social em todos os municípios brasileiros. Os resultados obtidos possibilitaram o mapeamento dessa estrutura, identificando, nos 5 564 municípios então existentes, os seguintes aspectos: capacidade e natureza dos atendimentos realizados, e articulações institucionais.

O Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2009 teve por objetivo buscar, nos 5 565 municípios brasileiros ora existentes, informações sobre a oferta de serviços de assistência social, mapeando a estrutura pública na área, a fim de realizar um estudo comparativo com os dados levantados pelo primeiro suplemento realizado no ano de 2005.

A MUNIC é uma pesquisa realizada anualmente pelo IBGE, em todos os municípios brasileiros, que busca obter informações relacionadas à gestão de todas as prefeituras. O Questionário Básico da MUNIC 2009 contemplou questões sobre: informações sobre o atual prefeito; recursos humanos; legislação, instrumentos e recursos para a gestão; comunicação e informática; educação; cultura; esporte; habitação; transporte; saúde; segurança e acesso à justiça; direitos humanos; gestão da política de gênero; e meio ambiente. Cabe ressaltar que os temas saúde, direitos humanos e política de gênero foram investigados pela primeira vez na pesquisa.

Este volume impresso, que contém ainda um CD-ROM com a base de dados completa do Suplemento de Assistência Social da MUNIC, apresenta em seus textos analíticos alguns dos resultados obtidos, tais como: a institucionalização da questão da assistência social nas administrações municipais; a infraestrutura do órgão gestor da política de assistência social; o quadro de pessoal; a legislação pertinente e os instrumentos de gestão; o conselho municipal; os recursos financeiros; as articulações; e os serviços socioassistenciais prestados.

Por fim, deve-se destacar que a MUNIC é resultado da participação e do compromisso das representações do IBGE em cada Unidade da Federação, distribuídas por mais de 500 agências da Instituição e responsáveis pela coleta e apuração das informações em todos os municípios do País.

Notas técnicas

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC é levada à totalidade dos municípios do País desde a primeira edição, em 1999. Esta, a oitava edição da MUNIC, tem 2009 como o ano de referência e obteve informações relativas a todos os 5 565 municípios brasileiros. Nesta ocasião, o Questionário Básico foi acompanhado do Suplemento de Assistência Social, produto de convênio firmado entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que levantou junto aos municípios informações sobre a gestão municipal da assistência social. Ambos os instrumentos de pesquisa tiveram seu planejamento, apuração e análise sob a responsabilidade da Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Objetivos

A MUNIC se define como pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal. Trata-se, basicamente, de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.

Acompanhando esta edição da pesquisa, foram coletadas informações sobre a assistência social no âmbito municipal através do Suplemento de Assistência Social. O objeto de interesse deste suplemento é a gestão dos municípios na área de assistência social,

nomeadamente no que se refere à organização da prefeitura, quadro funcional, aparato material, políticas de planejamento, iniciativas de descentralização e oferta de serviços à população. O levantamento dessas informações permitirá a atualização dos dados coletados em 2005 e agregará insumos importantes para o acompanhamento dessa estrutura, o aprofundamento do diagnóstico da condição e forma de funcionamento da rede pública de prestação de serviços assistenciais no Brasil, e a construção do Sistema Nacional de Informação da Assistência Social.

Unidade de investigação e informantes da pesquisa

A unidade de investigação da MUNIC é o município, sendo informante principal a prefeitura através dos diversos setores que a compõe. As instituições ligadas a outros poderes públicos locais ou instaladas localmente constituem-se em unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados, que detêm informações sobre os órgãos públicos e demais equipamentos municipais.

O Suplemento de Assistência Social também teve como unidade de investigação o município, sendo as informações obtidas junto ao órgão gestor da assistência social no município. Na ausência de qualquer instância administrativa na prefeitura que tratasse da questão da assistência social, o questionário deveria ser respondido pelo prefeito ou pessoa por ele indicada, desde que fizesse parte da estrutura administrativa do município.

Período de referência da pesquisa

A coleta das informações do Questionário Básico e do Suplemento de Assistência Social foi realizada entre maio e setembro de 2009, sendo efetuada preferencialmente através de entrevista presencial. Os dados coletados referiram-se, de maneira geral, à data da entrevista. No entanto, em alguns quesitos a data pode diferir sendo que, neste caso, há referência explícita no questionário, quanto à data ou período da informação.

Abrangência geográfica da pesquisa

Os 5 565 municípios instalados em Território Nacional até 31 de dezembro de 2008 foram investigados pela MUNIC 2009.

Instrumentos de coleta

Em sua edição de 2009, a MUNIC foi a campo com dois questionários: o Questionário Básico, constituído de 18 blocos; e o Suplemento de Assistência Social, com dez blocos.

Para auxiliar a coleta das informações do Questionário Básico, foi emitido o Manual de Coleta contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários

para a realização dos trabalhos do técnico de pesquisas do IBGE. Da mesma forma, o Suplemento de Assistência Social foi a campo junto com o Manual do Técnico do IBGE e as Instruções de Preenchimento do Questionário, para o informante no município.

Coleta dos dados e apuração

Em maio de 2009, foi realizado um treinamento centralizado em Poços de Caldas, Minas Gerais, onde estiveram presentes os supervisores regionais e técnicos de todas as Unidades Estaduais do IBGE, num total aproximado de 70 pessoas. Estes, posteriormente, foram responsáveis pelo repasse do treinamento para os técnicos das mais de 500 Agências do IBGE no País.

Após o processo de treinamento, procedeu-se à fase de coleta das informações, onde o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município a seu encargo, com objetivo de obter a indicação de uma pessoa, na administração municipal, que coordenasse a coleta das informações nos vários setores. Esta pessoa foi entrevistada, sempre que possível, e deveria para manter contato com o pesquisador do IBGE quando houvesse a necessidade de esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo à pesquisa.

Para possibilitar o preenchimento dos questionários pelos diversos setores das prefeituras, cada instrumento de coleta apresentou as explicações dos termos e conceitos utilizados mais importantes dispostos junto aos quesitos relativos.

O técnico do IBGE, ao receber o Questionário Básico e o Suplemento de Assistência Social preenchidos, procedeu a uma crítica visual das informações coletadas.

A entrada de dados foi feita de forma descentralizada pela supervisão da pesquisa, na sede de cada unidade regional, ou pelo técnico responsável pela coleta, nas próprias agências. A crítica de consistência dos dados coletados, por sua vez, foi feita em cada unidade, mas também foi feito um trabalho de apuração das informações pela equipe da Coordenação de População e Indicadores Sociais responsável pela MUNIC. Nesta edição da pesquisa, a adoção da ferramenta *Oracle Discoverer*, para criação de consultas dos dados remetidos para o Sistema Gerenciador de Banco de Dados *Oracle*, mais uma vez, foi utilizada. Esse recurso de informática permitiu a realização de consultas aos dados apurados à medida que estes eram transmitidos ao sistema, além de permitir comparações com os anos anteriores, o que possibilitou maior agilidade no esclarecimento de dúvidas e, também, na correção de eventuais erros encontrados por ocasião da crítica. Uma vez realizada a consulta, um relatório foi transmitido à unidade de origem dos dados e, conforme o caso, erros foram corrigidos.

Disseminação dos resultados

Necessário se faz ressaltar que, diferentemente das demais pesquisas efetuadas pelo IBGE, as informações prestadas pelas prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a serem divulgadas individualmente. Este contexto, embora não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora

divulgados, confere um caráter de maior corresponsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento desta natureza, de informações de caráter público, após os procedimentos de crítica e análise das mesmas, exige ter respeitada sua integridade.

Os dados da M_{UNIC} estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet, no sítio Perfil dos Municípios Brasileiros, apresentando as informações de cada município, individualmente.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre diversos temas abordados pela pesquisa em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam nas diversas fases da pesquisa. Os resultados também são apresentados através de um conjunto de tabelas gerais selecionadas. Acompanha a publicação um CD-ROM contendo a base de dados completa com informações de cada município.

Todas as tabelas apresentadas aqui são produto de agregações dos dados de municípios por classes de tamanho da população, com base nas estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho, por Grandes Regiões do País e por Unidade da Federação em que estão localizados, variáveis relevantes para a compreensão, descrição e análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.

A gestão da assistência social

A partir da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, intitulada Lei Orgânica da Assistência Social, novos conceitos e modelos de assistência social passaram a vigorar no Brasil, sendo esta colocada como direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social.

A Lei Orgânica da Assistência Social dispõe sobre a organização da assistência social. É o instrumento legal que regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, aquilo que está escrito na Constituição Federal, nos Arts. 203 e 204, que definem e garantem os direitos à assistência social. Esta lei institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados. Trata-se, mais do que de um texto legal, de um conjunto de ideias, de concepção e de direitos, que introduz uma nova forma de discutir a questão da assistência social, em substituição à visão centrada na caridade e no favor.

Conforme estabelecido nesta lei, o núcleo, ou foco principal dos serviços assistenciais, é constituído pelas famílias vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão social. Focaliza-se o grupo familiar e a comunidade por serem espaços sociais naturais de proteção e inclusão social.

Como princípio normativo, valoriza-se a implementação de ações e serviços intersetoriais, ou seja, entre setores como saúde, educação, trabalho etc, voltados para o atendimento à família. Estas ações e serviços intersetoriais devem ter objetivos e desenvolver processos mais ambiciosos de proteção e alteração da qualidade de vida do grupo familiar e não apenas de um ou outro de seus membros.

A assistência social orgânica é bem diferente das demais políticas social e pública, por ser complexa e por ter um mecanismo de distribuição de todas as políticas. Mais do que isso, é um mecanismo de deselitização e conseqüente democratização das políticas sociais (ASSISTÊNCIA..., 1993).

Hoje, assistência social é dever do Estado e direito do cidadão. É política pública e, como tal, faz parte da seguridade social, a qual compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos da população relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A assistência social é parte integrante das ações que visam garantir direito de cidadania e igualdade de condições de vida a todos os brasileiros.

Este é o novo paradigma, o novo modelo da assistência social no Brasil, onde não há mais lugar para troca de favores ou para atuação paternalista. Neste modelo, prevalece a ideia de que se protege para promover, para fazer a pessoa crescer; que deve ser ofertado o mínimo básico para que o indivíduo inicie um processo de promoção humana, de crescimento e de valorização da pessoa. Indo mais além, é a ideia de que o indivíduo ao se promover, promova também o seu entorno, as pessoas que vivem ao seu redor e o seu próprio ambiente de vida.

O centro de ação da política de assistência social é a família, vista como elo integrador das ações e como foco de programas específicos. Todos os programas que visam à inserção e à reinserção familiar são prioritários na política de assistência social (ASSISTÊNCIA..., 1993).

O Estado brasileiro, isto é, o poder público, seja ele federal, estadual ou municipal, tem o dever de formular políticas e realizar ações e atividades que protejam e promovam aquela parcela da população que se encontra em situação de vulnerabilidade, permitindo a esta parcela alcançar uma situação de plena cidadania.

É de extrema importância dar parâmetros, especialmente, à articulação entre Estado e Sociedade Civil, para o desenvolvimento das atividades de promoção humana e desenvolvimento social que garantam o acesso à condição de cidadania. A política de assistência social, para ganhar níveis de efetividade desejáveis, precisa ser descentralizada. E é assim que está previsto na LOAS.

[...]A descentralização consiste em uma efetiva partilha de poder entre o governo e as coletividades locais. Nesse sentido, a descentralização, considerando o papel do Estado e a conjuntura política, carrega como conteúdo intrínseco a ideia de avanço democrático.

A descentralização e a municipalização, como consolidação democrática, estão sempre ligadas à participação e mostram que a força da cidadania está no município. É no município que as situações, de fato, acontecem. É no município que o cidadão nasce, vive e constroi sua história. É aí que o cidadão fiscaliza e exercita o controle social (ASSISTÊNCIA..., 1993).

Gestão é uma competência exclusiva do poder público que implica no exercício de funções de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria. Executar a política de assistência social é a principal competência do gestor municipal. Além disso, outras responsabilidades são imputadas a esta esfera de gestão, como a formulação da Política Municipal de Assistência Social, o cofinanciamento da política, a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, a organização e gestão da rede municipal de inclusão e de proteção social, a supervisão, o monitoramento e a avaliação das ações em âmbito local, dentre outras.

A municipalização da assistência social possibilita a tomada de decisão mais próxima ao local onde os problemas acontecem e possibilita maior chance de reposta imediata e concreta.

Órgãos gestores da assistência social

O Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2005 constituiu um avanço no sentido de fornecer informações detalhadas sobre a infraestrutura do órgão gestor da política de assistência social nos municípios e as atividades desenvolvidas por estas estruturas. O município é o local privilegiado do fazer e do acontecer socioassistencial, na medida em que é a instância mais próxima da população. Assim sendo, tem uma posição decisiva do ponto de vista da gestão pública da assistência social.

O retrato proporcionado pelo suplemento de 2005 foi um importante instrumento de gestão para as três esferas administrativas: a federal, a estadual e a municipal. Em vários momentos, é possível confrontar-se com movimentos que, em nível municipal, são resultantes de investimentos de políticas estadual e federal.

Compreendida como uma importante política setorial, pelo seu forte impacto social e grande visibilidade política, observa-se que a assistência social é dirigida pelo núcleo central da administração municipal, não tendo sido afetada pela tendência desconcentradoras verificada no País a partir da Constituição Federal de 1988.

No levantamento de 2005, impressionou a forma como a política de assistência social encontrava-se estruturada organizacionalmente nas administrações municipais. Em 2009, com os novos gestores municipais, não houve grandes mudanças na caracterização desses órgãos, o que leva a concluir que a estrutura organizacional municipal manteve-se praticamente inalterada em relação à encontrada em 2005. Segundo a MUNIC 2009, o órgão gestor da assistência social está maciçamente integrado à administração direta, sendo o que ocorre em 5 553 municípios. Somente oito municípios dos Estados do Pará (1), Ceará (1), Paraná (1), Rio Grande do Sul (2) e Goiás (3) declararam manter seu aparato administrativo assistencial em órgão da administração indireta.

Os dados levantados em 2009 mostram que 99,9% dos municípios brasileiros possuíam estrutura organizacional para tratar da política de assistência social (Tabela 1). Destes, 70,1% possuíam estrutura na forma de secretaria municipal exclusiva; 22,5%, secretaria em conjunto com outra política; 4,6%, setor subordinado diretamente à chefia do executivo; e 2,6%, setor subordinado à outra secretaria¹.

Ainda predominava, nos municípios, a política de assistência social com estrutura de secretaria exclusiva. Somando-se a esta os casos em que a secretaria de assistência social estava associada à outra política, tendo-se um total de 92,6% de órgãos gestores praticamente exclusivos de assistência social, o que indica a valorização desta política do ponto de vista da gestão municipal. Ao comparar os resultados com os de 2005, observa-se que nesses quatro anos subiu de 80,0% para 92,6% o número de municípios com estrutura de secretaria para tratar da política; e mais: passa de 59,0% para 70,1% o número de municípios com secretaria exclusiva. Para ilustrar o comprometimento dos municípios, em 2005, 16 municípios declararam não possuir nenhuma estrutura para tratar a política de assistência social, enquanto, em 2009, somente quatro estavam nesta situação.

No que diz respeito às classes de tamanho da população dos municípios, verifica-se que a existência de estrutura organizacional para tratar da política de assistência social foi da ordem de 100,0%, ou muito próximo desta proporção, em todas as classes, desde o ano de 2005. Em 2009, os municípios com até 5 000 habitantes apresentaram a menor proporção alcançada (99,8%), seguidos daqueles com população de 10 001 a 20 000 habitantes (99,9%). Cabe destacar que nessas classes estavam incluídos, também, os municípios que declararam não possuir estrutura para a política de assistência social.

¹ Secretaria é o órgão subordinado diretamente ao poder executivo, criado por lei; setor é a parte organizacional da prefeitura, sem *status*, portanto, de secretaria.

Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, 100,0% dos municípios tinham estrutura para tratar da política de assistência social em 2009, sendo 77,7% e 83,0%, respectivamente, secretarias exclusivas. As Regiões Nordeste e Sudeste tiveram proporção semelhante de secretarias exclusivas, embora a proporção de seus municípios com estrutura para tratar do tema não atingisse os 100,0%. Comportamento diferenciado teve a Região Sul, onde 47,7% dos seus municípios tinham seus órgãos gestores caracterizados como tal.

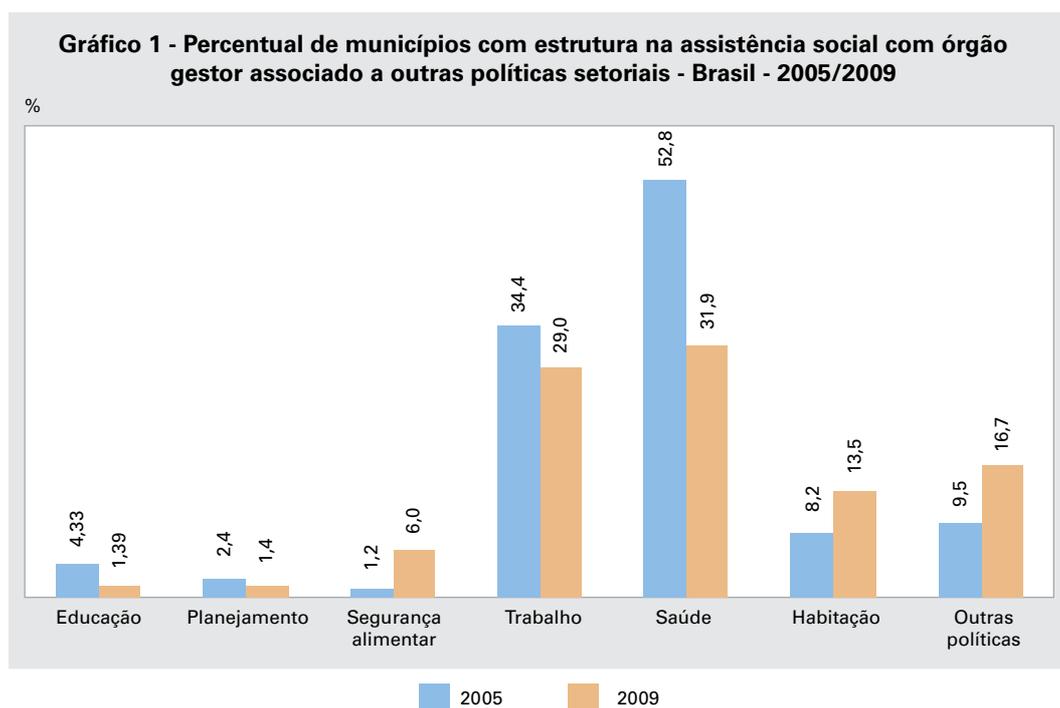
Tabela 1 - Municípios, total e com estrutura na área de assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2005/2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de assistência social (%)						Não possui estrutura específica (%)
		Total	Caracterização do órgão gestor					
			Secretaria exclusiva de assistência social	Secretaria associada a outras políticas setoriais	Setor subordinado à chefia do executivo	Setor subordinado à outra secretaria	Fundação pública	
2005								
Brasil	5 564	99,7	59,0	21,0	12,9	6,9	0,3	0,3
Até 5 000	1 362	99,4	47,9	20,2	20,2	11,7	0,0	0,6
De 5 001 a 10 000	1 310	99,7	56,0	20,0	15,8	8,2	0,0	0,2
De 10 001 a 20 000	1 298	99,7	63,8	20,1	10,2	5,8	0,1	0,3
De 20 001 a 50 000	1 026	99,9	66,7	22,0	7,4	3,4	0,4	0,1
De 50 001 a 100 000	313	100,0	62,3	28,1	7,0	2,2	0,3	0,0
De 100 001 a 500 000	220	100,0	75,0	20,9	1,8	0,9	1,4	0,0
Mais de 500 000	35	100,0	62,9	22,9	0,0	0,0	14,3	0,0
Grandes Regiões								
Norte	449	100,0	70,4	23,8	4,5	0,7	0,7	0,0
Nordeste	1 793	99,8	77,4	19,8	0,8	1,9	0,1	0,2
Sudeste	1 668	99,4	45,5	13,8	31,2	9,4	0,1	0,6
Sul	1 188	99,8	35,2	36,9	12,0	15,4	0,4	0,1
Centro-Oeste	466	99,8	86,2	7,3	3,9	1,7	0,9	0,2
2009								
Brasil	5565	99,9	70,1	22,5	4,6	2,6	0,1	0,1
Até 5 000	1 257	99,8	61,7	25,1	8,4	4,6	0,1	0,2
De 5 001 a 10 000	1 294	100,0	70,4	21,5	5,3	2,9	0,0	0,0
De 10 001 a 20 000	1 370	99,9	74,2	20,2	3,9	1,6	0,0	0,1
De 20 001 a 50 000	1 055	100,0	73,1	22,6	2,6	1,7	0,1	0,0
De 50 001 a 100 000	316	100,0	69,9	27,2	1,3	1,3	0,3	0,0
De 100 001 a 500 000	233	100,0	76,8	21,0	0,0	1,3	0,9	0,0
Mais de 500 000	40	100,0	72,5	20,0	0,0	0,0	7,5	0,0
Grandes Regiões								
Norte	449	100,0	77,7	21,2	0,7	0,2	0,2	-
Nordeste	1 794	99,9	78,0	21,1	0,3	0,4	0,1	0,1
Sudeste	1 668	99,9	72,0	14,0	10,5	3,4	-	0,1
Sul	1 188	99,9	47,7	40,2	5,9	5,9	0,3	0,1
Centro-Oeste	466	100,0	83,0	14,2	0,6	1,5	0,6	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

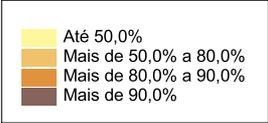
Foram encontradas estruturas em conjunto entre 25,1% dos municípios brasileiros quer seja, como secretaria em conjunto com outra política ou como setor subordinado a outra secretaria, sendo a gestão da assistência social associada a uma ou mais políticas setoriais. Dentre as políticas compartilhadas no conjunto desses 1 251 municípios, a mais frequente é a da saúde, seguida pela do trabalho (Gráfico 1), embora tenha havido um decréscimo das estruturas organizacionais associadas a essas políticas de 2005 para 2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

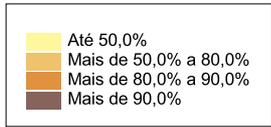
A presença de órgão exclusivo para tratar da política de assistência social foi igual ou maior do que 50,0% nas estruturas organizacionais dos municípios em todas as Unidades da Federação. Os cartogramas a seguir ilustram esses dados, mostrando a proporção de municípios com secretaria exclusiva em todo o Território Nacional, em 2005 e 2009.

Cartograma 1 - Classificação das Unidades da Federação de acordo com a proporção de municípios com secretaria municipal exclusiva para a política de assistência social - 2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Cartograma 2 - Classificação das Unidades da Federação de acordo com a proporção de municípios com secretaria municipal exclusiva para a política de assistência social - 2009

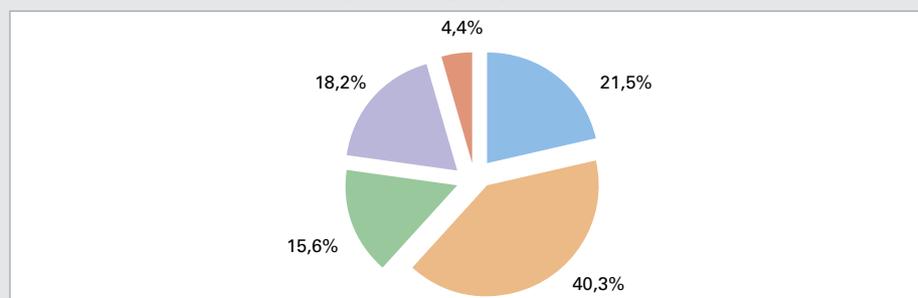


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Infraestrutura do órgão gestor

O Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009, além de constituir um avanço no sentido de fornecer informações mais detalhadas sobre a infraestrutura e as atividades realizadas na sede dos órgãos gestores municipais, proporcionou também um panorama amplamente valioso de monitoramento de políticas públicas voltadas ao atendimento social demandado pela sociedade brasileira. Dentre o conjunto de informações que se relacionam entre si para o exercício da execução de políticas de assistência social no Brasil, inicialmente é relevante mencionar a necessidade de existência de uma estrutura física, ou seja, a disposição espacial do órgão gestor da assistência social. Dos 5 561 municípios brasileiros que, em 2009, possuíam órgão de gestão assistencial com localização física, 40,3% exerciam essa atribuição em prédio administrativo de uso exclusivo da assistência social. Levando-se em consideração os municípios em que o órgão gestor compartilhava seu espaço com alguma unidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (15,6%), essa proporção alcançava 55,9%, e para aqueles que funcionavam em prédio da prefeitura, esse montante consistia em 21,5% dos municípios.

Gráfico 2 - Percentual de municípios com estrutura na assistência social, por localização do órgão gestor - Brasil - 2009



■ No prédio da prefeitura ■ Em prédio administrativo de uso exclusivo ■ Em prédio compartilhado com uma unidade do SUAS
■ Em prédio compartilhado com outros setores ■ Outros

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Com relação aos municípios com população até 5 000 habitantes, 31,3% declararam que sua gestão assistencial funcionava no mesmo prédio da prefeitura, enquanto nos municípios com mais de 50 000 até 100 000 habitantes foi constatada a menor proporção desse tipo de ocupação física, 11,1%. Para aqueles que exerciam suas funções assistenciais em prédio administrativo exclusivo, nota-se uma presença de proporções superiores a 55,0% nas classes de população com mais de 20 000 a 500 000 habitantes (Tabelas de resultados 3 e 4).

Dentre as Grandes Regiões, a Nordeste (51,5%) foi a que declarou ter a maior proporção de municípios com o órgão gestor da assistência social funcionando em prédio exclusivo, com destaque para os Estados de Alagoas e Sergipe, 63,7% e 64,0%, respectivamente.

Cabe ressaltar que na Região Centro-Oeste o Estado do Mato Grosso do Sul teve um comportamento diferenciado: em 69,2% dos seus municípios, o órgão gestor da assistência social funcionava em local exclusivo.

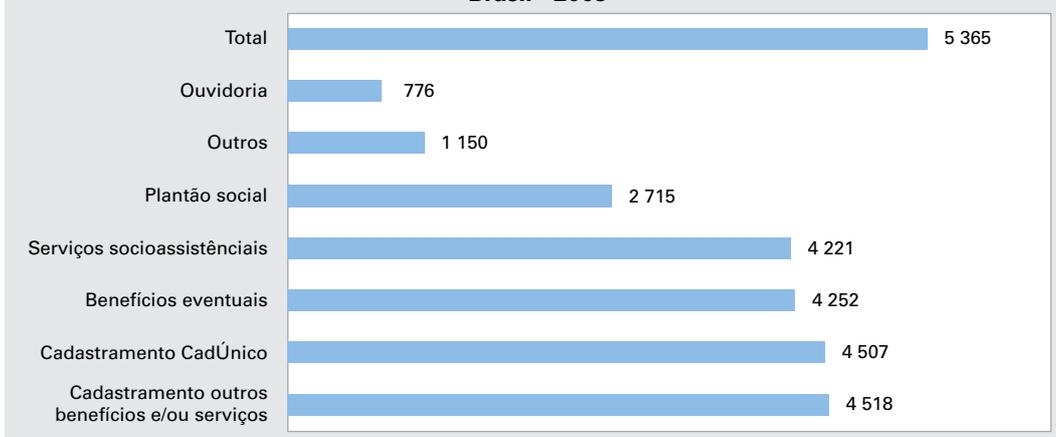
Dos 5 561 municípios com estrutura para a política de assistência social, 5 365 declararam prestar algum serviço direto à população na sede do órgão gestor. Dentre esses, o cadastramento para outros benefícios (exceto o CadÚnico) e/ou serviços foi o mais realizado, seguido do cadastro único para programas sociais do governo federal, também conhecido como CadÚnico.

Vale lembrar que o CadÚnico, instituído em 24 de julho de 2001, pelo Decreto nº 3.877, é um instrumento utilizado para identificar famílias em situação de pobreza em todos os municípios brasileiros, potencialmente beneficiárias dos programas de transferência de renda, como é o caso dos Programas de Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa Escola, Bolsa Família, Agente Jovem, Bolsa Alimentação, dentre outros.

Este cadastro é voltado para o planejamento e a avaliação das ações sociais e permite o diagnóstico socioeconômico das famílias com renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal de até 3 salários mínimos. Por meio dele é que municípios, estados e União analisam as principais necessidades das famílias cadastradas e o direcionamento das políticas sociais. É um instrumento de vigilância social, de identificação de vulnerabilidades e de potencialidades das famílias. A gestão do CadÚnico é feita de forma conjunta pelo município e pelo governo federal.

No que se refere aos benefícios eventuais e aos serviços socioassistenciais prestados à população na sede dos órgãos gestores, estes eram realizados em mais de 4 200 municípios. Os benefícios eventuais estão previstos no Art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social: são benefícios da política de assistência social de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública; e integram as garantias do SUAS, sendo, portanto, os seus beneficiários também potenciais usuários dos serviços socioassistenciais do município. Os serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visam à melhoria da vida da população, por meio do desenvolvimento de ações direcionadas para suas necessidades básicas.

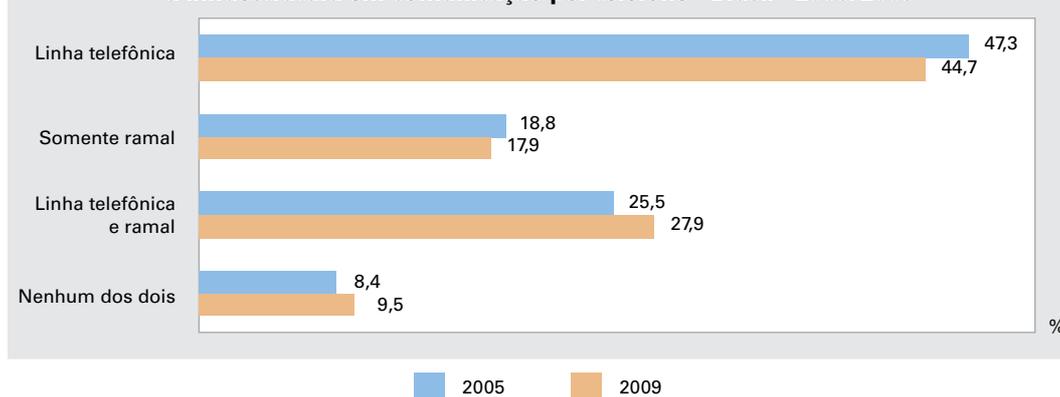
Gráfico 3 - Municípios que realizaram serviço de atendimento socioassistencial direto à população na sede do órgão gestor, segundo o tipo de serviço Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

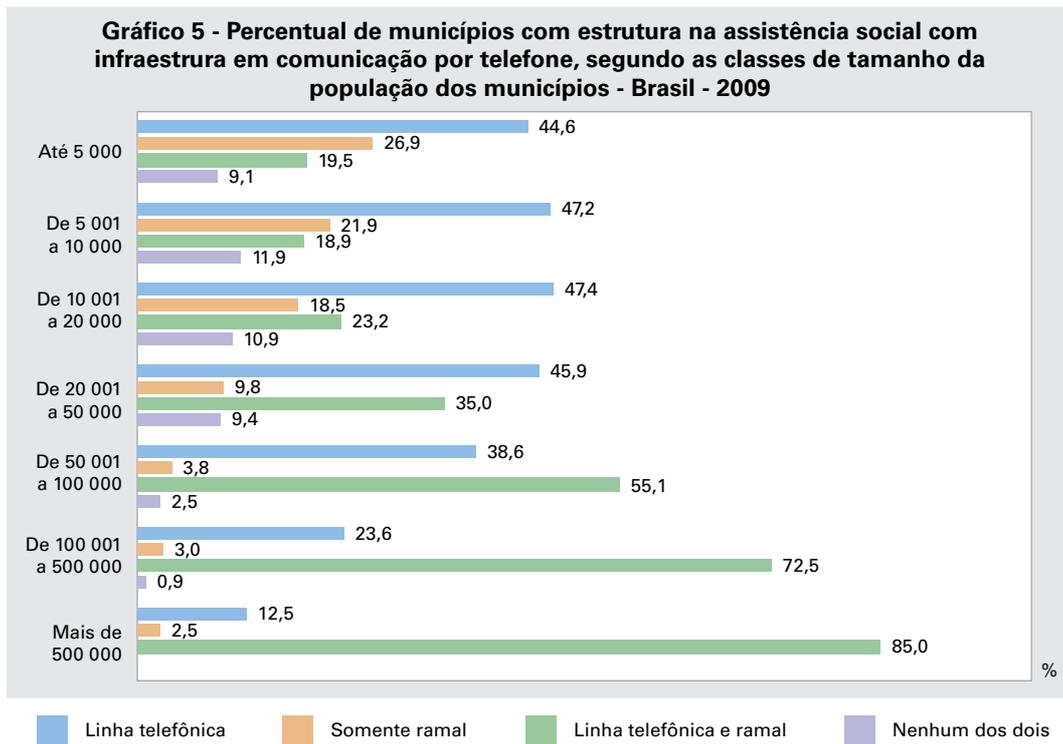
Com referência à infraestrutura de comunicação, ao comparar os dois períodos de realização do Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2005 e 2009, percebe-se um decréscimo da proporção de municípios, onde o órgão responsável pela gestão da política assistencial possuía linha telefônica ou somente ramal telefônico, e um aumento daqueles com linha telefônica e ramal. Porém, pode se constatar, também, um pequeno aumento na proporção de municípios que não dispunham de nenhuma estrutura de comunicação por telefone.

Gráfico 4 - Percentual de municípios com estrutura na assistência social, segundo a infraestrutura em comunicação por telefone - Brasil - 2005/2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Em 2009, a proporção de municípios com linha telefônica e ramal era diretamente proporcional à classe populacional, chegando a 85,0% naqueles com mais de 500 000 habitantes. O inverso ocorreu nos órgãos sem linha telefônica e/ou ramal: observa-se que esta proporção se reduz à medida que se avança nas classes de tamanho da população, dos menos populosos para os mais populosos. As Regiões Norte e Nordeste registraram a maior proporção de municípios sem este recurso, 18,3% e 19,6%, respectivamente.



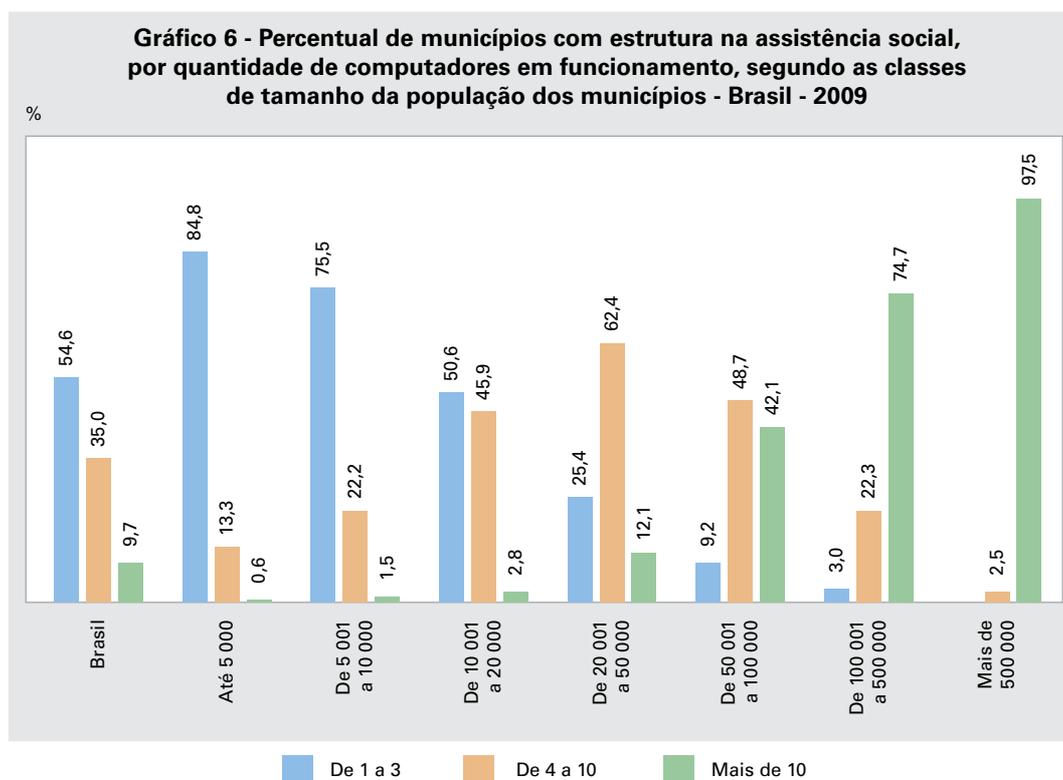
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

O Suplemento de Assistência Social da MUNIC manteve, em 2009, a continuidade do levantamento de informações sobre a utilização de computadores nos órgãos gestores da política de assistência social entre os municípios brasileiros, buscando contabilizar a presença de máquinas em funcionamento, com acesso à Internet, e o tipo de conexão utilizada.

Chama atenção que somente 39 municípios brasileiros não possuíam nenhum computador em funcionamento, todos com população não superior a 50 000 habitantes. Ressalta-se que a proporção de municípios sem computador decresce à medida que se avança nas classes de tamanho da população. Em relação às Grandes Regiões, no Nordeste, 18 municípios afirmaram que seus órgãos responsáveis pela política de assistência social não possuíam nenhum computador em funcionamento e, na Norte, apenas oito. Entre os Estados, Piauí, com nove municípios, e Minas Gerais, com cinco, são os que apresentaram o maior número de municípios sem computadores. Números, esses, inferiores aos encontrados em 2005, ano em que 184 municípios declararam não possuir tal equipamento.

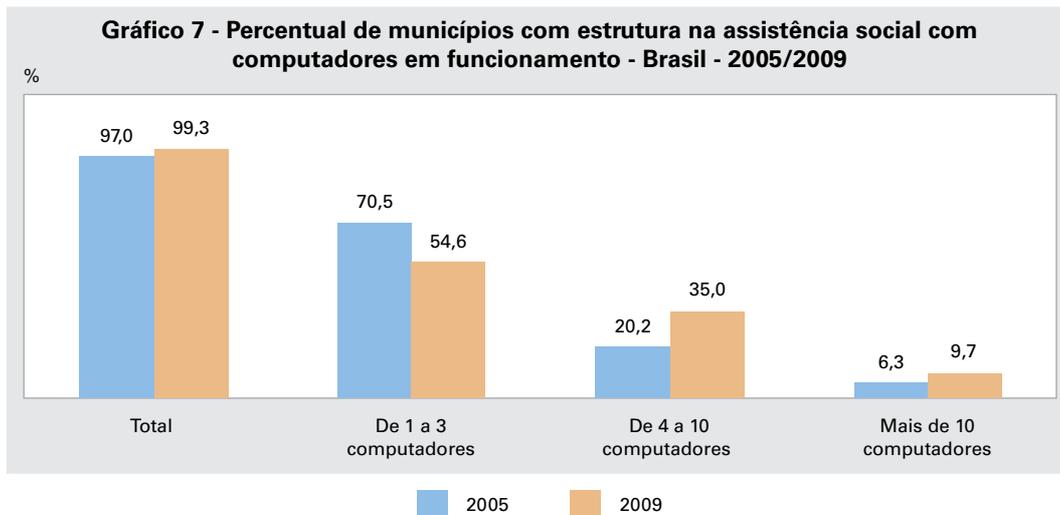
Entre as prefeituras que declararam que os seus órgãos responsáveis pela política de assistência social possuíam de 1 a 10 computadores, essa proporção era de 99,3%, e somente 9,7% deles contavam com mais de 10 computadores. A disponibilização desse recurso em maior quantidade era também maior nos municípios mais populosos: em 97,5% dos municípios com mais de 500 000 habitantes existiam mais de 10 computadores para o órgão de gestão assistencial e, entre aqueles com população de 100 001 a 500 000 habitantes, essa proporção era de 74,7%, declinando até chegar a 0,6% nos municípios com até 5 000 habitantes.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

No período 2005/2009, observa-se um aumento na proporção de municípios com computadores em funcionamento em órgãos gestores da assistência social. Para ilustrar, 97,1% dos municípios declararam ter o equipamento em 2005, enquanto em 2009 essa proporção representou 99,3% do total de municípios do País. Decréscimos de 15,9 pontos percentuais foram observados no período entre os municípios que dispunham de 1 a 3 equipamentos: de 70,5% para 54,6%. Por outro lado, aumentos de 18,1 pontos percentuais foram registrados entre aqueles que contavam com 4 ou mais equipamentos, proporção esta que se elevou de 26,5%, em 2005, para 44,7%, em 2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

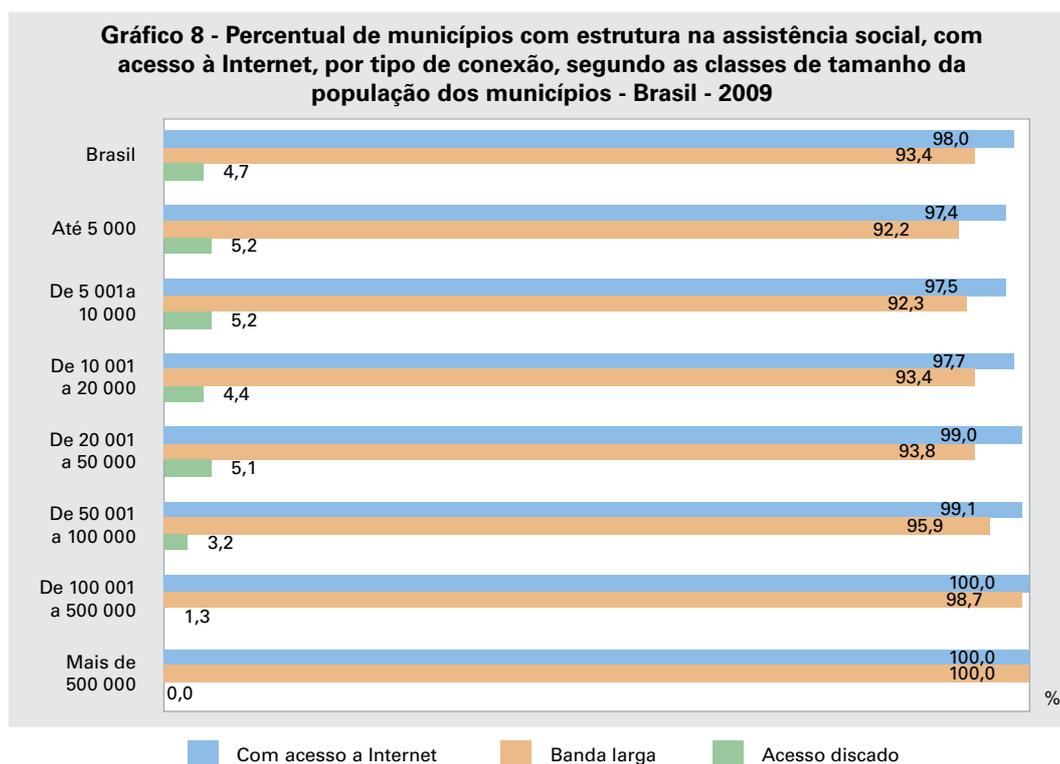
Outra ferramenta essencial para a gestão assistencial é o uso da Internet, através da qual a comunicação entre os entes federativos e os cidadãos ganhou mais agilidade e transparência. Os Suplementos de Assistência Social da MUNIC 2005 e 2009 levantaram informações sobre o acesso à Internet nos municípios, o tipo da conexão utilizada, a presença de páginas na Internet e *e-mail* do setor encarregado da política de assistência social, bem como sobre a disponibilidade de ferramentas digitais para o gerenciamento de políticas para a área.

O resultado da pesquisa, em 2005, mostrou que 88,9% dos municípios brasileiros contavam com acesso à Internet no órgão responsável pela política de assistência social, dentre os quais 79,7% tinham acesso por banda larga enquanto para 20,3% o acesso era discado. Percebia-se uma relação direta entre as classes de tamanho da população dos municípios e a proporção destes com acesso à Internet.

Em 2009, 98,0% dos municípios contavam com acesso à Internet: essa proporção era de 97,4% nos municípios com população até 5 000 habitantes, aumentando gradativamente até alcançar 100,00% entre aqueles com mais de 500 000 habitantes. No que se diz respeito à conexão com a Internet, 93,4% tinham acesso por banda larga enquanto para 4,7%, o acesso era discado. Vale observar que o acesso por banda larga foi mais utilizado em todas as classes de tamanho da população.

Embora, em 2009, 98,0% dos municípios com órgãos responsáveis pela política de assistência social tivessem computador e acesso à Internet, somente 5,6% dispunham de página institucional específica. Destaca-se maior incidência de página institucional do órgão de assistência social entre os municípios com mais 500 000 habitantes, informada por 55,0% das prefeituras (Tabela de resultados 7).

Foram apurados também, em 2009, os municípios que utilizaram sistemas informatizados para gerenciar a política de assistência social, não considerando os aplicativos da Rede SUAS, editores de textos, planilhas eletrônicas, de geração de apresentações, entre outros *softwares*. Apenas deveriam ser considerados sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelos municípios como ferramenta de gestão, envolvendo a coordenação da política e a gestão dos serviços socioassistenciais, bem como as opções que tais sistemas disponibilizavam (Tabelas de resultados 7 e 8).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

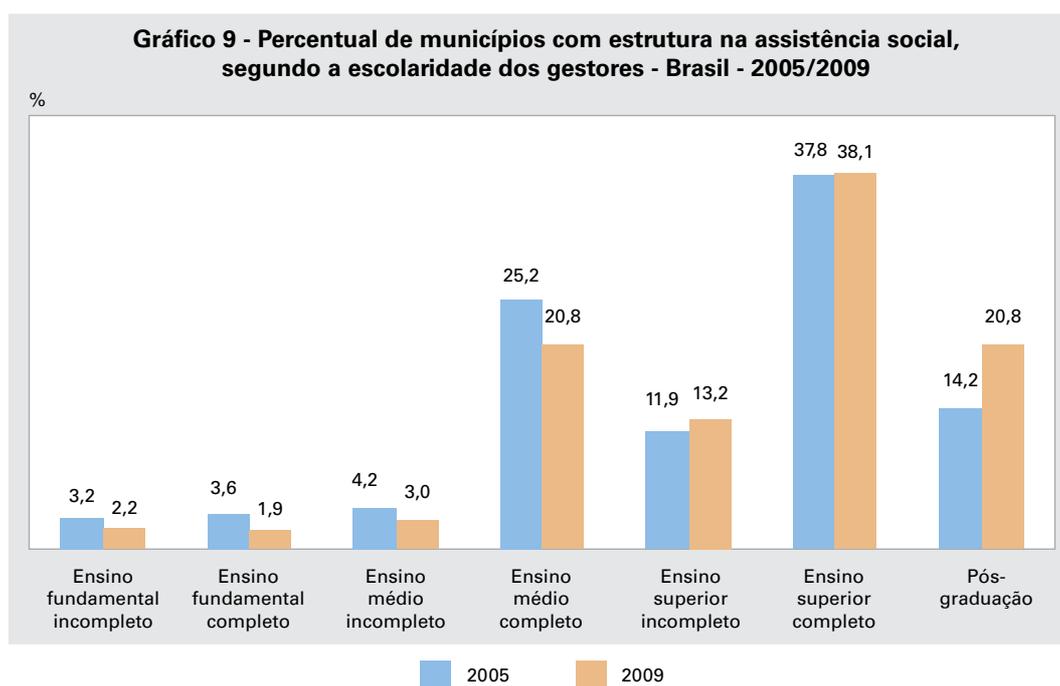
Para o gerenciamento de programas e ações voltados para a área de assistência social, foram observados apenas 1 813 municípios que utilizaram sistemas informatizados, sendo 47,5% em municípios com mais de 500 000 habitantes e 29,6% entre aqueles com até 5 000 habitantes. Na Região Sudeste, 35,0% dos municípios utilizaram sistemas informatizados, enquanto na Centro-Oeste essa proporção era de 27,3%. Entre os municípios do Estado do Acre, nenhum deles detinha esta ferramenta; em contrapartida, em Roraima, a proporção de municípios que a utilizaram era de 53,3%.

Dentre as opções que esses sistemas de gerenciamento permitiam, constatou-se a existência de acompanhamento de atendimento aos usuários em 1 525 municípios, bem como o acompanhamento de serviços de programas assistenciais em 1 460 municípios. Em 1 127 municípios, observa-se a existência de informações sobre o perfil do usuário e em 1 122 municípios esses recursos foram utilizados para prover informação pública sobre a rede socioassistencial do SUAS.

Recursos humanos

As diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS garantem a todos um vasto conjunto de direitos sociais, o acesso à justiça social, o comprometimento dos profissionais envolvidos nos serviços prestados à população, bem como a qualidade desses serviços. Para tanto, a constituição de um corpo técnico funcional específico, no campo de ação da assistência social, faz-se necessário para efetivar um bom trabalho assistencial. Os quadros da assistência social são constituídos por uma infinidade de profissionais de diferentes áreas de formação e com políticas próprias voltadas a sua regulamentação. O Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC tem investigado e contabilizado desde 2005, em linhas gerais, a formação dos técnicos prestadores de serviços assistenciais oferecidos à população, em nível municipal. Para o conjunto do País, com relação à escolaridade, a maior parte dos gestores assistenciais possuíam o ensino superior completo, tanto em 2005 como em 2009, perfazendo os percentuais de 52,1% e de 58,9%, respectivamente, em cada ano. Este é um padrão que se repete em quase todas as regiões. A exceção encontra-se na Região Sudeste, na qual a proporção de gestores da assistência social, que tinham o ensino superior completo, contemplava 69,1% dos municípios daquela região.

Ao analisar os dados de 2009 por classes de tamanho da população dos municípios, verifica-se que naqueles com mais de 500 000 habitantes e que detinham, em seus quadros técnicos, profissionais que possuíam o ensino superior completo e/ou com pós-graduação, essa proporção alcançava 80,0%, estabelecendo uma média bem superior à verificada nas demais classes.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

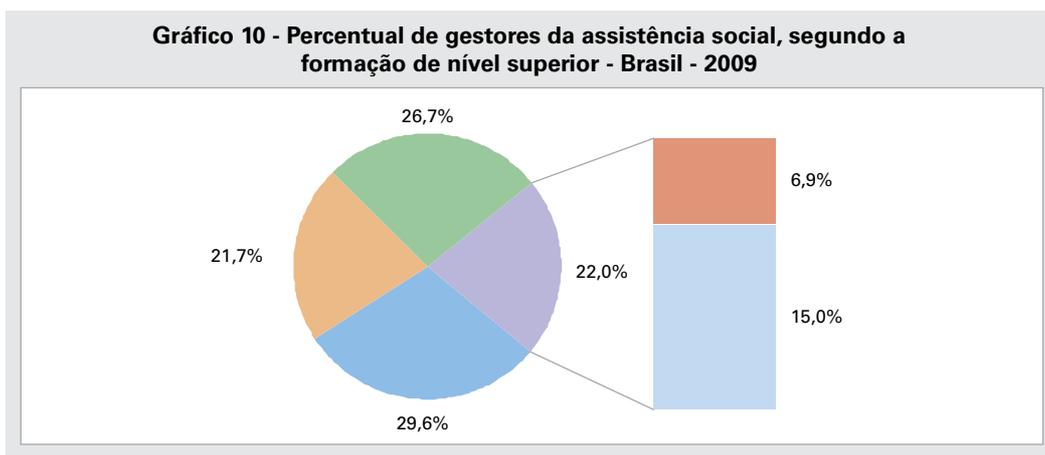
Tabela 2 - Percentual de municípios, por escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Percentual de municípios, por escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social (%)						
	Ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Pós-graduação
	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
Brasil							
Até 5 000	3,3	3,0	3,7	22,5	13,1	37,4	17,0
De 5 001 a 10 000	2,8	2,3	3,2	22,9	14,0	38,4	16,4
De 10 001 a 20 000	1,7	1,5	3,1	22,7	13,0	36,9	21,0
De 20 001 a 50 000	1,4	1,1	2,7	19,5	14,6	39,3	21,3
De 50 001 a 100 000	1,3	1,3	1,6	13,3	11,1	37,0	34,5
De 100 001 a 500 000	0,0	1,7	1,3	7,3	6,0	44,6	39,1
Mais de 500 000	2,5	0,0	0,0	2,5	15,0	35,0	45,0
Grandes Regiões							
Norte	3,3	2,2	3,3	23,8	19,2	33,6	14,5
Nordeste	1,0	1,5	3,1	21,6	15,8	37,3	19,7
Sudeste	2,0	1,1	2,2	15,7	9,8	46,4	22,7
Sul	3,5	3,7	4,0	22,4	11,7	31,7	23,0
Centro-Oeste	2,6	2,1	3,0	28,3	12,7	32,8	18,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º. de julho.

Em 2009, incluiu-se no questionário a variável sobre a qualificação dos técnicos de nível superior envolvidos na gestão de políticas voltadas à assistência social. Dos 3 376 gestores com ensino superior completo e/ou pós-graduação, 29,6% eram assistentes sociais, 21,7% eram pedagogos, 26,7% tinham outra formação não discriminada no questionário e 22,0% estavam distribuídos da seguinte forma: 6,9% entre terapeutas ocupacionais, psicólogos, médicos, enfermeiros ou nutricionistas; e 15,0% entre sociólogos, advogados, jornalistas, administradores, economistas ou contabilistas.



■ Assistente social
 ■ Pedagogo
 ■ Outras formações não discriminadas
 ■ Terapeuta ocupacional, psicólogo, médico, enfermeiro, nutricionista
 ■ Sociólogo, advogado, jornalista, administrador, economista, contabilista

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

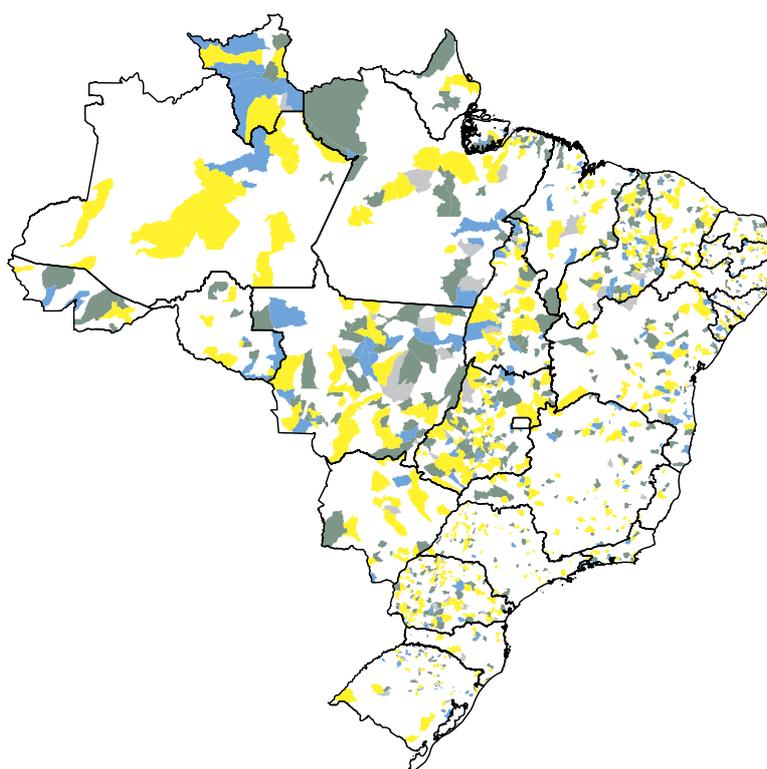
Dentre os municípios que declararam ter órgão gestor da assistência social, 1 352 responderam que a política de assistência social naqueles municípios era conduzida pela primeira-dama, observando-se essa atuação em 24,3% dos municípios brasileiros. Esmiuçando-se mais de perto os dados do Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2009, pode-se verificar que 47,4% dessas gestoras possuíam o ensino superior completo e/ou pós-graduação, totalizando em maior quantidade nas seguintes formações: 45 assistentes sociais, 194 pedagogas, 42 advogadas, 43 administradoras e 257 com formação de nível superior não discriminada no questionário.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Chama atenção que entre os municípios com mais de 500 000 habitantes a primeira-dama fosse a pessoa de referência responsável pela gestão assistencial em 17,5% destes. Ao decompor as informações por Grandes Regiões, observa-se, na Região Centro-Oeste, que 51,9% de seus municípios registravam essa situação. Já na Região Norte, o Estado de Roraima descrevia ocorrência idêntica em 73,3% de seus municípios.

Cartograma 3 - Municípios com a primeira dama como gestora da política de assistência social, por escolaridade - 2009



- Com ensino fundamental incompleto e completo
- Com ensino médio incompleto e completo
- Com ensino superior incompleto
- Com ensino superior e pós-graduação completos

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Pessoal ocupado

Dentre os vários questionamentos efetuados pela MUNIC 2009, as informações sobre a composição do quadro de pessoal das prefeituras tanto na administração direta como na indireta foram pesquisadas. Foram coletados para cada uma das administrações os dados referentes aos quantitativos de servidores estatutários, celetistas, somente comissionados, estagiários e sem vínculo permanente, sendo esses dois últimos vínculos desmembrados e pesquisados a partir de 2005.

O quadro de pessoal da administração direta e indireta, em 2009, apresentava o montante de 5 686 393 pessoas. Considerando-se que o total de pessoas ocupadas na área de assistência social registrava o conjunto de 182 436 servidores, pode-se afirmar que a política em questão era responsável por apenas 3,2% de todo o pessoal ocupado nas administrações públicas municipais.

Nota-se que a proporção de pessoas ocupadas na administração municipal na área de assistência social no País, durante o período 2005/2009, apresentou um acréscimo de 30,7%. Com relação à estrutura trabalhista por vínculo empregatício, percebe-se que não ocorreram alterações na composição desse quadro no período supracitado: o conjunto de estatutários reúne o maior número de servidores registrados, seguidos pelos sem vínculo permanente, os somente comissionados, os celetistas e, em última posição, os estagiários. A maior elevação foi assinalada entre os sem vínculo permanente que, em 2005, totalizavam 34 957 pessoas, ampliando para 60 514 em 2009, ou seja, um aumento de 73,1%.

Apesar do aumento, em termos absolutos, do número de servidores somente comissionados no período considerado, observa-se, em 2009, um decréscimo de 1,9% na representatividade destes em relação ao conjunto total do pessoal ocupado quando comparado ao ano de 2005. No que se refere à participação das pessoas sem vínculo permanente, em 2005, essa proporção era de 25,1% do pessoal ocupado total, que, em 2009, elevou-se para 33,2%. Quanto às participações dos celetistas e dos estagiários, essas sofreram decréscimos em 2009, de 8,5% e 3,8% do total, respectivamente, se comparadas ao ano de 2005, que registrava os percentuais de 12,8% e de 4,2%, respectivamente.

No que diz respeito à escolaridade, vale ressaltar que a MUNIC 2009 não pesquisou essa característica para o conjunto do pessoal ocupado na administração pública municipal, mas, para que se pudesse manter a comparabilidade dos dados no período 2005/2009, o Suplemento de Assistência Social investigou a escolaridade desse quadro na área de assistência social dos municípios investigados.

Para o ano de 2005, foi considerada a informação de escolaridade concluída, observando-se a exceção para o ensino fundamental, que poderia ter sido concluído ou não. Em 2009, houve mudança no quesito, desagregando-se as pessoas sem instrução formal, que assim foram consideradas como aquelas que nunca frequentaram escola ou, se a frequentaram, não concluíram nem a primeira série. Com ensino fundamental, foram consideradas as pessoas que cursaram todo o antigo primário até o ginásial, ou o primeiro grau, tendo concluído pelo menos a primeira série.

Em termos educacionais, no período 2005/2009, percebe-se um pequeno avanço na escolaridade concluída das pessoas ocupadas na área de gestão assistencial. Considerando as pessoas menos instruídas como as sem instrução ou com apenas o ensino fundamental, observa-se uma queda de 5,8%, no referido período. Nas demais escolaridades concluídas, observam-se pequenos acréscimos, mas que não devem ser menosprezados.

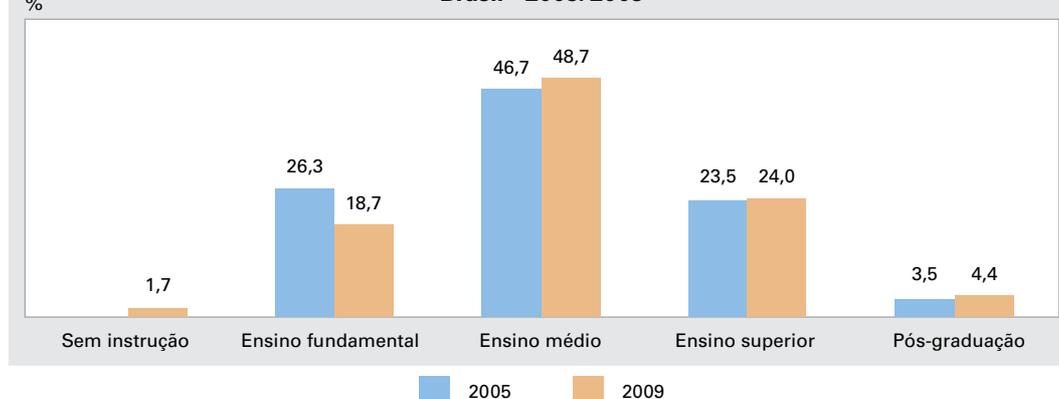
Tabela 3 - Pessoal ocupado na área de assistência social, por vínculo empregatício, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2009

Classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na área de assistência social, por vínculo empregatício					
	Total	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente
2005						
Brasil	139 549	53 513	17 924	27 300	5 855	34 957
Até 5 000	9 748	3 781	757	2 497	138	2 575
De 5 001 a 10 000	12 602	4 662	974	3 203	196	3 567
De 10 001 a 20 000	18 495	6 025	1 704	4 520	411	5 835
De 20 001 a 50 000	27 685	9 948	2 915	6 086	683	8 053
De 50 001 a 100 000	18 435	6 685	2 433	3 474	930	4 913
De 100 001 a 500 000	30 932	12 113	4 850	5 494	2 026	6 449
Mais de 500 000	21 652	10 299	4 291	2 026	1 471	3 565
2009						
Brasil	182 436	67 034	15 476	32 261	6 848	60 514
Até 5 000	10 733	4 091	607	2 535	208	3 291
De 5 001 a 10 000	15 987	5 110	1 109	3 696	390	5 681
De 10 001 a 20 000	27 398	8 940	1 645	5 629	572	10 502
De 20 001 a 50 000	40 740	13 576	3 186	7 502	1 117	15 335
De 50 001 a 100 000	24 764	8 896	1 802	4 165	1 069	8 818
De 100 001 a 500 000	40 162	14 879	5 294	6 146	2 460	11 383
Mais de 500 000	22 652	11 542	1 833	2 588	1 032	5 504

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Gráfico 12 - Percentual do pessoal ocupado na assistência social, segundo a escolaridade Brasil - 2005/2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Legislação e instrumentos de gestão

A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993) trouxe em seu âmago uma nova lógica para a assistência social, exigindo mudanças na relação entre Estado e sociedade, introduzindo uma nova forma de administrar e enfrentar a exclusão social no País, e colocando como maior desafio ao poder público a reorganização dos serviços socioassistenciais, por meio de uma gestão dinâmica e coletiva com a participação da sociedade civil, nas decisões e no controle sobre a política de assistência social.

A nova cultura em torno da política de assistência social é concebida na corresponsabilidade entre as esferas federal, estadual e municipal, superando a centralização do poder no governo federal.

A Constituição de 1988, nos Arts. 18 a 43, estabelece a organização do Estado reconhecendo a autonomia dos entes federados, o que se realiza no remanejamento de competências decisória e executiva, implicando a autogestão local.

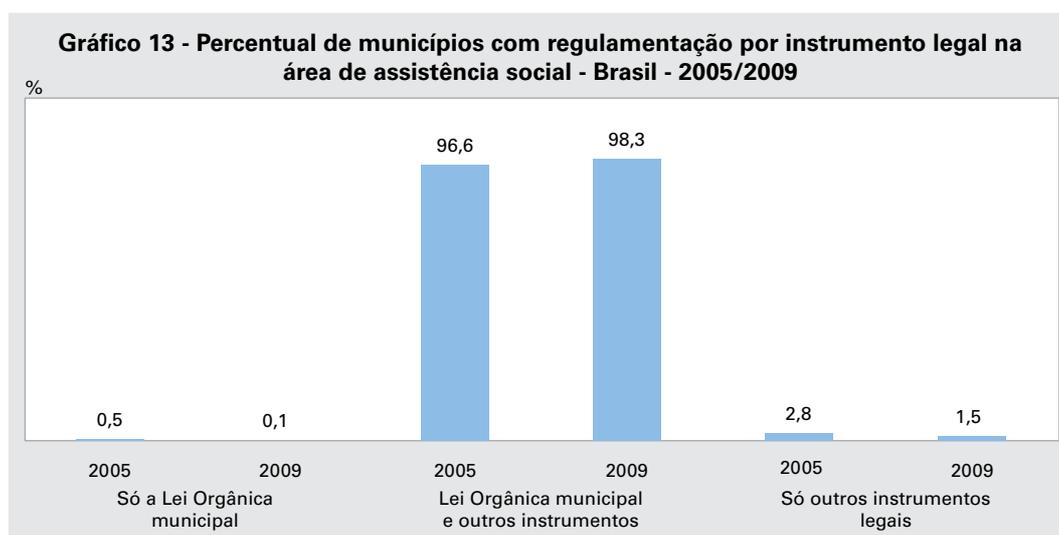
Assim, o município é elevado à instância dotada de capacidade técnica e operacional de gestão da assistência social, processo definido como municipalização. A Política Nacional de Assistência Social conceitua a municipalização enquanto:

A passagem de serviços e encargos que possam ser desenvolvidos mais satisfatoriamente pelos municípios. É a descentralização das ações político-administrativas com a adequada distribuição de poderes político e financeiro. É desburocratizante, participativa, não autoritária, democrática e desconcentradora do poder (ASSISTÊNCIA..., 1993).

Em outras palavras, as atribuições e competências dos governos federal e estadual são predominantemente normativas e, ao governo municipal, cabe a execução das ações finais da política. Aos municípios e ao Distrito Federal coube a carga mais pesada: garantir o custeio e a implementação dos benefícios eventuais (auxílio-natalidade e morte); implementar os projetos de enfrentamento à pobreza; atender às ações assistenciais de caráter emergencial; e prestar os serviços assistenciais. Reconhecendo o potencial dos municípios para democratização da assistência social, a Lei Orgânica da Assistência Social define a estrutura operacional dessa política e pressupõe requisitos básicos na construção da gestão descentralizada e participativa.

A organização da gestão das ações assistenciais deve ser disciplinada por instrumentos que regulem e normatizem procedimentos, estratégias e o processo participativo da assistência social. Dessa maneira, os municípios podem estabelecer normas e disposições legais, bem como legislação, criando obrigações e direitos, instituindo organizações, mecanismos e instrumentos para a ação da assistência social, tanto através de leis votadas pelas Câmaras Municipais como por meio de regulamentos do Executivo.

No Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2005, já chamava a atenção a proporção de municípios que possuíam instrumentos legais regulamentando a assistência social, através da Lei Orgânica Municipal e de outros aspectos normativos, com 96,6%. Em 2009, dos 5 565 municípios brasileiros, 98,3% declararam ter mais de um instrumento legal sobre a matéria. O Gráfico 13 demonstra que o comprometimento dos municípios vinculados a essa regulamentação aumentou em comparação a 2005. Por outro lado, onde o conjunto de normas e regras assistenciais era de fato efetivado por outro instrumento legal que não a Lei Orgânica Municipal, essa proporção declinou de 2,8% para 1,5%, em 2005 e 2009, respectivamente. Cabe ressaltar que apenas dois municípios do Território Nacional declararam não ter nenhum instrumento legal dispondo de matéria reguladora sobre a assistência social.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

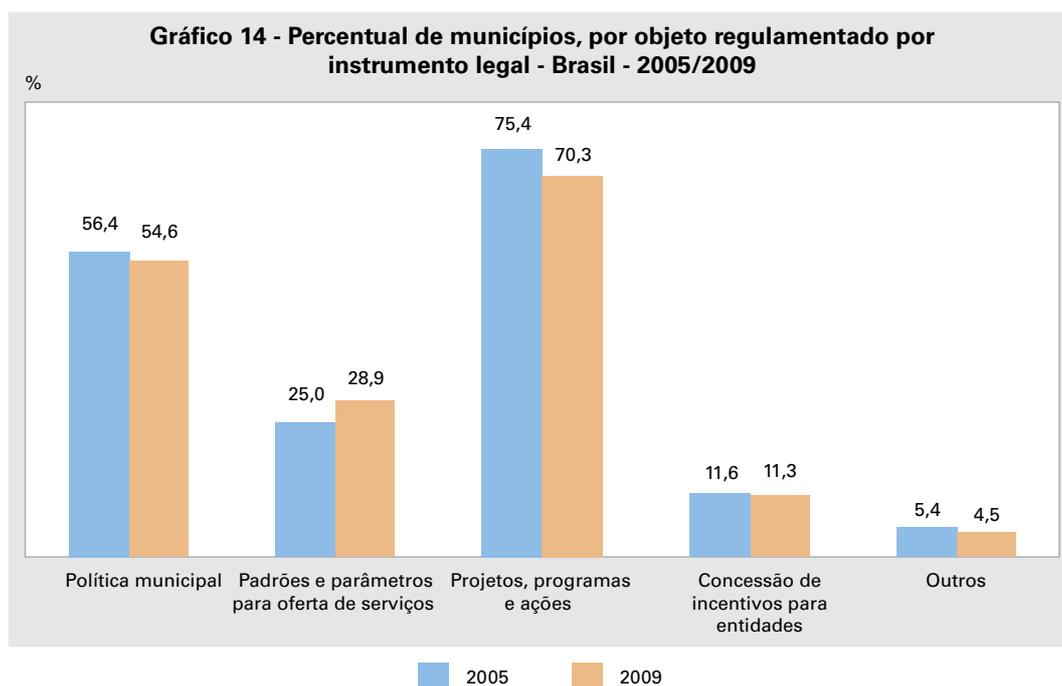
No Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2005, foram levantados e discriminados os principais objetos da assistência social que, em geral, são regulamentados por instrumentos legais. Dentre esses objetos, se destacam os seguintes:

- o Conselho Municipal de Assistência Social que, embasado na Lei Orgânica da Assistência Social, é a instância local de formulação de estratégias e de controle da execução da política de assistência social;
- o Fundo Municipal de Assistência Social, que é um instrumento de captação e aplicação para o financiamento das ações na área de assistência social;
- a Política Municipal de Assistência Social, que é um conjunto articulado de modalidades de atendimento, composto e realizado por meio de serviços continuados, benefícios, programas e projetos, objetivando assegurar e afiançar o disposto na Lei Orgânica da Assistência Social;
- os padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social, que são a normatização para a gestão e a formulação das políticas públicas de assistência social;
- os projetos, programas e ações de assistência social, que são ações continuadas voltadas à proteção social de segmentos da população usuária da rede de assistência social; e
- a concessão de incentivos fiscais para entidades de assistência social.

Com relação ao Conselho e ao Fundo Municipal de Assistência Social, os resultados da pesquisa demonstram que estes objetos estavam mais presentes entre os municípios brasileiros de forma regulamentada por instrumento legal. É importante frisar que tanto o conselho como o fundo são obrigatoriamente criados por lei, o que justifica sua existência nos municípios em proporções tão elevadas com regulamentação legal. Ambos serão tratados com mais abrangência em capítulo próprio.

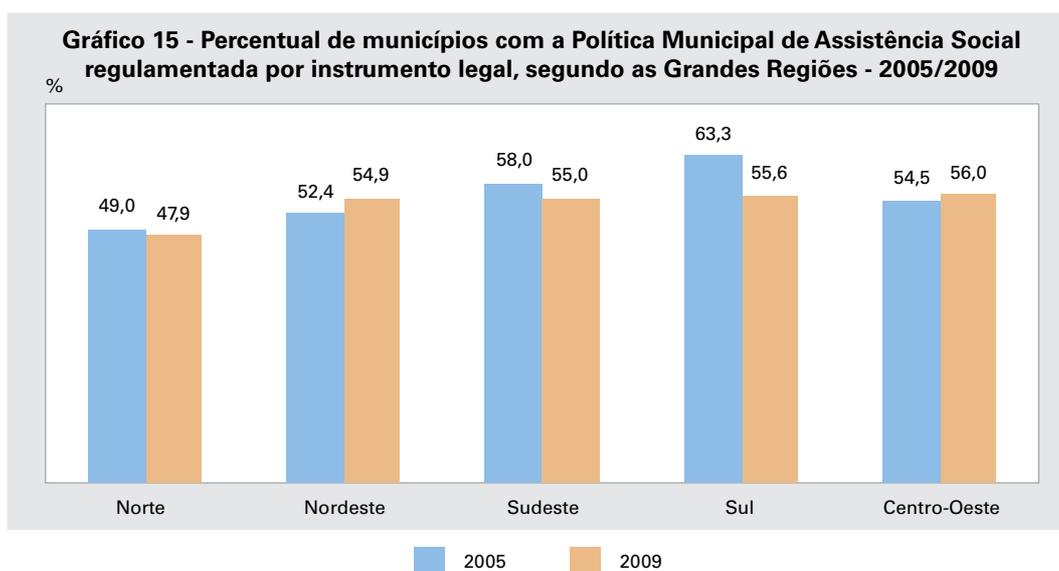
Quanto aos outros objetos pesquisados, observa-se que embora se tenha constatado, em todo o Território Nacional, decréscimos da proporção de municípios com projetos, programas e ações regulamentados por instrumento legal, esses índices ainda eram elevados entre os municípios: 75,4% e 70,3%, em 2005 e 2009, respectivamente.

Nota-se que apenas padrões e parâmetros para oferta de serviços descreveram um pequeno crescimento na proporção de municípios que efetivaram sua regulamentação por instrumento legal.



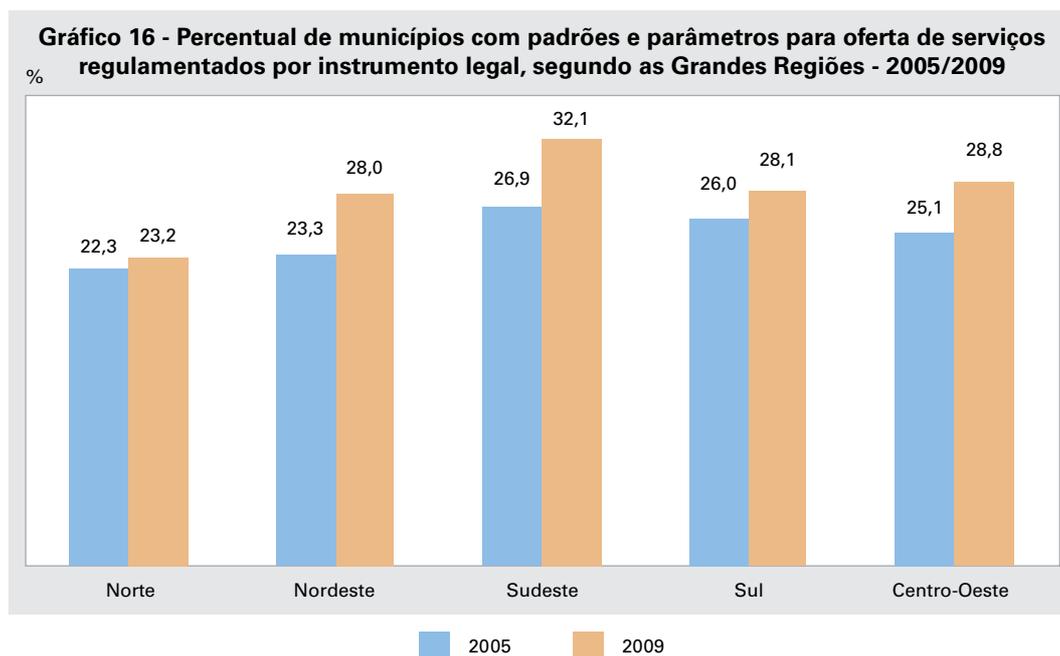
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Analisando-se as diferenças regionais, as Regiões Nordeste e Centro-Oeste foram as únicas exceções que apresentaram um pequeno acréscimo com relação à proporção de municípios que regulamentaram a Política Municipal de Assistência Social por objeto legal: 54,9% e 56,0%, respectivamente. Na Região Nordeste, os Estados do Rio Grande do Norte e da Bahia foram os destaques na área, com 67,1% e 64,5%, respectivamente. Na Região Centro-Oeste, o responsável pelo maior crescimento foi o Estado de Mato Grosso, que passou a ter regulamentação para políticas assistenciais em 58,1% dos municípios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

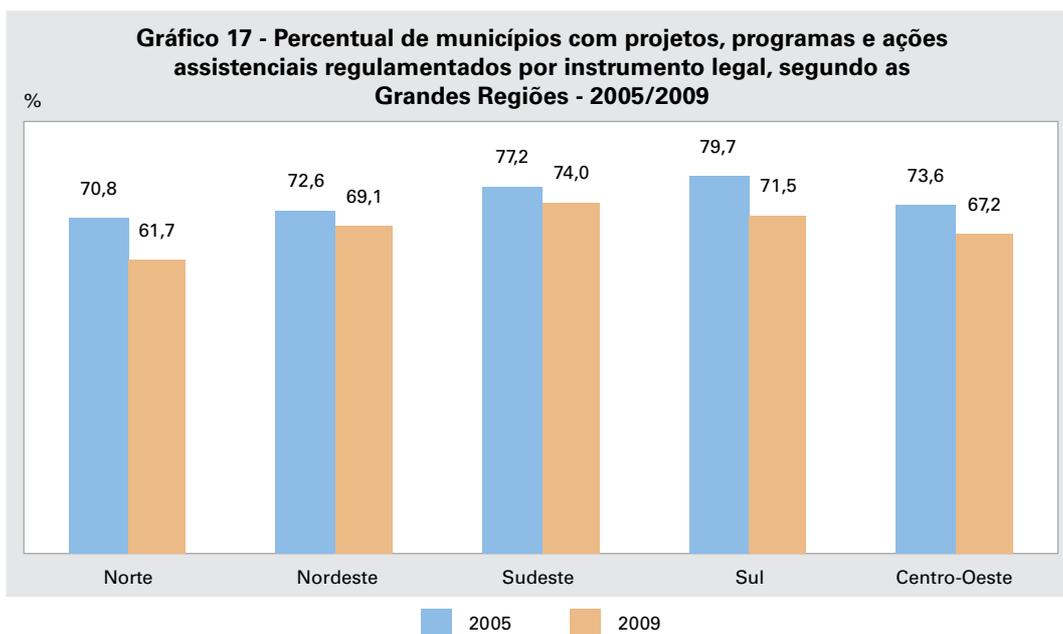
Com relação aos padrões e parâmetros, todas as Regiões do País apresentaram tendências homogêneas de crescimento da proporção de municípios que regulamentaram seus modelos para a oferta de serviços na assistência social. O Sudeste foi a região que apresentou o maior crescimento nesse sentido, passando de 26,9% para 32,1%, em 2005 e 2009, respectivamente. Os maiores destaques foram verificados nos Estados de Minas Gerais, com 31,9%, e no Espírito Santo, com 35,9%.



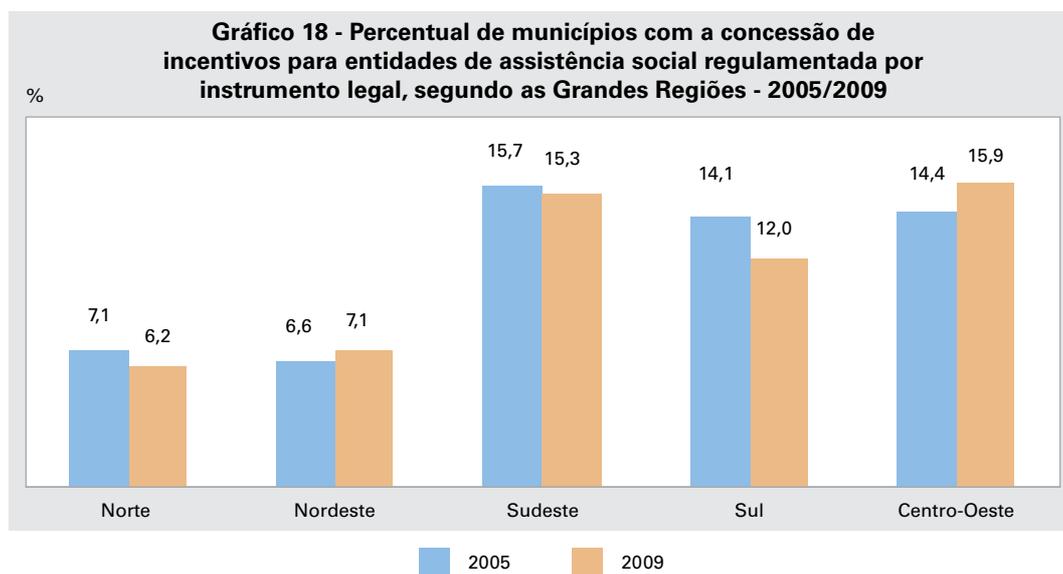
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

O ato da regulamentação por um instrumento legal dos projetos, programas e ações assistenciais apresentou decréscimos percentuais no que diz respeito à sua efetivação em todas as regiões brasileiras, fato que acompanhou o mesmo padrão de movimento no País.

Com relação à regulamentação por instrumento legal para a concessão de incentivos para entidades de assistência social, observa-se que, em 2009, os dados tabulados para as Regiões Nordeste e Centro-Oeste descreveram uma tendência de aumentos percentuais contrária à do restante do País, com proporções de 7,1% e 15,9%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Plano Municipal de Assistência Social

O Plano Municipal de Assistência Social insere-se no processo de concretização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e de sua adequação à Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, instituída em 2005, a partir do paradigma da precedência da gestão pública da política de assistência social e da universalização do direito à proteção social, fundamentado na cidadania.

Baseando-se nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e na concepção da assistência social como política pública de seguridade social e condição para o desenvolvimento social, destaca-se a seguinte definição:

A política de assistência social tem sua expressão em cada nível da Federação na condição de comando único, na efetiva implantação e funcionamento de um Conselho de composição paritária entre sociedade civil e governo, do Fundo, que centraliza os recursos na área, controlado pelo órgão gestor e fiscalizado pelo Conselho, do Plano de Assistência Social que expressa a Política e suas inter-relações com as demais políticas setoriais e ainda com a rede socioassistencial (BRASIL, 2004, p. 27).

O Plano Municipal de Assistência Social representa o esforço coletivo de atores comprometidos com os diversos segmentos que compõem a rede de proteção social do município, buscando a materialização e a tradução, na prática, de objetivos a serem atingidos através da relação de parceria e compromisso social entre o poder público e a sociedade civil.

Cabe ressaltar que o poder público, representado pelo conjunto de políticas públicas, assume o papel de articulador entre as necessidades apresentadas pela população mais vulnerabilizada *versus* os mecanismos de inclusão social que garantam a compreensão e a concepção da assistência social como política de direitos para todos.

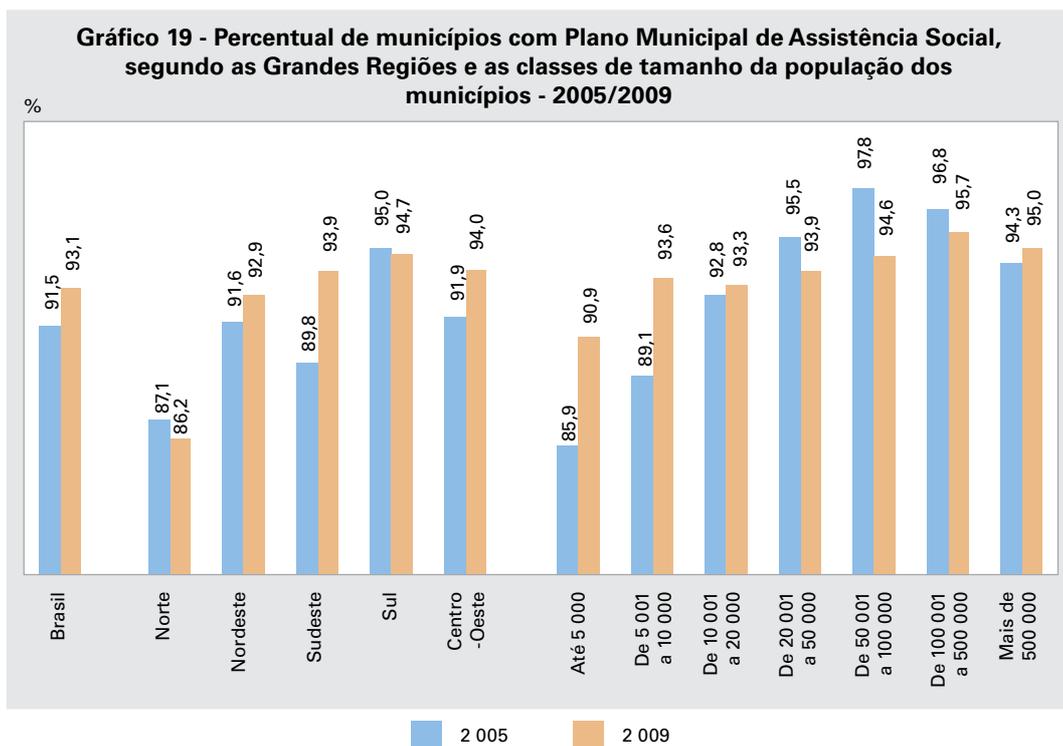
Desta forma, o Plano Municipal de Assistência Social deve ser um instrumento capaz de favorecer a otimização e a administração de recursos, a priorização de investimentos e a avaliação de resultados, propondo novas estratégias de intervenção eficientes e eficazes na realidade social, política, econômica e cultural, vivenciada pela sociedade.

O órgão gestor da assistência social é o responsável pela formulação, implantação e acompanhamento dos programas e projetos que compõem a rede de proteção social do município e que são geridos diretamente pela administração municipal ou por meio de parcerias e convênios com entidades sociais.

O Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2005 e 2009 investigou a existência do Plano Municipal de Assistência Social e algumas de suas características. Os dados descrevem pequeno acréscimo no conjunto de municípios que implantaram esse instrumento, passando, esta proporção, de 91,5% para 93,1% no período considerado. Esse aumento, porém, não ocorreu de modo uniforme: os municípios

das classes de população até 20 000 habitantes e com mais de 500 000 habitantes apresentaram acréscimo; por outro lado, entre os municípios das demais classes, verifica-se a ocorrência de um declínio na proporção daqueles que possuíam plano. Vale lembrar, neste caso, que além de 2009 ser o primeiro ano de novas gestões municipais, pode ter acontecido que os Planos Municipais de Assistência Social ainda não haviam sido elaborados ou estavam em fase de elaboração.

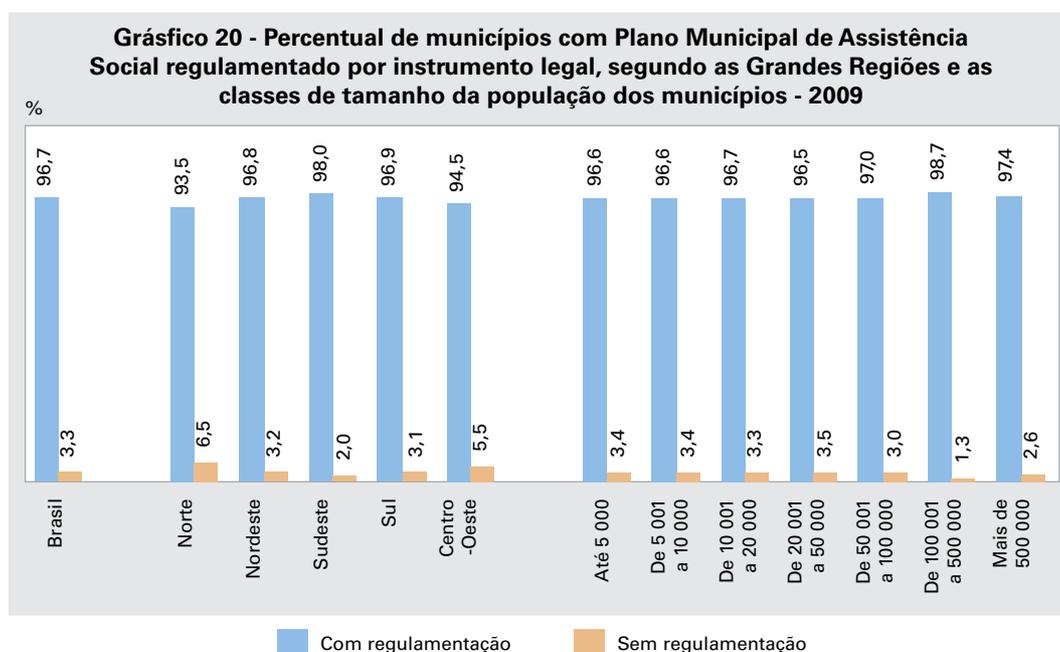
Ressalta-se que os resultados de 2009 comprovaram o quadro de desigualdades regionais já apontado pelos dados de 2005. Naquele ano, os municípios que tinham implantado o Plano Municipal de Assistência Social registraram seus níveis mais baixos na Região Norte, representando 87,1% dos mesmos, caindo um pouco mais no ano de 2009, que girou em torno de 86,2%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Dentre os municípios que declararam ter implantado Plano Municipal de Assistência Social, em 2009, foi pesquisado se naquele momento o plano era regulamentado por instrumento legal. Considerando esse panorama por classes de tamanho da população, observa-se que entre os municípios que executavam plano assistencial regulamentado essa proporção era diretamente proporcional ao tamanho da classe, ou seja, quanto mais populosos os municípios maior a proporção daqueles que dispunham de regulamentação legal para o plano. Do ponto de vista regional, os dados das Regiões Nordeste, Sudeste e Sul apontaram que essas áreas encontravam-se, naquela ocasião, acima da média nacional, de 96,7%. Por outro lado, na Região Norte, registrou-se a menor proporção: 93,5%. O Estado do Amapá se destaca nesta região, pois, em 2009, 93,8% de seus municípios tinham o plano regulamentado por instrumento legal.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

No cartograma a seguir, pode-se verificar a localização geográfica dos 170 municípios que possuíam Plano Municipal de Assistência Social não regulamentado por instrumento legal. Nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Ceará e Rio Grande do Norte, em todos os municípios onde havia plano, ele era regulamentado.

Cartograma 4 - Municípios com Plano Municipal de Assistência Social não regulamentado por instrumento legal - 2009



- Municípios onde o plano municipal de assistência social não é regulamentado por instrumento legal

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Avaliar consiste em assinalar o valor de um determinado evento - processo pelo qual estima-se o mérito ou o valor de algo. Avaliação é um processo mediante o qual se procura determinar, da maneira mais sistemática e objetiva possível, a pertinência, a eficácia, a eficiência e o impacto de planos, programas, projetos e atividades, confrontando-os com objetivos e metas previamente definidos.

Um dos objetivos da avaliação do Plano Municipal de Assistência Social é aprimorar sua capacidade de oferecer adequada atenção aos cidadãos. Assim, a avaliação do plano é parte essencial da formulação e implementação dos programas sociais, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

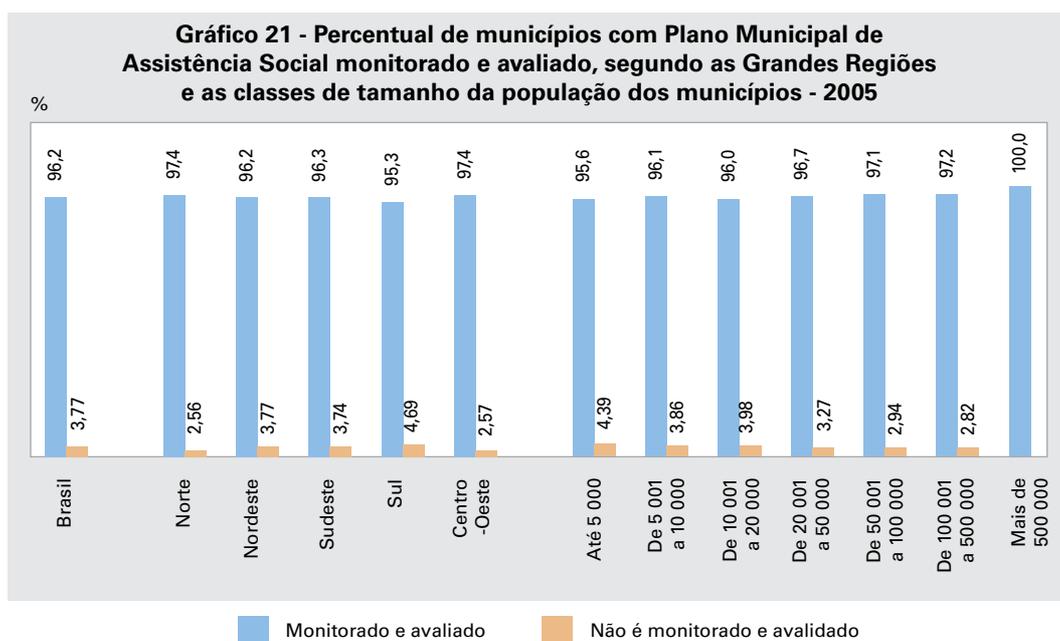
O monitoramento deve ser considerado como uma atividade de aprimoramento dos serviços, projetos e programas, que permitirá a correção dos rumos de um plano. Deve estar voltado à análise da cobertura e do desenvolvimento das atividades.

Além de gerar informações que possibilitam ao gestor da assistência social atuar no sentido de melhorar a qualidade das ações, o monitoramento e a avaliação podem ajudar a identificar melhor o público-alvo e aperfeiçoar o processo de definição das prioridades das ações.

Na pesquisa realizada em 2005, o quesito referente à avaliação e ao monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social estava agregado em um mesmo questionamento, ou melhor, era descrito e formulado pela pergunta: *O plano é avaliado e monitorado com que frequência?*

Com o intuito de melhor qualificar e refinar as informações a esse respeito, em 2009, o quesito foi desmembrado em várias etapas de interesse. No primeiro momento, questionou-se sobre a existência da avaliação anual e o responsável por realizá-la; em seguida, sobre a existência do monitoramento, a frequência de sua realização, e o responsável por fazê-lo. Ressalta-se que os quesitos pesquisados sobre monitoramento e avaliação no período 2005/2009 não poderão ser comparados devido à desagregação diferenciada entre os anos e, por hora, apenas serão mencionados os resultados obtidos em 2005.

A proporção de municípios que utilizavam o processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência Social, em 2005, era de 96,2%, entre aqueles que declararam possuir plano. No que se refere à análise por classes de tamanho da população, nota-se uma distribuição equilibrada, com 95,6% dos municípios com até 5 000 habitantes apresentando monitoramento e avaliação. Estas proporções aumentam conforme o porte populacional dos municípios, chegando a 100,0% naqueles com mais de 500 000 habitantes. Observam-se distribuições mais homogêneas no quadro regional: o monitoramento e a avaliação estavam presentes, em maiores proporções, entre os municípios das Regiões Norte e Centro-Oeste, ambas com 97,4%.

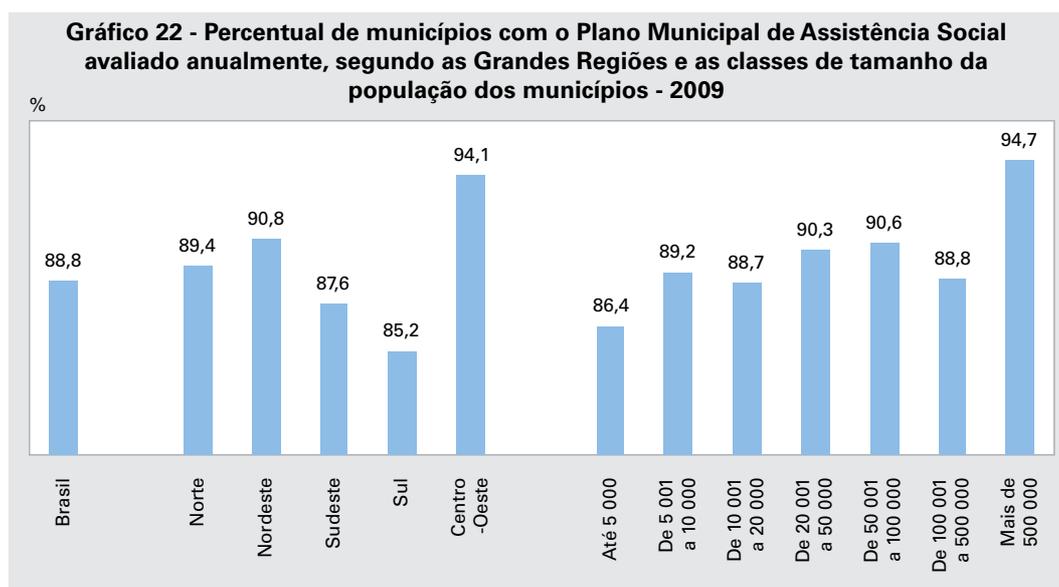


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Com relação à avaliação do Plano Municipal de Assistência Social realizada anualmente, em 2009, a proporção de municípios que a realizaram foi de 88,8%. Nota-se que a realização desse processo não tem um padrão semelhante quando relacionado à classe de tamanho da população, pois as menores proporções tanto foram registradas nos municípios com até 5 000 habitantes, como nos municípios com população na classe de 10 001 a 20 000 habitantes, quanto entre aqueles na classe de 100 001 a 500 000 habitantes. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, essa proporção ficou acima da média do País, 94,7%.

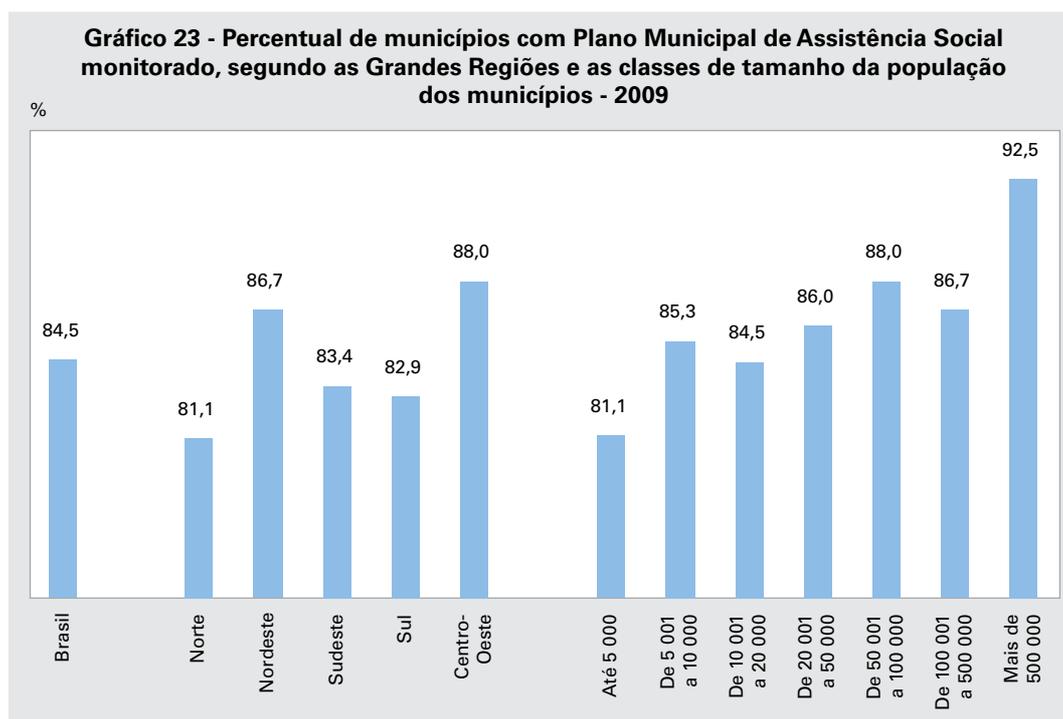
A análise regional aponta contrastes. Enquanto na Região Norte a avaliação anual do Plano Municipal de Assistência Social prevalecia, em média, em 89,4% do conjunto de seus municípios, no Estado de Roraima os dados tabulados registravam uma proporção de 100,0% entre os seus. Com proporção superior às verificadas nas Regiões Sudeste, com 87,6%, e Sul, com 85,2%, o Estado de São Paulo assinalava 97,8%. Outro estado que chama atenção é o Paraná, registrando uma média de 94,2% de seus municípios com planos municipais avaliados anualmente, o que o coloca em destaque, acima da média da Região Sul.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

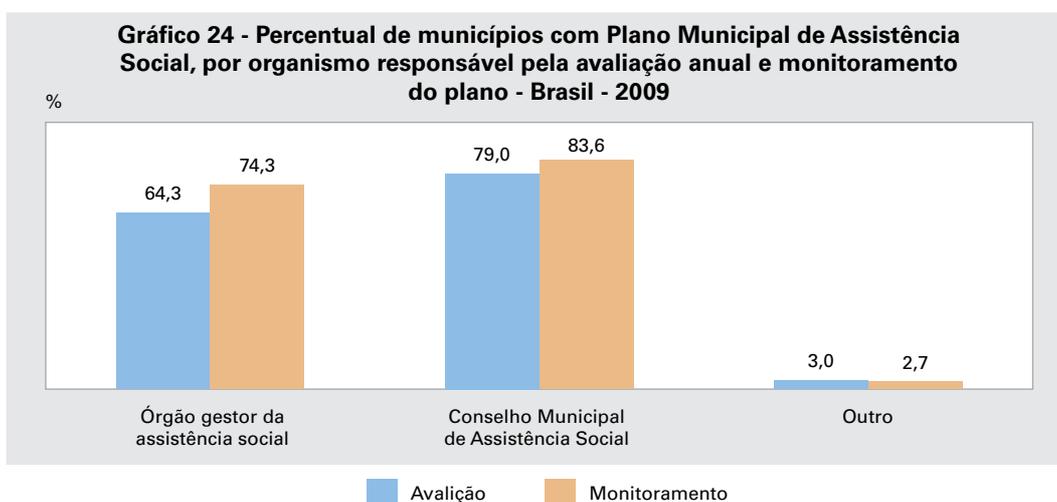
Com relação ao monitoramento, os dados tabulados refletem um retrato semelhante ao verificado na avaliação anual, sendo que em proporções ligeiramente menores. À exceção dos municípios com até 5 000 habitantes, em todas as demais classes de população a proporção de municípios com plano de assistência social monitorado é igual ou maior que a média nacional. No que diz respeito às Grandes Regiões, o Nordeste (86,7%) e o Centro-Oeste (88,0%) se destacaram com proporções superiores à média brasileira.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

O Suplemento de Assistência Social da M^{UNIC} 2009 ampliou o detalhamento do processo de avaliação anual e a atividade de monitoramento dos planos municipais, investigando o organismo responsável por realizá-las. O Conselho Municipal de Assistência Social aparece em maior proporção entre municípios como o principal executor, seguido pelo órgão gestor da política, tanto na avaliação como no monitoramento. É importante ressaltar que o processo de avaliação e a atividade de monitoramento podem ser executados por mais de um organismo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nos Estados do Ceará (7,8%), Minas Gerais (14,1%), Espírito Santo (12,2%), Rio de Janeiro (8,0%), Santa Catarina (12,1%) e Rio Grande do Sul (10,9%), a proporção de municípios onde o plano municipal não era avaliado nem monitorado é muito maior que a média nacional ou que a média registrada em suas respectivas regiões.

O Cartograma 5 mostra a distribuição dos municípios, em todo o Território Nacional, cujo Plano Municipal de Assistência Social não é avaliado nem monitorado.

Cartograma 5 - Municípios com Plano Municipal de Assistência Social sem avaliação anual e monitoramento



- Municípios com plano municipal de assistência social, onde o plano não é avaliado nem monitorado

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Conselho Municipal

As ações da sociedade civil em torno do controle das políticas sociais têm sido desafios permanentes dos agentes sociais comprometidos com a garantia dos direitos sociais de toda a população.

A Política Nacional de Assistência Social define que:

O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro desta lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais (BRASIL, 2004, p. 34).

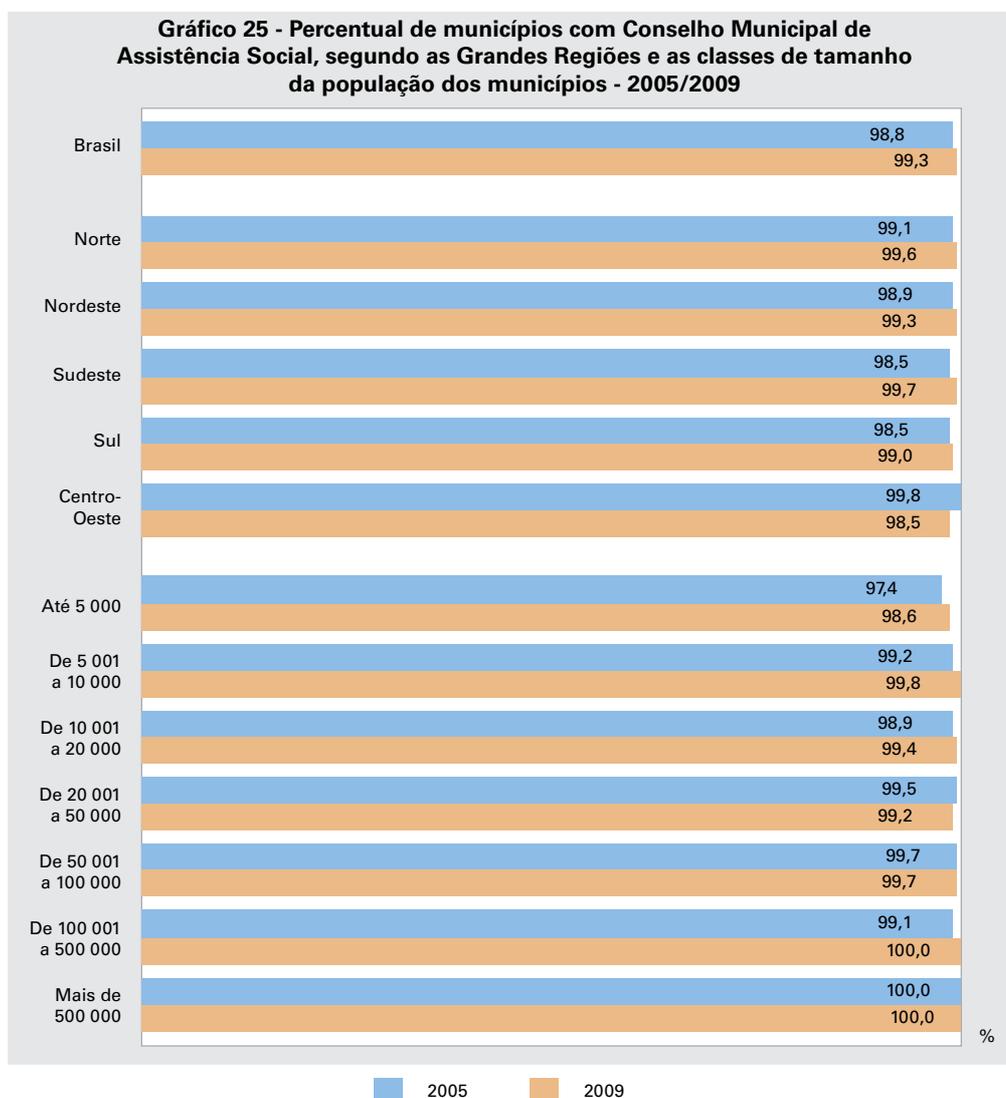
A política entende como público usuário da política de assistência social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, propondo ações que permitam aos usuários usufruir a “proteção social básica”, cumprindo com os objetivos de prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiar e comunitário.

Nestes objetivos, incluem-se as expectativas de participação de organizações dos usuários nos mecanismos de gestão desta política em todos os níveis da Federação, os conselhos. Inseridos no contexto de descentralização do Estado brasileiro, os conselhos municipais se organizam em territórios para onde convergem diferentes indicadores e forças sociais ativas, compondo as dinâmicas de poder local.

A criação do Conselho Municipal de Assistência Social modifica profundamente a forma de organização das ações de assistência social nos municípios ao mesmo tempo em que contribui para a democratização das mesmas. Os municípios devem construir seus conselhos a partir de iniciativas locais e autônomas (confirmadas por lei municipal). A estruturação de tais órgãos colegiados deve ser concebida como parte integrante da

organização administrativa do governo municipal. No interior do conselho, o governo municipal assume o papel de membro integrante em conjunto com outros segmentos. No âmbito do município, o Conselho Municipal de Assistência Social assume, dentre outras responsabilidades, a inscrição de entidades e organizações de assistência social, cabendo-lhe, ainda, a supervisão das mesmas, conforme estabelecido no Art. 9º da Lei Orgânica da Assistência Social.

O Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2009 aferiu que a proporção de municípios que possuíam Conselho Municipal de Assistência Social era de 99,3%, representando um acréscimo em relação a 2005, que detinha 98,8%. Em praticamente todas as classes de tamanho da população, ocorreram pequenos acréscimos ou observa-se o mesmo patamar registrado em 2005. A exceção ficou evidente entre os municípios da classe de 20 001 a 50 000 habitantes, onde se verifica um ligeiro decréscimo, passando de 99,5% para 99,2%. O mesmo resultado é observado em relação às Grandes Regiões: em quase todas se registram acréscimos, exceto na Região Centro-Oeste, que apresentou pequeno declínio.

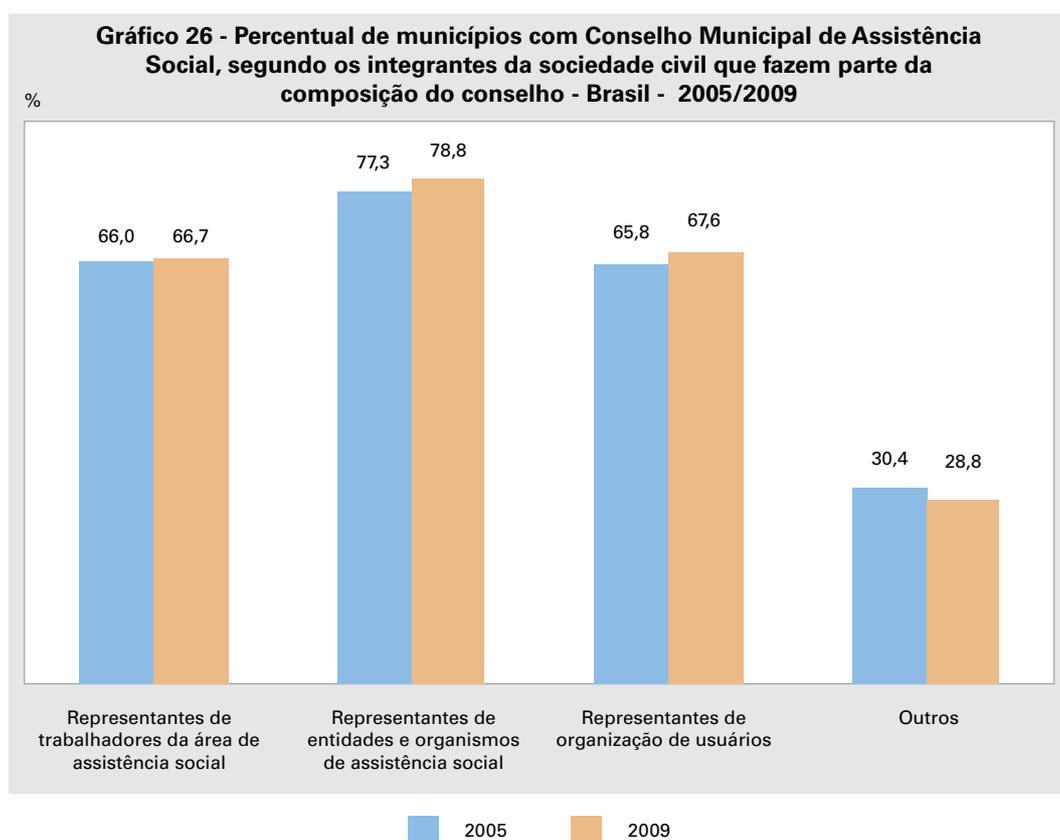


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Com relação à composição dos conselhos, observa-se um discreto aumento na proporção de conselhos não paritários, em 2009, porém, destes, 58,0% detinham maior representação da sociedade civil. Em relação ao caráter do conselho, registra-se um decréscimo na proporção de municípios com conselhos deliberativos, passando de 94,8%, em 2005, para 91,6%, em 2009.

Quanto aos integrantes da sociedade civil que faziam parte da composição do Conselho Municipal de Assistência Social, observa-se que 66,7% dos municípios declararam ter representantes de trabalhadores da área; 78,8%, representantes de entidades e organismos atuantes na área; e 67,6%, representantes de organizações de usuários. Em todas as categorias representadas, houve um pequeno acréscimo no período 2005/2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Um outro ponto importante, ainda no seio da concepção de controle social, é a existência de comitê como instância de controle social, de planejamento, assessoramento, acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação da execução dos programas sociais. Na década de 1990, houve uma mobilização social que reivindicava o “fim da fome no Brasil”². Concomitantemente, instaurou-se no

² A reflexão abordando a temática sobre programas de transferência de renda surge no Brasil nos anos 1970. A perspectiva da política de transferência de renda, distinta das políticas sociais adotadas anteriormente no Brasil - como a redistribuição de gêneros alimentícios - teve como inspiração experiências de programas similares implantados em diferentes países ditos desenvolvidos (LAVINAS, 1998).

Estado brasileiro um novo modelo de política social: a redistribuição de uma renda mínima às famílias - esta definida a partir da convivência de seus membros em um mesmo domicílio e que estariam vivendo abaixo de um padrão socialmente aceitável. Portanto, dentro de uma moldura "histórica", quase que simultaneamente, propostas de programas de transferência de renda e uma mobilização social visando à reversão desse quadro.

O Fome Zero foi definido como uma política pública que visa à erradicação da fome e da exclusão social. É uma política porque expressa a decisão do governo de enquadrar o problema da fome como uma questão nacional, e não como uma fatalidade individual (BRASIL, 2006). Integrante da estratégia do Fome Zero, o Programa Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação.

É prerrogativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a normatização das atribuições dos estados e municípios referentes ao Bolsa Família. O ministério solicitou aos governos municipais, pela Portaria nº 246, de 20 de maio de 2005, a nomeação de um gestor que respondesse exclusivamente pela demanda desse programa no âmbito municipal. Com isso, o governo federal construiu um espaço privilegiado na sua interlocução com os municípios e uma nova posição no interior da administração pública local³.

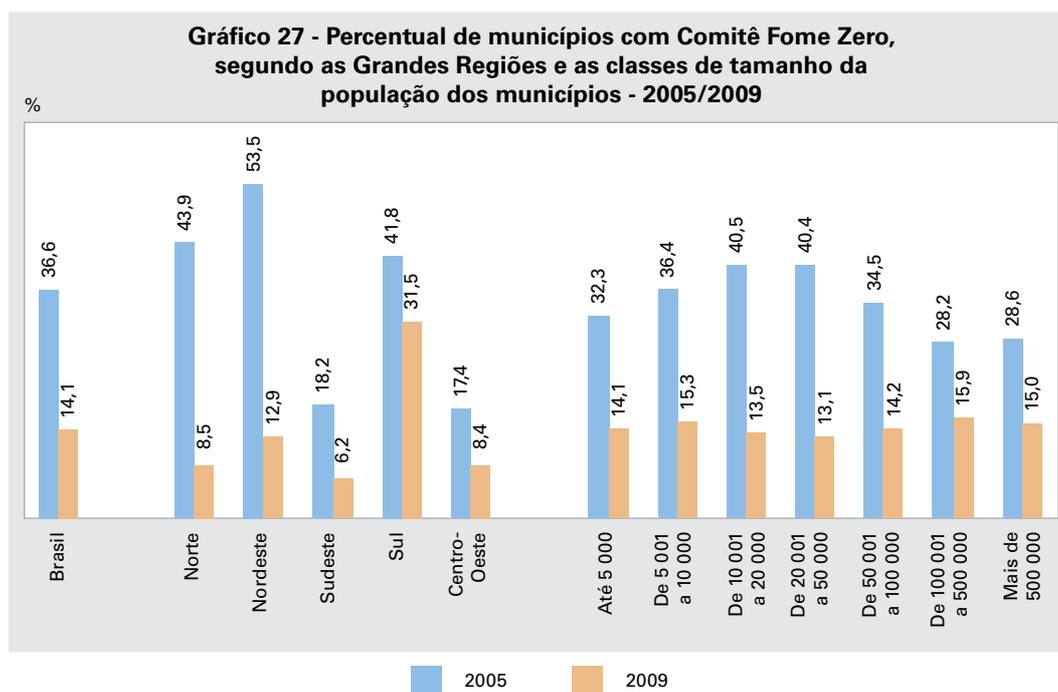
O Comitê Gestor do Fome Zero é constituído por representantes do governo e sociedade civil organizada, e orienta a realização e a organização de campanhas de doação de alimentos e a construção da cidadania das famílias que fazem parte dos núcleos do Programa Fome Zero, buscando ênfases na geração de trabalho e renda, orientação na área de saúde e educação e desenvolvimento do trabalho comunitário orientado em hortas e cozinhas.

O Comitê de Controle Social do Bolsa Família tem o objetivo de garantir a participação da população no acompanhamento e na fiscalização do programa. Os conselheiros podem contribuir para a manutenção da qualidade do CadÚnico, ajudar na identificação de potenciais beneficiários que porventura não tenham sido cadastrados, acompanhar situações de famílias que recebem o benefício e não se enquadram nos critérios estabelecidos para o programa, acompanhar o cumprimento das condicionalidades pelas famílias e, ainda, ajudar a identificar ações que se enquadrem no conceito de "Programas Complementares", que possam ajudar a desenvolver as famílias que recebem benefícios, como, por exemplo: ações de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de desenvolvimento comunitário e social, dentre outras.

³ A Portaria nº 246 solicitou, também, a indicação de um Comitê de Controle Social formado por representantes da sociedade civil e de setores da prefeitura, cuja atribuição seria acompanhar a execução do Programa Bolsa Família, assim como auxiliar na identificação de potenciais beneficiários do mesmo.

O objetivo central é fazer com que os benefícios efetivamente cheguem às famílias que atendem aos critérios definidos na legislação que criou e regulamentou o programa. A prefeitura não precisa criar um novo órgão de controle social especificamente para o programa. Um conselho já existente no município - como o de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, da Cidade ou o próprio Comitê Gestor do Fome Zero - pode ser indicado para fazer o controle social. Neste caso, o conselho ou comitê passará a acumular as funções do Bolsa Família com as anteriormente desempenhadas.

Com referência a esses comitês, em 2005, foi pesquisada a existência do Comitê Fome Zero; no Suplemento de 2009, foi também objeto da pesquisa o Comitê Gestor do Bolsa Família. A tabulação das informações sobre a existência de Comitê Fome Zero demonstra que, no período 2005/2009 ocorreram decréscimos na proporção de municípios com esse mesmo modelo de comitê, o que pode ser observado tanto por classes de tamanho da população dos municípios como por Grandes Regiões.



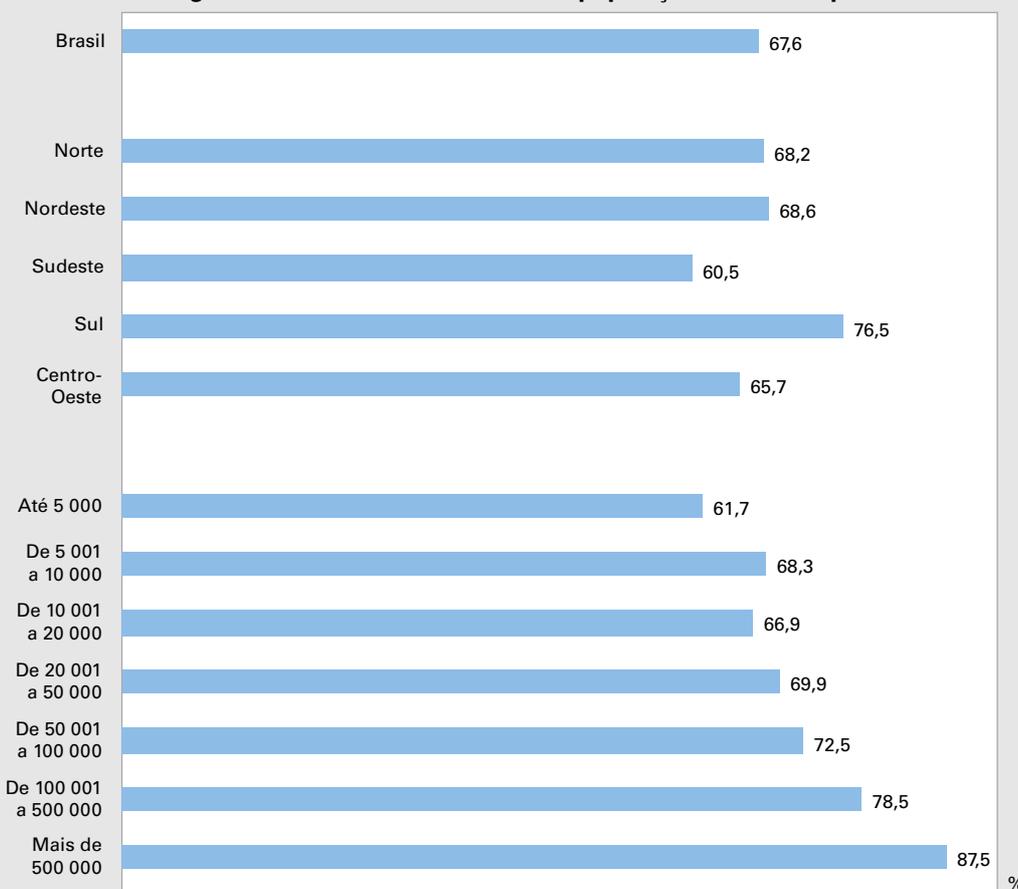
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

A análise dos dados de 2009 referente às informações sobre o Programa Bolsa Família revelou que, em todo o País, 67,6% dos municípios declararam a existência de comitê gestor para o programa, proporção superior à dos municípios que tinham Comitê Fome Zero. Observa-se que a presença de Comitê Gestor do Bolsa Família era diretamente proporcional à classe de tamanho da população do município, ou seja,

quanto maior a classe, maior a proporção de municípios com comitê: enquanto 61,7% dos municípios com população até 5 000 habitantes declararam a existência de comitê, entre aqueles com mais de 500 000 habitantes essa proporção alcançou 87,5%. No caso da distribuição regional, a menor proporção, 60,5%, encontrava-se na Região Sudeste, seguida pela Região Centro-Oeste, com 65,7% de seus municípios com comitê gestor para o programa. A maior proporção foi registrada na Região Sul, com 76,5%.

Gráfico 28 - Percentual de municípios com Comitê Gestor do Bolsa Família, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Recursos financeiros

Conforme previsto na Lei Orgânica da Assistência Social:

Art. 29, Parágrafo Único Os recursos de responsabilidade da União destinados ao financiamento dos benefícios de prestação continuada, previstos no art. 20, poderão ser repassados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social diretamente ao INSS, órgão responsável pela sua execução e manutenção.

Essas transferências estão especificadas no Art. 30 desta lei, que expressa o seguinte enunciado:

Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de:

I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

III - Plano de Assistência Social.

O Fundo Municipal de Assistência Social é um instrumento de captação e aplicação de recursos para o financiamento de ações na área de assistência social, tendo como base o Plano Plurianual de Assistência Social. O fundo, criado por lei específica, é de natureza orçamentária e contábil, faz parte da estrutura administrativa do poder executivo, e é constituído de um conjunto de recursos vinculados ou alocados à assistência social para cumprimento de objetivos específicos.

Observa-se que, em 2009, de um total de 5 565 municípios, 97,7% deles possuíam Fundo Municipal de Assistência Social, dos quais 91,4% constituídos por unidade orçamentária. Em 47,6% dos municípios, a ordenação das despesas do fundo era de competência do prefeito; em 42,6% dos municípios, essa ordenação estava sob a responsabilidade do secretário ou técnico especializado da área; e, em 7,5% dos municípios, o ordenador era o secretário ou técnico de outra área. As informações obtidas no período 2005/2009 demonstraram que ocorreu pequeno crescimento residual da proporção de municípios que utilizavam esse

fundo, representando, em 2009, 97,7% do Território Nacional. Ressalta-se para o fato de que, em 2009, os dados mantiveram o mesmo padrão apresentado, em 2005, relativamente à classe de tamanho da população do município, ou seja: quanto maior a classe, maior a proporção de municípios com presença de Fundo Municipal de Assistência Municipal como unidade orçamentária. Interessante perceber que ocorreu o inverso com relação aos ordenadores de despesas do fundo, ou seja, quanto maior a classe de tamanho da população, menor a proporção de municípios em que este responsável era o prefeito. Entre os municípios com maiores contingentes populacionais, a ordenação de despesa do fundo era atribuição do secretário ou técnico especializado da área de assistência social.

Ao efetuar a análise por Grandes Regiões, observa-se que, em 2005, a Região Sul apresentou a maior proporção de municípios com Fundo Municipal de Assistência Social, 94,3%, seguida de perto pelas Regiões Sudeste e Nordeste, ambas com 92,4%. Em 2009, as Regiões Sudeste, com 98,7%, Nordeste, com 97,8%, e Centro-Oeste, com 97,6%, superaram a Região Sul, que registrou uma proporção de 97,0% de municípios com fundo. Na Região Centro-Oeste, seguida da Norte, ocorreu o maior crescimento proporcional de municípios com esse tipo de fundo.

Com relação às informações sobre o ordenador de despesas, nota-se que ocorreu, entre as Grandes Regiões, o mesmo movimento observado nos municípios, quando se analisa por classes de tamanho da população. Sobre esta questão, verifica-se que em todas as regiões ocorreram acréscimos da proporção de municípios onde o ordenador de despesas do fundo era o secretário ou técnico da política de assistência social.

Tabela 4 - Percentual de municípios com fundo municipal de assistência social, por características, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2005/2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Percentual de municípios com fundo municipal de assistência social (%)									
	Total		Fundo como unidade orçamentária		Por ordenador de despesa do fundo					
					Prefeito		Secretário ou técnico da área		Secretário ou técnico de outra área	
	2005	2009	2005	2009	2005	2009	2005	2009	2005	2009
Brasil	91,3	97,7	86,4	91,4	58,3	47,6	33,1	42,6	7,4	7,5
Até 5 000	86,0	95,4	82,3	89,1	64,3	55,2	27,2	34,4	7,3	7,8
De 5 001 a 10 000	90,3	97,5	85,1	90,0	64,5	52,7	27,0	38,1	7,3	7,6
De 10 001 a 20 000	92,3	98,2	86,9	91,3	62,9	51,0	30,4	39,0	6,2	7,6
De 20 001 a 50 000	94,6	99,1	88,9	93,5	52,8	42,4	37,3	48,6	8,2	6,7
De 50 001 a 100 000	98,4	99,4	90,3	94,9	38,3	29,0	51,9	60,5	8,8	8,3
De 100 001 a 500 000	96,4	99,6	94,3	96,1	27,4	17,2	61,3	72,8	9,0	7,8
Mais de 500 000	100,0	100,0	100,0	100,0	2,9	7,5	82,9	82,5	11,4	5,0
Grandes Regiões										
Norte	84,0	95,8	83,3	84,9	67,6	59,8	27,3	32,3	4,8	7,4
Nordeste	92,4	97,8	86,2	91,9	59,7	48,8	33,3	43,6	6,3	5,5
Sudeste	92,4	98,7	85,3	91,5	59,7	50,9	29,4	37,4	9,4	9,0
Sul	94,3	97,0	91,3	93,7	51,9	41,6	39,7	48,4	6,4	7,4
Centro-Oeste	82,2	97,6	80,2	89,7	55,9	35,2	34,2	52,7	9,1	10,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Dos 5 565 municípios, em 2009, 4 861 (87,3%) declararam receber cofinanciamento federal e/ou estadual para a função de assistência social. Desses, 97,6% tiveram cofinanciamento federal e 44,0% cofinanciamento estadual. Essa proporção sobe gradativamente até alcançar 100,0% nos municípios com mais de 500 000 habitantes. No que se refere ao cofinanciamento federal, essa modalidade alcançava a proporção de 100,0% dos municípios população superior a 50 000 habitantes.

No que diz respeito ao cofinanciamento estadual para a função de assistência social, essa relação era diretamente proporcional à classe de tamanho da população do município, ou seja: quanto maior a classe, maior a proporção de municípios que recebiam este cofinanciamento. Ao analisar os dados pelo viés das Grandes Regiões, observa-se que a Sudeste (66,6%) foi a área que apresentou a maior proporção de municípios com esse tipo de cofinanciamento estadual, seguida pela Região Centro-Oeste (50,6%), enquanto a Região Norte (19,1%) apresentou a menor proporção.

Tabela 5 - Percentual de municípios que recebem cofinanciamento para a função de assistência social, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Percentual de municípios que recebem cofinanciamento para a função de assistência social (%)						
	Total	Federal (1)			Estadual (1)		
		Total (2)	Convênio (3)	Fundo a fundo (3)	Total (2)	Convênio (4)	Fundo a fundo (4)
Brasil	87,3	97,6	20,5	88,6	44,0	52,3	56,5
Até 5 000	80,2	95,5	22,3	85,2	40,7	58,8	49,8
De 5 001 a 10 000	86,5	97,4	19,3	88,3	34,9	56,7	51,3
De 10 001 a 20 000	86,6	97,7	19,0	88,8	39,7	49,9	57,7
De 20 001 a 50 000	92,6	98,4	18,8	90,3	50,9	45,7	62,4
De 50 001 a 100 000	95,9	100,0	20,1	91,7	58,4	45,2	62,7
De 100 001 a 500 000	97,9	100,0	29,8	91,7	73,7	57,7	58,3
Mais de 500 000	100,0	100,0	42,5	92,5	62,5	68,0	52,0
Grandes Regiões							
Norte	87,3	98,7	20,9	87,3	19,1	70,7	34,7
Nordeste	89,1	99,1	17,2	91,5	25,3	40,5	67,7
Sudeste	83,5	96,0	22,9	86,6	66,6	47,8	61,7
Sul	89,4	96,7	24,0	86,5	49,0	69,2	39,2
Centro-Oeste	89,5	98,6	16,1	90,5	50,6	46,4	62,6

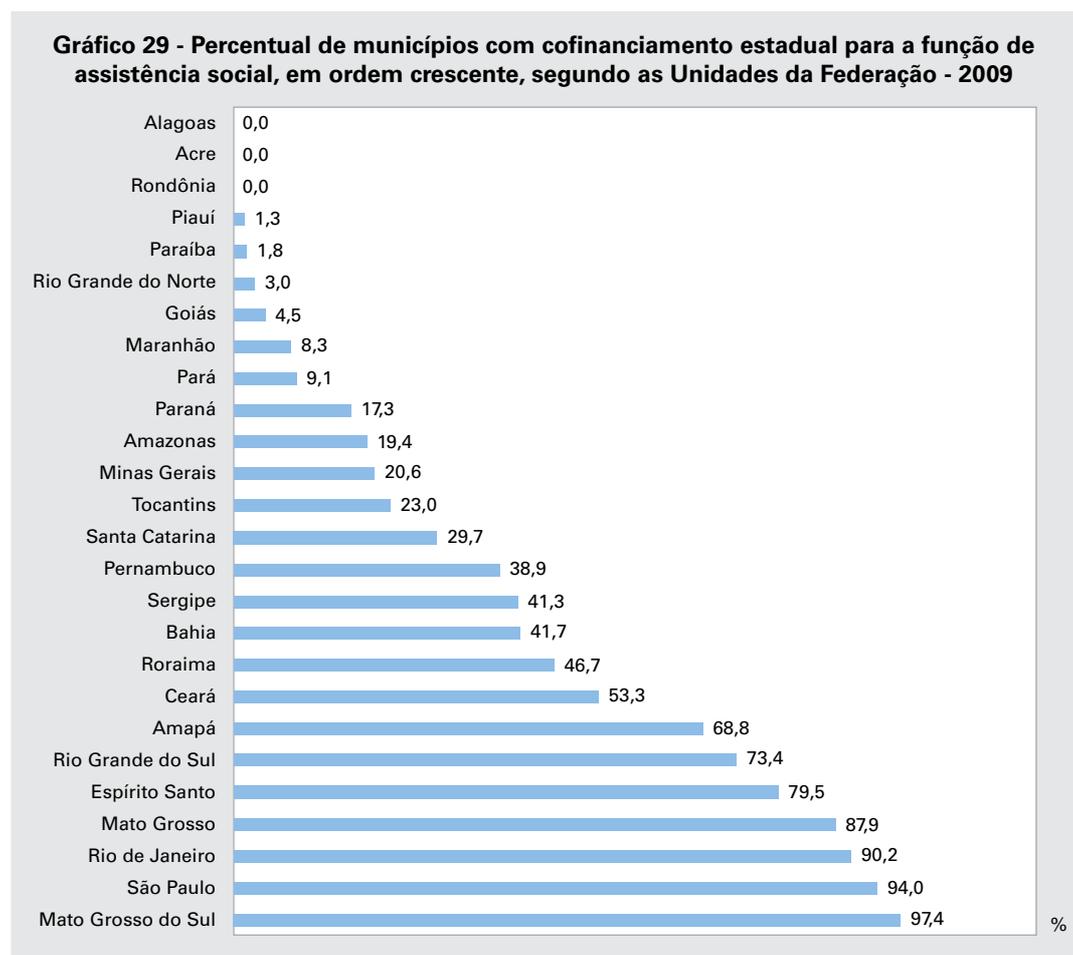
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º. de julho.

(1) O município pode receber o cofinanciamento através de convênio e/ou fundo a fundo. (2) Municípios que receberam cofinanciamento. (3) Municípios que receberam cofinanciamento federal. (4) Municípios que receberam cofinanciamento estadual.

A análise regional demonstra tendência de concentração dos municípios que utilizavam cofinanciamento estadual para a função de assistência social na Região Sudeste. Como exemplo, cita-se o Estado de São Paulo, que registrou uma proporção de 94,0%, bem superior, inclusive, à dos demais estados da Região Sudeste, cuja média foi 66,6%. Cabe destacar, por outro lado, a baixa proporção de municípios com cofinanciamento estadual para esta função no Estado de Minas Gerais, 20,6%, bastante inferior à encontrada nos demais estados da região. Pode-se observar, também, que os Estados do Ceará e da Bahia, na Região Nordeste, apresentaram proporções superiores à média observada em sua região - 53,3% e 41,7%, respectivamente, contra 25,3%. Outro estado que chama atenção é o Amapá: 68,8% de seus municípios utilizavam cofinanciamento estadual para a função de assistência social, proporção esta que se equipara à registrada para a Região Sudeste e é bem superior à observada na Região Norte.

Cabe ressaltar a diferença de perfis ou comportamentos entre os estados que utilizavam esse tipo de cofinanciamento estadual. Por um lado, as maiores proporções foram verificadas nos Estados de Mato Grosso do Sul, com 97,4%; São Paulo, com 94,0%; e Rio de Janeiro, com 90,2%. No outro extremo, ou seja, sem qualquer financiamento estadual, encontravam-se os Estados de Alagoas, Acre e Rondônia.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Convênios e parcerias

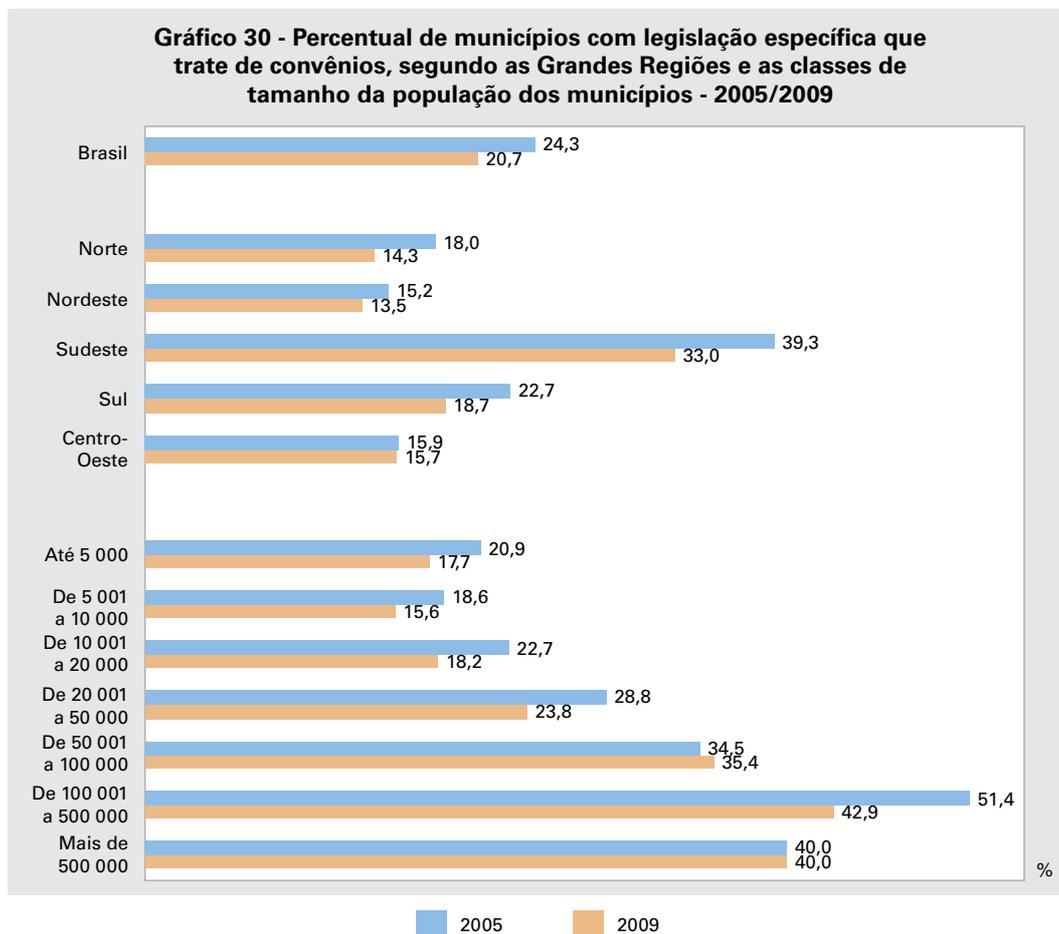
De acordo com as diretrizes de assistência social traçadas pelo governo federal, as prefeituras têm um papel estratégico na identificação dos problemas que de fato existem nos municípios, cabendo aos gestores municipais o direcionamento das políticas sociais com maior precisão e eficácia.

Uma importante característica observada na pesquisa diz respeito às associações e parcerias das prefeituras municipais; não apenas aquelas reconhecidas pelos governos estadual e federal, mas também aquelas relacionadas com instituições privadas, organismos internacionais e organizações não governamentais para a execução de programas na área de assistência social. A relevância reside no fato de que são as prefeituras que têm a possibilidade de articular várias ações para promover o desenvolvimento social, já que são os principais elos com as comunidades para concretizar as ações dos programas.

O Suplemento de Assistência Social da M_{UNIC} 2009 investigou a existência de legislação municipal específica para a realização de convênios e outras parcerias na área assistencial.

Dos municípios brasileiros, em 2005, 1 352 (24,3%) informaram existir legislação municipal específica para o tratamento de convênios e parcerias na área de assistência social, proporção esta maior que a registrada em 2009, que contabiliza 20,7% de municípios nesta condição. Com referência às classes de tamanho da população, observam-se decréscimos em todas aquelas com até 500 000 habitantes, e a que apresentou a maior queda (16,5%) foi a classe de 100 001 a 500 000 habitantes. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, essa proporção se manteve no mesmo patamar registrado em 2005, ou seja,

40,0%. Com relação às Grandes Regiões brasileiras, foi na Sudeste, com 33,0%, que se concentrou o maior número de prefeituras que possuíam legislação específica para o tratamento de convênios e parcerias na área de assistência social, mesmo sendo, também, a área que apresentou o maior decréscimo no período 2005/2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

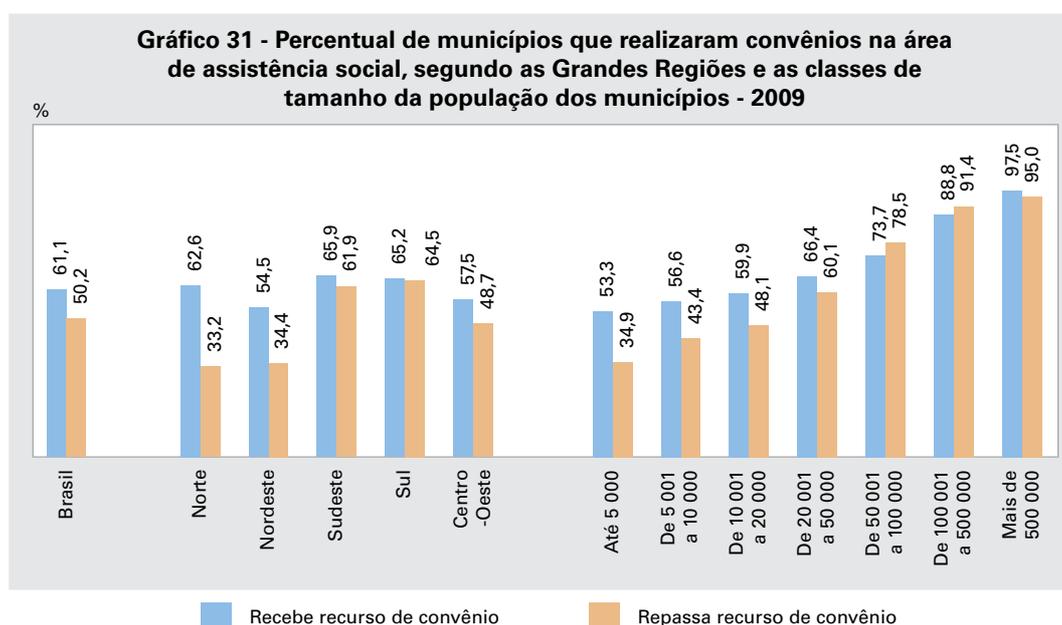
Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

No entanto, como se constata, a seguir, a falta de regulamentação legal municipal específica não impediu que as prefeituras fizessem parcerias para desenvolver programas, projetos e serviços na área de assistência social. Cabe esclarecer que a pesquisa considerou a prefeitura exercendo dois papéis: recebendo recursos de convênios ou repassando recursos para convênios.

Observa-se que, em 2009, em 61,1% dos 5 565 municípios, a prefeitura realizou convênio recebendo recursos e, em 50,2%, repassando recursos, proporções estas superiores à dos municípios onde existia legislação específica para tratar do tema.

Considerando a prefeitura executando os dois papéis, recebendo ou repassando recursos, quanto maior a classe de tamanho da população, maior a proporção de municípios com a presença de convênios. É interessante perceber que nos municípios com até 50 000 habitantes a proporção dos que repassam recursos é sempre menor que a proporção daqueles que os recebem.

Pelo viés das Grandes Regiões, observa-se que na Região Norte a proporção de prefeituras recebendo recursos de convênios (62,6%) era bem próxima à verificada nas Regiões Sudeste (65,9%) e Sul (65,2%). Por outro lado, a maior proporção de municípios que repassaram recursos através de convênio estava na Região Sul (64,5%), seguida de perto pela Região Sudeste, com 61,9%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Dentre as prefeituras que receberam recursos de convênios, 3 211 o fizeram através de convênios realizados com órgãos e/ou entes públicos e 402, com organizações não governamentais. Do total dos 3 211 municípios, 2 741 receberam recursos financeiros, e 563, sob a forma de material didático ou paradidático. O comportamento foi semelhante no caso do repasse: dentre as 2 792 prefeituras que repassaram recursos o fizeram através de convênios realizados com organizações não governamentais, e 1 058, com órgãos e/ou entes públicos. Cabe destacar, que no caso do repasse de recursos, foi menor o número de municípios que receberam recursos financeiros (2 212), se comparados aos que recebem recursos; vindo, em segundo lugar, o repasse sob a forma de alocação de pessoal (728) (Tabelas de resultados 41 e 42).

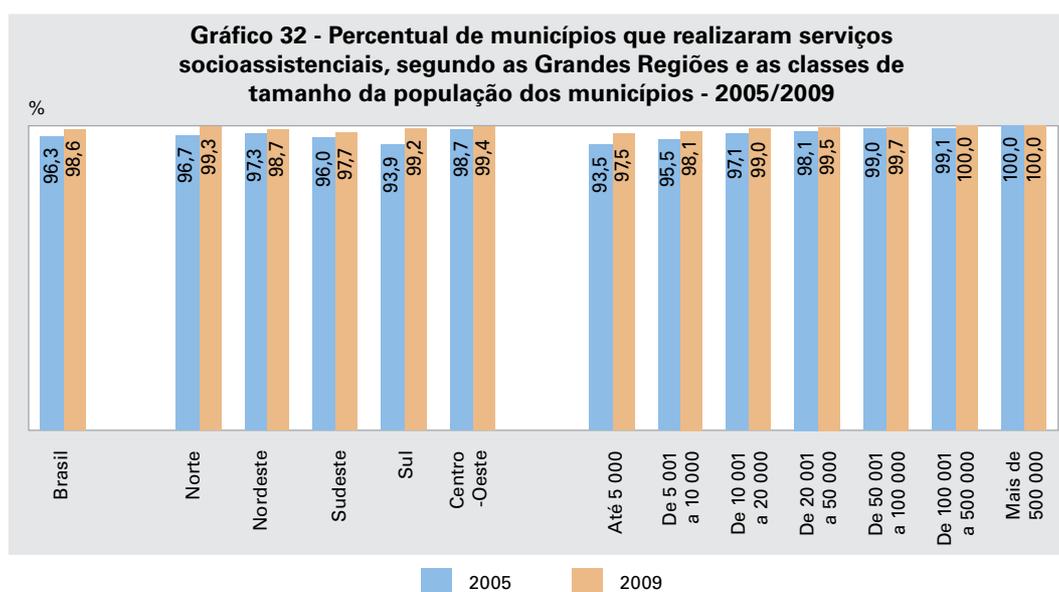
Serviços socioassistenciais

Para assegurar a concepção de sistema único instituída pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS, faz-se necessário que a política de assistência social, cuja execução ocorre de forma descentralizada, preserve nacionalmente certo grau de uniformidade quanto ao tipo e padrões dos serviços ofertados à população. Neste sentido, vale destacar que o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou, em 11 de novembro de 2009, a Resolução nº 109, que instituiu a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme as deliberações da VI Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em 2007, e as metas do Plano Decenal de Assistência Social. O documento define o rol de serviços socioassistenciais que devem ser ofertados no âmbito da política pública de assistência social e estabelece alguns padrões para a organização e a execução dos mesmos. Com a tipificação, a política de assistência social delimita o seu campo de atuação, apresentando o conjunto dos seus serviços, unidades físicas, provisões, período de funcionamento, condições de oferta dos serviços, aquisições dos usuários, impactos esperados sobre seus usuários, dentre outros.

A preparação do Suplemento de Assistência Social da MUNC 2009 considerou as discussões referentes à tipificação, que já vinham sendo realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Entretanto, para viabilizar a realização da pesquisa no ano de 2009, foi necessário finalizar a elaboração do questionário de coleta de dados no primeiro semestre daquele ano; portanto, alguns meses antes do Conselho aprovar e publicar a Resolução nº 109. Assim sendo, os quesitos do questionário e, por consequência, os dados coletados não possuem uma correspondência perfeita com a tipificação, embora sejam bastante compatíveis com as diretrizes por ela estabelecidas, possibilitando a

utilização desta normativa como referência e parâmetro para a análise dos dados. Também é necessário esclarecer que, no que se refere aos serviços socioassistenciais e às unidades físicas nos quais estes são executados, a comparabilidade entre o atual suplemento e aquele realizado em 2005 é bastante limitada, visto que cada um reflete momentos muito diferenciados em termos da maturidade de organização e normatização do SUAS, ainda que algumas comparações básicas possam ser estabelecidas.

Como pode ser observado no Gráfico 32, a proporção de municípios brasileiros que declararam realizar serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS, no ano de 2009, alcança 98,6%, abrangendo, portanto, quase a totalidade. Embora tal proporção já fosse bastante elevada na pesquisa realizada em 2005 (96,3%), nota-se que o crescimento do número de municípios que realizam tais serviços, em termos regionais, ocorreu com mais intensidade no Sul do País. Quando este crescimento é analisado segundo as classes de tamanho da população dos municípios, observa-se que foi mais intenso nos menos populosos, particularmente entre aqueles com até 5 000 habitantes.



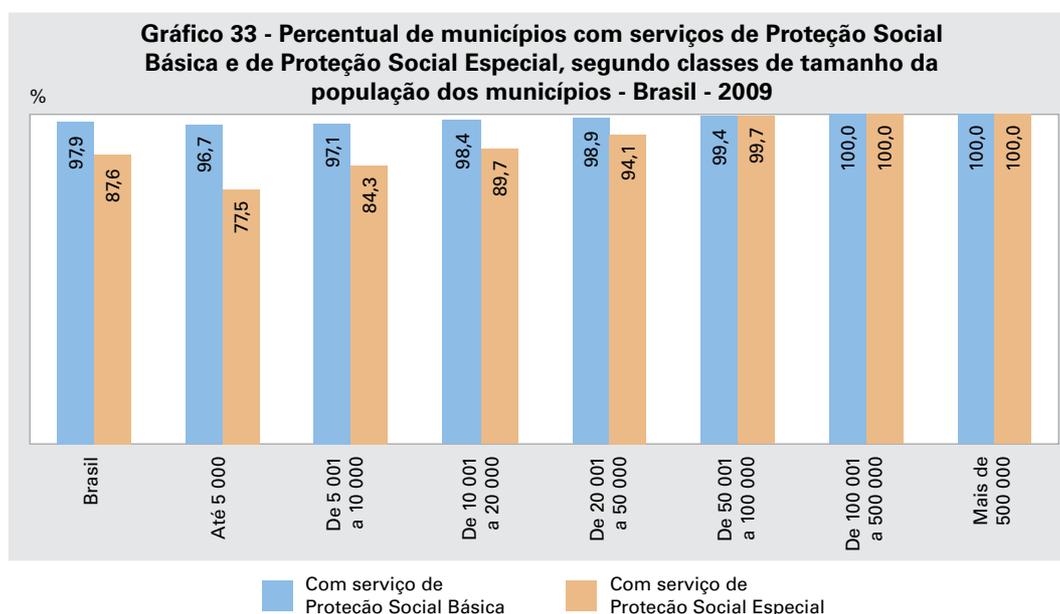
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

De acordo com a organização do SUAS, os serviços socioassistenciais são classificados como serviços de proteção social básica ou serviços de proteção social especial. Os serviços de proteção social básica têm como objetivos prevenir situações de risco, promovendo o desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destinam-se, fundamentalmente, às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, do acesso precário a serviços públicos, ou da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. Os serviços de proteção social especial têm como objetivos prover atenções a famílias e indivíduos que já se encontram em situações

que caracterizam violações de direitos, tais como a ocorrência de abandono, violência e maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso ou exploração sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Inclui, também, o acompanhamento do cumprimento de medidas socioeducativas por adolescentes.

Como demonstra o Gráfico 33, a oferta de serviços de proteção social básica tem maior incidência do que a oferta dos serviços de proteção social especial, o que se explica, em parte, pelas características e complexidade desses últimos. Uma vez que lidam com situações mais graves, os serviços de proteção social especial, geralmente, requerem uma estruturação mais complexa e especializada. Nota-se que, particularmente nos municípios menos populosos, a oferta dos serviços de proteção social especial está menos presente, embora já seja observada em 77,5% dos municípios com até 5 000 habitantes.

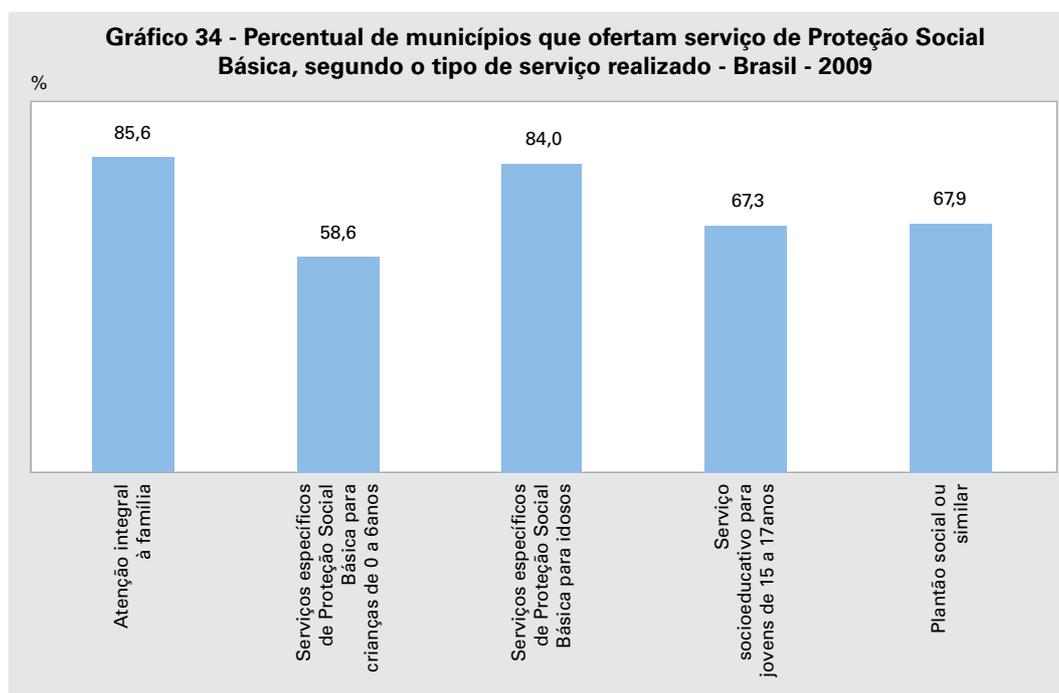


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º. de julho.

Serviços de proteção social básica

Em termos de compatibilidade com a tipificação, os quatro serviços de proteção social básica cujas incidências são apresentadas no Gráfico 34 corresponderiam, respectivamente, ao serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) e aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, organizados segundo os distintos ciclos de vida. O quinto serviço, apresentado no gráfico, plantão social ou similar, refere-se a uma modalidade tradicional de organização da oferta, que busca realizar o atendimento a diversas necessidades emergenciais dos usuários que acorrem ao serviço por demanda espontânea. A organização do SUAS busca superar a lógica de funcionamento do plantão social, razão pela qual este não constitui um serviço reconhecido pela tipificação, mas, ainda assim, considerou-se importante pesquisar sua incidência como forma de capturar a realidade de execução da política nos municípios.

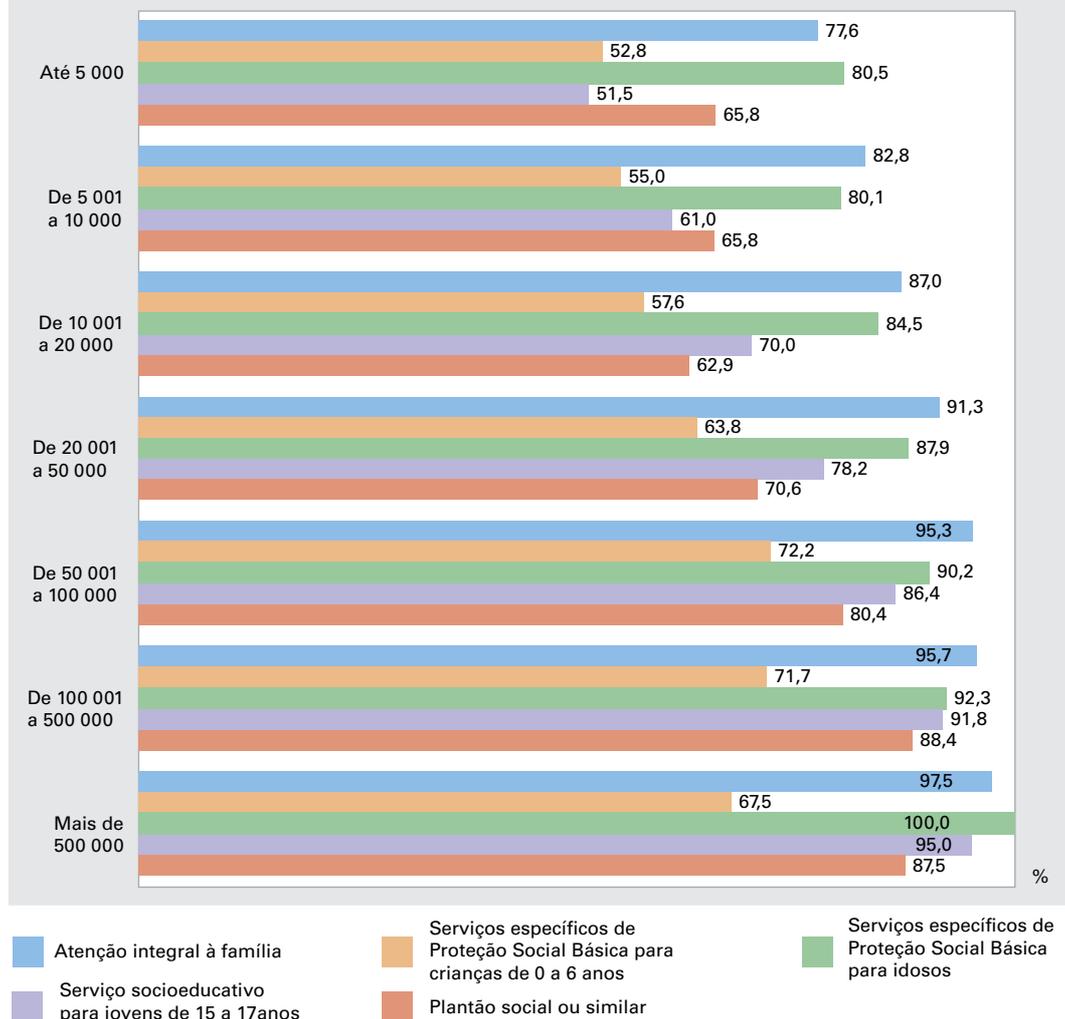


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

O serviço de atenção integral à família (serviço de proteção e atendimento integral à família, ou PAIF, conforme a tipificação) é o pilar de organização da proteção social básica no SUAS. Embora a pesquisa não permita conhecer o conteúdo concreto das ações desenvolvidas por este serviço em cada município, é significativo o fato de que ele seja o mais presente dentre todos os serviços de proteção social básica que os municípios declararam realizar. Ainda que o serviço de atenção integral à família conviva com formas tradicionais de organização da oferta, tal como o plantão social, o fato da realização do primeiro ser relatada por 85,6% dos municípios, contra 67,9% para este último, é um bom indicativo da disseminação dos princípios e diretrizes de organização do SUAS entre os municípios. Quando os dados são analisados segundo as classes de tamanho da população dos municípios, a incidência do serviço de atenção integral à família supera o plantão social em todas as classes. Quando os dados são analisados segundo as Grandes Regiões, observa-se que apenas na Região Sul a incidência de plantão social supera a incidência do serviço de atenção integral à família, observando-se proporções de 81,3% e 78,1%, respectivamente.

No que diz respeito aos serviços específicos de proteção social básica (serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme a tipificação), chama atenção a forte presença desse serviço para os idosos, que aparece como o de maior incidência nas Regiões Centro-Oeste (94,2%), Sul (88,1%) e Norte (86,6%). Este grupo etário tem sido objeto de maior visibilidade social para as políticas públicas na última década, especialmente após a promulgação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003). Podem ser vários os fatores que explicam o aumento da visibilidade dos idosos para as políticas públicas, mas, certamente, a transição demográfica pela qual passa o Brasil, com perspectiva de um acelerado envelhecimento populacional, é um elemento importante para a compreensão desse processo.

Gráfico 35 - Percentual de municípios que ofertaram serviço de Proteção Social Básica, por tipo de serviço realizado, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2009

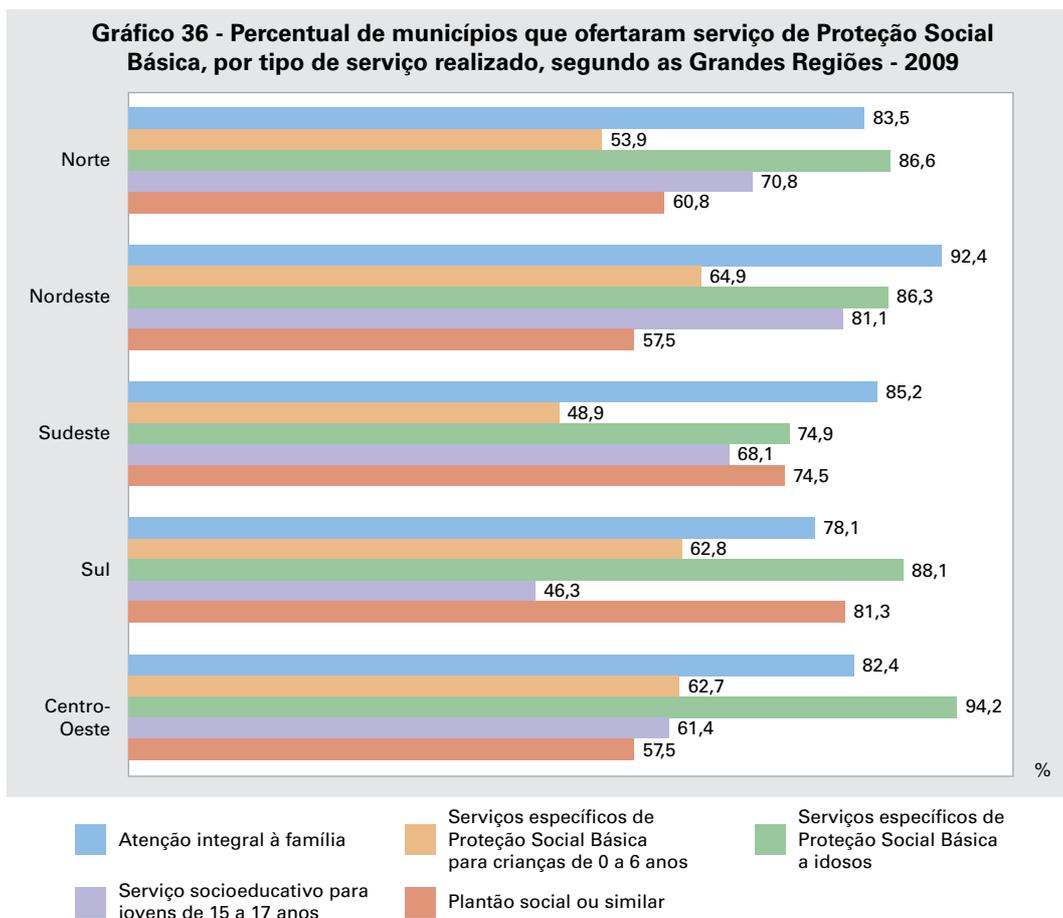


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.
 Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º. de julho.

Por outro lado, observa-se que os serviços específicos de proteção social básica para crianças de 0 a 6 anos de idade são o de menor expressão dentre os pesquisados (58,6%). Neste sentido, merece destaque o recente processo de transição das creches, que saem do âmbito da política de assistência social para serem incorporadas pela política de educação, na modalidade de educação infantil, e, portanto, já não integram os serviços de proteção social básica para crianças, pesquisados no Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2009. A menor incidência dos serviços específicos de proteção social básica para crianças, comparativamente aos demais serviços pesquisados, possivelmente, reflete um momento de reorganização das ações socioassistenciais dirigidas a esse grupo etário.

O serviço socioeducativo para jovens de 15 a 17 anos, cuja realização é observada em 67,3% dos municípios, têm presença particularmente forte nos municípios com população acima de 50 000 habitantes. Existem, pelo menos, dois fatores que ajudam a explicar a elevada incidência de realização desse serviço nesses municípios. O primeiro deles é a própria situação de risco e vulnerabilidade social deste segmento nas cidades mais populosas, nas quais a violência urbana e a criminalidade tendem a afetar com mais intensidade este grupo populacional. O segundo fator é a forte indução do governo federal, por meio da criação e expansão do Programa Projovem Adolescente. Em julho de 2009, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome repassava recursos financeiros para 2 521 municípios para execução dos serviços socioeducativos deste programa. Considerando que o desenho de implantação do Projovem Adolescente considera, dentre outros fatores, a distribuição territorial das famílias beneficiárias do Bolsa Família, pode-se explicar a elevada incidência serviço socioeducativo para jovens de 15 a 17 anos na Região Nordeste (81,1%) e sua menor presença na Região Sul (46,3%), visto que este é, em linhas gerais, o perfil de distribuição territorial das famílias pobres e extremamente pobres, beneficiadas por aquele programa de transferência de renda.

Gráfico 36 - Percentual de municípios que ofertaram serviço de Proteção Social Básica, por tipo de serviço realizado, segundo as Grandes Regiões - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Serviços de proteção social especial

Os serviços de proteção social especial destinam-se a famílias e indivíduos que se encontram em situações de risco, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas e que, muitas vezes, mantêm estreita interface com outros órgãos do sistema de garantia de direitos, tais como: poder judiciário; ministério público; conselhos tutelares; e outros órgãos do próprio poder executivo.

Os serviços de proteção social especial se organizam em dois níveis hierárquicos distintos, a saber: serviços de média complexidade e serviços de alta complexidade. São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não chegaram a ser rompidos. Os serviços de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral - moradia, alimentação, higienização - para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Serviços de média complexidade

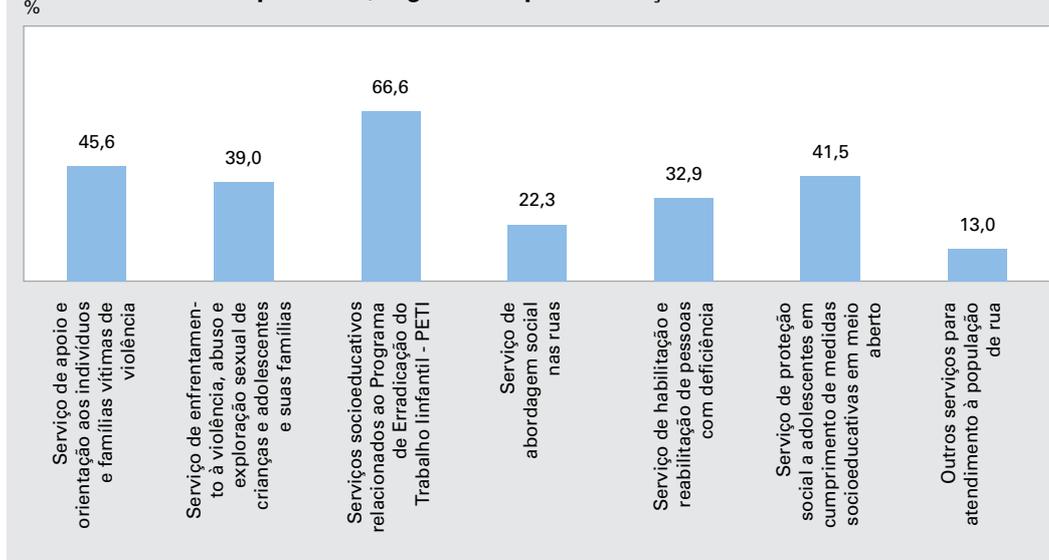
Quanto à comparabilidade entre a nomenclatura dos serviços pesquisados no Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2009 e aqueles normatizados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais instituída pelo Conselho Nacional de Assistência Social, vale dizer o seguinte: os dois primeiros serviços apresentados no Gráfico 37 correspondem àquele atualmente definido como serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI), que engloba o atendimento às diversas situações de violência e violação de direitos, independente do grupo etário das vítimas. Desta maneira, busca superar o excesso de segmentação e fragmentação na organização do modelo de atenção.

Os serviços socioeducativos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atualmente se enquadram como serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade e, portanto, são classificados como serviços de proteção social básica, conforme a tipificação. Contudo, como estes efetivamente faziam parte dos serviços de proteção social especial no momento em que a pesquisa foi realizada, optou-se, nesta publicação, por mantê-los no âmbito deste nível de proteção. De toda maneira, vale ressaltar que continuam sob responsabilidade dos serviços de proteção social especial as atividades de gestão relacionadas ao PETI, assim como a condução das ações de vigilância e enfrentamento do trabalho infantil.

O serviço de abordagem social nas ruas encontra compatibilidade com o atual serviço especializado em abordagem social. De igual maneira, o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto encontra compatibilidade como o atual serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade. Quanto aos serviços que foram investigados pela MUNIC sob a denominação de outros serviços para atendimento à população de rua, encontra-se sua correspondência no serviço especializado para pessoas em situação de rua; são serviços que devem propiciar o acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação, provisão de documentação etc., além de assegurar atendimento e atividades direcionadas ao

desenvolvimento da sociabilidade, na perspectiva da recuperação ou fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares e da construção de novos projetos de vida. Por fim, tem-se também no escopo da pesquisa o serviço de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência. Este último ainda não foi objeto da tipificação, embora envolva um conjunto de organizações e de atividades que tradicionalmente, têm estado vinculadas ou relacionadas com a política de assistência social.

Gráfico 37 - Percentual de municípios que ofertaram serviço de Proteção Social Especial de média complexidade, segundo o tipo de serviço realizado - Brasil - 2009



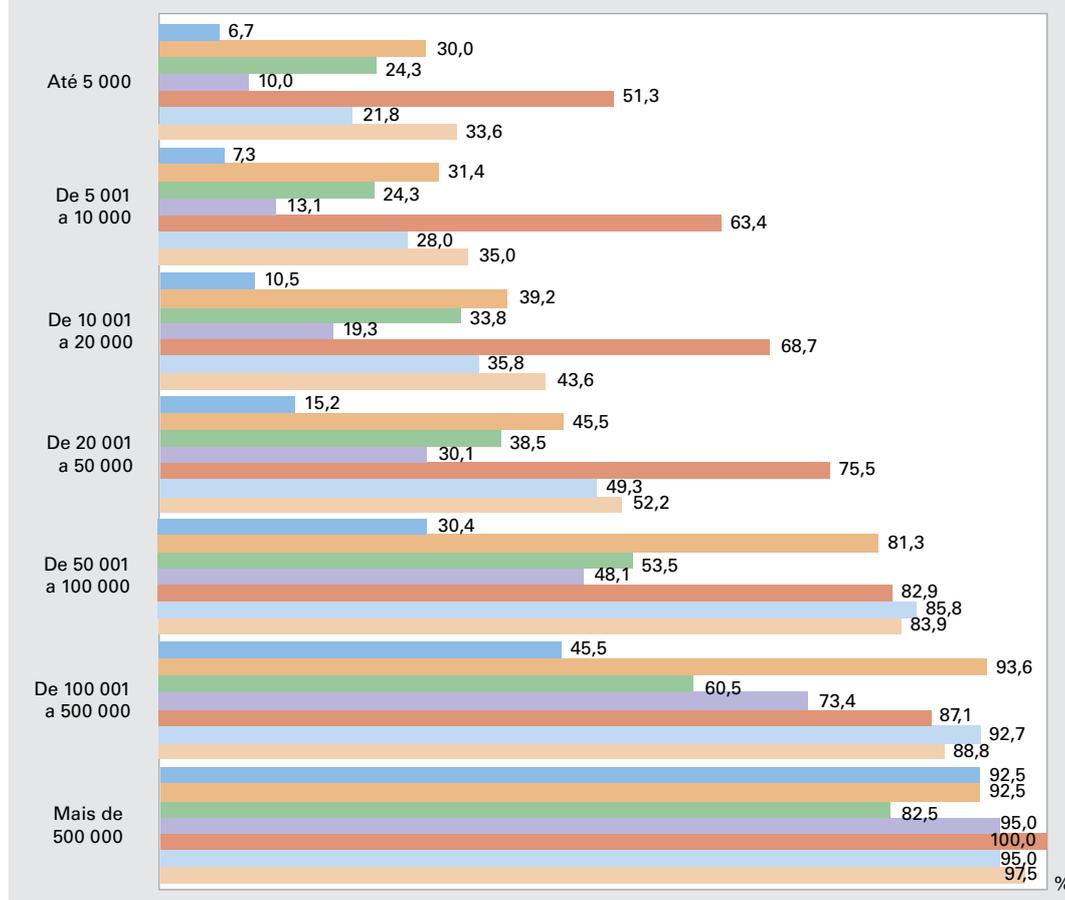
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Como demonstra o Gráfico 37, os serviços socioeducativos do PETI são os que apresentam maior incidência dentre aqueles que então compunham a proteção social especial de média complexidade. Particularmente nos municípios com até 50 000 habitantes, sua presença é expressivamente maior do que a dos demais serviços deste nível de proteção. Quanto à distribuição espacial, destaca-se sua incidência nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O grande número de municípios que realizam este serviço explica-se, sobretudo, pela ação indutora do governo federal, responsável pela criação, cofinanciamento e expansão do PETI. Em julho de 2009, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome cofinanciava os serviços socioeducativos do PETI em 3 452 municípios brasileiros.

O serviço de apoio e orientação aos indivíduos e famílias vítimas de violência e o serviço de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes - que hoje compõem, juntos, o serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI), - foram relatados como serviços realizados em 45,6% e 39,0% dos municípios, respectivamente. Neste ponto, merece destaque o fato de que o relato de realização de tais serviços é muito superior (duas vezes maior) do que o relato da existência da unidade física, na qual, idealmente, deveria estar baseada a sua execução - o centro de referência especializada de assistência social (CREAS). Como ocorre com todos os demais serviços de proteção social especial, a incidência proporcional do serviço de apoio e orientação aos indivíduos e famílias vítimas de violência e do serviço de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes é significativamente maior entre os municípios com mais de mais de 50 000 habitantes.

O serviço de abordagem social nas ruas e os denominados outros serviços para atendimento à população de rua são aqueles que apresentam as maiores diferenças de incidência quando se efetua a comparação por classes de tamanho da população dos municípios. Eles estão presentes em 95,0% dos municípios com mais de 500 000 habitantes, mas constituem os serviços com menor incidência entre os municípios com população até 100 000 habitantes. Contudo, tal distribuição não chega a surpreender, visto que guarda certa coerência com problemas sociais que se fazem sentir com mais força nos grandes aglomerados urbanos.

Gráfico 38 - Percentual de municípios por tipo de serviço socioassistencial prestado, segundo classes de tamanho da população - 2009

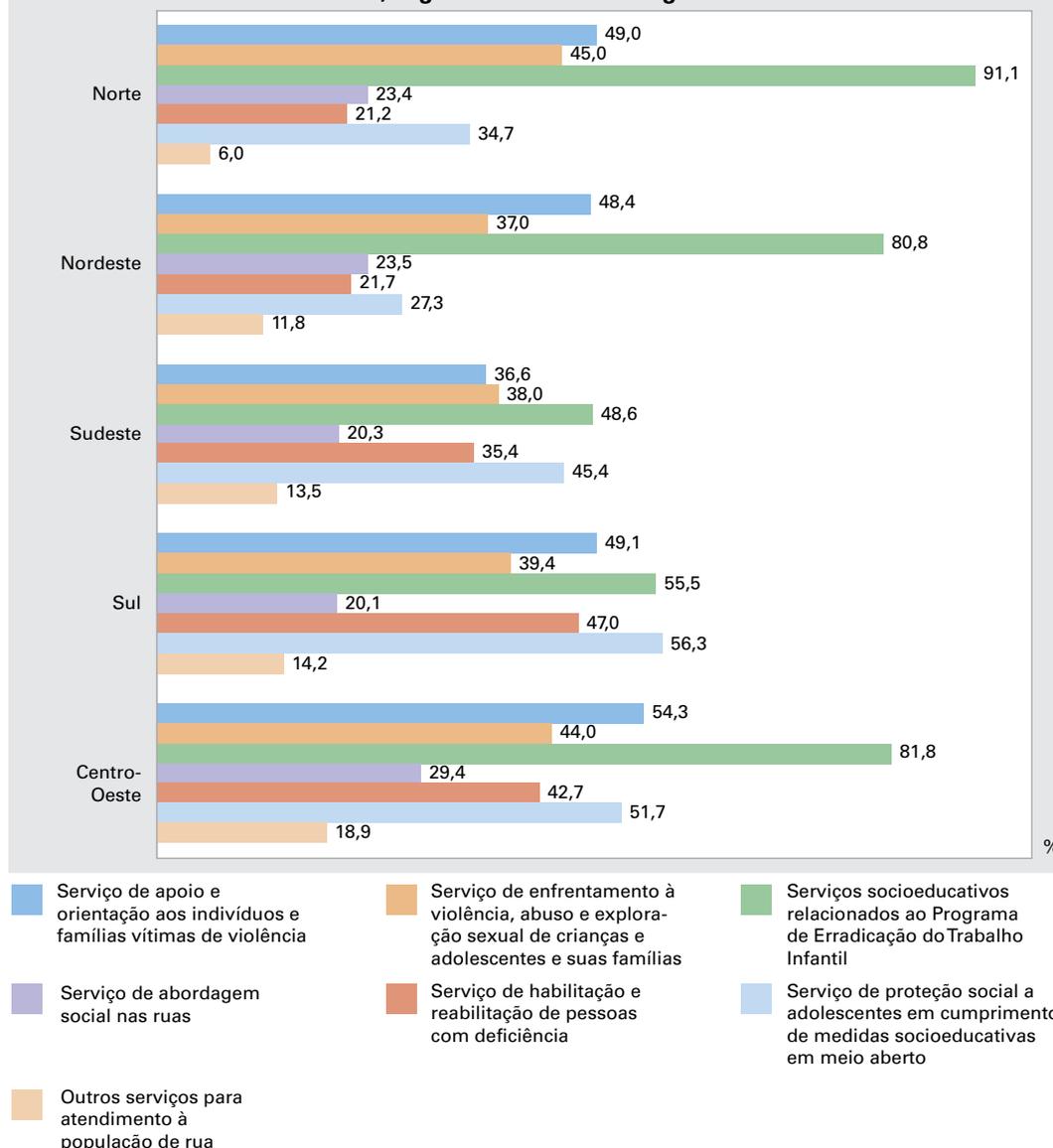


- Outros serviços para atendimento à população de rua
- Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto
- Serviço de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência
- Serviço de abordagem social nas ruas
- Serviços socio educativos relacionados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- Serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e suas famílias
- Serviço de apoio e orientação aos indivíduos e famílias vítimas de violência

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.
 Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º. de julho.

O serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto é realizado por 41,5% dos municípios. Embora siga a tendência de maior incidência proporcional nos municípios mais populosos, já aparece, também, como um dos serviços de proteção social especial mais frequentes entre aqueles de menor porte populacional: 30,0% nos municípios com até 5 000 habitantes e 31,4% nos municípios com população de 5 001 a 10 000 habitantes. No que se refere à sua distribuição espacial, observa-se que sua presença é menor nas Regiões Nordeste (27,3%) e Norte (34,7%), e tem sua maior presença na Região Sul, onde é realizado em 56,3% dos municípios.

Gráfico 39 - Percentual de municípios que ofertaram serviço de Proteção Social Especial de média complexidade, por tipo de serviço realizado, segundo as Grandes Regiões - 2009

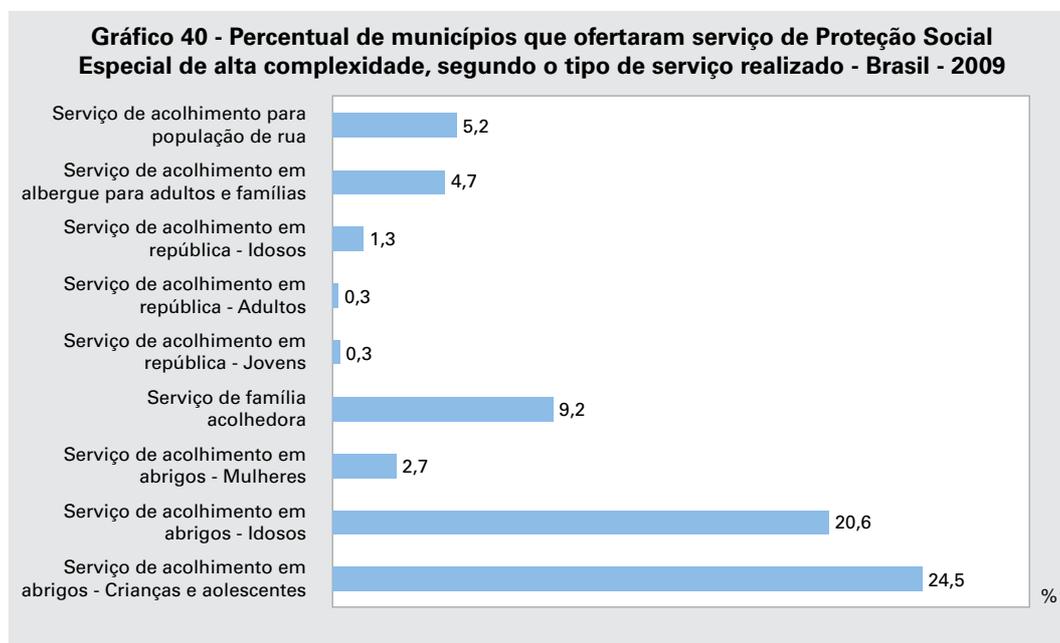


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Serviços de alta complexidade

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade englobam os chamados serviços de acolhimento. Caracterizam-se, fundamentalmente, pela oferta de moradia e alimentação aos seus usuários, assegurando-lhes, também, o acesso necessário aos demais cuidados e atenções que se façam necessários. A tipificação classifica os serviços de alta complexidade em: a) serviços de acolhimento institucional - destinados a crianças e adolescentes, adultos e famílias, mulheres em situação de violência, jovens e adultos com deficiência, e idosos, podendo organizar-se nas modalidades de: abrigo; casa-lar; casa de passagem; e residência inclusiva; b) serviço de acolhimento em república - destinado a jovens, adultos em processo de saída das ruas, e idosos; e c) serviço de acolhimento em família acolhedora - destinado a crianças e adolescentes.

Em termos de comparabilidade entre a nomenclatura dos serviços pesquisados no Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2009 e aqueles normatizados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais instituída pelo Conselho Nacional de Assistência Social, faz-se necessário esclarecer apenas a correspondência para o serviço de acolhimento para a população de rua. Com base na tipificação, este serviço está incluído nos serviços de acolhimento institucional destinados a adultos e famílias, que englobam também aqueles que, na MUNIC, foram denominados como serviços de acolhimento em albergue para adultos e famílias. Para os demais serviços de alta complexidade, a correspondência entre as nomenclaturas é bastante óbvia, dispensando maiores explicações.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

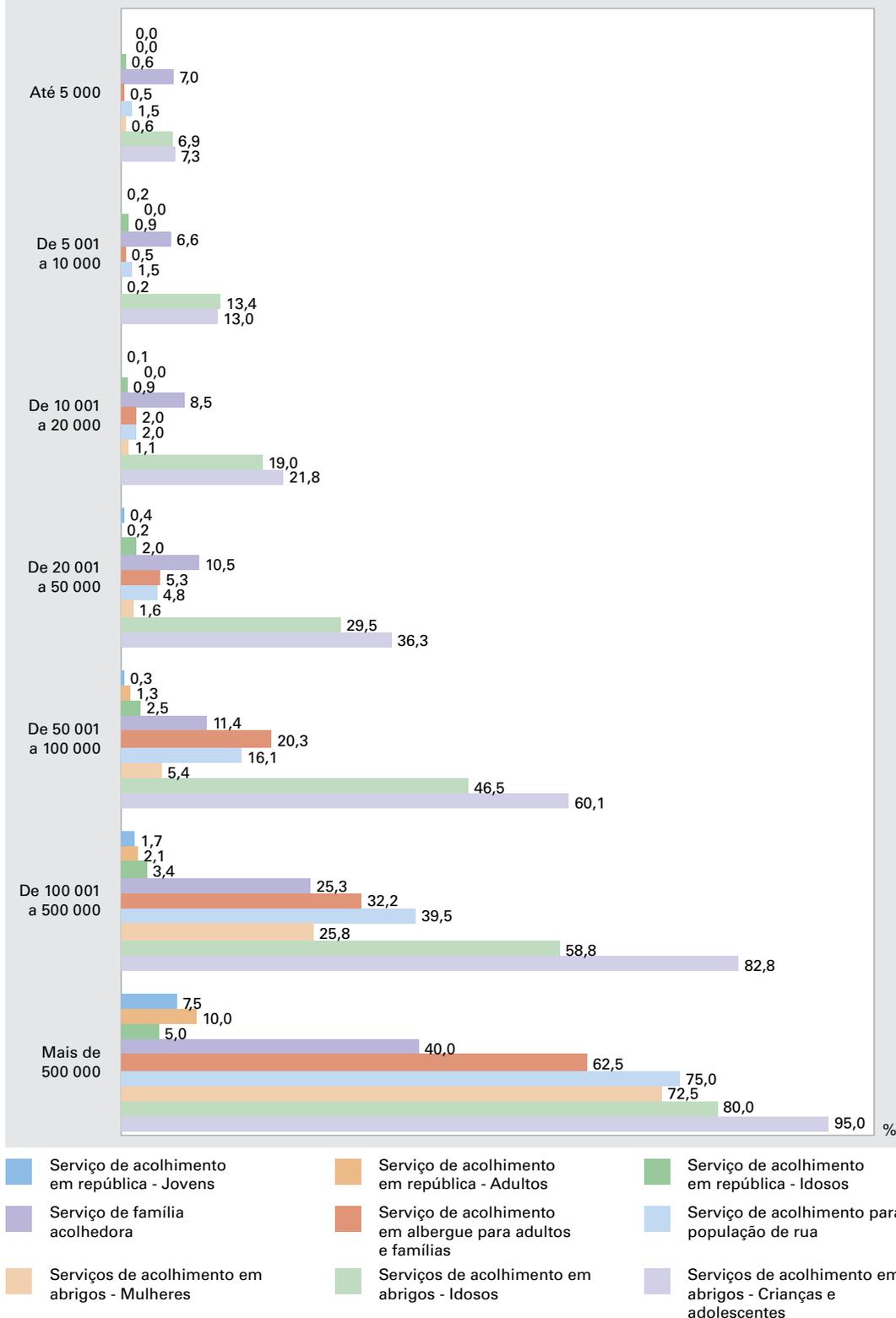
A oferta dos serviços de alta complexidade ainda é relativamente restrita e bastante focalizada nos segmentos de crianças e adolescentes e de idosos. De maneira geral, a realização dos serviços de acolhimento é significativamente mais escassa nas Regiões Nordeste e Norte, assim como nos municípios com menos de 50 000 habitantes. Nestes locais, os serviços de acolhimento dirigidos a mulheres, adultos e famílias e pessoas em situação de rua possuem baixíssima incidência, variando de 5,0% a menos de 1,0%. Os serviços de acolhimento dirigidos a crianças e adolescentes e a idosos, embora estejam mais presentes que os demais, também são bem menos frequentes nessas regiões e classes populacionais, quando comparados com aqueles oferecidos nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, ou nos municípios mais populosos.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, na modalidade de abrigo institucional, estão presentes em 24,5% do total de municípios brasileiros e, na modalidade de família acolhedora, em 9,2%. Esta última modalidade, que constitui uma alternativa inovadora e altamente positiva para o acolhimento de crianças e adolescentes, parece estar se disseminando entre os municípios, sendo observada em 40,0% daqueles com mais de 500 000 habitantes, e em 25,3% daqueles com população de 100 001 a 500 000 habitantes. É interessante notar que o acolhimento na modalidade de família acolhedora já é realizado, também, por 7,0% dos municípios com população até 5 000 habitantes e, embora esta proporção seja aparentemente baixa, é quase equivalente, nesta classe, à apresentada pela modalidade de abrigamento institucional, que atinge 7,3%.

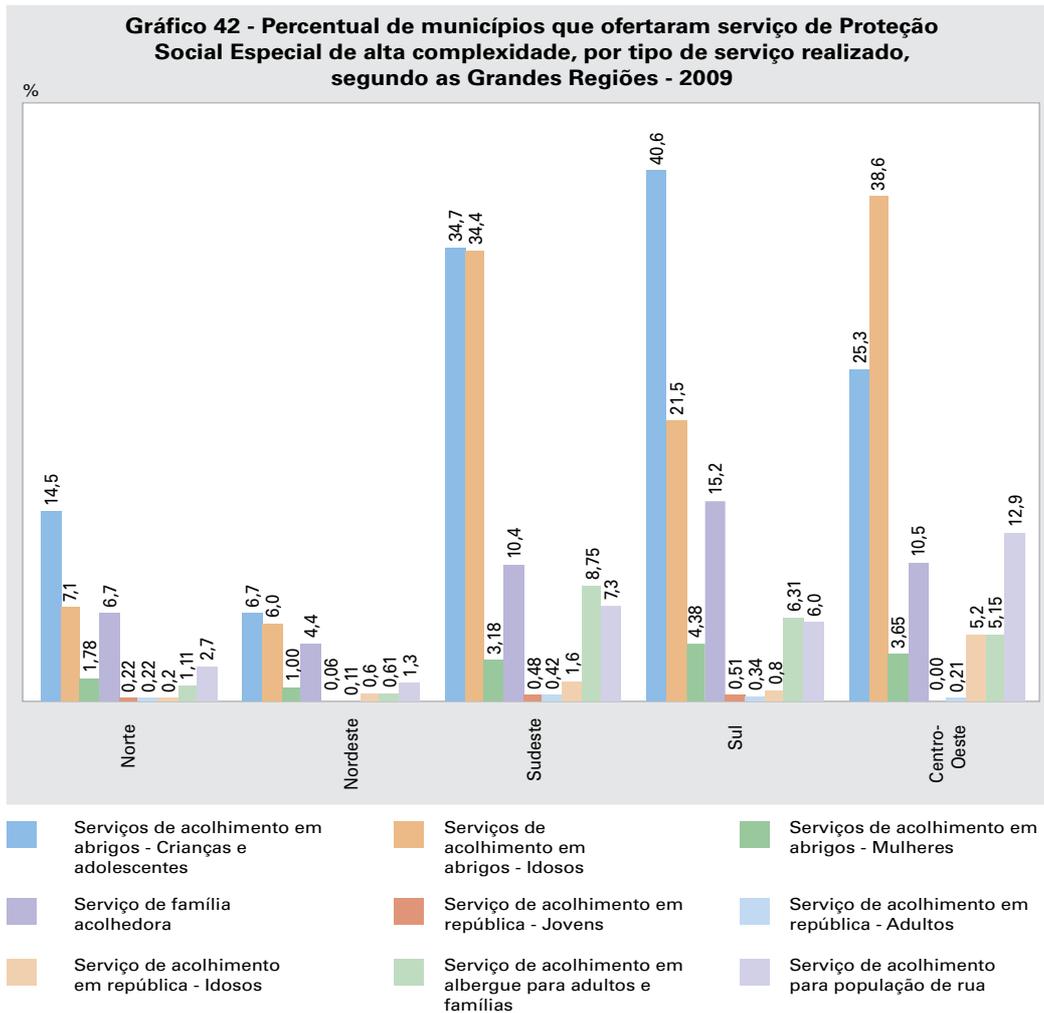
A oferta de serviços de acolhimento para idosos foi pesquisada nas modalidades de abrigo institucional e de república. A primeira modalidade se faz presente em 20,6% dos municípios, e a segunda, em apenas 1,3% dos mesmos. Cabe ressaltar que o Suplemento de Assistência Social da MUNC 2009 pesquisou exclusivamente os serviços prestados no âmbito da política de assistência social, restringindo-se assim àqueles ofertados gratuitamente aos usuários, por meio de instituições estatais ou de entidades conveniadas com o poder público; portanto, estão excluídos os serviços em instituições de longa permanência para idosos, com fins lucrativos, ou que ofertam serviços mediante pagamento dos usuários.

As mulheres, embora sejam um segmento bastante afetado por situações de violência doméstica e, portanto, potencialmente demandante de serviços de acolhimento, têm uma oferta extremamente restrita desses serviços, observada em apenas 2,7% dos municípios brasileiros. A distribuição da oferta é muito desigual, conforme o porte populacional dos mesmos: se por um lado chega a ser observada em 72,5% dos municípios com mais de 500 000 habitantes, por outro, é inferior a 2,0% entre aqueles com até 50 000 habitantes.

Gráfico 41 - Percentual de municípios que ofertaram serviço de Proteção Social Especial de alta complexidade, por tipo de serviço realizado, segundo as classes da tamanho da população dos municípios - Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.
 Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.



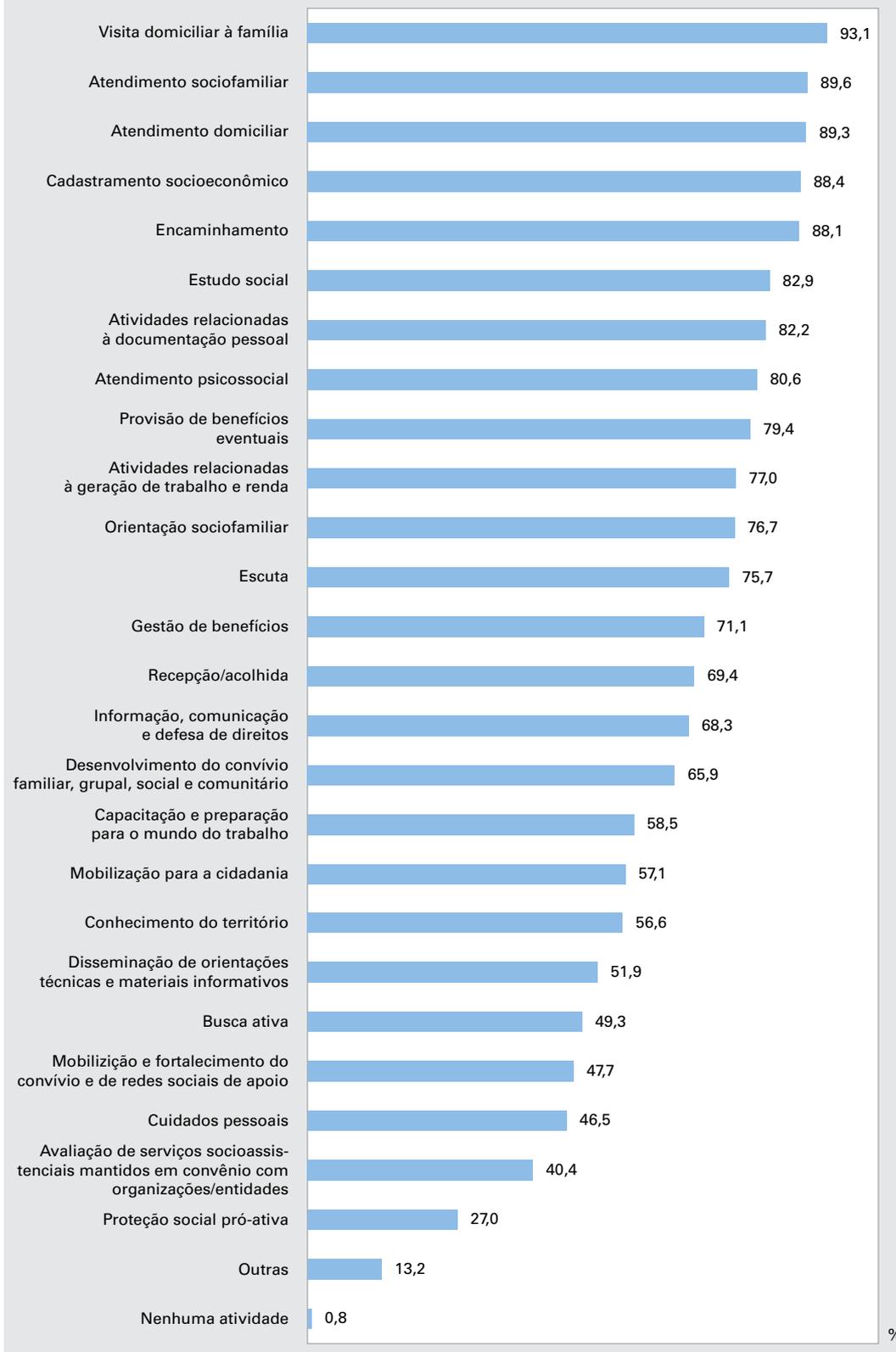
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Principais atividades realizadas na execução e na gestão dos serviços

A MUNIC 2009 buscou capturar quais as principais atividades realizadas para a execução dos serviços socioassistenciais e para a gestão do SUAS, entretanto, não é possível estabelecer uma relação direta entre os serviços e as atividades, como seria desejável idealmente. Também deve-se considerar que algumas atividades listadas no questionário possibilitavam interpretações variadas, comprometendo em certa medida a objetividade dos dados declarados e limitando a possibilidade de análise dos mesmos. Ainda assim, algumas informações apresentadas nos Gráficos 43 e 44 são bastante ilustrativas do trabalho realizado pelos profissionais que atuam na política de assistência social.

A visita domiciliar à família é a atividade mais citada (93,1%) dentre aquelas que são realizadas para a execução dos serviços socioassistenciais. Este dado, por si, já revela uma peculiaridade da política de assistência social, comparativamente a outras políticas sociais. Ainda que sempre mediada pela técnica profissional, o atendimento e a provisão do serviço socioassistencial implicam o estabelecimento de uma relação de proximidade com o usuário e a necessidade de conhecimento do seu ambiente familiar e dos seus vínculos comunitários, razão pela qual a visita domiciliar constitui uma atividade tão presente nesta área.

Gráfico 43 - Percentual de municípios que realizaram serviços socioassistenciais, segundo o tipo de atividade realizada para a execução dos serviços - Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

A atividade de cadastramento socioeconômico, embora sempre tenha sido uma prática frequente, foi seguramente disseminada pela expansão dos programas de transferência de renda, para os quais esta atividade é absolutamente indispensável. Considerando que os programas de transferência de renda estão presentes em todos os municípios do País, quer seja pelo Programa Bolsa Família, quer por outros programas estaduais e/ou municipais, e que a gestão destes é, quase que invariavelmente, realizada pelos órgãos da política de assistência social, é bastante compreensível que esta atividade tenha sido mencionada por 88,4% dos municípios.

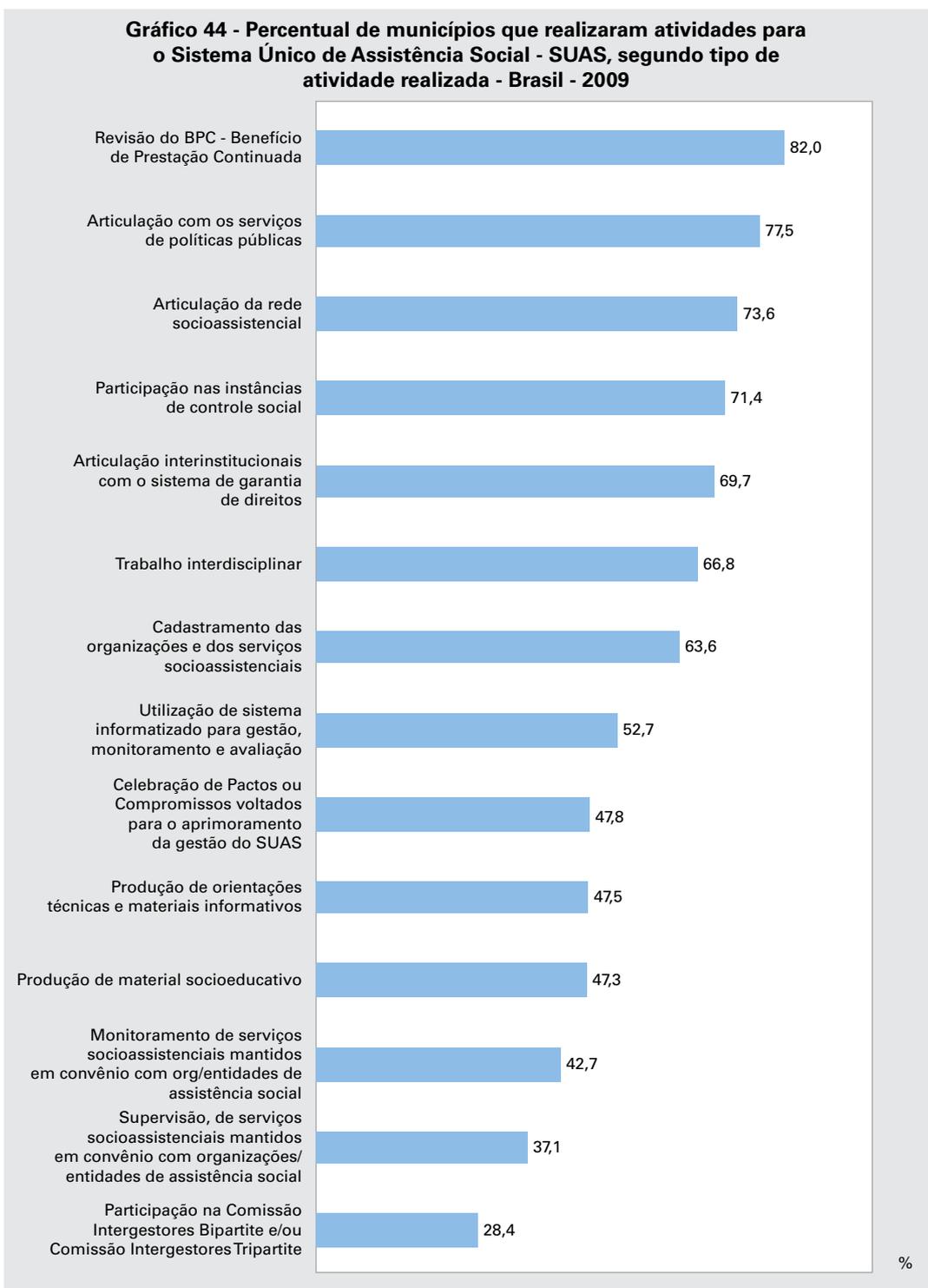
A provisão de benefícios eventuais é um componente necessário e importante no campo da assistência social, e foi mencionado por 79,4% dos municípios. Constitui um direito legítimo de assistência - previsto, inclusive, pela Lei Orgânica da Assistência Social - para pessoas e famílias afetadas por contingências sociais e que apresentam necessidade de apoio imediato para minimizar riscos, perdas e danos. A provisão de benefícios eventuais, contudo, comporta práticas das mais variadas, que podem muitas vezes estar a serviço de relações clientelistas que tradicionalmente maculam a política de assistência social e outras políticas públicas em nosso País. Uma avaliação sobre a positividade, ou não, da elevada incidência desta atividade necessitaria de um maior número de informações relativas ao tipo de benefícios concedidos e, principalmente, da forma de acesso aos mesmos.

A também expressiva incidência das atividades relacionadas à geração de trabalho e renda (77,0%) e a capacitação e preparação para o mundo do trabalho (58,5%) apontam para o fato de que o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social passam, em grande medida, pela superação de problemas relacionados à inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Entretanto, a efetividade destas atividades depende, cada vez mais, de um adequado planejamento e da excelência de qualidade na sua execução. Também neste caso, a avaliação sobre a positividade, ou não, da elevada incidência destas atividades necessitaria de um maior número de informações sobre seu conteúdo e modo de execução.

As duas atividades relacionadas à mobilização (mobilização para cidadania e mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio) alcançam incidências de, respectivamente, 57,1% e 47,7%. Embora expressivas, estas proporções são relativamente baixas, quando comparadas às de outras atividades relatadas pelos municípios.

No campo das atividades relacionadas à gestão, duas merecem especial destaque. A primeira delas é a revisão do benefício de prestação continuada, relatada por 82,0% dos municípios. Embora objeto de dificuldades operacionais, o processo de revisão desse tipo de benefício é uma atividade que contribui para que a área de assistência social se aproprie efetivamente da gestão deste importante benefício assistencial instituído pela Constituição Federal de 1988, mas cuja gestão e operacionalização ainda se encontra, em parte, vinculada a órgãos da previdência social. O segundo destaque diz respeito às atividades de supervisão de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações não governamentais e entidades de assistência social, que foram declaradas por apenas 37,1% dos municípios. Considerando o grande número de entidades conveniadas com o poder público para provisão de serviços assistenciais, chama atenção o fato de 2/3 dos municípios não realizarem atividades de supervisão dos serviços mantidos por convênio. A não realização de supervisão indica baixo controle do poder público sobre as condições de acesso e a qualidade das ações desenvolvidas por estas entidades, e deve, portanto, ser objeto de reflexão pelos gestores do SUAS.

Gráfico 44 - Percentual de municípios que realizaram atividades para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo tipo de atividade realizada - Brasil - 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Unidades da rede de serviços socioassistenciais

Constitui diretriz do SUAS que a rede de proteção social básica e especial seja constituída por “unidades públicas de referência” de cada nível de proteção e outras unidades públicas ou de entidades e organizações de assistência social. Essas unidades podem ser operadas diretamente por organizações governamentais ou indiretamente, mediante convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de assistência social.

As unidades da rede de serviços socioassistenciais devem favorecer o cumprimento dos objetivos específicos de cada nível de proteção social a que estão vinculadas (básica ou especial) e garantir que suas ações sejam articuladas às demais unidades da rede, com vistas a promover a completude de provisão de proteção social aos seus usuários.

A rede de proteção social do SUAS tem por direção a universalidade, devendo favorecer o alcance dos direitos socioassistenciais a todos os que deles necessitarem. As unidades da rede de proteção social básica devem estar presentes em grupos territoriais com até 5 000 famílias em situação de vulnerabilidade social; as unidades da rede de proteção social especial podem ser organizadas com base local, em municípios com maior incidência da violação dos direitos, ou por meio de serviços de referência regional, coordenados e executados pelos estados ou por intermédio de consórcios públicos entre os municípios.

Unidades da rede de proteção social básica

Centro de referência de assistência social (CRAS)

Na proteção social básica, a unidade pública estatal de referência para a organização e a oferta dos seus serviços é o centro de referência de assistência social (CRAS), que é uma unidade descentralizada da política de assistência social e a principal porta de entrada do SUAS, dada a sua capilaridade nos territórios, possibilitando o acesso das famílias à rede de proteção social de assistência social.

O serviço socioassistencial que necessariamente deve ser ofertado nesses centros é o serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF), porém, se houver espaço físico, equipamentos, recursos humanos e materiais compatíveis, outros serviços e ações de proteção social básica poderão ser ofertados.

De acordo com a Tabela 6, que fornece informações sobre a existência de unidades físicas da rede socioassistencial, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios, existem 5 029 municípios com unidades físicas no Brasil. A não totalidade de cobertura aponta aos gestores das três esferas de governo que estes devem continuar a perseguir a diretriz da universalização da proteção social básica do SUAS até 2015, conforme compromisso firmado nas metas nacionais do Plano Decenal de Assistência Social. O alcance dessa meta significará colocar um centro de referência de assistência social em grupos territoriais com até 5 000 famílias em situação de vulnerabilidade social.

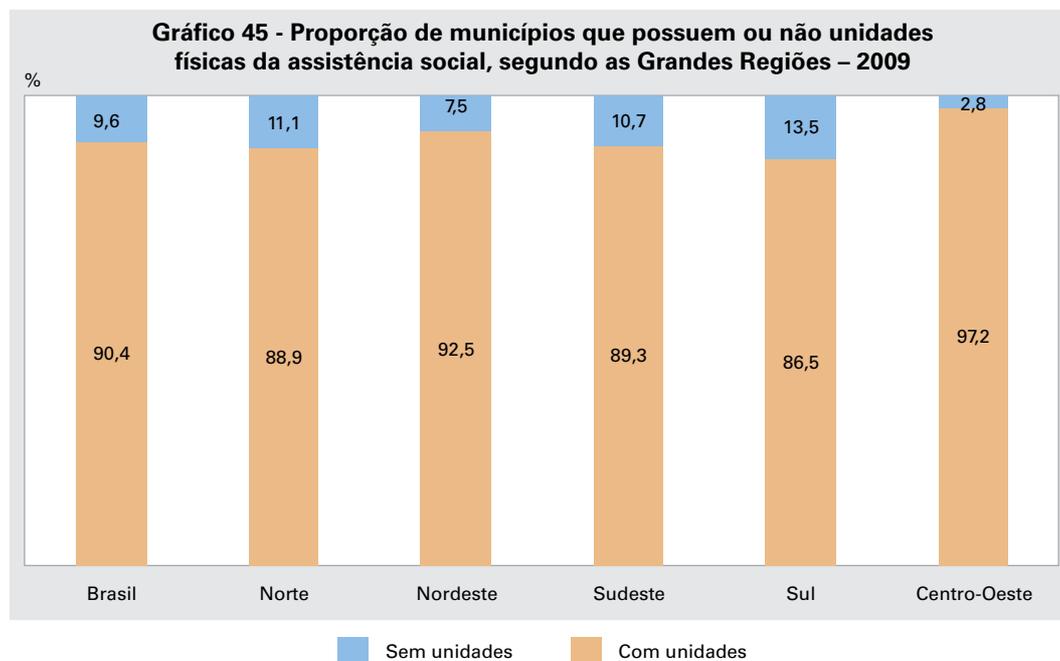
A distribuição das unidades físicas da rede socioassistencial por Grandes Regiões mostra que a Região Sul apresentou a menor proporção de municípios com este equipamento (86,5%). Em seguida, figuram as Regiões Norte, com 88,9%, e Sudeste, com 89,3%. As Regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram as maiores proporções: 92,5% e 97,2%, respectivamente.

Tabela 6 - Municípios, total, por existência de unidades físicas da rede de assistência social, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios		
	Total	Unidades físicas da rede de assistência social	
		Com existência	Sem existência
Brasil	5 565	5 029	536
Até 5 000	1 257	1 012	245
De 5 001 a 10 000	1 294	1 137	157
De 10 001 a 20 000	1 370	1 276	94
De 20 001 a 50 000	1 055	1 016	39
De 50 001 a 100 000	316	315	1
De 100 001 a 500 000	233	233	-
Mais de 500 000	40	40	-
Grandes Regiões			
Norte	449	399	50
Nordeste	1 794	1 660	134
Sudeste	1 668	1 489	179
Sul	1 188	1 028	160
Centro-Oeste	466	453	13

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

De acordo com a Tabela 7, que fornece informações sobre a existência de centro de referência de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios, existem 5 499 centros deste tipo distribuídos em 4 032 municípios brasileiros, ou seja, em 72,5% do total do País. A Região Sul apresentou a menor proporção desse equipamento, 52,4%, vindo a seguir a Região Sudeste, com 67,8%, e as Regiões Norte e Centro-Oeste, ambas com 75,1%. A Região Nordeste declarou a maior proporção: 88,7%. Em todas as regiões, parece haver uma relação direta entre a presença de centro de referência de assistência social e o número de habitantes no município, isto é, quanto maior a população maior a probabilidade de ocorrência deste equipamento.

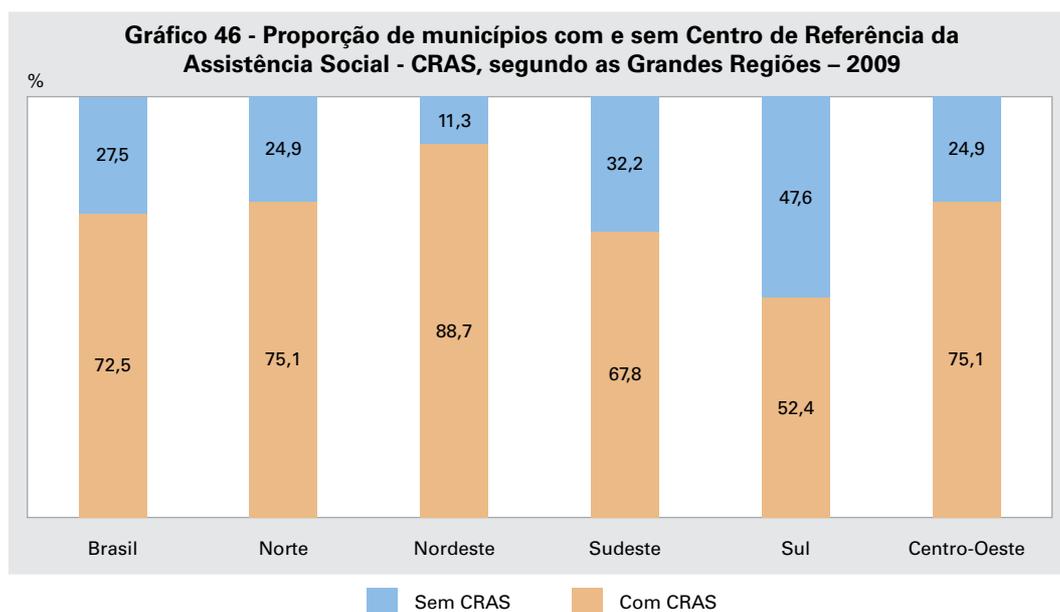
Tabela 7 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios				
	Total	Com existência da modalidade de CRAS		Sem existência da modalidade de CRAS e CREAS	
		Total de municípios com CRAS (1)			
		Absoluto	Relativo (%)		
Brasil	5 565	4 032	72,5	5 499	1 533
Até 5 000	1 257	664	52,8	666	593
De 5 001 a 10 000	1 294	858	66,3	870	436
De 10 001 a 20 000	1 370	1 068	78,0	1 130	302
De 20 001 a 50 000	1 055	884	83,8	996	171
De 50 001 a 100 000	316	295	93,4	498	21
De 100 001 a 500 000	233	224	96,1	891	9
Mais de 500 000	40	39	97,5	448	1
Grandes Regiões					
Norte	449	337	75,1	429	112
Nordeste	1 794	1 591	88,7	1 917	203
Sudeste	1 668	1 131	67,8	1 904	537
Sul	1 188	623	52,4	799	565
Centro-Oeste	466	350	75,1	450	116

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

(1) Inclusive municípios com o número de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o número de unidades ignorado.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Centro de convivência

Na proteção social básica, outra unidade física também apoia o trabalho social com famílias desenvolvido no centro de referência de assistência social: o centro de convivência. Nele são ofertados serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes, jovens e idosos e suas famílias, que são realizados em grupos, de acordo com o seu ciclo de vida ou intergeracionais, promovendo o desenvolvimento de sociabilidades, autonomia e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Considerados como modalidades de centros de convivência para públicos específicos, existem os centros de juventude e os centros de atendimento à criança e adolescente.

De acordo com a Tabela 8, que trata da existência de centros de convivência, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios, existem 911 centros deste tipo distribuídos em 1 426 municípios, o que representa menos de 1/3 do total do País. Destas unidades, 570 são públicas e 341, conveniadas. Considerando, também, a existência dos centros de juventude e dos centros de atendimento à criança e adolescente nos municípios brasileiros, existem 5 451 centros de convivência em todo o País. Com relação aos centros da juventude, em 6,9% dos municípios é possível encontrá-los. Na Região Norte, esta modalidade apresenta proporção bem superior à média observada para o conjunto do País, alcançando 14,3%. Também neste mesmo sentido destacam-se a Região Sudeste, com 9,2%, e mais timidamente a Região Centro-Oeste, com 7,5%. Na direção oposta, as Regiões Nordeste e Sul registraram 5,4% e 2,9%, respectivamente. Com relação aos centros de atendimento à criança e adolescente, é possível encontrá-los em 28,3% dos municípios brasileiros. A região que tem proporcionalmente mais municípios com este tipo de equipamento é a Sudeste (35,4%), seguida pelas Regiões Sul (32,5%) e Norte (30,1%). As Regiões Centro-Oeste e Nordeste encerram a lista com 25,3% e 19,2%, respectivamente.

Tabela 8 - Municípios, total, com existência de Centro de convivência, Centro da juventude e Centro de atendimento à criança e adolescente. por tipo de unidade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios												
	Total	Com existência de Centro de convivência				Com existência de Centro da juventude				Com existência de Centro de atendimento à criança e adolescente			
		Total (1)		Quantidade de unidades (2)		Total (1)		Quantidade de unidades (2)		Total (1)		Quantidade de unidades (2)	
		Abso-luto	Rela-tivo (%)	Públi-cas	Con-veni-adadas	Abso-luto	Rela-tivo (%)	Públi-cas	Con-veni-adadas	Abso-luto	Rela-tivo (%)	Públi-cas	Con-veni-adadas
Brasil	5 565	1 426	25,6	570	341	384	6,9	731	336	1 573	28,3	1 894	1 579
Até 5 000	1 257	257	20,4	35	13	47	3,7	39	11	272	21,6	235	68
De 5 001 a 10 000	1 294	245	18,9	32	17	56	4,3	46	15	294	22,7	275	78
De 10 001 a 20 000	1 370	317	23,1	87	22	81	5,9	70	18	366	26,7	345	121
De 20 001 a 50 000	1 055	338	32,0	111	47	102	9,7	100	18	353	33,5	348	174
De 50 001 a 100 000	316	128	40,5	86	52	38	12,0	50	24	137	43,4	221	147
De 100 001 a 500 000	233	110	47,2	119	70	43	18,5	362	62	121	51,9	309	300
Mais de 500 000	40	31	77,5	100	120	17	42,5	64	188	30	75,0	161	691
Grandes Regiões													
Norte	449	96	21,4	28	2	64	14,3	60	17	135	30,1	142	19
Nordeste	1 794	280	15,6	82	32	96	5,4	120	71	344	19,2	406	184
Sudeste	1 668	460	27,6	244	195	154	9,2	468	205	590	35,4	693	1 092
Sul	1 188	392	33,0	178	93	35	2,9	40	24	386	32,5	475	205
Centro-Oeste	466	198	42,5	38	19	35	7,5	43	19	118	25,3	178	79

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

(1) Inclusive municípios com o número de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o número de unidades ignorado.

Centro de geração de trabalho e renda

Outra modalidade de unidade física de proteção social básica é o centro de geração de trabalho e renda, que visa à promoção da inclusão produtiva de indivíduos, famílias e comunidades. Nele são executados projetos de enfrentamento à pobreza, por meio de ações de capacitação profissional e de inserção produtiva.

De acordo com a Tabela 9, que trata da existência de centros de geração de trabalho e renda, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios, existem 2 233 centros deste tipo distribuídos em 1 320 municípios brasileiros. Destas unidades, 1 609 unidades são públicas e 624, conveniadas. Considerando que as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente do acesso precário ou nulo à renda constituem o público que prioritariamente acessa as ações da política de assistência social, compreende-se o número expressivo dessas unidades, como forma de enfrentamento aos problemas relacionados à inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Regionalmente, o Nordeste e o Norte são as áreas onde há maior incidência de municípios com centros de geração de trabalho e renda: 81,3% e 68,8%, respectivamente. A Região Centro-Oeste aparece em seguida, com 67,2%. As Regiões Sudeste (51,7%) e Sul (46,8%) registraram as menores proporções.

Tabela 9 - Municípios, total e com existência de Centro de geração de trabalho e renda, por tipo de unidade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões -2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios				
	Total	Com Centro de geração de trabalho e renda			
		Total (1)		Quantidade de unidades (2)	
		Absoluto	Relativo (%)	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	1 320	23,7	1 609	624
Até 5 000	1 257	199	15,8	247	38
De 5 001 a 10 000	1 294	223	17,2	234	42
De 10 001 a 20 000	1 370	276	20,1	300	99
De 20 001 a 50 000	1 055	330	31,3	346	111
De 50 001 a 100 000	316	140	44,3	174	54
De 100 001 a 500 000	233	122	52,4	225	159
Mais de 500 000	40	30	75,0	83	121
Grandes Regiões					
Norte	449	309	68,8	111	21
Nordeste	1 794	1 458	81,3	316	126
Sudeste	1 668	862	51,7	540	287
Sul	1 188	556	46,8	452	162
Centro-Oeste	466	313	67,2	190	28

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

(1) Inclusive municípios com o número de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o número de unidades ignorado.

Unidades da rede de proteção social especial

Unidades de média complexidade

A unidade pública estatal, polo de referência, coordenadora e articuladora da proteção social especial de média complexidade, é o centro de referência especializado de assistência social (CREAS), que é a unidade responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados às famílias e indivíduos com direitos violados. Os serviços socioassistenciais ofertados nesse centro são os seguintes: serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI); serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade; e serviço especializado em abordagem social.

O centro de referência especializado de assistência social poderá ser implantado com abrangência local/municipal ou regional, de acordo com o porte, nível de gestão e demanda dos municípios, além do grau de incidência e complexidade das situações de violação de direitos.

De acordo com a Tabela 10, que trata da existência de centro de referência especializado de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios, existem 1 239 centros deste tipo distribuídos em 1 116 municípios brasileiros. A Região Centro-Oeste apresentou a maior proporção de municípios com este equipamento, 29,0%, vindo, em seguida, as Regiões Norte (25,6%) e Nordeste (22,5%). As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as menores proporções: 17,4% e 14,6%, respectivamente.

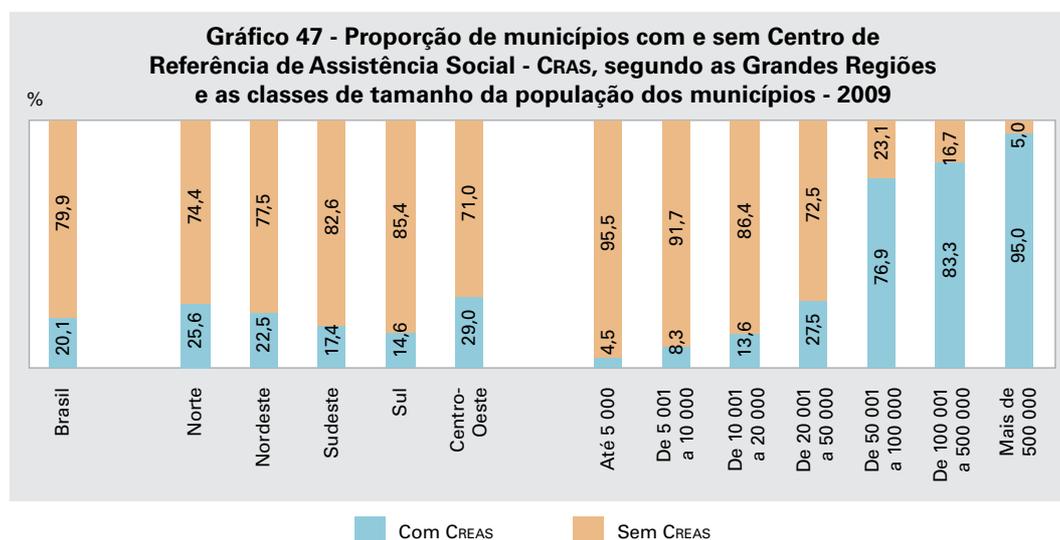
Tabela 10 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios			
	Total	Com existência da modalidade de CREAS		
		Total CREAS (1)		Quantidade de unidades do CREAS (2)
		Absoluto	Relativo (%)	
Brasil	5 565	1 116	20,1	1 239
Até 5 000	1 257	57	4,5	56
De 5 001 a 10 000	1 294	107	8,3	112
De 10 001 a 20 000	1 370	187	13,6	196
De 20 001 a 50 000	1 055	290	27,5	297
De 50 001 a 100 000	316	243	76,9	254
De 100 001 a 500 000	233	194	83,3	241
Mais de 500 000	40	38	95,0	83
Grandes Regiões				
Norte	449	115	25,6	118
Nordeste	1 794	403	22,5	423
Sudeste	1 668	290	17,4	352
Sul	1 188	173	14,6	194
Centro-Oeste	466	135	29,0	152

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

(1) Inclusive municípios com o número de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o número de unidades ignorado.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Unidades de alta complexidade

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade que possuem unidades físicas específicas para a sua oferta, são os serviços de acolhimento institucional e o serviço de acolhimento em república.

Serviços de acolhimento institucional

Os serviços de acolhimento institucional ofertados nas modalidades casa-lar, abrigo, casa de passagem e residência inclusiva, são serviços destinados a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, para garantir a proteção integral. Esses serviços devem ser ofertados em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário; devem funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. O atendimento deve ser personalizado e adequado às especificidades do público atendido: crianças e adolescentes; adultos e famílias; mulheres em situação de violência; jovens e adultos com deficiência; e idosos.

A casa-lar é uma modalidade de serviço de acolhimento institucional que, de acordo com a tipificação, pode ser destinado ao atendimento de crianças, adolescentes e idosos. No atendimento de crianças e adolescentes, a casa-lar tem por parâmetro o atendimento em unidade residencial, onde uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente, prestando cuidados a um grupo de até dez crianças e/ou adolescentes; no atendimento ao público idoso, esse serviço tem por parâmetro o atendimento em unidade residencial, com grupos de até dez idosos, devendo contar com pessoal habilitado, treinado e supervisionado por equipe técnica capacitada para auxiliar nas atividades da vida diária.

Tabela 11 - Municípios, total e com existência de Casa-lar, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

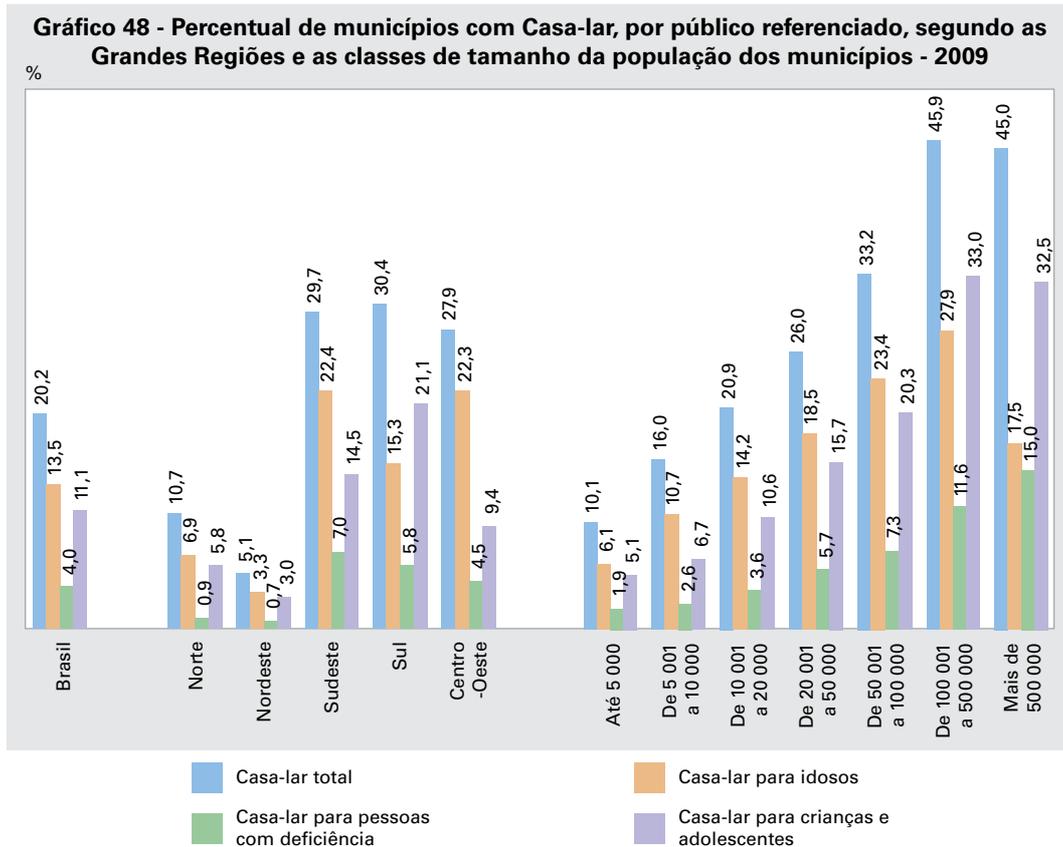
Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios												
	Total	Casa-lar, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade											
		Total (1)			Idosos			Pessoas com deficiência			Crianças e adolescentes		
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)	
			Públicas	Convenidas		Públicas	Convenidas		Públicas	Convenidas		Públicas	Convenidas
Brasil	5 565	1 125	814	1 406	750	314	637	223	62	197	616	436	601
Até 5 000	1 257	127	122	91	77	40	37	24	5	16	64	32	39
De 5 001 a 10 000	1 294	207	115	154	138	51	88	33	9	25	87	54	48
De 10 001 a 20 000	1 370	287	187	244	194	72	137	50	12	41	145	115	70
De 20 001 a 50 000	1 055	274	161	349	195	71	183	60	12	53	166	98	126
De 50 001 a 100 000	316	105	88	152	74	43	76	23	10	25	64	43	52
De 100 001 a 500 000	233	107	124	266	65	35	96	27	9	29	77	86	145
Mais de 500 000	40	18	12	150	7	2	20	6	5	8	13	8	121
Grandes Regiões													
Norte	449	48	54	20	31	25	7	4	1	3	26	28	10
Nordeste	1 794	91	80	129	60	53	62	12	2	8	53	37	68
Sudeste	1 668	495	303	726	373	102	371	117	39	112	242	158	253
Sul	1 188	361	243	428	182	47	146	69	10	62	251	176	231
Centro-Oeste	466	130	134	103	104	87	51	21	10	12	44	37	39

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

(1) Quando não foi possível a quantificação por público referenciado, considerou-se apenas o número total de unidades. (2) Inclusive municípios com o número de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com o número de unidades ignorado.

Acerca da existência de casa-lar, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios, observa-se que em apenas 20,2% dos municípios brasileiros existe alguma unidade deste tipo. A proporção sobe para 30,4% na Região Sul, 29,7% na Região Sudeste, e 27,9% na Região Centro-Oeste, caindo, nas Regiões Norte e Nordeste, para 10,7% e 5,1%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

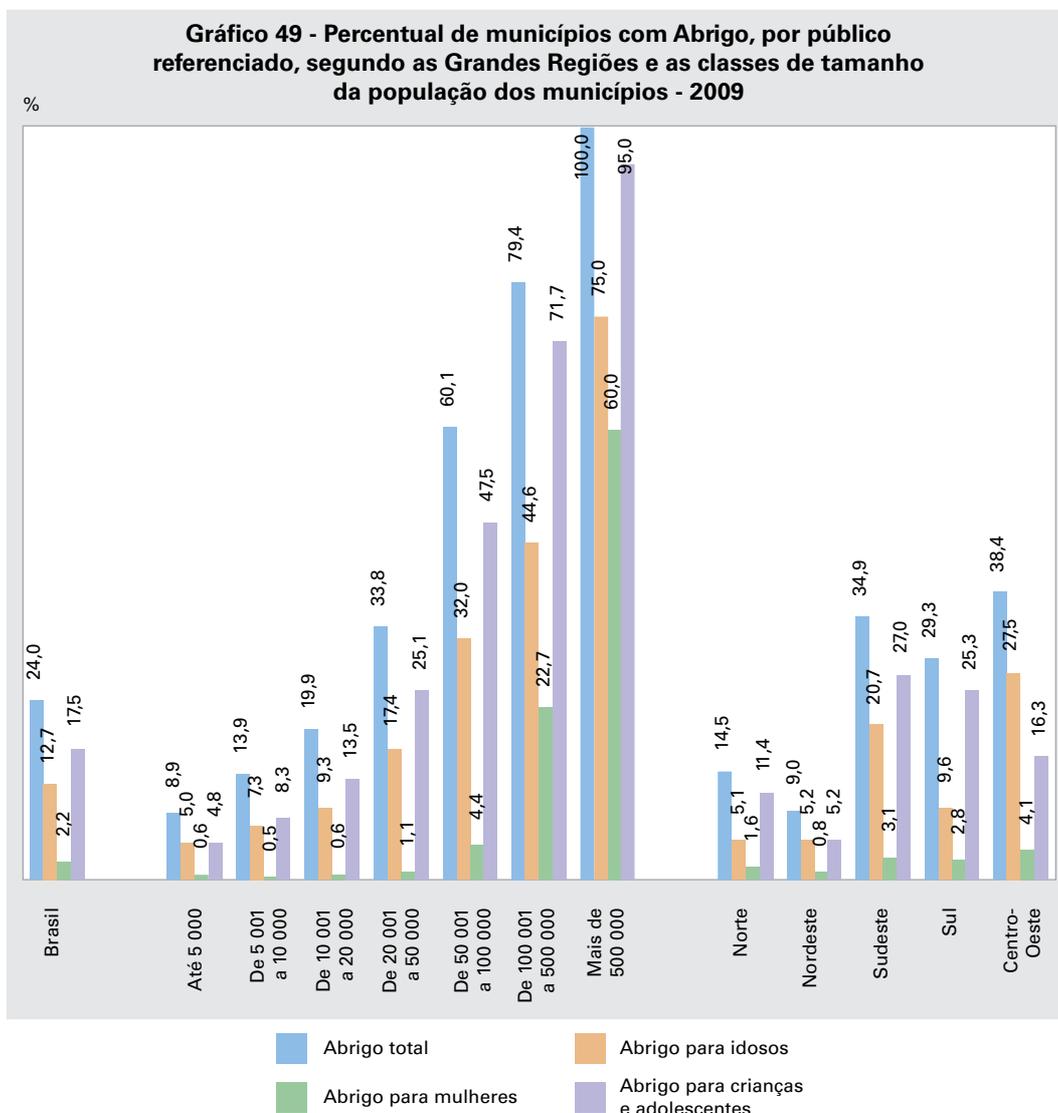
Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º. de julho.

Segundo o público a que se destinam, as unidades de casa-lar investigadas na pesquisa apresentaram proporções não expressivas, destacando-se aquelas voltadas para crianças e adolescentes, que foram proporcionalmente mais presentes nas Regiões Sudeste e Sul: 14,5% e 21,1%, respectivamente. Com relação às dedicadas ao trabalho com idosos, estas se encontram em 6,9% dos municípios da Região Norte, proporção superior à encontrada na Região Nordeste (3,3%).

Como outros equipamentos analisados nessa seção, a presença de casa-lar tende a ser proporcionalmente mais expressiva nos municípios mais populosos.

O abrigo institucional é uma modalidade de serviço de acolhimento institucional que pode ser destinado ao atendimento de crianças, adolescentes, adultos, famílias, mulheres em situação de violência e idosos. O espaço físico deve garantir condições de moradia, endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho, higiene pessoal e vestuário. A acessibilidade deve estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

De acordo com a Tabela de resultados 67, que trata da existência de abrigo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios, este equipamento está presente em 1 336 municípios brasileiros, ou seja, em 24,0% do total do País.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

Os abrigos institucionais para crianças e adolescentes existem em maior número que os voltados para o atendimento aos públicos de idosos e de mulheres vítimas de violência, representando quase 2/3 do número de abrigos institucionais existentes no País. Eles estão presentes em 964 municípios, ou seja, em 17,3% do total. A Região Sudeste apresenta a maior proporção de municípios com este equipamento, 27,0%, seguida pelo Sul, com 25,3%, e o Centro-Oeste, com 16,3%. As Regiões Norte e Nordeste registraram menor proporção de municípios com abrigos para este público. Esses números apontam a permanência do grande desafio político de concretizar os direitos das crianças e adolescentes à preservação dos vínculos familiares e comunitários, cumprindo as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária: garantir a excepcionalidade e provisoriamente dos programas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Tabela 12 - Municípios, total e com existência de Abrigo, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios											
	Total	Com existência de Abrigo, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade										
		Total (1) (2)	Idosos				Mulheres			Crianças e adolescentes		
			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
				Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas	
Brasil	5 565	1 336	711	203	860	130	88	63	964	728	1 163	
Até 5 000	1 257	112	64	30	32	9	4	2	61	26	51	
De 5 001 a 10 000	1 294	180	95	39	59	6	2	2	107	64	57	
De 10 001 a 20 000	1 370	272	129	37	110	9	4	5	185	118	92	
De 20 001 a 50 000	1 055	357	185	38	231	13	5	8	266	174	205	
De 50 001 a 100 000	316	190	103	27	105	16	12	7	152	107	135	
De 100 001 a 500 000	233	185	105	21	200	53	37	20	167	152	248	
Mais de 500 000	40	40	30	11	123	24	24	19	38	87	375	
Grandes Regiões												
Norte	449	65	26	20	8	10	10	-	53	63	24	
Nordeste	1 794	162	94	29	159	15	24	4	93	70	165	
Sudeste	1 668	582	346	58	481	51	23	36	451	302	660	
Sul	1 188	348	115	25	138	34	21	12	302	231	260	
Centro-Oeste	466	179	130	71	74	20	10	11	77	62	54	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

(1) Quando não foi possível a quantificação por público referenciado, considerou-se apenas o número total de unidades. (2) Inclusive municípios com o número de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com o número de unidades ignorado.

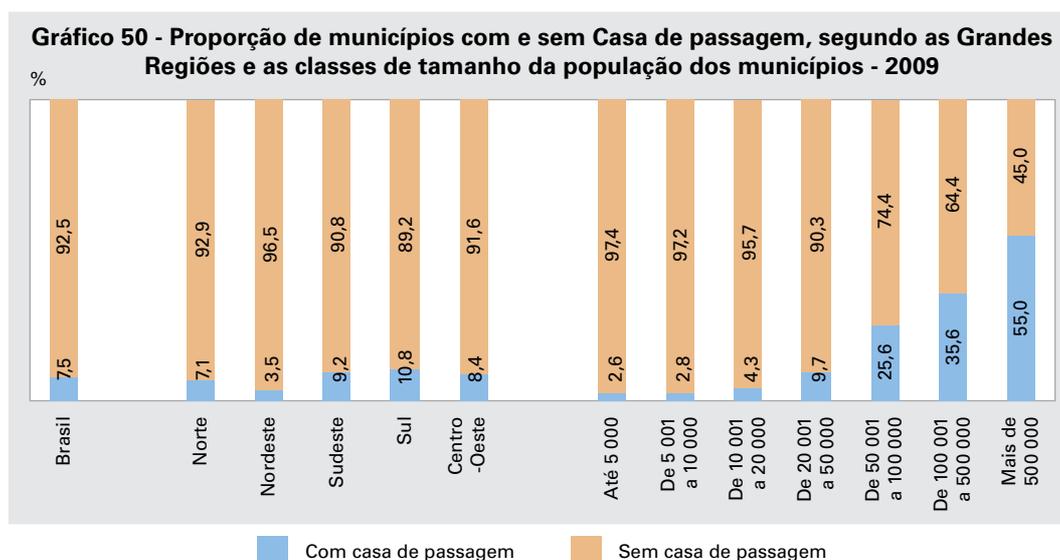
De acordo com a Tabela 12, que trata da existência de abrigos institucionais para mulheres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios, essas unidades estão presentes em 130 municípios, cabendo destacar que os Estados de Roraima e Amapá e o Distrito Federal não possuem tal equipamento. Mesmo com a ausência do Distrito Federal, a Região Centro-Oeste registrou a maior proporção de municípios com abrigos destinados para este fim, seguida pelo Sudeste, onde 3,1% dos municípios contam com este equipamento. Por seu turno, apenas 0,8% dos municípios nordestinos tem abrigos para mulheres. Esses dados apontam outro desafio político: fazer cumprir o objetivo previsto no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com a garantia do atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência, onde uma das estratégias previstas para o seu alcance é a instituição de casa abrigo para o atendimento dessa clientela em todos os estados brasileiros.

Um outro significativo desafio político é o cumprimento de uma das diretrizes constantes da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994): priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuem condições que garantam sua própria sobrevivência, sendo vedado, por essa lei, a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social.

De acordo com os dados apontados, relativos à existência de abrigos para idosos, existem 1 063 abrigos deste tipo distribuídos em 711 municípios brasileiros, cabendo destacar que 210 dessas unidades estão localizadas no Estado de São Paulo. Os municípios das Regiões Norte e Nordeste foram proporcionalmente menos expressivos: 5,1% e 5,2%, respectivamente, como pode ser observado no Gráfico 49.

A casa de passagem é uma modalidade de acolhimento institucional que se refere ao atendimento em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial a adultos e famílias, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

De acordo com os resultados da pesquisa, existem 469 unidades deste tipo distribuídas em 416 municípios. Em todas as regiões, são bastante reduzidas as proporções de municípios que têm casa de passagem, como pode ser observado no Gráfico 50. A Região Sul apresentou a maior proporção de municípios com casa de passagem (10,8%), enquanto a Nordeste, a menor (3,5%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.
 Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º. de julho.

Serviços de acolhimento em república

A república é uma unidade física onde é oferecido um serviço de acolhimento para grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono (adultos em processo de saída da situação de rua e idosos), em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação. De acordo com os parâmetros utilizados, o serviço de acolhimento nessa unidade deve oferecer proteção, apoio e moradia subsidiada; ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores; e contar com equipe técnica de referência para contribuir com a gestão coletiva da moradia (administração financeira e funcionamento) e para acompanhamento psicossocial dos usuários e encaminhamento para outros serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas.

Conforme a Tabela 13, que apresenta informações sobre a existência de república, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios, existem 138 unidades deste tipo, das quais 97 são públicas e 123, conveniadas.

Quanto ao público acolhido nas repúblicas existentes, foram pesquisados os seguintes: idosos, jovens e adultos. Observa-se, na maioria dos municípios, que as repúblicas se destinam ao atendimento de idosos. Em todas as Grandes Regiões, a proporção de municípios com repúblicas para jovens e adultos não chega a 1,0%. No caso das repúblicas destinadas a idosos, estas não chegam a 7,0% na Região Centro-Oeste, que é a mais expressiva, e para as Regiões Norte e Nordeste não alcançam 1,0% dos respectivos totais de municípios.

Tabela 13 - Municípios, total e com existência de República, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2009

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios												
	Total	República, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade											
		Total (1)			Idosos			Jovens			Adultos		
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)	
			Públicas	Convenidas		Públicas	Convenidas		Públicas	Convenidas		Públicas	Convenidas
Brasil	5 565	138	97	123	116	62	85	29	20	25	19	14	15
Até 5 000	1 257	13	8	10	12	7	5	2	-	3	3	1	2
De 5 001 a 10 000	1 294	24	28	7	22	15	5	5	12	1	1	-	-
De 10 001 a 20 000	1 370	23	14	14	22	9	13	4	2	1	3	1	2
De 20 001 a 50 000	1 055	37	20	37	33	18	28	6	2	8	1	-	1
De 50 001 a 100 000	316	20	8	18	16	5	15	2	1	1	5	4	3
De 100 001 a 500 000	233	14	12	14	9	8	10	6	2	4	2	2	-
Mais de 500 000	40	7	7	23	2	-	9	4	1	7	4	6	7
Grandes Regiões													
Norte	449	6	13	3	3	2	1	2	11	-	1	-	2
Nordeste	1 794	21	8	26	17	2	25	6	4	2	3	3	-
Sudeste	1 668	53	32	60	45	22	38	11	2	14	7	8	7
Sul	1 188	24	12	28	19	7	16	8	3	7	6	2	5
Centro-Oeste	466	34	32	6	32	29	5	2	-	2	2	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º de julho.

(1) Quando não foi possível a quantificação por público referenciado, considerou-se apenas o número total de unidades. (2) Inclusive municípios com o número de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com o número de unidades ignorado.

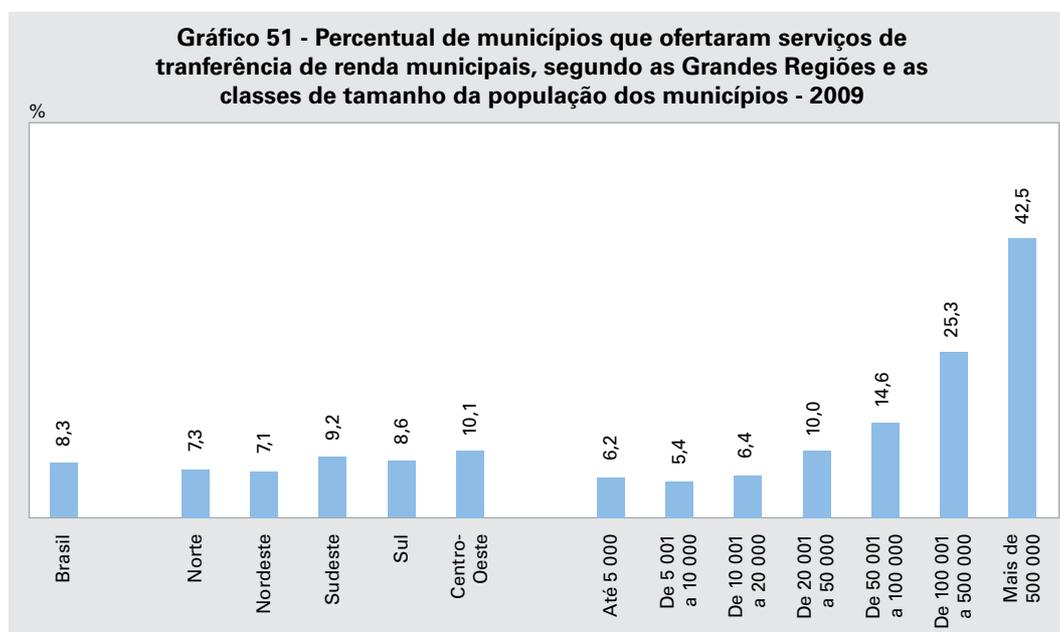
Programas municipais de transferência de renda

O crescimento dos programas de transferência de renda ao longo da última década tem impactado de maneira relevante os resultados do enfrentamento à pobreza no Brasil. Ainda que a pobreza e a vulnerabilidade social sejam fenômenos de características complexas, que não podem ser compreendidos apenas como ausência ou insuficiência de renda, é inegável que em nossa sociedade a renda constitui, em termos gerais, um elemento absolutamente central para a sobrevivência e para a garantia de padrões mínimos de bem-estar. Além de produzir um efeito direto e imediato no alívio da pobreza para famílias e indivíduos beneficiados, os programas de transferência de renda criam externalidades positivas, dentre as quais se destaca a capacidade de dinamização de economias locais, devido ao efeito multiplicador da circulação da moeda.

A abrangência e a visibilidade das políticas de transferência de renda no Brasil derivam, fundamentalmente, da implantação do Programa Bolsa Família, de responsabilidade do governo federal, e que hoje beneficia mais de 12 milhões de

famílias pobres e extremamente pobres no País. Entretanto, as primeiras experiências nesta direção originaram-se em governos municipais e, dado o sucesso daquelas iniciativas inovadoras, as transferências de renda foram gradualmente sendo absorvidas como política pública em âmbito federal.

A MUNIC 2009 investigou a existência de programas municipais de transferência de renda e constatou que estes se fazem presentes em 464 municípios do País (8,3%). Em termos proporcionais, sua ocorrência é mais frequente nos municípios de maior porte populacional, sendo observado em 42,5% dos municípios com mais de 500 000 habitantes. Entretanto, vale destacar que em termos absolutos o maior número de ocorrência de programas municipais de transferência de renda é observado entre os municípios com população de 20 001 a 50 000 habitantes (106 municípios com programa). Em termos regionais, não há diferenças expressivas com variações entre 7,3% e 10,1%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1º. de julho.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor				
		Total	Exclusiva	Secretaria de assistência social		
				Associada a outras políticas setoriais (1)		
Total	Total	Educação	Planejamento			
Brasil	5 565	5 561	3 915	1 240	16	17
Até 5 000	1 257	1 254	776	314	9	2
De 5 001 a 10 000	1 294	1 294	914	275	4	2
De 10 001 a 20 000	1 370	1 369	1 021	273	1	8
De 20 001 a 50 000	1 055	1 055	773	236	1	5
De 50 001 a 100 000	316	316	222	86	-	-
De 100 001 a 500 000	233	233	180	48	1	-
Mais de 500 000	40	40	29	8	-	-
Norte	449	449	353	91	1	1
Até 5 000	87	87	71	16	-	-
De 5 001 a 10 000	89	89	75	13	1	-
De 10 001 a 20 000	107	107	85	21	-	-
De 20 001 a 50 000	113	113	89	23	-	1
De 50 001 a 100 000	32	32	21	11	-	-
De 100 001 a 500 000	18	18	12	5	-	-
Mais de 500 000	3	3	-	2	-	-
Nordeste	1 794	1 793	1 402	376	4	8
Até 5 000	225	225	198	25	1	-
De 5 001 a 10 000	392	392	317	73	1	1
De 10 001 a 20 000	580	579	464	112	1	5
De 20 001 a 50 000	432	432	317	109	-	2
De 50 001 a 100 000	110	110	71	38	-	-
De 100 001 a 500 000	44	44	28	15	1	-
Mais de 500 000	11	11	7	4	-	-
Sudeste	1 668	1 666	1 201	234	1	3
Até 5 000	381	379	226	54	-	1
De 5 001 a 10 000	408	408	294	55	1	-
De 10 001 a 20 000	351	351	248	59	-	1
De 20 001 a 50 000	294	294	238	34	-	1
De 50 001 a 100 000	98	98	76	16	-	-
De 100 001 a 500 000	118	118	103	14	-	-
Mais de 500 000	18	18	16	2	-	-
Sul	1 188	1 187	568	476	9	3
Até 5 000	421	420	150	210	7	1
De 5 001 a 10 000	291	291	133	119	1	-
De 10 001 a 20 000	229	229	135	69	-	2
De 20 001 a 50 000	144	144	76	53	1	-
De 50 001 a 100 000	57	57	42	15	-	-
De 100 001 a 500 000	43	43	31	10	-	-
Mais de 500 000	3	3	1	-	-	-
Centro-Oeste	466	466	391	63	1	2
Até 5 000	143	143	131	9	1	-
De 5 001 a 10 000	114	114	95	15	-	1
De 10 001 a 20 000	103	103	89	12	-	-
De 20 001 a 50 000	72	72	53	17	-	1
De 50 001 a 100 000	19	19	12	6	-	-
De 100 001 a 500 000	10	10	6	4	-	-
Mais de 500 000	5	5	5	-	-	-

Tabela 1 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor				
	Secretaria de assistência social				
	Associada a outras políticas setoriais (1)				
	Saúde	Habitação	Segurança alimentar	Trabalho	Outra
Brasil	440	230	94	502	238
Até 5 000	207	42	13	57	47
De 5 001 a 10 000	129	44	21	88	48
De 10 001 a 20 000	77	62	21	123	50
De 20 001 a 50 000	24	49	20	147	56
De 50 001 a 100 000	2	23	9	55	20
De 100 001 a 500 000	1	10	9	27	13
Mais de 500 000	-	-	1	5	4
Norte	2	2	2	78	10
Até 5 000	-	-	-	15	1
De 5 001 a 10 000	1	2	2	10	2
De 10 001 a 20 000	1	-	-	15	2
De 20 001 a 50 000	-	-	-	22	2
De 50 001 a 100 000	-	-	-	10	1
De 100 001 a 500 000	-	-	-	5	-
Mais de 500 000	-	-	-	1	2
Nordeste	6	68	37	264	92
Até 5 000	-	3	3	10	12
De 5 001 a 10 000	2	18	7	48	17
De 10 001 a 20 000	4	27	7	80	24
De 20 001 a 50 000	-	14	11	86	24
De 50 001 a 100 000	-	6	3	29	9
De 100 001 a 500 000	-	-	5	8	5
Mais de 500 000	-	-	1	3	1
Sudeste	109	41	51	52	58
Até 5 000	35	4	10	10	7
De 5 001 a 10 000	38	4	12	6	11
De 10 001 a 20 000	29	12	13	9	14
De 20 001 a 50 000	5	9	8	12	16
De 50 001 a 100 000	1	6	4	7	7
De 100 001 a 500 000	1	6	4	7	2
Mais de 500 000	-	-	-	1	1
Sul	321	97	2	72	68
Até 5 000	171	31	-	19	26
De 5 001 a 10 000	88	14	-	16	16
De 10 001 a 20 000	43	18	1	11	9
De 20 001 a 50 000	18	22	-	17	10
De 50 001 a 100 000	1	9	1	5	2
De 100 001 a 500 000	-	3	-	4	5
Mais de 500 000	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	2	22	2	36	10
Até 5 000	1	4	-	3	1
De 5 001 a 10 000	-	6	-	8	2
De 10 001 a 20 000	-	5	-	8	1
De 20 001 a 50 000	1	4	1	10	4
De 50 001 a 100 000	-	2	1	4	1
De 100 001 a 500 000	-	1	-	3	1
Mais de 500 000	-	-	-	-	-

Tabela 1 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor					
	Setor subordinado					
	Diretamente à chefia do Executivo	A outra secretaria (1)				
Total		Educação	Planejamento	Saúde	Habitação	
Brasil	257	142	8	7	110	3
Até 5 000	105	58	5	3	45	1
De 5 001 a 10 000	68	37	-	1	32	1
De 10 001 a 20 000	53	22	-	2	17	-
De 20 001 a 50 000	27	18	2	1	14	-
De 50 001 a 100 000	4	3	-	-	1	-
De 100 001 a 500 000	-	3	1	-	1	1
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-
Norte	3	1	1	-	-	1
Até 5 000	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	1	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	1	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	-	1	1	-	-	1
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-
Nordeste	6	8	-	-	3	-
Até 5 000	1	1	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1	1	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	1	2	-	-	1	-
De 20 001 a 50 000	3	3	-	-	2	-
De 50 001 a 100 000	-	1	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-
Sudeste	175	56	3	2	44	2
Até 5 000	75	24	3	-	18	1
De 5 001 a 10 000	42	17	-	-	16	1
De 10 001 a 20 000	36	8	-	1	7	-
De 20 001 a 50 000	18	4	-	1	2	-
De 50 001 a 100 000	4	2	-	-	1	-
De 100 001 a 500 000	-	1	-	-	-	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-
Sul	70	70	4	3	61	-
Até 5 000	29	31	2	2	26	-
De 5 001 a 10 000	21	18	-	1	15	-
De 10 001 a 20 000	15	10	-	-	9	-
De 20 001 a 50 000	5	10	2	-	10	-
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	-	1	-	-	1	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	3	6	-	2	2	-
Até 5 000	-	2	-	1	1	-
De 5 001 a 10 000	3	1	-	-	1	-
De 10 001 a 20 000	-	2	-	1	-	-
De 20 001 a 50 000	-	1	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-

Tabela 1 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					Não possui estrutura específica
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor					
	Setor subordinado			Fundação pública		
	A outra secretaria (1)					
	Segurança alimentar	Trabalho	Outra			
Brasil	10	3	23	8	4	
Até 5 000	3	1	8	1	3	
De 5 001 a 10 000	3	-	5	-	-	
De 10 001 a 20 000	1	-	3	-	1	
De 20 001 a 50 000	2	1	5	1	-	
De 50 001 a 100 000	1	1	1	1	-	
De 100 001 a 500 000	-	-	1	2	-	
Mais de 500 000	-	-	-	3	-	
Norte	-	-	-	1	-	
Até 5 000	-	-	-	-	-	
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	-	
De 20 001 a 50 000	-	-	-	-	-	
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	-	
Mais de 500 000	-	-	-	1	-	
Nordeste	-	-	5	1	1	
Até 5 000	-	-	1	-	-	
De 5 001 a 10 000	-	-	1	-	-	
De 10 001 a 20 000	-	-	1	-	1	
De 20 001 a 50 000	-	-	1	-	-	
De 50 001 a 100 000	-	-	1	-	-	
De 100 001 a 500 000	-	-	-	1	-	
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	
Sudeste	9	3	5	-	2	
Até 5 000	3	1	3	-	2	
De 5 001 a 10 000	3	-	-	-	-	
De 10 001 a 20 000	-	1	1	-	-	
De 20 001 a 50 000	2	1	-	-	-	
De 50 001 a 100 000	1	-	-	-	-	
De 100 001 a 500 000	-	-	1	-	-	
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	
Sul	1	-	10	3	1	
Até 5 000	-	-	3	-	1	
De 5 001 a 10 000	-	-	4	-	-	
De 10 001 a 20 000	1	-	-	-	-	
De 20 001 a 50 000	-	-	3	-	-	
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	
De 100 001 a 500 000	-	-	-	1	-	
Mais de 500 000	-	-	-	2	-	
Centro-Oeste	-	-	3	3	-	
Até 5 000	-	-	1	1	-	
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	
De 10 001 a 20 000	-	-	1	-	-	
De 20 001 a 50 000	-	-	1	1	-	
De 50 001 a 100 000	-	-	-	1	-	
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	-	
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) A assistência social pode estar associada a mais de uma política.

Tabela 2 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor				
		Total	Exclusiva	Secretaria de assistência social		
				Associada a outras políticas setoriais (1)		
			Total	Educação	Planejamento	
Brasil	5 565	5 561	3 915	1 240	16	17
Norte	449	449	353	91	1	1
Rondônia	52	52	32	19	-	-
Acre	22	22	21	1	-	-
Amazonas	62	62	57	5	-	-
Roraima	15	15	15	-	-	-
Pará	143	143	104	36	1	1
Amapá	16	16	9	7	-	-
Tocantins	139	139	115	23	-	-
Nordeste	1 794	1 793	1 402	376	4	8
Maranhão	217	217	195	19	-	2
Piauí	224	224	188	36	2	1
Ceará	184	184	89	94	-	1
Rio Grande do Norte	167	167	110	57	-	-
Paraíba	223	223	185	36	-	-
Pernambuco	185	185	147	35	1	1
Alagoas	102	102	83	19	-	-
Sergipe	75	75	45	30	1	1
Bahia	417	416	360	50	-	2
Sudeste	1 668	1 666	1 201	234	1	3
Minas Gerais	853	852	564	171	-	1
Espírito Santo	78	78	65	13	-	2
Rio de Janeiro	92	92	72	19	-	-
São Paulo	645	644	500	31	1	-
Sul	1 188	1 187	568	476	9	3
Paraná	399	399	273	41	1	1
Santa Catarina	293	293	130	144	1	1
Rio Grande do Sul	496	495	165	291	7	1
Centro-Oeste	466	466	391	63	1	2
Mato Grosso do Sul	78	78	63	13	-	-
Mato Grosso	141	141	118	19	-	1
Goiás	246	246	209	31	1	1
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-

**Tabela 2 - Municípios, total e com estrutura na assistência social,
por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as
Unidades da Federação - 2009**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor				
	Secretaria de assistência social				
	Associada a outras políticas setoriais (1)				
	Saúde	Habitação	Segurança alimentar	Trabalho	Outra
Brasil	440	230	94	502	238
Norte	2	2	2	78	10
Rondônia	-	-	-	16	1
Acre	-	-	-	1	-
Amazonas	-	-	-	4	1
Roraima	-	-	-	-	-
Pará	1	-	-	32	5
Amapá	-	-	-	7	-
Tocantins	1	2	2	18	3
Nordeste	6	68	37	264	92
Maranhão	1	1	6	11	3
Piauí	1	2	-	18	14
Ceará	-	6	6	75	21
Rio Grande do Norte	-	38	1	39	7
Paraíba	-	-	1	26	9
Pernambuco	1	1	1	17	16
Alagoas	1	9	-	14	4
Sergipe	2	2	21	27	4
Bahia	-	9	1	37	14
Sudeste	109	41	51	52	58
Minas Gerais	94	21	50	34	41
Espírito Santo	1	6	-	5	1
Rio de Janeiro	1	10	1	8	5
São Paulo	13	4	-	5	11
Sul	321	97	2	72	68
Paraná	18	4	1	11	8
Santa Catarina	113	25	-	2	5
Rio Grande do Sul	190	68	1	59	55
Centro-Oeste	2	22	2	36	10
Mato Grosso do Sul	-	8	1	5	3
Mato Grosso	-	4	1	18	1
Goiás	2	10	-	13	6
Distrito Federal	-	-	-	-	-

Tabela 2 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor					
	Setor subordinado					
	Diretamente à chefia do Executivo	A outra secretaria (1)				
Total		Educação	Planejamento	Saúde	Habitação	
Brasil	257	142	8	7	110	3
Norte	3	1	1	-	-	1
Rondônia	1	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-
Pará	2	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	1	1	-	-	1
Nordeste	6	8	-	2	3	-
Maranhão	3	-	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	2	-	-	-	-
Pernambuco	1	2	-	-	2	-
Alagoas	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-
Bahia	2	4	-	-	1	-
Sudeste	175	56	3	2	44	2
Minas Gerais	71	46	3	2	40	-
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	1	-	-	-	-
São Paulo	104	9	-	-	4	2
Sul	70	70	4	3	61	-
Paraná	59	25	3	1	22	-
Santa Catarina	5	14	-	-	12	-
Rio Grande do Sul	6	31	1	2	27	-
Centro-Oeste	3	6	-	2	2	-
Mato Grosso do Sul	1	1	-	-	-	-
Mato Grosso	1	3	-	1	2	-
Goiás	1	2	-	1	-	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-

Tabela 2 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor					Não possui estrutura específica
	Setor subordinado			Fundação pública		
	A outra secretaria (1)					
	Segurança alimentar	Trabalho	Outra			
Brasil	10	3	23	8		4
Norte	-	-	-	1	-	
Rondônia	-	-	-	-	-	
Acre	-	-	-	-	-	
Amazonas	-	-	-	-	-	
Roraima	-	-	-	-	-	
Pará	-	-	-	1	-	
Amapá	-	-	-	-	-	
Tocantins	-	-	-	-	-	
Nordeste	-	-	5	1	1	
Maranhão	-	-	-	-	-	
Piauí	-	-	-	-	-	
Ceará	-	-	-	1	-	
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	
Paraíba	-	-	2	-	-	
Pernambuco	-	-	-	-	-	
Alagoas	-	-	-	-	-	
Sergipe	-	-	-	-	-	
Bahia	-	-	3	-	1	
Sudeste	9	3	5	-	2	
Minas Gerais	9	-	3	-	1	
Espírito Santo	-	-	-	-	-	
Rio de Janeiro	-	1	-	-	-	
São Paulo	-	2	2	-	1	
Sul	1	-	10	3	1	
Paraná	1	-	2	1	-	
Santa Catarina	-	-	1	-	-	
Rio Grande do Sul	-	-	7	2	1	
Centro-Oeste	-	-	3	3	-	
Mato Grosso do Sul	-	-	1	-	-	
Mato Grosso	-	-	-	-	-	
Goiás	-	-	2	3	-	
Distrito Federal	-	-	-	-	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) A assistência social pode estar associada a mais de uma política.

Tabela 3 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por localização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na assistência social						
		Total	Localização do órgão gestor					Outros
			No prédio da prefeitura	Em prédio administrativo de uso exclusivo	Em prédio compartilhado com uma unidade do SUAS (1)	Em prédio compartilhado com outros setores da administração municipal		
Brasil	5 565	5 561	1 194	2 241	868	1 013	245	
Até 5 000	1 257	1 254	392	318	202	287	55	
De 5 001 a 10 000	1 294	1 294	345	409	229	265	46	
De 10 001 a 20 000	1 370	1 369	266	598	215	226	64	
De 20 001 a 50 000	1 055	1 055	120	584	147	148	56	
De 50 001 a 100 000	316	316	32	181	49	41	13	
De 100 001 a 500 000	233	233	31	130	23	38	11	
Mais de 500 000	40	40	8	21	3	8	-	
Norte	449	449	125	205	47	54	18	
Até 5 000	87	87	47	19	7	12	2	
De 5 001 a 10 000	89	89	37	29	9	13	1	
De 10 001 a 20 000	107	107	23	50	9	18	7	
De 20 001 a 50 000	113	113	13	71	16	7	6	
De 50 001 a 100 000	32	32	4	21	4	2	1	
De 100 001 a 500 000	18	18	1	13	2	1	1	
Mais de 500 000	3	3	-	2	-	1	-	
Nordeste	1 794	1 793	366	921	240	210	56	
Até 5 000	225	225	78	92	34	17	4	
De 5 001 a 10 000	392	392	126	154	59	47	6	
De 10 001 a 20 000	580	579	103	307	76	72	21	
De 20 001 a 50 000	432	432	44	263	48	58	19	
De 50 001 a 100 000	110	110	9	70	19	9	3	
De 100 001 a 500 000	44	44	5	29	3	4	3	
Mais de 500 000	11	11	1	6	1	3	-	
Sudeste	1 668	1 666	333	604	291	362	76	
Até 5 000	381	379	109	79	70	106	15	
De 5 001 a 10 000	408	408	92	120	80	96	20	
De 10 001 a 20 000	351	351	69	128	65	74	15	
De 20 001 a 50 000	294	294	30	154	49	45	16	
De 50 001 a 100 000	98	98	11	50	17	14	6	
De 100 001 a 500 000	118	118	17	65	8	24	4	
Mais de 500 000	18	18	5	8	2	3	-	
Sul	1 188	1 187	256	303	213	331	84	
Até 5 000	421	420	114	81	61	135	29	
De 5 001 a 10 000	291	291	60	62	60	90	19	
De 10 001 a 20 000	229	229	48	66	43	55	17	
De 20 001 a 50 000	144	144	21	46	31	33	13	
De 50 001 a 100 000	57	57	5	29	8	12	3	
De 100 001 a 500 000	43	43	7	17	10	6	3	
Mais de 500 000	3	3	1	2	-	-	-	
Centro-Oeste	466	466	114	208	77	56	11	
Até 5 000	143	143	44	47	30	17	5	
De 5 001 a 10 000	114	114	30	44	21	19	-	
De 10 001 a 20 000	103	103	23	47	22	7	4	
De 20 001 a 50 000	72	72	12	50	3	5	2	
De 50 001 a 100 000	19	19	3	11	1	4	-	
De 100 001 a 500 000	10	10	1	6	-	3	-	
Mais de 500 000	5	5	1	3	-	1	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009

(1) SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Tabela 4 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por localização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com estrutura na assistência social					
		Total	Localização do órgão gestor				Outros
			No prédio da prefeitura	Em prédio administrativo de uso exclusivo	Em prédio compartilhado com uma unidade do SUAS (1)	Em prédio compartilhado com outros setores da administração municipal	
Brasil	5 565	5 561	1 194	2 241	868	1 013	245
Norte	449	449	125	205	47	54	18
Rondônia	52	52	18	27	2	3	2
Acre	22	22	2	11	5	4	-
Amazonas	62	62	7	33	7	11	4
Roraima	15	15	7	5	-	2	1
Pará	143	143	18	83	20	14	8
Amapá	16	16	7	7	2	-	-
Tocantins	139	139	66	39	11	20	3
Nordeste	1 794	1 793	366	921	240	210	56
Maranhão	217	217	53	113	20	21	10
Piauí	224	224	69	93	33	28	1
Ceará	184	184	24	107	24	21	8
Rio Grande do Norte	167	167	39	82	28	16	2
Paraíba	223	223	62	88	33	32	8
Pernambuco	185	185	36	99	24	23	3
Alagoas	102	102	9	65	16	5	7
Sergipe	75	75	8	48	12	3	4
Bahia	417	416	66	226	50	61	13
Sudeste	1 668	1 666	333	604	291	362	76
Minas Gerais	853	852	222	223	171	209	27
Espírito Santo	78	78	12	32	7	21	6
Rio de Janeiro	92	92	10	54	11	14	3
São Paulo	645	644	89	295	102	118	40
Sul	1 188	1 187	256	303	213	331	84
Paraná	399	399	85	121	78	89	26
Santa Catarina	293	293	69	73	39	91	21
Rio Grande do Sul	496	495	102	109	96	151	37
Centro-Oeste	466	466	114	208	77	56	11
Mato Grosso do Sul	78	78	8	54	7	9	-
Mato Grosso	141	141	26	54	36	19	6
Goiás	246	246	79	100	34	28	5
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009

(1) SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Tabela 5 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e que realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com estrutura na assistência social	Realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor							
			Total	Serviço realizado						
				Cadastramento no Cadastro Único	Cadastramento para outros benefícios e/ou serviços	Serviços socioassistenciais	Plantão social	Benefícios eventuais	Ouvitoria	Outros
Brasil	5 565	5 561	5 365	4 507	4 518	4 221	2 715	4 252	776	1 150
Até 5 000	1 257	1 254	1208	1044	1027	952	601	918	185	245
De 5 001 a 10 000	1 294	1 294	1254	1068	1061	997	607	981	190	249
De 10 001 a 20 000	1 370	1 369	1329	1113	1110	1052	595	1069	201	292
De 20 001 a 50 000	1 055	1 055	1032	877	878	816	579	871	134	233
De 50 001 a 100 000	316	316	305	238	269	236	180	245	39	72
De 100 001 a 500 000	233	233	208	148	156	150	139	152	24	52
Mais de 500 000	40	40	29	19	17	18	14	16	3	7
Norte	449	449	435	380	351	330	184	302	46	97
Até 5 000	87	87	83	73	64	55	19	51	9	15
De 5 001 a 10 000	89	89	88	81	74	67	37	60	12	20
De 10 001 a 20 000	107	107	104	94	83	84	32	70	11	23
De 20 001 a 50 000	113	113	109	93	85	86	60	82	10	27
De 50 001 a 100 000	32	32	32	25	29	24	21	23	4	6
De 100 001 a 500 000	18	18	17	12	14	14	13	14	-	5
Mais de 500 000	3	3	2	2	2	-	2	2	-	1
Nordeste	1 794	1 793	1 762	1 507	1 474	1 368	693	1 354	224	305
Até 5 000	225	225	219	193	185	166	84	145	27	26
De 5 001 a 10 000	392	392	384	337	321	294	156	275	48	54
De 10 001 a 20 000	580	579	569	494	470	448	192	438	76	112
De 20 001 a 50 000	432	432	430	366	360	334	180	361	52	86
De 50 001 a 100 000	110	110	110	85	99	90	49	95	17	18
De 100 001 a 500 000	44	44	41	27	34	30	26	33	3	8
Mais de 500 000	11	11	9	5	5	6	6	7	1	1
Sudeste	1 668	1 666	1 597	1 316	1 370	1 261	949	1 299	217	333
Até 5 000	381	379	368	324	315	296	200	288	47	72
De 5 001 a 10 000	408	408	399	343	345	319	207	333	58	76
De 10 001 a 20 000	351	351	340	260	290	265	195	291	48	72
De 20 001 a 50 000	294	294	285	241	253	228	204	243	37	64
De 50 001 a 100 000	98	98	92	70	85	73	67	71	8	23
De 100 001 a 500 000	118	118	101	71	76	70	71	70	17	23
Mais de 500 000	18	18	12	7	6	10	5	3	2	3
Sul	1 188	1 187	1 119	931	949	893	715	944	213	330
Até 5 000	421	420	399	335	347	319	252	326	82	108
De 5 001 a 10 000	291	291	272	217	233	222	170	233	56	79
De 10 001 a 20 000	229	229	216	179	179	175	129	188	45	68
De 20 001 a 50 000	144	144	139	123	120	113	100	127	22	42
De 50 001 a 100 000	57	57	52	44	44	37	39	42	6	17
De 100 001 a 500 000	43	43	39	32	26	27	24	28	2	16
Mais de 500 000	3	3	2	1	-	-	1	-	-	-
Centro-Oeste	466	466	452	373	374	369	174	353	76	85
Até 5 000	143	143	139	119	116	116	46	108	20	24
De 5 001 a 10 000	114	114	111	90	88	95	37	80	16	20
De 10 001 a 20 000	103	103	100	86	88	80	47	82	21	17
De 20 001 a 50 000	72	72	69	54	60	55	35	58	13	14
De 50 001 a 100 000	19	19	19	14	12	12	4	14	4	8
De 100 001 a 500 000	10	10	10	6	6	9	5	7	2	-
Mais de 500 000	5	5	4	4	4	2	-	4	-	2

Tabela 6 - Municípios, total e com estrutura na assistência social e que realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com estrutura na assistência social	Realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor								
			Total	Serviço realizado						Ouvirdoria	Outros
				Cadastramento no Cadastro Único	Cadastramento para outros benefícios e/ou serviços	Serviços socioassistenciais	Plantão social	Benefícios eventuais			
Brasil	5 565	5 561	5 365	4 507	4 518	4 221	2 715	4 252	776	1 150	
Norte	449	449	435	380	351	330	184	302	46	97	
Rondônia	52	52	49	46	42	40	15	29	10	13	
Acre	22	22	22	21	18	20	5	14	4	4	
Amazonas	62	62	62	49	49	50	18	44	3	10	
Roraima	15	15	15	14	12	11	2	8	2	4	
Pará	143	143	140	117	113	107	93	110	8	34	
Amapá	16	16	16	16	9	13	6	12	1	1	
Tocantins	139	139	131	117	108	89	45	85	18	31	
Nordeste	1 794	1 793	1 762	1 507	1 474	1 368	693	1 354	224	305	
Maranhão	217	217	211	192	163	153	55	144	25	47	
Piauí	224	224	216	185	187	175	106	170	20	22	
Ceará	184	184	183	158	158	135	59	162	21	57	
Rio Grande do Norte	167	167	167	161	148	151	58	109	13	28	
Paraíba	223	223	217	186	175	160	82	130	34	9	
Pernambuco	185	185	182	136	140	147	51	149	29	26	
Alagoas	102	102	102	89	85	74	74	84	8	20	
Sergipe	75	75	74	46	47	39	35	54	8	16	
Bahia	417	416	410	354	371	334	173	352	66	80	
Sudeste	1 668	1 666	1 597	1 316	1 370	1 261	949	1 299	217	333	
Minas Gerais	853	852	823	717	710	652	304	686	117	103	
Espírito Santo	78	78	77	42	62	57	62	64	6	20	
Rio de Janeiro	92	92	89	68	65	73	64	71	16	21	
São Paulo	645	644	608	489	533	479	519	478	78	189	
Sul	1 188	1 187	1 119	931	949	893	715	944	213	330	
Paraná	399	399	356	263	276	267	104	291	49	89	
Santa Catarina	293	293	282	243	246	231	236	249	58	104	
Rio Grande do Sul	496	495	481	425	427	395	375	404	106	137	
Centro-Oeste	466	466	452	373	374	369	174	353	76	85	
Mato Grosso do Sul	78	78	74	48	51	46	40	57	9	9	
Mato Grosso	141	141	135	117	108	109	51	107	23	25	
Goiás	246	246	243	208	215	214	83	189	44	51	
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	

Tabela 7 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infra estrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com estrutura na assistência social	Características da infra-estrutura do órgão gestor da assistência social							
			Telefone				Computadores em funcionamento			
			Linha telefônica instalada	Somente ramal	Linha telefônica e ramal	Nenhum dos dois	Nenhum	De 1 a 3	De 4 a 10	Mais de 10
Brasil	5 565	5 561	2 485	997	1 553	526	39	3 037	1 947	538
Até 5 000	1 257	1 254	559	337	244	114	17	1 063	167	7
De 5 001 a 10 000	1 294	1 294	611	284	245	154	11	977	287	19
De 10 001 a 20 000	1 370	1 369	649	253	318	149	10	693	628	38
De 20 001 a 50 000	1 055	1 055	484	103	369	99	1	268	658	128
De 50 001 a 100 000	316	316	122	12	174	8	-	29	154	133
De 100 001 a 500 000	233	233	55	7	169	2	-	7	52	174
Mais de 500 000	40	40	5	1	34	-	-	-	1	39
Norte	449	449	233	70	64	82	8	223	172	46
Até 5 000	87	87	37	32	9	9	4	74	9	-
De 5 001 a 10 000	89	89	39	17	12	21	1	63	25	-
De 10 001 a 20 000	107	107	62	14	7	24	2	47	55	3
De 20 001 a 50 000	113	113	67	7	14	25	1	34	64	14
De 50 001 a 100 000	32	32	21	-	9	2	-	4	15	13
De 100 001 a 500 000	18	18	6	-	11	1	-	1	4	13
Mais de 500 000	3	3	1	-	2	-	-	-	-	3
Nordeste	1 794	1 793	755	385	302	351	18	955	672	148
Até 5 000	225	225	92	52	16	65	6	200	19	-
De 5 001 a 10 000	392	392	150	111	34	97	5	311	70	6
De 10 001 a 20 000	580	579	241	142	80	116	7	312	250	10
De 20 001 a 50 000	432	432	201	70	93	68	-	123	263	46
De 50 001 a 100 000	110	110	55	7	43	5	-	9	61	40
De 100 001 a 500 000	44	44	14	3	27	-	-	-	9	35
Mais de 500 000	11	11	2	-	9	-	-	-	-	11
Sudeste	1 668	1 666	809	224	570	63	6	923	546	191
Até 5 000	381	379	201	96	58	24	2	338	39	-
De 5 001 a 10 000	408	408	226	74	81	27	3	324	77	4
De 10 001 a 20 000	351	351	194	42	108	7	1	183	155	12
De 20 001 a 50 000	294	294	138	6	146	4	-	66	198	30
De 50 001 a 100 000	98	98	27	3	67	1	-	8	49	41
De 100 001 a 500 000	118	118	22	2	94	-	-	4	28	86
Mais de 500 000	18	18	1	1	16	-	-	-	-	18
Sul	1 188	1 187	476	229	474	8	4	697	389	97
Até 5 000	421	420	165	117	135	3	3	340	73	4
De 5 001 a 10 000	291	291	138	55	95	3	1	206	80	4
De 10 001 a 20 000	229	229	99	41	89	-	-	116	108	5
De 20 001 a 50 000	144	144	51	13	79	1	-	28	94	22
De 50 001 a 100 000	57	57	13	1	43	-	-	6	25	26
De 100 001 a 500 000	43	43	10	2	30	1	-	1	9	33
Mais de 500 000	3	3	-	-	3	-	-	-	-	3
Centro-Oeste	466	466	212	89	143	22	3	239	168	56
Até 5 000	143	143	64	40	26	13	2	111	27	3
De 5 001 a 10 000	114	114	58	27	23	6	1	73	35	5
De 10 001 a 20 000	103	103	53	14	34	2	-	35	60	8
De 20 001 a 50 000	72	72	27	7	37	1	-	17	39	16
De 50 001 a 100 000	19	19	6	1	12	-	-	2	4	13
De 100 001 a 500 000	10	10	3	-	7	-	-	1	2	7
Mais de 500 000	5	5	1	-	4	-	-	-	1	4

Tabela 7 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infra estrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Características da infra-estrutura do órgão gestor da assistência social				
	Computador com acesso à Internet	Tipo de conexão usada		Órgão gestor possui página na Internet	Órgão gestor possui e-mail
Discada		Banda larga			
Brasil	5 451	259	5 192	311	4 391
Até 5 000	1 221	65	1 156	34	913
De 5 001 a 10 000	1 262	67	1 195	37	987
De 10 001 a 20 000	1 338	60	1 278	55	1 108
De 20 001 a 50 000	1 044	54	990	66	862
De 50 001 a 100 000	313	10	303	40	282
De 100 001 a 500 000	233	3	230	57	206
Mais de 500 000	40	-	40	22	33
Norte	423	45	378	13	304
Até 5 000	78	7	71	1	41
De 5 001 a 10 000	81	11	70	2	60
De 10 001 a 20 000	102	10	92	1	81
De 20 001 a 50 000	110	13	97	2	77
De 50 001 a 100 000	31	2	29	3	26
De 100 001 a 500 000	18	2	16	4	16
Mais de 500 000	3	-	3	-	3
Nordeste	1 742	111	1 631	87	1 219
Até 5 000	214	17	197	3	120
De 5 001 a 10 000	379	22	357	13	241
De 10 001 a 20 000	558	33	525	19	410
De 20 001 a 50 000	427	32	395	17	315
De 50 001 a 100 000	109	6	103	18	89
De 100 001 a 500 000	44	1	43	11	34
Mais de 500 000	11	-	11	6	10
Sudeste	1 651	62	1 589	129	1 468
Até 5 000	375	18	357	17	304
De 5 001 a 10 000	402	20	382	11	349
De 10 001 a 20 000	348	16	332	13	323
De 20 001 a 50 000	293	7	286	31	276
De 50 001 a 100 000	97	1	96	13	94
De 100 001 a 500 000	118	-	118	33	110
Mais de 500 000	18	-	18	11	12
Sul	1 179	26	1 153	71	1 046
Até 5 000	416	13	403	11	355
De 5 001 a 10 000	288	10	278	10	258
De 10 001 a 20 000	228	1	227	18	205
De 20 001 a 50 000	144	1	143	14	130
De 50 001 a 100 000	57	1	56	6	55
De 100 001 a 500 000	43	-	43	9	40
Mais de 500 000	3	-	3	3	3
Centro-Oeste	456	15	441	11	354
Até 5 000	138	10	128	2	93
De 5 001 a 10 000	112	4	108	1	79
De 10 001 a 20 000	102	-	102	4	89
De 20 001 a 50 000	70	1	69	2	64
De 50 001 a 100 000	19	-	19	-	18
De 100 001 a 500 000	10	-	10	-	6
Mais de 500 000	5	-	5	2	5

Tabela 7 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infra estrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Características da infra-estrutura do órgão gestor da assistência social						
	Municípios com sistemas informatizados para gerenciar a política da assistência social (1)	O sistema utilizado permite					
		Registro e inscrição de entidades	Descrição do perfil do usuário	Acompanha-mento de atendimento a usuários	Acompanha-mento de serviços de programas	Integrar seto-res de conve-niamento, prestação de contas e paga-mento de entidades conveniadas	Prover informação pública sobre a rede socioassis-tencial do SUAS
Brasil	1 813	616	1 127	1 525	1 460	503	1 122
Até 5 000	371	88	204	304	312	109	239
De 5 001 a 10 000	387	126	250	317	315	96	243
De 10 001 a 20 000	449	155	276	390	372	112	294
De 20 001 a 50 000	357	137	225	307	274	96	214
De 50 001 a 100 000	133	55	88	114	98	42	76
De 100 001 a 500 000	97	43	69	77	73	39	48
Mais de 500 000	19	12	15	16	16	9	8
Norte	149	44	87	124	123	39	98
Até 5 000	28	7	16	21	25	9	18
De 5 001 a 10 000	30	11	20	23	26	10	20
De 10 001 a 20 000	37	11	18	32	33	7	28
De 20 001 a 50 000	28	8	18	25	24	5	22
De 50 001 a 100 000	18	5	9	16	10	5	7
De 100 001 a 500 000	8	2	6	7	5	3	3
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	566	163	358	473	476	149	378
Até 5 000	64	7	37	59	58	22	45
De 5 001 a 10 000	105	23	72	89	90	22	70
De 10 001 a 20 000	194	54	122	165	165	48	135
De 20 001 a 50 000	146	55	90	114	117	37	93
De 50 001 a 100 000	41	18	26	33	35	14	28
De 100 001 a 500 000	13	5	9	11	9	5	7
Mais de 500 000	3	1	2	2	2	1	-
Sudeste	583	234	368	483	458	152	327
Até 5 000	120	37	63	93	100	27	70
De 5 001 a 10 000	137	51	90	110	112	29	80
De 10 001 a 20 000	117	52	72	103	98	26	68
De 20 001 a 50 000	106	44	65	96	71	31	56
De 50 001 a 100 000	37	18	30	32	27	12	21
De 100 001 a 500 000	56	27	40	41	42	22	28
Mais de 500 000	10	5	8	8	8	5	4
Sul	388	131	234	335	295	117	220
Até 5 000	124	27	66	105	99	37	77
De 5 001 a 10 000	86	33	53	71	62	28	53
De 10 001 a 20 000	71	27	44	62	51	20	40
De 20 001 a 50 000	57	24	38	52	46	16	28
De 50 001 a 100 000	29	9	18	25	19	8	13
De 100 001 a 500 000	18	8	12	17	15	7	8
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	1	1
Centro-Oeste	127	44	80	110	108	46	99
Até 5 000	35	10	22	26	30	14	29
De 5 001 a 10 000	29	8	15	24	25	7	20
De 10 001 a 20 000	30	11	20	28	25	11	23
De 20 001 a 50 000	20	6	14	20	16	7	15
De 50 001 a 100 000	8	5	5	8	7	3	7
De 100 001 a 500 000	2	1	2	1	2	2	2
Mais de 500 000	3	3	2	3	3	2	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Considerados apenas os sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelos municípios como ferramenta de gestão pelo órgão gestor, envolvendo a co-ordenação da política e a gestão dos serviços socioassistenciais.

Tabela 8 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infra estrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com estrutura na assis- tência social	Características da infra-estrutura do órgão gestor da assistência social							
			Telefone				Computadores em funcionamento			
			Linha telefônica instalada	Somente ramal	Linha telefônica e ramal	Nenhum dos dois	Nenhum	De 1 a 3	De 4 a 10	Mais de 10
Brasil	5 565	5 561	2 485	997	1 553	526	39	3 037	1 947	538
Norte	449	449	233	70	64	82	8	223	172	46
Rondônia	52	52	31	5	14	2	-	14	29	9
Acre	22	22	17	1	2	2	-	6	15	1
Amazonas	62	62	41	3	3	15	2	32	25	3
Roraima	15	15	11	1	-	3	-	6	8	1
Pará	143	143	69	11	24	39	1	48	65	29
Amapá	16	16	10	1	-	5	-	9	5	2
Tocantins	139	139	54	48	21	16	5	108	25	1
Nordeste	1 794	1 793	755	385	302	351	18	955	672	148
Maranhão	217	217	87	43	14	73	1	117	90	9
Piauí	224	224	109	35	20	60	9	180	27	8
Ceará	184	184	106	15	46	17	-	52	94	38
Rio Grande do Norte	167	167	66	42	21	38	-	117	39	11
Paraíba	223	223	92	41	17	73	4	166	42	11
Pernambuco	185	185	57	60	52	16	2	64	98	21
Alagoas	102	102	60	8	17	17	1	56	38	7
Sergipe	75	75	30	11	18	16	-	40	33	2
Bahia	417	416	148	130	97	41	1	163	211	41
Sudeste	1 668	1 666	809	224	570	63	6	923	546	191
Minas Gerais	853	852	415	166	212	59	5	586	211	50
Espírito Santo	78	78	42	6	29	1	1	23	39	15
Rio de Janeiro	92	92	38	-	54	-	-	8	51	33
São Paulo	645	644	314	52	275	3	-	306	245	93
Sul	1 188	1 187	476	229	474	8	4	697	389	97
Paraná	399	399	192	74	131	2	2	226	140	31
Santa Catarina	293	293	74	54	164	1	1	167	97	28
Rio Grande do Sul	496	495	210	101	179	5	1	304	152	38
Centro-Oeste	466	466	212	89	143	22	3	239	168	56
Mato Grosso do Sul	78	78	32	4	40	2	-	19	49	10
Mato Grosso	141	141	71	16	47	7	1	63	58	19
Goiás	246	246	109	69	55	13	2	157	61	26
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-	-	-	1

Tabela 8 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infra estrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Características da infra-estrutura do órgão gestor da assistência social				
	Computador com acesso à Internet	Tipo de conexão usada		Órgão gestor possui página na Internet	Órgão gestor possui e-mail
Discada		Banda larga			
Brasil	5 451	259	5 192	311	4 391
Norte	423	45	378	13	304
Rondônia	52	1	51	2	36
Acre	22	9	13	1	18
Amazonas	57	5	52	3	42
Roraima	14	1	13	1	10
Pará	135	17	118	6	106
Amapá	15	4	11	-	8
Tocantins	128	8	120	-	84
Nordeste	1 742	111	1 631	87	1 219
Maranhão	209	23	186	8	129
Piauí	206	22	184	4	113
Ceará	183	11	172	20	154
Rio Grande do Norte	166	5	161	4	116
Paraíba	218	3	215	12	130
Pernambuco	180	8	172	9	137
Alagoas	98	9	89	5	77
Sergipe	72	8	64	5	66
Bahia	410	22	388	20	297
Sudeste	1 651	62	1 589	129	1 468
Minas Gerais	840	36	804	39	709
Espírito Santo	76	5	71	4	76
Rio de Janeiro	92	1	91	13	86
São Paulo	643	20	623	73	597
Sul	1 179	26	1 153	71	1 046
Paraná	395	11	384	31	353
Santa Catarina	291	6	285	19	245
Rio Grande do Sul	493	9	484	21	448
Centro-Oeste	456	15	441	11	354
Mato Grosso do Sul	78	-	78	3	72
Mato Grosso	139	9	130	3	109
Goiás	238	6	232	4	172
Distrito Federal	1	-	1	1	1

Tabela 8 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infra estrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Características da infra-estrutura do órgão gestor da assistência social						
	Municípios com sistemas informatizados para gerenciar a política da assistência social (1)	O sistema utilizado permite					
		Registro e inscrição de entidades	Descrição do perfil do usuário	Acompanhamento de atendimento a usuários	Acompanhamento de serviços de programas	Integrar setores de convênio, prestação de contas e pagamento de entidades conveniadas	Prover informação pública sobre a rede socioassistencial do SUAS
Brasil	1 813	616	1 127	1 525	1 460	503	1 122
Norte	149	44	87	124	123	39	98
Rondônia	18	6	7	13	16	3	13
Acre	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	23	4	13	21	21	3	19
Roraima	8	1	6	7	7	2	5
Pará	44	7	25	39	33	7	25
Amapá	8	2	5	6	5	1	4
Tocantins	48	24	31	38	41	23	32
Nordeste	566	163	358	473	476	149	378
Maranhão	59	9	33	50	48	11	42
Piauí	64	7	39	57	58	23	42
Ceará	66	26	41	49	51	16	37
Rio Grande do Norte	51	11	34	40	40	10	29
Paraíba	66	13	43	56	56	12	34
Pernambuco	57	32	43	48	50	20	41
Alagoas	21	3	9	18	15	5	18
Sergipe	20	6	10	18	18	6	15
Bahia	162	56	106	137	140	46	120
Sudeste	583	234	368	483	458	152	327
Minas Gerais	263	115	151	217	204	63	162
Espírito Santo	31	16	22	26	24	13	22
Rio de Janeiro	39	13	27	28	31	11	23
São Paulo	250	90	168	212	199	65	120
Sul	388	131	234	335	295	117	220
Paraná	124	53	81	108	93	30	72
Santa Catarina	75	24	53	67	54	16	37
Rio Grande do Sul	189	54	100	160	148	71	111
Centro-Oeste	127	44	80	110	108	46	99
Mato Grosso do Sul	17	6	11	16	13	5	13
Mato Grosso	47	18	27	41	41	16	35
Goiás	63	20	42	53	54	25	51
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Considerados apenas os sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelos municípios como ferramenta de gestão pelo órgão gestor, envolvendo a ordenação da política e a gestão dos serviços socioassistenciais.

Tabela 9 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total (1)	Com estrutura na assistência social	Escolaridade do titular do órgão gestor de assistência social						Pós-graduação
			Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	
Brasil	5 565	5 561	120	108	168	1 155	732	2 121	1 155
Até 5 000	1 257	1 254	41	38	47	282	164	469	213
De 5 001 a 10 000	1 294	1 294	36	30	42	296	181	497	212
De 10 001 a 20 000	1 370	1 369	23	20	43	311	178	505	287
De 20 001 a 50 000	1 055	1 055	15	12	28	206	154	415	225
De 50 001 a 100 000	316	316	4	4	5	42	35	117	109
De 100 001 a 500 000	233	233	-	4	3	17	14	104	91
Mais de 500 000	40	40	1	-	-	1	6	14	18
Norte	449	449	15	10	15	107	86	151	65
Até 5 000	87	87	2	1	1	20	16	41	6
De 5 001 a 10 000	89	89	6	3	1	23	24	24	8
De 10 001 a 20 000	107	107	2	3	7	28	18	31	18
De 20 001 a 50 000	113	113	4	1	5	29	21	35	18
De 50 001 a 100 000	32	32	1	2	1	5	5	10	8
De 100 001 a 500 000	18	18	-	-	-	2	2	7	7
Mais de 500 000	3	3	-	-	-	-	-	3	-
Nordeste	1 794	1 793	18	26	55	388	284	668	354
Até 5 000	225	225	5	6	7	40	45	84	38
De 5 001 a 10 000	392	392	4	8	18	106	64	135	57
De 10 001 a 20 000	580	579	4	5	21	138	81	222	108
De 20 001 a 50 000	432	432	3	7	7	91	75	161	88
De 50 001 a 100 000	110	110	1	-	2	12	13	41	41
De 100 001 a 500 000	44	44	-	-	-	1	4	22	17
Mais de 500 000	11	11	1	-	-	-	2	3	5
Sudeste	1 668	1 666	33	18	37	262	164	773	378
Até 5 000	381	379	5	4	11	67	41	182	69
De 5 001 a 10 000	408	408	13	6	8	64	40	197	80
De 10 001 a 20 000	351	351	10	5	7	66	37	152	73
De 20 001 a 50 000	294	294	4	1	8	44	32	141	64
De 50 001 a 100 000	98	98	1	-	2	11	7	44	33
De 100 001 a 500 000	118	118	-	2	1	9	4	53	49
Mais de 500 000	18	18	-	-	-	1	3	4	10
Sul	1 188	1 187	42	44	47	266	139	376	273
Até 5 000	421	420	22	22	20	100	44	136	77
De 5 001 a 10 000	291	291	10	11	12	71	36	98	53
De 10 001 a 20 000	229	229	5	6	6	52	29	64	66
De 20 001 a 50 000	144	144	4	2	7	28	20	43	40
De 50 001 a 100 000	57	57	1	2	-	11	6	15	22
De 100 001 a 500 000	43	43	-	1	2	4	3	19	14
Mais de 500 000	3	3	-	-	-	-	1	1	1
Centro-Oeste	466	466	12	10	14	132	59	153	85
Até 5 000	143	143	7	5	8	55	18	26	23
De 5 001 a 10 000	114	114	3	2	3	32	17	43	14
De 10 001 a 20 000	103	103	2	1	2	27	13	36	22
De 20 001 a 50 000	72	72	-	1	1	14	6	35	15
De 50 001 a 100 000	19	19	-	-	-	3	4	7	5
De 100 001 a 500 000	10	10	-	1	-	1	1	3	4
Mais de 500 000	5	5	-	-	-	-	-	3	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: A informação refere-se à escolaridade concluída do gestor, exceto para ensino fundamental, que poderá ser concluído ou não.

(1) Inclusive os com escolaridade ignorada.

Tabela 10 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total (1)	Com estrutura na assis- tência social	Escolaridade do titular do órgão gestor de assistência social						
			Ensino funda- mental incompleto	Ensino funda- mental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	Pós- graduação
Brasil	5 565	5 561	120	108	168	1 155	732	2 121	1 155
Norte	449	449	15	10	15	107	86	151	65
Rondônia	52	52	4	-	3	10	12	10	13
Acre	22	22	-	-	-	9	6	1	6
Amazonas	62	62	-	-	3	12	8	26	13
Roraima	15	15	1	-	-	2	7	1	4
Pará	143	143	7	6	7	39	25	45	14
Amapá	16	16	-	-	-	4	3	7	2
Tocantins	139	139	3	4	2	31	25	61	13
Nordeste	1 794	1 793	18	26	55	388	284	668	354
Maranhão	217	217	2	3	5	49	35	70	53
Piauí	224	224	6	6	10	59	43	72	28
Ceará	184	184	-	-	4	29	19	79	53
Rio Grande do Norte	167	167	1	-	3	32	24	77	30
Paraíba	223	223	4	8	3	48	24	105	31
Pernambuco	185	185	2	-	8	28	25	67	55
Alagoas	102	102	-	3	4	28	23	27	17
Sergipe	75	75	-	-	6	14	9	29	17
Bahia	417	416	3	6	12	101	82	142	70
Sudeste	1 668	1 666	33	18	37	262	164	773	378
Minas Gerais	853	852	26	9	16	163	118	336	183
Espírito Santo	78	78	2	2	5	11	7	26	25
Rio de Janeiro	92	92	1	1	1	14	17	25	33
São Paulo	645	644	4	6	15	74	22	386	137
Sul	1 188	1 187	42	44	47	266	139	375	273
Paraná	399	399	12	11	16	80	33	130	116
Santa Catarina	293	293	9	7	8	52	40	103	74
Rio Grande do Sul	496	495	21	26	23	134	66	142	83
Centro-Oeste	466	466	12	10	14	132	59	154	85
Mato Grosso do Sul	78	78	1	-	-	11	8	33	25
Mato Grosso	141	141	6	2	8	41	21	43	20
Goiás	246	246	5	8	6	80	30	78	39
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: A informação refere-se à escolaridade concluída do gestor, exceto para ensino fundamental, que poderá ser concluído ou não.

(1) Inclusive os com escolaridade ignorada.

Tabela 11 - Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por formação													
	Assistente social	Terapeuta ocupacional	Psicólogo	Médico	Enfermeiro	Pedagogo	Sociólogo	Advogado	Jornalista	Nutricionista	Administrador	Economista	Contabilista	Outras
Brasil	971	10	107	23	73	710	29	173	16	14	199	24	51	876
Até 5 000	259	1	14	2	20	159	3	10	1	-	31	6	15	161
De 5 001 a 10 000	236	1	24	2	21	150	5	31	4	2	41	4	6	182
De 10 001 a 20 000	196	3	29	5	19	181	6	34	3	5	51	4	16	240
De 20 001 a 50 000	178	2	23	8	8	151	5	40	1	4	37	4	8	171
De 50 001 a 100 000	49	3	9	1	2	39	2	20	2	1	18	2	3	75
De 100 001 a 500 000	46	-	7	4	3	27	6	32	4	2	17	3	3	41
Mais de 500 000	7	-	1	1	-	3	2	6	1	-	4	1	-	6
Norte	47	-	3	-	1	80	2	12	1	-	13	1	1	55
Até 5 000	8	-	-	-	-	30	-	-	-	-	2	-	-	7
De 5 001 a 10 000	7	-	-	-	-	9	-	1	-	-	3	-	-	12
De 10 001 a 20 000	9	-	1	-	-	19	1	2	-	-	2	-	-	15
De 20 001 a 50 000	17	-	1	-	-	16	1	3	-	-	4	-	-	11
De 50 001 a 100 000	1	-	-	-	1	4	-	2	1	-	2	-	-	7
De 100 001 a 500 000	4	-	1	-	-	2	-	3	-	-	-	1	1	2
Mais de 500 000	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Nordeste	222	4	32	5	15	277	8	45	8	1	56	8	10	331
Até 5 000	28	-	3	-	2	37	-	2	1	-	4	2	2	41
De 5 001 a 10 000	39	-	7	1	6	55	2	7	1	-	12	1	1	60
De 10 001 a 20 000	59	-	12	2	3	97	2	13	2	1	15	2	4	118
De 20 001 a 50 000	66	1	7	1	2	71	2	11	-	-	11	2	2	73
De 50 001 a 100 000	18	3	2	-	1	13	2	5	1	-	7	-	1	29
De 100 001 a 500 000	9	-	1	1	1	3	-	5	3	-	5	1	-	10
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	1	-	2	-	-	2	-	-	-
Sudeste	503	5	49	16	22	155	11	74	4	8	59	8	12	225
Até 5 000	157	1	8	2	3	24	2	1	-	-	7	1	2	43
De 5 001 a 10 000	138	-	9	-	8	44	2	11	2	-	12	2	2	47
De 10 001 a 20 000	97	3	11	3	6	25	2	10	-	3	12	2	4	47
De 20 001 a 50 000	59	1	12	6	3	36	1	20	1	4	14	1	3	44
De 50 001 a 100 000	21	-	6	1	-	10	-	10	-	-	4	1	1	23
De 100 001 a 500 000	29	-	2	3	2	15	2	21	-	1	8	-	-	19
Mais de 500 000	2	-	1	1	-	1	2	1	1	-	2	1	-	2
Sul	169	1	18	1	33	130	4	33	3	5	47	6	21	177
Até 5 000	56	-	3	-	15	49	-	6	-	-	15	3	9	56
De 5 001 a 10 000	44	1	6	1	7	28	-	11	1	2	9	1	3	37
De 10 001 a 20 000	27	-	3	-	8	21	1	7	1	1	15	-	5	41
De 20 001 a 50 000	28	-	2	-	3	20	-	4	-	-	3	-	1	22
De 50 001 a 100 000	9	-	1	-	-	7	-	2	-	1	2	1	1	13
De 100 001 a 500 000	4	-	3	-	-	5	3	2	1	1	3	1	2	8
Mais de 500 000	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	30	-	5	1	2	68	4	9	-	-	24	1	7	88
Até 5 000	10	-	-	-	-	19	1	1	-	-	3	-	2	14
De 5 001 a 10 000	8	-	2	-	-	14	1	1	-	-	5	-	-	26
De 10 001 a 20 000	4	-	2	-	2	19	-	2	-	-	7	-	3	19
De 20 001 a 50 000	8	-	1	1	-	8	1	2	-	-	5	1	2	21
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	5	-	1	-	-	3	-	-	3
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-	1	-	-	2
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 12 - Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por formação													
	Assis- tente social	Tera- peuta ocu- pacio- nal	Psicó- logo	Mé- di- co	Enfer- meiro	Peda- gogo	Soció- logo	Advo- gado	Jorna- lista	Nutri- cio- nista	Admi- nistra- dor	Econo- mista	Conta- bilista	Outras
Brasil	971	10	107	23	73	710	29	173	16	14	199	24	51	876
Norte	47	-	3	-	1	80	2	12	1	-	13	1	1	55
Rondônia	2	-	-	-	-	5	-	1	1	-	2	-	1	11
Acre	1	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	2
Amazonas	11	-	2	-	-	7	-	2	-	-	2	-	-	15
Roraima	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	1	-	-
Pará	17	-	-	-	1	18	1	7	-	-	4	-	-	11
Amapá	6	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1
Tocantins	10	-	1	-	-	41	1	2	-	-	4	-	-	15
Nordeste	222	4	32	5	15	277	8	45	8	1	56	8	10	331
Maranhão	37	-	1	1	2	29	-	5	1	-	4	1	-	42
Piauí	14	-	-	1	6	24	1	3	-	1	5	-	2	43
Ceará	22	1	2	1	3	48	2	5	-	-	8	1	3	36
Rio Grande do Norte	27	1	2	1	1	36	1	2	2	-	6	2	1	25
Paraíba	28	-	12	-	3	38	1	9	2	-	-	1	2	40
Pernambuco	22	1	3	-	-	32	2	11	1	-	6	-	-	44
Alagoas	9	-	6	-	-	9	-	3	-	-	5	-	-	12
Sergipe	16	-	1	-	-	19	-	-	1	-	2	-	-	7
Bahia	47	1	5	1	-	42	1	7	1	-	20	3	2	82
Sudeste	503	5	49	16	22	155	11	74	4	8	59	8	12	225
Minas Gerais	204	1	28	8	18	71	4	21	2	3	29	4	6	120
Espírito Santo	15	-	1	1	2	7	-	5	-	-	8	1	1	10
Rio de Janeiro	6	-	2	2	-	9	3	11	-	1	2	1	1	20
São Paulo	278	4	18	5	2	68	4	37	2	4	20	2	4	75
Sul	169	1	18	1	33	130	4	33	3	5	47	6	21	177
Paraná	60	-	4	-	3	56	1	18	1	-	13	2	7	81
Santa Catarina	66	-	2	1	14	34	-	5	1	1	17	1	7	28
Rio Grande do Sul	43	1	12	-	16	40	3	10	1	4	17	3	7	68
Centro-Oeste	30	-	5	1	2	68	4	9	-	-	24	1	7	88
Mato Grosso do Sul	9	-	3	1	-	18	1	-	-	-	9	-	-	17
Mato Grosso	9	-	1	-	1	18	-	1	-	-	7	-	4	22
Goiás	12	-	1	-	1	32	3	8	-	-	8	1	3	48
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Tabela 13 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e com a primeira dama do município como gestora, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com estrutura na assistência social	Com a primeira dama do município como gestora da política de assistência social		Total	Com estrutura na assistência social	Com a primeira dama do município como gestora da política de assistência social
Brasil	5 565	5 561	1 352	Sudeste	1 668	1 666	212
Até 5 000	1 257	1 254	328	Até 5 000	381	379	43
De 5 001 a 10 000	1 294	1 294	347	De 5 001 a 10 000	408	408	60
De 10 001 a 20 000	1 370	1 369	349	De 10 001 a 20 000	351	351	42
De 20 001 a 50 000	1 055	1 055	222	De 20 001 a 50 000	294	294	41
De 50 001 a 100 000	316	316	64	De 50 001 a 100 000	98	98	11
De 100 001 a 500 000	233	233	35	De 100 001 a 500 000	118	118	13
Mais de 500 000	40	40	7	Mais de 500 000	18	18	2
Norte	449	449	179	Sul	1 188	1 187	253
Até 5 000	87	87	48	Até 5 000	421	420	89
De 5 001 a 10 000	89	89	36	De 5 001 a 10 000	291	291	70
De 10 001 a 20 000	107	107	44	De 10 001 a 20 000	229	229	56
De 20 001 a 50 000	113	113	31	De 20 001 a 50 000	144	144	26
De 50 001 a 100 000	32	32	12	De 50 001 a 100 000	57	57	7
De 100 001 a 500 000	18	18	6	De 100 001 a 500 000	43	43	4
Mais de 500 000	3	3	2	Mais de 500 000	3	3	1
Nordeste	1 794	1 793	466	Centro-Oeste	466	466	242
Até 5 000	225	225	57	Até 5 000	143	143	91
De 5 001 a 10 000	392	392	125	De 5 001 a 10 000	114	114	56
De 10 001 a 20 000	580	579	158	De 10 001 a 20 000	103	103	49
De 20 001 a 50 000	432	432	95	De 20 001 a 50 000	72	72	29
De 50 001 a 100 000	110	110	23	De 50 001 a 100 000	19	19	11
De 100 001 a 500 000	44	44	8	De 100 001 a 500 000	10	10	4
Mais de 500 000	11	11	-	Mais de 500 000	5	5	2

Tabela 14 - Municípios, total e com estrutura na assistência social e com a primeira dama do município como gestora, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com estrutura na assistência social	Com a primeira dama do município como gestora da política de assistência social		Total	Com estrutura na assistência social	Com a primeira dama do município como gestora da política de assistência social
Brasil	5 565	5 561	1 352	Nordeste			
Norte	449	449	179	Sergipe	75	75	26
Rondônia	52	52	13	Bahia	417	416	97
Acre	22	22	9	Sudeste	1 668	1 666	212
Amazonas	62	62	13	Minas Gerais	853	852	100
Roraima	15	15	11	Espírito Santo	78	78	5
Pará	143	143	56	Rio de Janeiro	92	92	22
Amapá	16	16	5	São Paulo	645	644	85
Tocantins	139	139	72	Sul	1 188	1 187	253
Nordeste	1 794	1 793	466	Paraná	399	399	152
Maranhão	217	217	48	Santa Catarina	293	293	17
Piauí	224	224	103	Rio Grande do Sul	496	495	84
Ceará	184	184	53	Centro-Oeste	466	466	242
Rio Grande do Norte	167	167	35	Mato Grosso do Sul	78	78	22
Paraíba	223	223	45	Mato Grosso	141	141	78
Pernambuco	185	185	38	Goiás	246	246	142
Alagoas	102	102	21	Distrito Federal	1	1	-

**Tabela 15 - Pessoal ocupado na assistência social,
por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as
classes de tamanho da população dos municípios - 2009**

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade										
	Total (1)	Por vínculo					Por escolaridade				
		Estatu- tários	CLT	So- mente comis- sionados	Esta- giários	Sem vínculo perma- nente	Sem instru- ção	Ensino funda- mental	Ensino médio	Ensino Superior	Pós-gra- duação
Brasil	182 436	67 034	15 476	32 261	6 848	60 514	3 187	34 188	88 897	43 747	8 071
Até 5 000	10 733	4 091	607	2 535	208	3 291	198	1 622	5 095	3 004	763
De 5 001 a 10 000	15 987	5 110	1 109	3 696	390	5 681	397	2 490	8 042	4 017	882
De 10 001 a 20 000	27 398	8 940	1 645	5 629	572	10 502	642	4 640	14 418	6 059	1 255
De 20 001 a 50 000	40 740	13 576	3 186	7 502	1 117	15 335	861	7 973	21 498	7 853	1 516
De 50 001 a 100 000	24 764	8 896	1 802	4 165	1 069	8 818	298	4 995	12 595	5 408	902
De 100 001 a 500 000	40 162	14 879	5 294	6 146	2 460	11 383	497	7 943	18 395	10 024	2 006
Mais de 500 000	22 652	11 542	1 833	2 588	1 032	5 504	294	4 525	8 854	7 382	747
Norte	17 678	6 928	745	3 632	236	6 137	671	3 927	9 376	3 126	531
Até 5 000	1 051	470	22	236	1	322	29	182	559	255	26
De 5 001 a 10 000	1 390	496	36	343	17	498	62	234	775	280	39
De 10 001 a 20 000	2 377	762	70	637	20	888	104	450	1 376	396	51
De 20 001 a 50 000	4 339	1 696	220	668	20	1 735	168	1 137	2 234	654	99
De 50 001 a 100 000	2 905	1 517	68	489	57	774	37	789	1 599	421	59
De 100 001 a 500 000	3 556	1 360	191	740	87	1 178	76	812	1 854	630	184
Mais de 500 000	2 060	627	138	519	34	742	195	323	979	490	73
Nordeste	68 837	17 382	3 861	11 951	845	34 482	1 221	11 508	38 137	13 523	2 228
Até 5 000	3 349	735	155	812	9	1 638	77	517	1 859	747	149
De 5 001 a 10 000	6 750	1 684	391	1 570	45	3 059	196	1 045	3 680	1 480	276
De 10 001 a 20 000	14 392	3 729	436	2 917	52	7 153	365	2 313	8 083	2 768	535
De 20 001 a 50 000	18 512	4 626	764	3 135	161	9 802	292	3 124	10 877	3 046	576
De 50 001 a 100 000	9 861	2 480	698	1 519	90	5 074	179	1 778	5 496	1 751	277
De 100 001 a 500 000	9 753	2 087	1 033	1 352	286	4 995	84	1 766	4 889	2 069	264
Mais de 500 000	6 220	2 041	384	646	202	2 761	28	965	3 253	1 662	151
Sudeste	53 047	20 977	7 715	8 159	2 999	13 230	743	10 002	22 860	16 626	2 564
Até 5 000	2 213	819	283	425	86	600	36	231	963	829	154
De 5 001 a 10 000	3 700	1 083	490	664	118	1 345	90	474	1 733	1 166	237
De 10 001 a 20 000	4 991	1 782	704	853	232	1 420	121	770	2 278	1 541	281
De 20 001 a 50 000	9 625	3 267	1 622	1 795	440	2 501	198	1 896	4 777	2 354	400
De 50 001 a 100 000	6 367	2 216	709	888	419	2 135	24	1 269	2 945	1 864	265
De 100 001 a 500 000	17 696	6 698	2 789	2 758	1 178	4 273	258	3 447	7 570	5 198	929
Mais de 500 000	8 455	5 112	1 118	776	526	956	16	1 915	2 594	3 674	298
Sul	24 665	12 573	2 530	4 032	2 369	3 141	381	4 628	10 708	6 569	2 193
Até 5 000	2 451	1 233	134	590	110	383	47	338	909	805	352
De 5 001 a 10 000	2 302	1 039	177	591	169	326	34	342	961	705	260
De 10 001 a 20 000	2 976	1 292	344	666	214	455	39	493	1 363	798	283
De 20 001 a 50 000	4 168	1 951	378	848	446	545	169	811	1 881	969	338
De 50 001 a 100 000	3 440	1 837	327	528	410	324	16	743	1 400	855	240
De 100 001 a 500 000	7 168	3 973	996	756	874	569	76	1 335	3 378	1 814	565
Mais de 500 000	2 160	1 248	174	53	146	539		566	816	623	155
Centro-Oeste	18 209	9 174	625	4 487	399	3 524	171	4 123	7 816	3 903	555
Até 5 000	1 669	834	13	472	2	348	9	354	805	368	82
De 5 001 a 10 000	1 845	808	15	528	41	453	15	395	893	386	70
De 10 001 a 20 000	2 662	1 375	91	556	54	586	13	614	1 318	556	105
De 20 001 a 50 000	4 096	2 036	202	1 056	50	752	34	1 005	1 729	830	103
De 50 001 a 100 000	2 191	846	-	741	93	511	42	416	1 155	517	61
De 100 001 a 500 000	1 989	761	285	540	35	368	3	583	704	313	64
Mais de 500 000	3 757	2 514	19	594	124	506	55	756	1 212	933	70

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício e/ou escolaridade.

**Tabela 16 - Pessoal ocupado na assistência social,
por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as
Unidades da Federação - 2009**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade										
	Total (1)	Por vínculo					Por escolaridade				
		Estatu- tários	CLT	So- mente comis- sionados	Esta- giários	Sem vínculo perma- nente	Sem instru- ção	Ensino funda- mental	Ensino médio	Ensino Superior	Pós-gra- duação
Brasil	182 436	67 034	15 476	32 261	6 848	60 514	3 187	34 188	88 897	43 747	8 071
Norte	17 678	6 928	745	3 632	236	6 137	671	3 927	9 376	3 126	531
Rondônia	1 534	824	150	430	54	76	33	391	811	197	102
Acre	922	213	272	176	70	191	14	132	610	136	30
Amazonas	2 784	745	196	605	-	1 238	163	460	1 522	559	33
Roraima	764	168	10	267	19	300	49	179	448	81	7
Pará	8 539	3 607	49	1 381	79	3 423	332	2 209	4 353	1 428	217
Amapá	553	209	50	100	-	194	15	121	297	103	17
Tocantins	2 582	1 162	18	673	14	715	65	435	1 335	622	125
Nordeste	68 837	17 382	3 861	11 951	845	34 482	1 221	11 508	38 137	13 523	2 228
Maranhão	9 602	1 860	622	1 337	24	5 525	166	1 563	5 816	1 812	202
Piauí	4 813	934	225	1 188	93	2 373	95	906	2 426	1 073	228
Ceará	10 547	3 030	470	1 659	218	5 170	172	1 982	5 650	2 174	365
Rio Grande do Norte	6 819	1 689	374	1 348	84	3 324	83	1 186	4 094	1 290	166
Paraíba	6 961	2 023	62	1 236	19	3 620	98	1 437	3 570	1 575	157
Pernambuco	10 144	1 624	635	1 671	164	6 010	92	1 279	5 736	1 947	372
Alagoas	4 125	1 394	540	583	62	1 546	110	699	1 975	816	207
Sergipe	3 839	1 673	350	650	57	1 109	162	862	1 999	652	86
Bahia	11 987	3 155	583	2 279	124	5 805	243	1 594	6 871	2 184	445
Sudeste	53 047	20 977	7 715	8 159	2 999	13 230	743	10 002	22 860	16 626	2 564
Minas Gerais	17 034	6 179	883	2 285	910	6 777	246	3 089	8 024	4 825	850
Espírito Santo	4 302	1 587	294	1 330	277	814	98	913	1 972	935	384
Rio de Janeiro	10 867	4 081	1 335	1 639	218	3 627	173	2 463	3 822	3 778	379
São Paulo	20 844	9 130	5 203	2 905	1 594	2 012	226	3 537	9 042	7 088	951
Sul	24 665	12 573	2 530	4 032	2 369	3 141	381	4 628	10 708	6 569	2 193
Paraná	10 070	5 518	664	1 603	1 031	1 235	126	1 999	4 463	2 475	1 007
Santa Catarina	6 041	3 054	1 056	827	337	767	215	1 008	2 311	1 755	752
Rio Grande do Sul	8 554	4 001	810	1 602	1 001	1 139	40	1 621	3 934	2 339	434
Centro-Oeste	18 209	9 174	625	4 487	399	3 524	171	4 123	7 816	3 903	555
Mato Grosso do Sul	4 182	2 071	132	805	288	886	11	949	1 917	978	134
Mato Grosso	3 994	1 810	292	584	38	1 270	56	1 017	1 632	810	157
Goiás	8 077	3 648	201	2 809	73	1 346	49	1 784	3 468	1 437	213
Distrito Federal	1 956	1 645	-	289	-	22	55	373	799	678	51

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício e/ou escolaridade.

**Tabela 17 - Pessoal ocupado na assistência social,
por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as
classes de tamanho da população dos municípios - 2009**

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade											
	Total (1)						Estatutários					
	Total (2)	Estatu- tários	CLT	So- mente comis- sionados	Esta- giários	Sem vínculo perma- nente	Total (1)	Sem ins- trução	Ensino funda- mental	Ensino médio	Ensino Supe- rior	Pós- gradua- ção
Brasil	182 436	3 187	34 188	88 897	43 747	8 071	67 034	1 407	15 303	27 575	17 383	3 813
Até 5 000	10 733	198	1 622	5 095	3 004	763	4 091	82	813	1 728	1 084	356
De 5 001 a 10 000	15 987	397	2 490	8 042	4 017	882	5 110	104	1 078	2 269	1 246	318
De 10 001 a 20 000	27 398	642	4 640	14 418	6 059	1 255	8 940	223	1 933	4 343	1 933	455
De 20 001 a 50 000	40 740	861	7 973	21 498	7 853	1 516	13 576	345	3 353	6 288	2 653	644
De 50 001 a 100 000	24 764	298	4 995	12 595	5 408	902	8 896	194	2 369	3 811	1 890	375
De 100 001 a 500 000	40 162	497	7 943	18 395	10 024	2 006	14 879	193	3 597	5 722	4 042	1 032
Mais de 500 000	22 652	294	4 525	8 854	7 382	747	11 542	266	2 160	3 414	4 535	633
Norte	17 678	671	3 927	9 376	3 126	531	6 928	347	1 774	3 498	1 081	228
Até 5 000	1 051	29	182	559	255	26	470	17	115	236	90	12
De 5 001 a 10 000	1 390	62	234	775	280	39	496	18	111	260	92	15
De 10 001 a 20 000	2 377	104	450	1 376	396	51	762	28	160	434	124	16
De 20 001 a 50 000	4 339	168	1 137	2 234	654	99	1 696	39	521	860	229	47
De 50 001 a 100 000	2 905	37	789	1 599	421	59	1 517	24	444	766	255	28
De 100 001 a 500 000	3 556	76	812	1 854	630	184	1 360	32	402	660	203	63
Mais de 500 000	2 060	195	323	979	490	73	627	189	21	282	88	47
Nordeste	68 837	1 221	11 508	38 137	13 523	2 228	17 382	464	3 924	8 373	3 396	616
Até 5 000	3 349	77	517	1 859	747	149	735	16	199	362	130	28
De 5 001 a 10 000	6 750	196	1 045	3 680	1 480	276	1 684	45	371	844	335	49
De 10 001 a 20 000	14 392	365	2 313	8 083	2 768	535	3 729	138	760	2 036	652	120
De 20 001 a 50 000	18 512	292	3 124	10 877	3 046	576	4 626	113	995	2 538	717	185
De 50 001 a 100 000	9 861	179	1 778	5 496	1 751	277	2 480	125	660	1 138	322	62
De 100 001 a 500 000	9 753	84	1 766	4 889	2 069	264	2 087	11	453	852	464	56
Mais de 500 000	6 220	28	965	3 253	1 662	151	2 041	16	486	603	776	116
Sudeste	53 047	743	10 002	22 860	16 626	2 564	20 977	230	4 680	7 422	7 410	1 277
Até 5 000	2 213	36	231	963	829	154	819	11	113	336	295	64
De 5 001 a 10 000	3 700	90	474	1 733	1 166	237	1 083	29	168	465	337	84
De 10 001 a 20 000	4 991	121	770	2 278	1 541	281	1 782	28	358	727	553	116
De 20 001 a 50 000	9 625	198	1 896	4 777	2 354	400	3 267	38	740	1 441	858	190
De 50 001 a 100 000	6 367	24	1 269	2 945	1 864	265	2 216	14	549	876	665	112
De 100 001 a 500 000	17 696	258	3 447	7 570	5 198	929	6 698	103	1 636	2 394	2 132	433
Mais de 500 000	8 455	16	1 915	2 594	3 674	298	5 112	7	1 116	1 183	2 570	278
Sul	24 665	381	4 628	10 708	6 569	2 193	12 573	253	2 478	4 697	3 646	1 415
Até 5 000	2 451	47	338	909	805	352	1 233	32	180	391	407	223
De 5 001 a 10 000	2 302	34	342	961	705	260	1 039	11	195	358	339	136
De 10 001 a 20 000	2 976	39	493	1 363	798	283	1 292	22	259	519	337	155
De 20 001 a 50 000	4 168	169	811	1 881	969	338	1 951	136	471	694	481	169
De 50 001 a 100 000	3 440	16	743	1 400	855	240	1 837	8	501	623	483	138
De 100 001 a 500 000	7 168	76	1 335	3 378	1 814	565	3 973	44	800	1 532	1 144	453
Mais de 500 000	2 160		566	816	623	155	1 248	-	72	580	455	141
Centro-Oeste	18 209	171	4 123	7 816	3 903	555	9 174	113	2 447	3 585	1 850	277
Até 5 000	1 669	9	354	805	368	82	834	6	206	403	162	29
De 5 001 a 10 000	1 845	15	395	893	386	70	808	1	233	342	143	34
De 10 001 a 20 000	2 662	13	614	1 318	556	105	1 375	7	396	627	267	48
De 20 001 a 50 000	4 096	34	1 005	1 729	830	103	2 036	19	626	755	368	53
De 50 001 a 100 000	2 191	42	416	1 155	517	61	846	23	215	408	165	35
De 100 001 a 500 000	1 989	3	583	704	313	64	761	3	306	284	99	27
Mais de 500 000	3 757	55	756	1 212	933	70	2 514	54	465	766	646	51

**Tabela 17 - Pessoal ocupado na assistência social,
por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as
classes de tamanho da população dos municípios - 2009**

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade											
	Celetistas						Somente comissionados					
	Total (2)	Sem ins- trução	Ensino funda- mental	Ensino médio	Ensino Supe- rior	Pós- gradua- ção	Total (2)	Sem ins- trução	Ensino funda- mental	Ensino médio	Ensino Supe- rior	Pós- gradua- ção
Brasil	15 476	312	3 395	6 666	4 167	742	32 261	438	3 976	16 291	9 074	1 798
Até 5 000	607	24	89	253	203	38	2 535	43	275	1 232	786	183
De 5 001 a 10 000	1 109	50	208	442	336	73	3 696	75	394	1 910	1 022	244
De 10 001 a 20 000	1 645	33	324	661	453	89	5 629	87	610	2 956	1 559	365
De 20 001 a 50 000	3 186	93	647	1 494	806	146	7 502	152	965	4 011	1 833	361
De 50 001 a 100 000	1 802	14	290	954	443	81	4 165	40	475	2 168	1 175	222
De 100 001 a 500 000	5 294	85	1 029	2 284	1 551	275	6 146	33	964	2 947	1 716	358
Mais de 500 000	1 833	13	808	578	375	40	2 588	8	293	1 067	983	65
Norte	745	33	133	447	110	22	3 632	65	509	2 025	878	147
Até 5 000	22	-	4	15	3	-	236	7	20	123	79	7
De 5 001 a 10 000	36	2	15	16	3	-	343	9	39	205	80	10
De 10 001 a 20 000	70	-	20	36	13	1	637	6	69	413	125	24
De 20 001 a 50 000	220	27	61	116	14	2	668	32	78	362	178	18
De 50 001 a 100 000	68	2	1	57	7	1	489	2	52	329	83	23
De 100 001 a 500 000	191	-	9	103	61	18	740	9	124	385	173	41
Mais de 500 000	138	2	23	104	9	-	519	-	127	208	160	24
Nordeste	3 861	74	686	2 206	616	121	11 951	142	1 183	6 502	3 265	633
Até 5 000	155	16	27	74	30	8	812	20	63	466	226	37
De 5 001 a 10 000	391	29	91	210	53	8	1 570	42	167	846	413	97
De 10 001 a 20 000	436	6	90	183	56	16	2 917	44	279	1 585	790	186
De 20 001 a 50 000	764	6	169	447	116	26	3 135	15	317	1 834	749	156
De 50 001 a 100 000	698	7	99	479	89	16	1 519	19	180	782	418	76
De 100 001 a 500 000	1 033	-	142	604	194	28	1 352	2	134	641	440	70
Mais de 500 000	384	10	68	209	78	19	646	-	43	348	229	11
Sudeste	7 715	180	1 816	2 862	2 485	372	8 159	134	953	3 732	2 794	514
Até 5 000	283	6	37	123	105	12	425	4	30	152	197	42
De 5 001 a 10 000	490	17	86	147	211	29	664	6	52	305	242	59
De 10 001 a 20 000	704	20	118	265	262	39	853	27	79	360	320	67
De 20 001 a 50 000	1 622	56	271	732	501	62	1 795	67	268	915	463	82
De 50 001 a 100 000	709	5	118	307	247	32	888	4	87	380	350	67
De 100 001 a 500 000	2 789	75	554	1 040	943	177	2 758	19	397	1 320	799	180
Mais de 500 000	1 118	1	632	248	216	21	776	7	40	300	423	17
Sul	2 530	24	578	937	758	221	4 032	67	506	1 865	1 220	333
Até 5 000	134	2	19	37	58	18	590	11	71	254	192	62
De 5 001 a 10 000	177	2	14	59	66	36	591	13	70	263	185	60
De 10 001 a 20 000	344	6	58	133	114	33	666	8	93	308	199	58
De 20 001 a 50 000	378	4	68	142	110	54	848	27	109	438	204	70
De 50 001 a 100 000	327	-	72	111	100	32	528	5	65	223	149	45
De 100 001 a 500 000	996	10	262	438	238	48	756	3	98	379	238	38
Mais de 500 000	174	-	85	17	72	-	53	-	-	-	53	-
Centro-Oeste	625	1	182	214	198	6	4 487	30	825	2 167	917	171
Até 5 000	13	-	2	4	7	-	472	1	91	237	92	35
De 5 001 a 10 000	15	-	2	10	3	-	528	5	66	291	102	18
De 10 001 a 20 000	91	1	38	44	8	-	556	2	90	290	125	30
De 20 001 a 50 000	202	-	78	57	65	2	1 056	11	193	462	239	35
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	-	741	10	91	454	175	11
De 100 001 a 500 000	285	-	62	99	115	4	540	-	211	222	66	29
Mais de 500 000	19	-	-	-	-	-	594	1	83	211	118	13

**Tabela 17 - Pessoal ocupado na assistência social,
por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as
classes de tamanho da população dos municípios - 2009**

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade								
	Estagiários			Sem vínculo					
	Total (2)	Ensino fundamental	Ensino médio	Total (2)	Sem ins- trução	Ensino funda- mental	Ensino médio	Ensino Supe- rior	Pós- gradua- ção
Brasil	6 848	542	6 196	60 514	1 031	11 037	32 108	13 012	1 734
Até 5 000	208	13	195	3 291	49	432	1 692	932	186
De 5 001 a 10 000	390	38	352	5 681	168	775	3 079	1 390	247
De 10 001 a 20 000	572	28	544	10 502	299	1 747	5 918	2 122	348
De 20 001 a 50 000	1 117	109	1 008	15 335	272	2 910	8 744	2 592	365
De 50 001 a 100 000	1 069	84	942	8 818	50	1 778	4 716	1 900	225
De 100 001 a 500 000	2 460	194	2 228	11 383	186	2 171	5 244	2 695	321
Mais de 500 000	1 032	76	927	5 504	7	1 224	2 715	1 381	42
Norte	236	16	220	6 137	226	1 496	3 188	1 044	114
Até 5 000	1	-	1	322	5	43	184	83	7
De 5 001 a 10 000	17	4	13	498	33	65	281	105	14
De 10 001 a 20 000	20	5	15	888	70	196	478	134	10
De 20 001 a 50 000	20	7	13	1 735	70	471	885	233	32
De 50 001 a 100 000	57	-	57	774	9	292	390	76	7
De 100 001 a 500 000	87	-	87	1 178	35	277	619	180	42
Mais de 500 000	34	-	34	742	4	152	351	233	2
Nordeste	845	77	727	34 482	542	5 679	20 246	6 300	861
Até 5 000	9	1	8	1 638	25	227	949	361	76
De 5 001 a 10 000	45	7	38	3 059	80	412	1 752	671	122
De 10 001 a 20 000	52	2	50	7 153	177	1 183	4 238	1 278	215
De 20 001 a 50 000	161	19	142	9 802	159	1 634	5 961	1 495	209
De 50 001 a 100 000	90	11	75	5 074	28	829	3 028	926	124
De 100 001 a 500 000	286	29	237	4 995	71	1 008	2 556	964	110
Mais de 500 000	202	8	177	2 761	2	386	1 762	605	5
Sudeste	2 999	185	2 796	13 230	199	2 390	6 078	3 937	434
Até 5 000	86	1	85	600	15	50	267	232	36
De 5 001 a 10 000	118	4	114	1 345	38	164	702	376	65
De 10 001 a 20 000	232	14	218	1 420	46	201	708	406	59
De 20 001 a 50 000	440	23	417	2 501	37	594	1 272	532	66
De 50 001 a 100 000	419	17	402	2 135	1	498	980	602	54
De 100 001 a 500 000	1 178	58	1 102	4 273	61	814	1 743	1 324	139
Mais de 500 000	526	68	458	956	1	69	406	465	15
Sul	2 369	255	2 075	3 141	37	811	1 118	941	224
Até 5 000	110	11	99	383	2	57	127	148	49
De 5 001 a 10 000	169	22	147	326	8	41	134	115	28
De 10 001 a 20 000	214	7	207	455	3	76	191	148	37
De 20 001 a 50 000	446	56	390	545	2	107	217	174	45
De 50 001 a 100 000	410	55	316	324	3	50	117	119	25
De 100 001 a 500 000	874	104	770	569	19	71	259	194	26
Mais de 500 000	146	-	146	539	-	409	73	43	14
Centro-Oeste	399	9	378	3 524	27	661	1 478	790	101
Até 5 000	2	-	2	348	2	55	165	108	18
De 5 001 a 10 000	41	1	40	453	9	93	210	123	18
De 10 001 a 20 000	54	-	54	586	3	91	303	156	27
De 20 001 a 50 000	50	4	46	752	4	104	409	158	13
De 50 001 a 100 000	93	1	92	511	9	109	201	177	15
De 100 001 a 500 000	35	3	32	368	-	1	67	33	4
Mais de 500 000	124	-	112	506	-	208	123	35	6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: A informação refere-se à escolaridade concluída do pessoal ocupado, exceto para ensino fundamental, que poderá ser concluído ou não.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício. (2) Inclusive os servidores sem declaração de escolaridade.

**Tabela 18 - Pessoal ocupado na assistência social,
por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as
Unidades da Federação - 2009**

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade											
	Total (1)						Estatutários					
	Total (2)	Estatu- tários	CLT	So- mente comis- sionados	Esta- giários	Sem vínculo perma- nente	Total (1)	Sem ins- trução	Ensino funda- mental	Ensino médio	Ensino Super- ior	Pós- gradua- ção
Brasil	182 436	3 187	34 188	88 897	43 747	8 071	67 034	1 407	15 303	27 575	17 383	3 813
Norte	17 678	671	3 927	9 376	3 126	531	6 928	347	1 774	3 498	1 081	228
Rondônia	1 534	33	391	811	197	102	824	21	280	360	96	67
Acre	922	14	132	610	136	30	213	-	26	160	23	4
Amazonas	2 784	163	460	1 522	559	33	745	22	194	395	126	8
Roraima	764	49	179	448	81	7	168	5	76	77	8	2
Pará	8 539	332	2 209	4 353	1 428	217	3 607	255	865	1 825	563	99
Amapá	553	15	121	297	103	17	209	3	73	87	38	8
Tocantins	2 582	65	435	1 335	622	125	1 162	41	260	594	227	40
Nordeste	68 837	1 221	11 508	38 137	13 523	2 228	17 382	464	3 924	8 373	3 396	616
Maranhão	9 602	166	1 563	5 816	1 812	202	1 860	11	328	1 021	433	68
Piauí	4 813	95	906	2 426	1 073	228	934	9	256	416	178	31
Ceará	10 547	172	1 982	5 650	2 174	365	3 030	81	842	1 417	534	144
Rio Grande do Norte	6 819	83	1 186	4 094	1 290	166	1 689	27	463	803	350	46
Paraíba	6 961	98	1 437	3 570	1 575	157	2 023	42	585	857	465	46
Pernambuco	10 144	92	1 279	5 736	1 947	372	1 624	39	201	642	422	75
Alagoas	4 125	110	699	1 975	816	207	1 394	40	275	591	328	93
Sergipe	3 839	162	862	1 999	652	86	1 673	71	436	784	278	27
Bahia	11 987	243	1 594	6 871	2 184	445	3 155	144	538	1 842	408	86
Sudeste	53 047	743	10 002	22 860	16 626	2 564	20 977	230	4 680	7 422	7 410	1 277
Minas Gerais	17 034	246	3 089	8 024	4 825	850	6 179	98	1 554	2 462	1 708	357
Espírito Santo	4 302	98	913	1 972	935	384	1 587	16	504	555	347	165
Rio de Janeiro	10 867	173	2 463	3 822	3 778	379	4 081	72	888	994	1 963	206
São Paulo	20 844	226	3 537	9 042	7 088	951	9 130	44	1 734	3 411	3 392	549
Sul	24 665	381	4 628	10 708	6 569	2 193	12 573	253	2 478	4 697	3 646	1 415
Paraná	10 070	126	1 999	4 463	2 475	1 007	5 518	78	1 060	2 209	1 503	668
Santa Catarina	6 041	215	1 008	2 311	1 755	752	3 054	150	599	946	872	487
Rio Grande do Sul	8 554	40	1 621	3 934	2 339	434	4 001	25	819	1 542	1 271	260
Centro-Oeste	18 209	171	4 123	7 816	3 903	555	9 174	113	2 447	3 585	1 850	277
Mato Grosso do Sul	4 182	11	949	1 917	978	134	2 071	9	632	790	456	78
Mato Grosso	3 994	56	1 017	1 632	810	157	1 810	12	560	749	355	92
Goiás	8 077	49	1 784	3 468	1 437	213	3 648	38	921	1 404	467	64
Distrito Federal	1 956	55	373	799	678	51	1 645	54	334	642	572	43

**Tabela 18 - Pessoal ocupado na assistência social,
por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as
Unidades da Federação - 2009**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade											
	Celetistas						Somente comissionados					
	Total (2)	Sem ins- trução	Ensino funda- mental	Ensino médio	Ensino Supe- rior	Pós- gradua- ção	Total (2)	Sem ins- trução	Ensino funda- mental	Ensino médio	Ensino Supe- rior	Pós- gradua- ção
Brasil	15 476	312	3 395	6 666	4 167	742	32 261	438	3 976	16 291	9 074	1 798
Norte	745	33	133	447	110	22	3 632	65	509	2 025	878	147
Rondônia	150	-	20	86	36	8	430	12	83	262	51	22
Acre	272	2	60	142	54	14	176	3	8	119	36	10
Amazonas	196	29	26	131	10	-	605	26	40	348	175	16
Roraima	10	-	2	8	-	-	267	4	53	166	39	5
Pará	49	-	21	21	7	-	1 381	3	253	718	341	58
Amapá	50	2	-	48	-	-	100	2	1	61	28	8
Tocantins	18	-	4	11	3	-	673	15	71	351	208	28
Nordeste	3 861	74	686	2 206	616	121	11 951	142	1 183	6 502	3 265	633
Maranhão	622	-	118	445	59	-	1 337	9	129	656	481	62
Piauí	225	15	68	96	39	7	1 188	24	121	594	357	77
Ceará	470	2	108	225	103	32	1 659	11	190	889	444	64
Rio Grande do Norte	374	8	63	204	90	9	1 348	16	95	868	321	48
Paraíba	62	1	6	27	13	-	1 236	4	157	698	304	53
Pernambuco	635	4	47	420	86	16	1 671	16	134	848	458	135
Alagoas	540	15	92	250	86	27	583	19	71	306	142	40
Sergipe	350	27	65	194	52	12	650	22	118	321	157	26
Bahia	583	2	119	345	88	18	2 279	21	168	1 322	601	128
Sudeste	7 715	180	1 816	2 862	2 485	372	8 159	134	953	3 732	2 794	514
Minas Gerais	883	10	150	422	248	53	2 285	25	193	1 114	753	200
Espírito Santo	294	56	44	133	50	11	1 330	15	180	677	320	138
Rio de Janeiro	1 335	4	667	331	287	46	1 639	70	269	707	496	65
São Paulo	5 203	110	955	1 976	1 900	262	2 905	24	311	1 234	1 225	111
Sul	2 530	24	578	937	758	221	4 032	67	506	1 865	1 220	333
Paraná	664	6	111	284	191	72	1 603	35	210	702	478	178
Santa Catarina	1 056	17	153	404	358	124	827	20	89	370	278	70
Rio Grande do Sul	810	1	314	249	209	25	1 602	12	207	793	464	85
Centro-Oeste	625	1	182	214	198	6	4 487	30	825	2 167	917	171
Mato Grosso do Sul	132	-	43	62	25	2	805	2	90	360	266	39
Mato Grosso	292	1	67	109	108	2	584	19	64	318	140	31
Goiás	201	-	72	43	65	2	2 809	8	633	1 335	420	96
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	289	1	38	154	91	5

**Tabela 18 - Pessoal ocupado na assistência social,
por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as
Unidades da Federação - 2009**

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade								
	Estagiários			Sem vínculo					
	Total (2)	Ensino fundamental	Ensino médio	Total (2)	Sem ins- trução	Ensino funda- mental	Ensino médio	Ensino Supe- rior	Pós- gradua- ção
Brasil	6 848	542	6 196	60 514	1 031	11 037	32 108	13 012	1 734
Norte	236	16	220	6 137	226	1 496	3 188	1 044	114
Rondônia	54	1	53	76	-	7	50	14	5
Acre	70	4	66	191	9	34	123	23	2
Amazonas	-	-	-	1 238	86	201	650	248	9
Roraima	19	9	10	300	40	39	187	34	-
Pará	79	2	77	3 423	74	1 068	1 712	504	40
Amapá	-	-	-	194	8	47	101	37	1
Tocantins	14	-	14	715	9	100	365	184	57
Nordeste	845	77	727	34 482	542	5 679	20 246	6 300	861
Maranhão	24	3	21	5 525	146	985	3 487	839	72
Piauí	93	-	93	2 373	47	461	1 227	525	113
Ceará	218	35	183	5 170	78	811	2 970	1 113	125
Rio Grande do Norte	84	-	84	3 324	32	565	2 135	529	63
Paraíba	19	-	19	3 620	51	692	1 979	793	58
Pernambuco	164	5	144	6 010	34	888	3 688	982	147
Alagoas	62	5	53	1 546	36	256	781	271	49
Sergipe	57	17	40	1 109	42	226	660	158	21
Bahia	124	12	90	5 805	76	795	3 319	1 090	213
Sudeste	2 999	185	2 796	13 230	199	2 390	6 078	3 937	434
Minas Gerais	910	96	814	6 777	113	1 096	3 212	2 116	240
Espírito Santo	277	24	253	814	11	161	354	218	70
Rio de Janeiro	218	30	170	3 627	27	631	1 650	1 032	95
São Paulo	1 594	35	1 559	2 012	48	502	862	571	29
Sul	2 369	255	2 075	3 141	37	811	1 118	941	224
Paraná	1 031	102	929	1 235	7	516	324	299	89
Santa Catarina	337	43	294	767	28	124	297	247	71
Rio Grande do Sul	1 001	110	852	1 139	2	171	497	395	64
Centro-Oeste	399	9	378	3 524	27	661	1 478	790	101
Mato Grosso do Sul	288	7	281	886	-	178	424	216	15
Mato Grosso	38	1	37	1 270	24	325	419	207	32
Goiás	73	1	60	1 346	3	157	632	352	51
Distrito Federal	-	-	-	22	-	1	3	15	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: A informação refere-se à escolaridade concluída do pessoal ocupado, exceto para ensino fundamental, que poderá ser concluído ou não.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 19 - Pessoal ocupado na assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação													
	Assistente social	Tera-peuta ocupacional	Psicólogo	Médico	Enfermeiro	Pedagogo	Sociólogo	Advogado	Jornalista	Nutricionista	Administrador	Economista	Contabilista	Outras
Brasil	19 006	517	7 834	229	560	6 487	429	1 420	123	585	1 141	183	455	12 717
Até 5 000	1 551	39	618	23	72	525	18	56	5	47	75	13	35	692
De 5 001 a 10 000	1 864	47	871	32	77	730	26	133	6	65	130	14	34	872
De 10 001 a 20 000	2 579	85	1 223	44	114	1 097	60	216	15	91	174	19	60	1 547
De 20 001 a 50 000	3 217	140	1 437	62	146	1 432	75	276	17	110	229	23	87	2 139
De 50 001 a 100 000	1 949	57	939	24	77	915	43	244	18	85	151	27	57	1 765
De 100 001 a 500 000	4 194	60	1 751	27	55	1 263	125	347	32	145	245	52	107	3 585
Mais de 500 000	3 652	89	995	17	19	525	82	148	30	42	137	35	75	2 117
Norte	1 129	37	557	14	75	668	67	98	7	40	97	18	44	806
Até 5 000	72	3	40	1	5	90	-	1	-	-	11	-	3	55
De 5 001 a 10 000	82	2	54	1	6	67	2	4	-	3	12	-	2	84
De 10 001 a 20 000	145	4	73	1	12	88	4	13	-	6	13	-	5	83
De 20 001 a 50 000	227	15	109	6	11	176	21	17	-	7	15	1	6	142
De 50 001 a 100 000	145	5	62	-	38	96	12	16	3	6	13	1	5	78
De 100 001 a 500 000	222	4	130	4	-	90	24	25	-	8	16	11	8	272
Mais de 500 000	236	4	89	1	3	61	4	22	4	10	17	5	15	92
Nordeste	5 040	156	2 585	84	163	2 362	123	515	45	213	303	58	136	3 933
Até 5 000	343	9	201	1	7	142	3	10	4	13	7	7	5	144
De 5 001 a 10 000	611	16	351	13	22	296	8	42	2	28	41	6	13	307
De 10 001 a 20 000	1 044	39	588	19	46	549	31	108	7	44	60	13	22	743
De 20 001 a 50 000	1 174	46	577	36	76	555	19	136	2	52	76	8	34	837
De 50 001 a 100 000	615	23	324	7	8	313	20	92	6	31	39	1	17	569
De 100 001 a 500 000	547	7	281	5	2	384	24	80	13	33	52	14	25	778
Mais de 500 000	706	16	263	3	2	123	18	47	11	12	28	9	20	555
Sudeste	8 602	190	2 778	71	131	1 551	173	548	46	162	462	72	178	4 106
Até 5 000	506	13	156	6	13	74	8	19	1	8	20	2	6	151
De 5 001 a 10 000	662	10	230	9	24	121	8	58	3	10	33	5	14	216
De 10 001 a 20 000	795	22	279	11	28	166	19	53	2	24	52	5	20	346
De 20 001 a 50 000	1 149	31	435	15	21	256	25	85	10	32	90	9	23	573
De 50 001 a 100 000	770	21	317	14	11	204	7	92	7	22	68	19	22	555
De 100 001 a 500 000	2 498	29	970	7	24	493	56	190	13	54	128	18	61	1 632
Mais de 500 000	2 222	64	391	9	10	237	50	51	10	12	71	14	32	633
Sul	3 113	97	1 253	46	157	1 044	47	203	18	134	181	28	59	2 397
Até 5 000	492	9	158	14	45	135	4	21	-	20	24	4	14	217
De 5 001 a 10 000	378	9	166	4	19	134	6	21	1	17	27	3	2	178
De 10 001 a 20 000	416	13	180	13	22	138	3	32	3	12	29	1	5	214
De 20 001 a 50 000	467	34	196	1	23	184	7	25	3	14	27	4	10	312
De 50 001 a 100 000	328	7	173	3	16	162	3	31	2	22	20	5	9	329
De 100 001 a 500 000	848	20	327	10	28	253	15	49	5	43	42	9	12	718
Mais de 500 000	184	5	53	1	4	38	9	24	4	6	12	2	7	429
Centro-Oeste	1 122	37	661	14	34	862	19	56	7	36	98	7	38	1 475
Até 5 000	138	5	63	1	2	84	3	5	-	6	13	-	7	125
De 5 001 a 10 000	131	10	70	5	6	112	2	8	-	7	17	-	3	87
De 10 001 a 20 000	179	7	103	-	6	156	3	10	3	5	20	-	8	161
De 20 001 a 50 000	200	14	120	4	15	261	3	13	2	5	21	1	14	275
De 50 001 a 100 000	91	1	63	-	4	140	1	13	-	4	11	1	4	234
De 100 001 a 500 000	79	-	43	1	1	43	6	3	1	7	7	-	1	185
Mais de 500 000	304	-	199	3	-	66	1	4	1	2	9	5	1	408

Tabela 20 - Pessoal ocupado na assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação													
	Assistente social	Terapeuta ocupacional	Psicólogo	Médico	Enfermeiro	Pedagogo	Sociólogo	Advogado	Jornalista	Nutricionista	Administrador	Economista	Contabilista	Outras
Brasil	19 006	517	7 834	229	560	6 487	429	1 420	123	585	1 141	183	455	12 717
Norte	1 129	37	557	14	75	668	67	98	7	40	97	18	44	806
Rondônia	67	2	54	5	-	58	1	10	1	2	14	1	7	77
Acre	31	-	29	-	-	28	7	2	-	1	5	2	1	60
Amazonas	177	13	76	1	12	61	7	15	1	8	12	2	3	204
Roraima	27	1	23	-	4	17	-	1	-	2	7	-	1	5
Pará	616	12	261	6	45	297	43	53	3	20	37	7	25	220
Amapá	48	-	12	1	1	9	7	6	-	2	3	4	1	26
Tocantins	163	9	102	1	13	198	2	11	2	5	19	2	6	214
Nordeste	5 040	156	2 585	84	163	2 362	123	515	45	213	303	58	136	3 933
Maranhão	612	46	282	19	41	226	7	65	4	37	35	8	21	611
Piauí	375	7	213	6	18	201	5	23	-	27	10	2	9	405
Ceará	791	26	318	6	20	509	25	92	3	27	30	5	24	681
Rio Grande do Norte	452	19	226	2	3	335	15	45	6	24	27	11	17	274
Paraíba	558	13	350	5	13	284	9	33	8	13	27	9	8	402
Pernambuco	537	2	398	20	43	324	27	63	10	17	43	1	18	806
Alagoas	432	7	196	12	3	92	2	33	5	22	18	8	18	193
Sergipe	309	1	147	-	5	83	4	14	6	8	13	1	3	160
Bahia	974	35	455	14	17	308	29	147	3	38	100	13	18	401
Sudeste	8 602	190	2 778	71	131	1 551	173	548	46	162	462	72	178	4 106
Minas Gerais	2 204	52	1 009	35	79	488	69	216	12	63	141	27	53	1 208
Espírito Santo	507	4	143	4	12	146	16	61	2	13	52	5	23	331
Rio de Janeiro	2 147	18	589	19	8	169	19	84	13	24	66	11	37	911
São Paulo	3 744	116	1 037	13	32	748	69	187	19	62	203	29	65	1 656
Sul	3 113	97	1 253	46	157	1 044	47	203	18	134	181	28	59	2 397
Paraná	1 100	26	435	19	44	425	30	100	7	34	84	19	18	1 141
Santa Catarina	971	44	349	10	45	373	3	41	4	13	38	4	18	594
Rio Grande do Sul	1 042	27	469	17	68	246	14	62	7	87	59	5	23	662
Centro-Oeste	1 122	37	661	14	34	862	19	56	7	36	98	7	38	1 475
Mato Grosso do Sul	283	9	157	1	5	286	4	13	2	5	24	1	8	314
Mato Grosso	264	10	122	3	8	158	-	8	1	6	33	-	20	334
Goiás	419	18	237	10	21	397	14	35	4	25	32	3	10	433
Distrito Federal	156	-	145	-	-	21	1	-	-	-	9	3	-	394

Tabela 21 - Municípios, total, por instrumento legal que regula a assistência social e objeto regulamentado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2005

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Instrumento legal que regula a assistência social			Objeto da assistência social regulamentado							
		Lei orgânica municipal	Lei orgânica municipal e outros	Outros	Conselho Municipal	Fundo Municipal	Política municipal	Plano municipal	Padrões e parâmetros para oferta de serviços	Projetos, programas e ações	Concessão de incentivos para entidades	Outros
Brasil	5 565	7	5 472	84	5 527	5 438	3 038	5 013	1 610	3 914	627	250
Até 5 000	1 257	6	1 226	23	1 239	1 199	631	1 104	284	808	73	54
De 5 001 a 10 000	1 294	-	1 281	13	1 291	1 262	703	1 170	324	894	107	58
De 10 001 a 20 000	1 370	1	1 350	19	1 362	1 345	773	1 236	398	982	156	48
De 20 001 a 50 000	1 055	-	1 033	22	1 047	1 046	614	956	380	790	169	46
De 50 001 a 100 000	316	-	313	3	315	314	173	290	117	231	57	22
De 100 001 a 500 000	233	-	229	4	233	232	123	220	86	178	53	14
Mais de 500 000	40	-	40	-	40	40	21	37	21	31	12	8
Norte	449	-	442	6	447	430	215	362	104	277	28	24
Até 5 000	87	-	86	-	86	78	28	65	14	41	2	8
De 5 001 a 10 000	89	-	89	-	88	85	41	70	17	56	5	4
De 10 001 a 20 000	107	-	104	3	107	103	55	86	20	65	9	2
De 20 001 a 50 000	113	-	111	2	113	111	57	91	34	73	10	7
De 50 001 a 100 000	32	-	32	-	32	32	21	31	12	23	2	1
De 100 001 a 500 000	18	-	17	1	18	18	11	17	7	16	-	1
Mais de 500 000	3	-	3	-	3	3	2	2	-	3	-	1
Nordeste	1 794	1	1 766	27	1 782	1 755	985	1 612	503	1 240	128	84
Até 5 000	225	-	221	4	224	213	98	198	41	132	8	10
De 5 001 a 10 000	392	-	388	4	390	383	215	353	87	262	14	26
De 10 001 a 20 000	580	1	572	7	575	567	330	518	163	401	35	22
De 20 001 a 50 000	432	-	421	11	428	429	255	394	151	325	49	14
De 50 001 a 100 000	110	-	109	1	110	108	58	99	41	80	10	8
De 100 001 a 500 000	44	-	44	-	44	44	23	40	15	33	9	3
Mais de 500 000	11	-	11	-	11	11	6	10	5	7	3	1
Sudeste	1 668	1	1 642	25	1 663	1 646	917	1 535	535	1 235	255	79
Até 5 000	381	1	370	10	379	372	206	340	113	273	27	13
De 5 001 a 10 000	408	-	407	1	408	399	216	374	101	291	46	14
De 10 001 a 20 000	351	-	347	4	351	350	207	329	121	269	59	12
De 20 001 a 50 000	294	-	289	5	292	292	169	274	112	227	64	20
De 50 001 a 100 000	98	-	96	2	97	98	51	88	36	74	26	9
De 100 001 a 500 000	118	-	115	3	118	117	60	113	42	88	28	8
Mais de 500 000	18	-	18	-	18	18	8	17	10	13	5	3
Sul	1 188	5	1 160	22	1 176	1 152	660	1 090	334	849	142	52
Até 5 000	421	5	406	9	410	398	224	372	91	269	21	20
De 5 001 a 10 000	291	-	284	7	291	286	167	275	90	211	32	13
De 10 001 a 20 000	229	-	227	2	229	223	121	208	54	173	29	8
De 20 001 a 50 000	144	-	140	4	143	142	87	135	56	114	30	4
De 50 001 a 100 000	57	-	57	-	57	57	36	55	23	43	16	4
De 100 001 a 500 000	43	-	43	-	43	43	24	42	18	36	12	2
Mais de 500 000	3	-	3	-	3	3	1	3	2	3	2	1
Centro-Oeste	466	-	462	4	459	455	261	414	134	313	74	11
Até 5 000	143	-	143	-	140	138	75	129	25	93	15	3
De 5 001 a 10 000	114	-	113	1	114	109	64	98	29	74	10	1
De 10 001 a 20 000	103	-	100	3	100	102	60	95	40	74	24	4
De 20 001 a 50 000	72	-	72	-	71	72	46	62	27	51	16	1
De 50 001 a 100 000	19	-	19	-	19	19	7	17	5	11	3	-
De 100 001 a 500 000	10	-	10	-	10	10	5	8	4	5	4	-
Mais de 500 000	5	-	5	-	5	5	4	5	4	5	2	2

Tabela 22 - Municípios, total, por instrumento legal que regula a assistência social e objeto regulamentado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Instrumento legal que regula a assistência social			Objeto da assistência social regulamentado							
		Lei orgânica municipal	Lei orgânica municipal e outros	Outros	Conselho Municipal	Fundo Municipal	Política municipal	Plano municipal	Padrões e parâmetros para oferta de serviços	Projetos, programas e ações	Concessão de incentivos para entidades	Outros
Brasil	5 565	7	5 472	84	5 527	5 438	3 038	5 013	1 610	3 914	627	250
Norte	449	-	442	6	447	430	215	362	104	277	28	24
Rondônia	52	-	51	1	52	48	23	43	9	32	5	3
Acre	22	-	22	-	22	22	14	20	17	17	2	-
Amazonas	62	-	62	-	62	58	23	53	12	40	4	1
Roraima	15	-	15	-	15	15	7	10	2	10	1	1
Pará	143	-	138	5	143	142	89	114	31	89	7	6
Amapá	16	-	16	-	16	14	6	15	4	16	-	-
Tocantins	139	-	138	-	137	131	53	107	29	73	9	13
Nordeste	1 794	1	1 766	27	1 782	1 755	985	1 612	503	1 240	128	84
Maranhão	217	1	210	6	215	210	108	189	61	133	13	13
Piauí	224	-	224	-	224	224	112	214	48	150	14	15
Ceará	184	-	181	3	183	184	99	180	56	138	16	7
Rio Grande do Norte	167	-	166	1	166	163	112	161	46	131	10	12
Paraíba	223	-	218	5	222	209	105	180	49	131	12	2
Pernambuco	185	-	178	7	185	179	90	150	45	132	12	4
Alagoas	102	-	102	-	100	100	61	90	30	69	9	2
Sergipe	75	-	75	-	75	75	29	63	17	45	2	7
Bahia	417	-	412	5	412	411	269	385	151	311	40	22
Sudeste	1 668	1	1 642	25	1 663	1 646	917	1 535	535	1 235	255	79
Minas Gerais	853	1	844	8	850	836	477	767	272	602	131	30
Espírito Santo	78	-	77	1	78	78	36	71	28	57	11	3
Rio de Janeiro	92	-	86	6	92	92	30	71	21	63	11	6
São Paulo	645	-	635	10	643	640	374	626	214	513	102	40
Sul	1 188	5	1 160	22	1 176	1 152	660	1 090	334	849	142	52
Paraná	399	-	395	4	398	389	224	373	123	288	48	21
Santa Catarina	293	-	291	2	293	289	137	274	76	208	37	10
Rio Grande do Sul	496	5	474	16	485	474	299	443	135	353	57	21
Centro-Oeste	466	-	462	4	459	455	261	414	134	313	74	11
Mato Grosso do Sul	78	-	78	-	78	78	43	70	29	60	20	2
Mato Grosso	141	-	138	3	141	137	74	118	47	98	16	3
Goiás	246	-	245	1	239	239	143	225	57	154	38	5
Distrito Federal	1	-	1	-	1	1	1	1	1	1	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 23 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com Plano Municipal de assistência social				
		Total	Com o desen- volvimento do plano avaliado anualmente	Avaliação realiza pelo		
				Órgão gestor da assistência social	Conselho Municipal de Assistência social	Outro
Brasil	5 565	5 183	4 601	3 330	4 092	157
Até 5 000	1 257	1 143	988	702	871	36
De 5 001 a 10 000	1 294	1 211	1 080	771	959	43
De 10 001 a 20 000	1 370	1 278	1 133	776	1 023	28
De 20 001 a 50 000	1 055	991	895	664	804	32
De 50 001 a 100 000	316	299	271	219	236	10
De 100 001 a 500 000	233	223	198	166	169	7
Mais de 500 000	40	38	36	32	30	1
Norte	449	387	346	217	302	17
Até 5 000	87	71	57	36	48	5
De 5 001 a 10 000	89	78	69	45	60	4
De 10 001 a 20 000	107	90	83	44	74	4
De 20 001 a 50 000	113	98	90	57	81	4
De 50 001 a 100 000	32	31	29	20	24	-
De 100 001 a 500 000	18	17	16	14	13	-
Mais de 500 000	3	2	2	1	2	-
Nordeste	1 794	1 666	1 513	1 065	1 359	35
Até 5 000	225	208	191	131	165	2
De 5 001 a 10 000	392	364	337	251	303	8
De 10 001 a 20 000	580	537	479	310	438	9
De 20 001 a 50 000	432	404	365	264	326	13
De 50 001 a 100 000	110	102	94	68	89	2
De 100 001 a 500 000	44	40	37	32	29	1
Mais de 500 000	11	11	10	9	9	-
Sudeste	1 668	1 567	1 372	1 067	1 220	65
Até 5 000	381	348	297	228	269	12
De 5 001 a 10 000	408	381	332	237	291	20
De 10 001 a 20 000	351	335	292	218	263	11
De 20 001 a 50 000	294	281	251	206	227	10
De 50 001 a 100 000	98	91	82	78	69	7
De 100 001 a 500 000	118	114	102	86	90	4
Mais de 500 000	18	17	16	14	11	1
Sul	1 188	1 125	958	706	853	28
Até 5 000	421	383	318	226	281	12
De 5 001 a 10 000	291	281	242	173	216	9
De 10 001 a 20 000	229	220	188	143	169	2
De 20 001 a 50 000	144	140	122	90	114	2
De 50 001 a 100 000	57	56	50	42	40	1
De 100 001 a 500 000	43	42	35	29	30	2
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	-
Centro-Oeste	466	438	412	275	358	12
Até 5 000	143	133	125	81	108	5
De 5 001 a 10 000	114	107	100	65	89	2
De 10 001 a 20 000	103	96	91	61	79	2
De 20 001 a 50 000	72	68	67	47	56	3
De 50 001 a 100 000	19	19	16	11	14	-
De 100 001 a 500 000	10	10	8	5	7	-
Mais de 500 000	5	5	5	5	5	-

Tabela 23 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com Plano Municipal de assistência social								
	Com plano monitorado	Frequência do monitoramento					Monitoramento realiza pelo		
		Mensal	Bimestral	Trimestral	Semestral	Anual	Órgão gestor da assistência social	Conselho Municipal de Assistência social	Outro
Brasil	4 705	914	376	472	798	2 145	3 497	3 932	129
Até 5 000	1 020	207	74	107	166	466	742	855	26
De 5 001 a 10 000	1 104	214	98	103	186	503	819	924	31
De 10 001 a 20 000	1 157	212	95	120	187	543	822	1 000	24
De 20 001 a 50 000	907	176	74	92	169	396	680	756	23
De 50 001 a 100 000	278	50	25	27	47	129	231	218	11
De 100 001 a 500 000	202	48	6	18	37	93	174	151	11
Mais de 500 000	37	7	4	5	6	15	28	28	3
Norte	364	62	32	55	68	147	229	306	12
Até 5 000	67	12	12	9	8	26	45	53	4
De 5 001 a 10 000	72	12	7	11	15	27	48	59	2
De 10 001 a 20 000	86	13	5	12	17	39	47	76	2
De 20 001 a 50 000	91	18	5	14	21	33	56	82	2
De 50 001 a 100 000	30	3	2	4	5	16	18	24	-
De 100 001 a 500 000	16	4	-	4	2	6	14	11	2
Mais de 500 000	2	-	1	1	-	-	1	1	-
Nordeste	1 555	296	151	158	300	650	1 127	1 325	20
Até 5 000	194	33	19	20	31	91	136	163	1
De 5 001 a 10 000	346	77	34	29	70	136	258	298	4
De 10 001 a 20 000	496	88	53	60	90	205	342	435	4
De 20 001 a 50 000	373	69	32	33	80	159	271	311	9
De 50 001 a 100 000	97	17	9	12	19	40	79	83	1
De 100 001 a 500 000	38	9	2	3	9	15	33	27	1
Mais de 500 000	11	3	2	1	1	4	8	8	-
Sudeste	1 391	321	113	145	210	602	1 136	1 135	60
Até 5 000	307	79	23	37	43	125	249	249	10
De 5 001 a 10 000	332	72	31	34	51	144	262	271	14
De 10 001 a 20 000	295	62	21	29	40	143	233	255	13
De 20 001 a 50 000	251	58	25	23	40	105	209	207	8
De 50 001 a 100 000	85	19	8	9	15	34	80	59	8
De 100 001 a 500 000	105	29	4	10	18	44	92	81	5
Mais de 500 000	16	2	1	3	3	7	11	13	2
Sul	985	137	54	75	138	581	719	817	23
Até 5 000	329	53	14	27	59	176	230	285	6
De 5 001 a 10 000	253	28	18	21	30	156	186	205	7
De 10 001 a 20 000	189	23	11	14	21	120	136	157	4
De 20 001 a 50 000	127	19	7	11	16	74	94	104	1
De 50 001 a 100 000	50	8	4	1	7	30	43	38	2
De 100 001 a 500 000	34	5	-	1	5	23	27	25	3
Mais de 500 000	3	1	-	-	-	2	3	3	-
Centro-Oeste	410	98	26	39	82	165	286	349	14
Até 5 000	123	30	6	14	25	48	83	105	5
De 5 001 a 10 000	101	25	8	8	20	40	65	91	4
De 10 001 a 20 000	91	26	5	5	19	36	64	77	1
De 20 001 a 50 000	65	12	5	11	12	25	50	52	3
De 50 001 a 100 000	16	3	2	1	1	9	11	14	-
De 100 001 a 500 000	9	1	-	-	3	5	8	7	-
Mais de 500 000	5	1	-	-	2	2	5	3	1

Tabela 24 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com Plano Municipal de assistência social				
		Total	Com o desenvolvimento do plano avaliado anualmente	Avaliação realiza pelo		
				Órgão gestor da assistência social	Conselho Municipal de Assistência social	Outro
Brasil	5 565	5 183	4 601	3 330	4 092	157
Norte	449	387	346	217	302	17
Rondônia	52	46	45	26	38	2
Acre	22	20	19	14	19	-
Amazonas	62	53	46	21	42	2
Roraima	15	13	13	9	9	1
Pará	143	122	115	81	101	3
Amapá	16	15	13	7	11	4
Tocantins	139	118	95	59	82	5
Nordeste	1 794	1 666	1 513	1 065	1 359	35
Maranhão	217	195	173	127	153	4
Piauí	224	220	210	157	192	2
Ceará	184	180	156	113	143	6
Rio Grande do Norte	167	161	149	113	126	2
Paraíba	223	199	181	123	164	3
Pernambuco	185	156	145	100	134	3
Alagoas	102	96	89	70	78	4
Sergipe	75	71	66	42	59	1
Bahia	417	388	344	220	310	11
Sudeste	1 668	1 567	1 372	1 067	1 220	65
Minas Gerais	853	780	619	419	546	11
Espírito Santo	78	74	63	40	57	1
Rio de Janeiro	92	75	66	49	55	4
São Paulo	645	638	624	559	562	49
Sul	1 188	1 125	958	706	853	29
Paraná	399	393	370	286	334	10
Santa Catarina	293	282	220	154	193	8
Rio Grande do Sul	496	450	368	266	324	11
Centro-Oeste	466	438	412	275	358	13
Mato Grosso do Sul	78	77	73	52	60	2
Mato Grosso	141	122	116	65	106	4
Goiás	246	238	222	157	191	7
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-

Tabela 24 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Com Plano Municipal de assistência social								
	Com plano monitorado	Frequência do monitoramento					Monitoramento realiza pelo		
		Mensal	Bimestral	Trimestral	Semestral	Anual	Órgão gestor da assistência social	Conselho Municipal de Assistência social	Outro
Brasil	4 705	914	376	472	798	2 145	3 497	3 932	129
Norte	364	62	32	55	68	147	229	306	12
Rondônia	46	8	2	7	9	20	25	41	-
Acre	20	3	3	7	6	1	14	18	1
Amazonas	48	8	3	7	9	21	23	41	1
Roraima	13	2	-	3	-	8	7	8	1
Pará	112	18	8	14	22	50	75	91	3
Amapá	15	2	1	4	3	5	8	13	4
Tocantins	110	21	15	13	19	42	77	94	2
Nordeste	1 555	296	151	158	300	650	1 127	1 325	20
Maranhão	181	35	25	23	36	62	133	152	2
Piauí	215	64	19	16	37	79	159	192	1
Ceará	162	21	6	12	36	87	122	138	3
Rio Grande do Norte	154	14	21	18	36	65	115	121	2
Paraíba	189	37	25	15	34	78	136	160	1
Pernambuco	148	26	22	18	32	50	106	122	5
Alagoas	90	15	5	15	18	37	75	76	2
Sergipe	66	12	5	4	11	34	43	57	2
Bahia	350	72	23	37	60	158	238	307	2
Sudeste	1 391	321	113	145	210	602	1 136	1 135	60
Minas Gerais	646	105	30	53	85	373	472	532	7
Espírito Santo	61	10	6	5	9	31	44	49	1
Rio de Janeiro	66	11	4	6	6	39	52	50	5
São Paulo	618	195	73	81	110	159	568	504	47
Sul	985	137	54	75	138	581	719	817	23
Paraná	363	34	23	36	46	224	279	300	6
Santa Catarina	235	26	19	12	40	138	155	195	8
Rio Grande do Sul	387	77	12	27	52	219	285	322	9
Centro-Oeste	410	98	26	39	82	165	286	349	14
Mato Grosso do Sul	73	10	4	7	21	31	57	63	-
Mato Grosso	114	29	6	12	12	55	69	92	5
Goiás	222	58	16	20	49	79	159	194	9
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 25 - Municípios, total e com órgão responsável pelo Cadastramento Único para os programas sociais do Governo Federal, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com órgão responsável pelo Cadastramento Único para os programas sociais do Governo Federal, por tipo			
		Órgão gestor da assistência social	Órgão gestor da educação	Órgão gestor da saúde	Outro
Brasil	5 565	5 365	72	35	93
Até 5 000	1 257	1 185	31	16	25
De 5 001 a 10 000	1 294	1 249	15	4	26
De 10 001 a 20 000	1 370	1 335	9	6	20
De 20 001 a 50 000	1 055	1 028	10	6	11
De 50 001 a 100 000	316	303	4	3	6
De 100 001 a 500 000	233	226	3	-	4
Mais de 500 000	40	39	-	-	1
Norte	449	440	4	3	2
Até 5 000	87	85	1	-	1
De 5 001 a 10 000	89	87	1	1	-
De 10 001 a 20 000	107	106	1	-	-
De 20 001 a 50 000	113	110	-	2	1
De 50 001 a 100 000	32	32	-	-	-
De 100 001 a 500 000	18	17	1	-	-
Mais de 500 000	3	3	-	-	-
Nordeste	1 794	1 770	8	2	14
Até 5 000	225	221	1	1	2
De 5 001 a 10 000	392	387	2	-	3
De 10 001 a 20 000	580	575	2	1	2
De 20 001 a 50 000	432	425	2	-	5
De 50 001 a 100 000	110	107	1	-	2
De 100 001 a 500 000	44	44	-	-	-
Mais de 500 000	11	11	-	-	-
Sudeste	1 668	1 583	29	12	44
Até 5 000	381	356	9	3	13
De 5 001 a 10 000	408	390	6	1	11
De 10 001 a 20 000	351	332	5	4	10
De 20 001 a 50 000	294	283	6	3	2
De 50 001 a 100 000	98	91	2	1	4
De 100 001 a 500 000	118	114	1	-	3
Mais de 500 000	18	17	-	-	1
Sul	1 188	1 118	27	16	27
Até 5 000	421	385	18	11	7
De 5 001 a 10 000	291	273	6	2	10
De 10 001 a 20 000	229	220	1	1	7
De 20 001 a 50 000	144	140	1	1	2
De 50 001 a 100 000	57	55	1	1	-
De 100 001 a 500 000	43	42	-	-	1
Mais de 500 000	3	3	-	-	-
Centro-Oeste	466	454	4	2	6
Até 5 000	143	138	2	1	2
De 5 001 a 10 000	114	112	-	-	2
De 10 001 a 20 000	103	102	-	-	1
De 20 001 a 50 000	72	70	1	-	1
De 50 001 a 100 000	19	18	-	1	-
De 100 001 a 500 000	10	9	1	-	-
Mais de 500 000	5	5	-	-	-

Tabela 26 - Municípios, total e com órgão responsável pelo Cadastramento Único para os programas sociais do Governo Federal, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades de Federação	Municípios				
	Total	Com órgão responsável pelo Cadastramento Único para os programas sociais do Governo Federal, por tipo			
		Órgão gestor da assistência social	Órgão gestor da educação	Órgão gestor da saúde	Outro
Brasil	5 565	5 365	72	35	93
Norte	449	440	4	3	2
Rondônia	52	52	-	-	-
Acre	22	22	-	-	-
Amazonas	62	59	1	1	1
Roraima	15	15	-	-	-
Pará	143	141	-	2	-
Amapá	16	15	1	-	-
Tocantins	139	136	2	-	1
Nordeste	1 794	1 770	8	2	14
Maranhão	217	214	2	-	1
Piauí	224	222	-	1	1
Ceará	184	183	-	-	1
Rio Grande do Norte	167	166	-	-	1
Paraíba	223	217	2	1	3
Pernambuco	185	180	2	-	3
Alagoas	102	102	-	-	-
Sergipe	75	75	-	-	-
Bahia	417	411	2	-	4
Sudeste	1 668	1 583	29	12	44
Minas Gerais	853	829	14	4	6
Espírito Santo	78	78	-	-	-
Rio de Janeiro	92	88	2	1	1
São Paulo	645	588	13	7	37
Sul	1 188	1 118	27	16	27
Paraná	399	375	5	-	19
Santa Catarina	293	277	7	4	5
Rio Grande do Sul	496	466	15	12	3
Centro-Oeste	466	454	4	2	6
Mato Grosso do Sul	78	77	-	-	1
Mato Grosso	141	140	-	-	1
Goiás	246	236	4	2	4
Distrito Federal	1	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 27 - Municípios, total e com órgão responsável pela segurança alimentar, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com órgão responsável pela segurança alimentar, por tipo			
		Órgão gestor da assistência social	Órgão gestor da saúde	Órgão gestor do abastecimento	Outro
Brasil	5 565	1 492	1 348	62	677
Até 5 000	1 257	305	398	6	151
De 5 001 a 10 000	1 294	351	326	12	157
De 10 001 a 20 000	1 370	432	311	15	154
De 20 001 a 50 000	1 055	279	234	12	138
De 50 001 a 100 000	316	75	54	8	39
De 100 001 a 500 000	233	45	23	5	31
Mais de 500 000	40	5	2	4	7
Norte	449	111	87	3	33
Até 5 000	87	10	8	-	6
De 5 001 a 10 000	89	21	13	1	4
De 10 001 a 20 000	107	39	23	-	5
De 20 001 a 50 000	113	33	30	2	12
De 50 001 a 100 000	32	5	9	-	3
De 100 001 a 500 000	18	2	4	-	3
Mais de 500 000	3	1	-	-	-
Nordeste	1 794	474	342	9	169
Até 5 000	225	43	65	-	21
De 5 001 a 10 000	392	102	80	-	38
De 10 001 a 20 000	580	189	103	6	48
De 20 001 a 50 000	432	112	75	1	43
De 50 001 a 100 000	110	22	15	1	13
De 100 001 a 500 000	44	4	4	-	4
Mais de 500 000	11	2	-	1	2
Sudeste	1 668	485	475	32	263
Até 5 000	381	116	127	5	63
De 5 001 a 10 000	408	129	139	5	57
De 10 001 a 20 000	351	111	104	6	56
De 20 001 a 50 000	294	76	77	7	51
De 50 001 a 100 000	98	28	17	5	15
De 100 001 a 500 000	118	23	10	3	17
Mais de 500 000	18	2	1	1	4
Sul	1 188	279	323	17	151
Até 5 000	421	90	155	1	49
De 5 001 a 10 000	291	64	60	5	43
De 10 001 a 20 000	229	59	60	3	31
De 20 001 a 50 000	144	41	36	2	19
De 50 001 a 100 000	57	14	9	2	4
De 100 001 a 500 000	43	11	3	2	5
Mais de 500 000	3	-	-	2	-
Centro-Oeste	466	143	121	1	61
Até 5 000	143	46	43	-	12
De 5 001 a 10 000	114	35	34	1	15
De 10 001 a 20 000	103	34	21	-	14
De 20 001 a 50 000	72	17	16	-	13
De 50 001 a 100 000	19	6	4	-	4
De 100 001 a 500 000	10	5	2	-	2
Mais de 500 000	5	-	1	-	1

Tabela 28 - Municípios, total e com órgão responsável pela segurança alimentar, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades de Federação	Municípios				
	Total	Com órgão responsável pela segurança alimentar, por tipo			
		Órgão gestor da assistência social	Órgão gestor da saúde	Órgão gestor do abastecimento	Outro
Brasil	5 565	1 492	1 348	62	677
Norte	449	111	87	3	33
Rondônia	52	11	6	1	6
Acre	22	10	4	-	3
Amazonas	62	18	21	2	3
Roraima	15	4	5	-	1
Pará	143	50	40	-	9
Amapá	16	11	3	-	1
Tocantins	139	7	8	-	10
Nordeste	1 794	474	342	9	169
Maranhão	217	79	10	6	18
Piauí	224	55	74	-	14
Ceará	184	47	21	1	13
Rio Grande do Norte	167	24	54	-	19
Paraíba	223	35	37	1	26
Pernambuco	185	49	25	-	26
Alagoas	102	38	18	1	7
Sergipe	75	20	3	-	5
Bahia	417	127	100	-	41
Sudeste	1 668	485	475	32	263
Minas Gerais	853	260	286	10	84
Espírito Santo	78	20	16	1	7
Rio de Janeiro	92	17	30	-	6
São Paulo	645	188	143	21	166
Sul	1 188	279	323	17	151
Paraná	399	82	56	12	52
Santa Catarina	293	85	81	1	55
Rio Grande do Sul	496	112	186	4	44
Centro-Oeste	466	143	121	1	61
Mato Grosso do Sul	78	14	21	-	13
Mato Grosso	141	72	28	1	10
Goiás	246	57	72	-	38
Distrito Federal	1	-	-	-	-

Tabela 29 - Municípios, total e com existência de Conselhos Municipal de Assistência Social, por características do Conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com Conselho Municipal de Assistência Social				
		Total	Características do Conselho			
			Paritário	Tem maior participação da sociedade civil	Tem maior participação governamental	O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses
Brasil	5 565	5 527	5 415	58	42	5 447
Até 5 000	1 257	1 239	1 207	15	15	1 214
De 5 001 a 10 000	1 294	1 291	1 260	15	12	1 263
De 10 001 a 20 000	1 370	1 362	1 338	15	7	1 344
De 20 001 a 50 000	1 055	1 047	1 027	11	6	1 041
De 50 001 a 100 000	316	315	313	-	2	313
De 100 001 a 500 000	233	233	230	2	-	232
Mais de 500 000	40	40	40	-	-	40
Norte	449	447	433	5	8	445
Até 5 000	87	86	81	-	4	86
De 5 001 a 10 000	89	88	82	3	3	87
De 10 001 a 20 000	107	107	106	1	-	106
De 20 001 a 50 000	113	113	112	1	-	113
De 50 001 a 100 000	32	32	31	-	1	32
De 100 001 a 500 000	18	18	18	-	-	18
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	3
Nordeste	1 794	1 782	1 751	16	6	1 752
Até 5 000	225	224	218	4	1	215
De 5 001 a 10 000	392	390	384	1	2	382
De 10 001 a 20 000	580	575	564	10	-	565
De 20 001 a 50 000	432	428	421	1	3	426
De 50 001 a 100 000	110	110	110	-	-	109
De 100 001 a 500 000	44	44	43	-	-	44
Mais de 500 000	11	11	11	-	-	11
Sudeste	1 668	1 663	1 636	15	11	1 629
Até 5 000	381	379	375	2	2	368
De 5 001 a 10 000	408	408	400	4	4	395
De 10 001 a 20 000	351	351	346	2	2	346
De 20 001 a 50 000	294	292	285	5	2	288
De 50 001 a 100 000	98	97	96	-	1	97
De 100 001 a 500 000	118	118	116	2	-	117
Mais de 500 000	18	18	18	-	-	18
Sul	1 188	1 176	1 157	12	6	1 167
Até 5 000	421	410	402	4	4	405
De 5 001 a 10 000	291	291	285	4	1	288
De 10 001 a 20 000	229	229	227	1	1	228
De 20 001 a 50 000	144	143	140	3	-	143
De 50 001 a 100 000	57	57	57	-	-	57
De 100 001 a 500 000	43	43	43	-	-	43
Mais de 500 000	3	3	3	-	-	3
Centro-Oeste	466	459	438	10	11	454
Até 5 000	143	140	131	5	4	140
De 5 001 a 10 000	114	114	109	3	2	111
De 10 001 a 20 000	103	100	95	1	4	99
De 20 001 a 50 000	72	71	69	1	1	71
De 50 001 a 100 000	19	19	19	-	-	18
De 100 001 a 500 000	10	10	10	-	-	10
Mais de 500 000	5	5	5	-	-	5

Tabela 29 - Municípios, total e com existência de Conselhos Municipal de Assistência Social, por características do Conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com Conselho Municipal de Assistência Social							
	Características do Conselho							
	Caráter do Conselho				Representantes da sociedade civil			
	Com-sultivo	Deliberativo	Nor-mativo	Fisca-lizador	Represen-tantes de tra-balhadores da área de assistência social	Represen-tantes de en-tidades e or-ganismos de assis-tência social	Represen-tantes de or-ganização de usuários	Outros
Brasil	3 301	5 061	2 851	4 511	3 689	4 358	3 734	1 591
Até 5 000	683	1 118	557	940	804	886	841	411
De 5 001 a 10 000	736	1 183	627	1 038	848	975	867	381
De 10 001 a 20 000	829	1 228	705	1 116	913	1 063	935	401
De 20 001 a 50 000	657	965	584	898	709	886	685	262
De 50 001 a 100 000	213	302	199	272	208	286	212	73
De 100 001 a 500 000	157	228	148	212	171	223	160	56
Mais de 500 000	26	37	31	35	36	39	34	7
Norte	268	393	225	372	302	317	282	168
Até 5 000	52	75	35	62	61	55	47	48
De 5 001 a 10 000	50	81	44	73	65	56	54	35
De 10 001 a 20 000	62	93	51	91	74	77	70	38
De 20 001 a 50 000	72	93	61	100	70	84	72	37
De 50 001 a 100 000	20	30	19	27	15	25	22	5
De 100 001 a 500 000	10	18	12	17	14	17	14	4
Mais de 500 000	2	3	3	2	3	3	3	1
Nordeste	1 170	1 638	1 012	1 534	1 234	1 316	1 266	530
Até 5 000	133	210	120	185	164	164	166	65
De 5 001 a 10 000	236	350	206	331	274	267	277	127
De 10 001 a 20 000	388	518	329	488	397	397	401	197
De 20 001 a 50 000	286	400	244	379	288	337	309	108
De 50 001 a 100 000	83	106	73	100	73	98	76	25
De 100 001 a 500 000	35	44	29	41	28	43	29	6
Mais de 500 000	9	10	11	10	10	10	8	2
Sudeste	925	1 517	784	1 322	1 069	1 394	1 068	437
Até 5 000	200	336	153	292	236	267	260	120
De 5 001 a 10 000	222	371	178	315	252	326	261	116
De 10 001 a 20 000	177	319	156	272	215	311	232	80
De 20 001 a 50 000	176	267	155	243	195	269	164	67
De 50 001 a 100 000	61	94	60	81	70	89	58	21
De 100 001 a 500 000	80	114	72	104	86	114	78	30
Mais de 500 000	9	16	10	15	15	18	15	3
Sul	676	1 095	605	910	748	956	803	330
Até 5 000	220	374	183	296	239	294	282	131
De 5 001 a 10 000	162	272	152	229	175	237	192	70
De 10 001 a 20 000	147	211	123	179	155	194	163	67
De 20 001 a 50 000	82	137	82	117	103	133	89	34
De 50 001 a 100 000	35	55	33	45	39	55	42	16
De 100 001 a 500 000	28	43	29	41	34	40	32	12
Mais de 500 000	2	3	3	3	3	3	3	-
Centro-Oeste	262	418	225	373	336	375	315	126
Até 5 000	78	123	66	105	104	106	86	47
De 5 001 a 10 000	66	109	47	90	82	89	83	33
De 10 001 a 20 000	55	87	46	86	72	84	69	19
De 20 001 a 50 000	41	68	42	59	53	63	51	16
De 50 001 a 100 000	14	17	14	19	11	19	14	6
De 100 001 a 500 000	4	9	6	9	9	9	7	4
Mais de 500 000	4	5	4	5	5	5	5	1

Tabela 30 - Municípios, total e com existência de Conselhos Municipais de assistência social, por características do Conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com Conselho Municipal de Assistência Social				
		Total	Características do Conselho			
			Paritário	Tem maior participação da sociedade civil	Tem maior participação governamental	O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses
Brasil	5 565	5 527	5 415	58	42	5 447
Norte	449	447	433	5	8	445
Rondônia	52	52	50	-	2	52
Acre	22	22	20	-	1	22
Amazonas	62	62	61	1	-	61
Roraima	15	15	15	-	-	15
Pará	143	143	139	3	1	143
Amapá	16	16	15	-	1	15
Tocantins	139	137	133	1	3	137
Nordeste	1 794	1 782	1 751	16	6	1 752
Maranhão	217	215	213	-	-	211
Piauí	224	224	216	5	-	219
Ceará	184	183	182	1	-	181
Rio Grande do Norte	167	166	165	1	-	163
Paraíba	223	222	217	3	2	214
Pernambuco	185	185	179	3	1	181
Alagoas	102	100	99	-	1	98
Sergipe	75	75	75	-	-	75
Bahia	417	412	405	3	2	410
Sudeste	1 668	1 663	1 636	15	11	1 629
Minas Gerais	853	850	838	6	6	826
Espírito Santo	78	78	76	2	-	78
Rio de Janeiro	92	92	90	2	-	91
São Paulo	645	643	632	5	5	634
Sul	1 188	1 176	1 157	12	6	1 167
Paraná	399	398	394	2	2	395
Santa Catarina	293	293	289	2	1	292
Rio Grande do Sul	496	485	474	8	3	480
Centro-Oeste	466	459	438	10	11	454
Mato Grosso do Sul	78	78	78	-	-	77
Mato Grosso	141	141	138	1	2	141
Goiás	246	239	221	9	9	235
Distrito Federal	1	1	1	-	-	1

Tabela 30 - Municípios, total e com existência de Conselhos Municipais de assistência social, por características do Conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com Conselho Municipal de Assistência Social							
	Características do Conselho							
	Caráter do Conselho				Representantes da sociedade civil			
	Com-sultivo	Deliberativo	Nor-mativo	Fisca-lizador	Represen-tantes de trabalhadore da área de assistência social	Represen-tantes de entidades e organismos de assistência social	Represen-tantes de organização de usuários	Outros
Brasil	3 301	5 061	2 851	4 511	3 689	4 358	3 734	1 591
Norte	268	393	225	372	302	317	282	168
Rondônia	27	42	25	41	38	39	37	24
Acre	19	22	19	21	19	18	14	14
Amazonas	38	48	30	48	45	42	43	21
Roraima	8	13	10	14	14	10	8	7
Pará	74	125	65	122	70	102	84	34
Amapá	15	15	15	16	13	16	12	2
Tocantins	87	128	61	110	103	90	84	66
Nordeste	1 170	1 638	1 012	1 534	1 234	1 316	1 266	530
Maranhão	115	185	97	173	124	149	143	62
Piauí	131	199	113	192	152	145	140	83
Ceará	143	180	122	157	110	137	114	64
Rio Grande do Norte	115	152	109	147	128	129	131	48
Paraíba	144	207	121	186	178	171	176	41
Pernambuco	119	170	91	155	137	137	141	51
Alagoas	56	92	50	84	90	80	88	21
Sergipe	48	72	46	68	58	58	54	29
Bahia	299	381	263	372	257	310	279	131
Sudeste	925	1 517	784	1 322	1 069	1 394	1 068	437
Minas Gerais	472	775	397	659	559	727	599	143
Espírito Santo	40	73	36	63	45	63	50	28
Rio de Janeiro	56	87	52	79	55	79	59	21
São Paulo	357	582	299	521	410	525	360	245
Sul	676	1 095	605	910	748	956	803	330
Paraná	243	377	225	319	278	352	269	76
Santa Catarina	180	269	165	234	177	246	198	95
Rio Grande do Sul	253	449	215	357	293	358	336	159
Centro-Oeste	262	418	225	373	336	375	315	126
Mato Grosso do Sul	36	76	37	61	45	70	54	8
Mato Grosso	72	120	62	120	105	117	97	25
Goiás	153	221	125	191	185	187	163	93
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 31 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Segurança Alimentar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com Conselho Municipal de Segurança Alimentar							
		Total	Algumas características do conselho					Realizou reunião nos últimos 12 meses	Vinculado administrativamente ao órgão gestor da assistência social
			Paritário	Caráter do conselho					
			Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador			
Brasil	5 565	1 318	1 039	959	945	554	843	975	879
Até 5 000	1 257	280	226	206	197	110	178	209	167
De 5 001 a 10 000	1 294	244	203	161	182	97	167	184	183
De 10 001 a 20 000	1 370	267	213	180	189	114	174	183	159
De 20 001 a 50 000	1 055	261	214	193	196	108	168	178	165
De 50 001 a 100 000	316	119	91	98	87	64	80	99	91
De 100 001 a 500 000	233	119	76	96	76	50	64	96	94
Mais de 500 000	40	28	16	25	18	11	12	26	20
Norte	449	157	134	112	122	68	110	133	136
Até 5 000	87	60	54	40	42	19	38	56	52
De 5 001 a 10 000	89	39	34	30	33	17	28	34	38
De 10 001 a 20 000	107	25	21	16	20	12	20	18	17
De 20 001 a 50 000	113	16	13	14	14	7	12	12	13
De 50 001 a 100 000	32	9	6	6	7	6	6	6	8
De 100 001 a 500 000	18	7	5	5	5	6	5	6	7
Mais de 500 000	3	1	1	1	1	1	1	1	1
Nordeste	1 794	373	304	286	279	196	274	282	295
Até 5 000	225	44	41	40	35	30	37	35	31
De 5 001 a 10 000	392	58	47	37	42	32	40	46	48
De 10 001 a 20 000	580	110	88	81	83	58	76	76	81
De 20 001 a 50 000	432	98	84	75	73	39	70	74	81
De 50 001 a 100 000	110	38	25	30	27	22	32	30	33
De 100 001 a 500 000	44	19	16	17	14	11	15	16	16
Mais de 500 000	11	6	3	6	5	4	4	5	5
Sudeste	1 668	435	326	322	290	144	235	304	239
Até 5 000	381	68	51	44	44	14	39	46	25
De 5 001 a 10 000	408	74	62	51	55	22	45	49	49
De 10 001 a 20 000	351	71	56	47	44	22	42	44	32
De 20 001 a 50 000	294	100	76	76	72	43	58	62	44
De 50 001 a 100 000	98	42	34	39	31	19	20	38	32
De 100 001 a 500 000	118	65	39	51	36	21	27	51	48
Mais de 500 000	18	15	8	14	8	3	4	14	9
Sul	1 188	264	204	177	192	115	175	204	154
Até 5 000	421	84	62	63	61	39	55	60	44
De 5 001 a 10 000	291	60	47	34	44	23	45	47	37
De 10 001 a 20 000	229	47	37	28	30	17	27	37	22
De 20 001 a 50 000	144	24	21	14	20	11	16	17	15
De 50 001 a 100 000	57	23	22	18	18	13	18	20	15
De 100 001 a 500 000	43	24	14	19	18	11	14	21	20
Mais de 500 000	3	2	1	1	1	1	49	2	1
Centro-Oeste	466	89	71	62	62	31	9	52	55
Até 5 000	143	24	18	19	15	8	9	12	15
De 5 001 a 10 000	114	13	13	9	8	3	9	8	11
De 10 001 a 20 000	103	14	11	8	12	5	12	8	7
De 20 001 a 50 000	72	23	20	14	17	8	4	13	12
De 50 001 a 100 000	19	7	4	5	4	4	3	5	3
De 100 001 a 500 000	10	4	2	4	3	1	3	2	3
Mais de 500 000	5	4	3	3	3	2	-	4	4

Tabela 32 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Segurança Alimentar, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com Conselho Municipal de Segurança Alimentar							
		Total	Algumas características do conselho					Realizou reunião nos últimos 12 meses	Vinculado administrativamente ao órgão gestor da assistência social
			Paritário	Caráter do conselho					
			Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador			
Brasil	5 565	1 318	1 039	959	945	554	843	975	879
Norte	449	157	134	112	122	68	110	133	136
Rondônia	52	12	9	9	10	7	8	9	10
Acre	22	1	1	1	1	1	1	1	1
Amazonas	62	11	10	7	9	6	7	7	8
Roraima	15	4	4	4	4	4	2	2	2
Pará	143	12	9	9	10	6	9	6	10
Amapá	16	2	1	2	1	2	1	1	105
Tocantins	139	115	100	80	87	42	82	107	295
Nordeste	1 794	373	304	286	279	196	274	282	44
Maranhão	217	52	42	35	45	28	37	42	19
Piauí	224	27	25	20	21	9	17	23	38
Ceará	184	44	32	37	28	22	30	35	11
Rio Grande do Norte	167	21	20	18	18	16	19	15	64
Paraíba	223	78	68	56	69	49	61	63	23
Pernambuco	185	37	29	28	26	12	24	28	5
Alagoas	102	5	5	4	3	3	3	3	43
Sergipe	75	48	34	40	25	25	39	36	48
Bahia	417	61	49	48	44	32	44	37	239
Sudeste	1 668	435	326	322	290	144	235	304	99
Minas Gerais	853	164	133	121	130	60	104	121	26
Espírito Santo	78	28	22	21	26	13	19	15	19
Rio de Janeiro	92	28	16	24	17	11	15	22	95
São Paulo	645	215	155	156	117	60	97	146	154
Sul	1 188	264	204	177	192	115	175	204	41
Paraná	399	64	51	37	52	32	48	52	47
Santa Catarina	293	94	74	66	68	37	65	71	66
Rio Grande do Sul	496	106	79	74	72	46	62	81	55
Centro-Oeste	466	89	71	62	62	31	49	52	8
Mato Grosso do Sul	78	11	10	4	8	2	5	8	29
Mato Grosso	141	42	37	25	33	14	24	22	17
Goiás	246	35	24	32	21	15	20	21	1
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 33 - Municípios, total e com existência de Comitê Fome Zero e Gestor do Bolsa Família, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com Comitê Fome Zero	Com Comitê Gestor do Bolsa Família		Total	Com Comitê Fome Zero	Com Comitê Gestor do Bolsa Família
Brasil	5 565	786	3 761	Sudeste	1 668	104	1 009
Até 5 000	1 257	177	776	Até 5 000	381	17	207
De 5 001 a 10 000	1 294	198	884	De 5 001 a 10 000	408	31	230
De 10 001 a 20 000	1 370	185	917	De 10 001 a 20 000	351	21	210
De 20 001 a 50 000	1 055	138	737	De 20 001 a 50 000	294	14	191
De 50 001 a 100 000	316	45	229	De 50 001 a 100 000	98	9	68
De 100 001 a 500 000	233	37	183	De 100 001 a 500 000	118	12	86
Mais de 500 000	40	6	35	Mais de 500 000	18	-	17
Norte	449	38	306	Sul	1 188	374	909
Até 5 000	87	6	57	Até 5 000	421	101	285
De 5 001 a 10 000	89	8	63	De 5 001 a 10 000	291	106	233
De 10 001 a 20 000	107	7	75	De 10 001 a 20 000	229	87	180
De 20 001 a 50 000	113	11	73	De 20 001 a 50 000	144	47	124
De 50 001 a 100 000	32	5	23	De 50 001 a 100 000	57	15	49
De 100 001 a 500 000	18	1	14	De 100 001 a 500 000	43	15	35
Mais de 500 000	3	-	1	Mais de 500 000	3	3	3
Nordeste	1 794	231	1 231	Centro-Oeste	466	39	306
Até 5 000	225	38	150	Até 5 000	143	15	77
De 5 001 a 10 000	392	45	282	De 5 001 a 10 000	114	8	76
De 10 001 a 20 000	580	65	389	De 10 001 a 20 000	103	5	63
De 20 001 a 50 000	432	60	289	De 20 001 a 50 000	72	6	60
De 50 001 a 100 000	110	14	74	De 50 001 a 100 000	19	2	15
De 100 001 a 500 000	44	8	38	De 100 001 a 500 000	10	1	10
Mais de 500 000	11	1	9	Mais de 500 000	5	2	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 34 - Municípios, total e com existência de Comitê Fome Zero e Gestor do Bolsa Família, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades de Federação	Municípios			Grandes Regiões e Unidades de Federação	Municípios		
	Total	Com Comitê Fome Zero	Com Comitê Gestor do Bolsa Família		Total	Com Comitê Fome Zero	Com Comitê Gestor do Bolsa Família
Brasil	5 565	786	3 761	Nordeste			
Norte	449	38	306	Sergipe	75	10	52
Rondônia	52	6	34	Bahia	417	47	256
Acre	22	2	14	Sudeste	1 668	104	1 009
Amazonas	62	2	35	Minas Gerais	853	77	487
Roraima	15	2	10	Espírito Santo	78	2	46
Pará	143	11	99	Rio de Janeiro	92	5	54
Amapá	16	-	6	São Paulo	645	20	422
Tocantins	139	15	108	Sul	1 188	374	909
Nordeste	1 794	231	1 231	Paraná	399	298	367
Maranhão	217	9	147	Santa Catarina	293	12	173
Piauí	224	29	171	Rio Grande do Sul	496	64	369
Ceará	184	22	139	Centro-Oeste	466	39	306
Rio Grande do Norte	167	38	114	Mato Grosso do Sul	78	4	39
Paraíba	223	30	159	Mato Grosso	141	22	117
Pernambuco	185	30	125	Goiás	246	13	149
Alagoas	102	16	68	Distrito Federal	1	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 35 - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de assistência social, por características, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com existência do Fundo Municipal de assistência social						
		Total	Características				Fundo é autônomo	Fundo como unidade orça- mentária
			Órgão a que o Fundo está vinculado					
			Ao gabinete do prefeito	À secretaria municipal de assis- tência social ou congênera	A outra secretaria	A outra estrutura da adminis- tração		
Brasil	5 565	5 438	1 140	3 755	214	162	166	4 971
Até 5 000	1 257	1 199	349	703	64	42	41	1 068
De 5 001 a 10 000	1 294	1 262	284	844	40	51	42	1 136
De 10 001 a 20 000	1 370	1 345	304	901	61	34	45	1 228
De 20 001 a 50 000	1 055	1 046	169	792	36	22	27	978
De 50 001 a 100 000	316	314	26	265	7	8	8	298
De 100 001 a 500 000	233	232	7	213	6	5	1	223
Mais de 500 000	40	40	1	37	-	-	2	40
Norte	449	430	129	262	20	9	10	365
Até 5 000	87	78	26	44	5	2	1	67
De 5 001 a 10 000	89	85	26	51	4	2	2	68
De 10 001 a 20 000	107	103	39	52	7	2	3	86
De 20 001 a 50 000	113	111	32	72	2	1	4	96
De 50 001 a 100 000	32	32	4	25	1	2	-	27
De 100 001 a 500 000	18	18	2	15	1	-	-	18
Mais de 500 000	3	3	-	3	-	-	-	3
Nordeste	1 794	1 755	443	1 197	43	27	45	1 613
Até 5 000	225	213	87	119	2	1	4	188
De 5 001 a 10 000	392	383	99	268	6	4	6	345
De 10 001 a 20 000	580	567	155	367	16	10	19	517
De 20 001 a 50 000	432	429	87	310	14	8	10	404
De 50 001 a 100 000	110	108	13	85	3	3	4	104
De 100 001 a 500 000	44	44	1	39	2	1	1	44
Mais de 500 000	11	11	1	9	-	-	1	11
Sudeste	1 668	1 646	344	1 140	46	69	47	1 506
Até 5 000	381	372	132	193	15	22	10	333
De 5 001 a 10 000	408	399	103	248	7	26	15	354
De 10 001 a 20 000	351	350	71	245	13	8	13	322
De 20 001 a 50 000	294	292	32	237	7	8	8	276
De 50 001 a 100 000	98	98	4	89	3	1	1	92
De 100 001 a 500 000	118	117	2	110	1	4	-	111
Mais de 500 000	18	18	-	18	-	-	-	18
Sul	1 188	1 152	126	849	84	45	47	1 079
Até 5 000	421	398	64	262	39	16	17	363
De 5 001 a 10 000	291	286	31	202	20	15	17	270
De 10 001 a 20 000	229	223	21	168	17	9	8	210
De 20 001 a 50 000	144	142	7	120	8	4	3	134
De 50 001 a 100 000	57	57	1	53	-	1	2	57
De 100 001 a 500 000	43	43	2	41	-	-	-	42
Mais de 500 000	3	3	-	3	-	-	-	3
Centro-Oeste	466	455	98	307	21	12	17	408
Até 5 000	143	138	40	85	3	1	9	117
De 5 001 a 10 000	114	109	25	75	3	4	2	99
De 10 001 a 20 000	103	102	18	69	8	5	2	93
De 20 001 a 50 000	72	72	11	53	5	1	2	68
De 50 001 a 100 000	19	19	4	13	-	1	1	18
De 100 001 a 500 000	10	10	-	8	2	-	-	8
Mais de 500 000	5	5	-	4	-	-	1	5

Tabela 35 - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de assistência social, por características, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Com existência do Fundo Municipal de assistência social						
	Características						
	Outro tratamento dado ao Fundo			Ordenador de despesas do Fundo			
	Programa	Ação	Outro	Prefeito	Secretário ou técnico da área	Secretário ou técnico de outra área	Outro
Brasil	220	216	29	2 590	2 319	407	77
Até 5 000	57	65	9	662	413	93	22
De 5 001 a 10 000	55	62	8	665	481	96	12
De 10 001 a 20 000	60	50	7	686	525	102	18
De 20 001 a 50 000	34	32	1	443	508	70	16
De 50 001 a 100 000	7	7	2	91	190	26	4
De 100 001 a 500 000	7	-	2	40	169	18	4
Mais de 500 000	-	-	-	3	33	2	1
Norte	31	32	2	257	139	32	-
Até 5 000	4	7	-	48	24	6	-
De 5 001 a 10 000	10	7	-	55	22	8	-
De 10 001 a 20 000	8	7	2	65	26	11	-
De 20 001 a 50 000	7	8	-	69	37	5	-
De 50 001 a 100 000	2	3	-	13	17	1	-
De 100 001 a 500 000	-	-	-	6	12	-	-
Mais de 500 000	-	-	-	1	1	1	-
Nordeste	63	73	6	857	766	96	20
Até 5 000	11	13	1	130	71	9	1
De 5 001 a 10 000	15	20	3	199	160	21	2
De 10 001 a 20 000	24	25	1	296	230	27	8
De 20 001 a 50 000	11	14	-	193	195	26	8
De 50 001 a 100 000	2	1	1	32	66	9	1
De 100 001 a 500 000	-	-	-	6	34	4	-
Mais de 500 000	-	-	-	1	10	-	-
Sudeste	63	63	14	837	616	148	31
Até 5 000	18	17	4	242	84	31	12
De 5 001 a 10 000	17	24	4	242	112	39	4
De 10 001 a 20 000	13	13	2	193	119	28	3
De 20 001 a 50 000	9	6	1	116	143	26	7
De 50 001 a 100 000	2	3	1	20	62	13	2
De 100 001 a 500 000	4	-	2	23	81	10	3
Mais de 500 000	-	-	-	1	15	1	-
Sul	37	29	5	479	558	85	19
Até 5 000	16	17	2	188	166	34	7
De 5 001 a 10 000	8	6	1	131	129	17	4
De 10 001 a 20 000	8	3	2	95	105	18	5
De 20 001 a 50 000	4	3	-	42	89	9	1
De 50 001 a 100 000	-	-	-	20	32	3	1
De 100 001 a 500 000	1	-	-	3	34	4	1
Mais de 500 000	-	-	-	-	3	-	-
Centro-Oeste	26	19	2	160	240	46	7
Até 5 000	8	11	2	54	68	13	2
De 5 001 a 10 000	5	5	-	38	58	11	2
De 10 001 a 20 000	7	2	-	37	45	18	2
De 20 001 a 50 000	3	1	-	23	44	4	-
De 50 001 a 100 000	1	-	-	6	13	-	-
De 100 001 a 500 000	2	-	-	2	8	-	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	4	-	1

Tabela 36 - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de assistência social, por características, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com existência do Fundo Municipal de assistência social						
		Total	Características				Fundo é autônomo	Fundo como unidade orça- mentária
			Órgão a que o Fundo está vinculado					
			Ao gabinete do prefeito	À secretaria municipal de assis- tência social ou congênera	A outra secretaria	A outra estrutura da adminis- tração		
Brasil	5 565	5 438	1 140	3 755	214	162	166	4 971
Norte	449	430	129	262	20	9	10	365
Rondônia	52	48	8	37	2	1	-	44
Acre	22	22	14	8	-	-	-	22
Amazonas	62	58	31	21	2	2	13	45
Roraima	15	15	5	9	-	1	-	12
Pará	143	142	26	107	3	1	5	128
Amapá	16	14	-	13	1	-	-	14
Tocantins	139	131	45	67	12	4	3	100
Nordeste	1 794	1 755	443	1 197	43	27	45	1 613
Maranhão	217	210	47	143	10	5	5	200
Piauí	224	224	59	155	3	3	4	203
Ceará	184	184	4	163	4	4	9	181
Rio Grande do Norte	167	163	45	108	4	4	2	142
Paraíba	223	209	86	117	1	-	5	178
Pernambuco	185	179	53	101	9	5	11	163
Alagoas	102	100	19	77	1	-	3	99
Sergipe	75	75	28	46	1	-	-	75
Bahia	417	411	102	287	10	6	6	372
Sudeste	1 668	1 646	344	1 140	46	69	47	1 506
Minas Gerais	853	836	187	564	32	26	27	740
Espírito Santo	78	78	3	70	2	3	-	76
Rio de Janeiro	92	92	2	82	2	4	2	85
São Paulo	645	640	152	424	10	36	18	605
Sul	1 188	1 152	126	849	84	45	47	1 079
Paraná	399	389	66	287	10	18	7	366
Santa Catarina	293	289	38	183	27	17	24	272
Rio Grande do Sul	496	474	22	379	47	10	16	441
Centro-Oeste	466	455	98	307	21	12	17	408
Mato Grosso do Sul	78	78	12	62	2	-	2	78
Mato Grosso	141	137	28	94	7	7	1	120
Goiás	246	239	58	150	12	5	14	209
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	1

Tabela 36 - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de assistência social, por características, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Com existência do Fundo Municipal de assistência social						
	Características						
	Outro tratamento dado ao Fundo			Ordenador de despesas do Fundo			
	Programa	Ação	Outro	Prefeito	Secretário ou técnico da área	Secretário ou técnico de outra área	Outro
Brasil	220	216	29	2 590	2 319	407	77
Norte	31	32	2	257	139	32	-
Rondônia	4	-	-	34	11	3	-
Acre	-	-	-	17	4	1	-
Amazonas	7	5	1	46	9	3	-
Roraima	2	1	-	10	5	-	-
Pará	6	8	-	62	73	6	-
Amapá	-	-	-	9	4	1	-
Tocantins	12	18	1	79	33	18	-
Nordeste	63	73	6	857	766	96	20
Maranhão	4	6	-	87	106	9	3
Piauí	11	10	-	77	139	6	-
Ceará	1	2	-	14	148	17	3
Rio Grande do Norte	10	7	4	99	50	13	1
Paraíba	13	17	1	173	30	4	-
Pernambuco	7	8	1	110	54	11	2
Alagoas	1	-	-	33	63	3	-
Sergipe	-	-	-	65	10	-	-
Bahia	16	23	-	199	166	33	11
Sudeste	63	63	14	837	616	148	31
Minas Gerais	35	53	8	503	279	48	3
Espírito Santo	1	1	-	38	33	6	1
Rio de Janeiro	6	-	1	19	63	6	-
São Paulo	21	9	5	277	241	88	27
Sul	37	29	5	479	558	85	19
Paraná	10	9	3	206	145	23	10
Santa Catarina	8	8	-	126	127	29	6
Rio Grande do Sul	19	12	2	147	286	33	3
Centro-Oeste	26	19	2	160	240	46	7
Mato Grosso do Sul	-	-	-	22	51	4	1
Mato Grosso	12	5	-	76	46	13	2
Goiás	14	14	2	62	142	29	4
Distrito Federal	-	-	-	-	1	-	-

Tabela 37 - Municípios, total, com definição legal de percentual do orçamento do município para a assistência social e valor orçado para assistência social em 2009 proveniente de recursos próprios do município, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total (1)	Com definição legal de percentual do orçamento do município para a assistência social	Valor orçado para assistência social proveniente de recursos próprios do município (R\$) (2)
Brasil	5 565	1 258	7 438 092 099,86
Até 5 000	1 257	267	801 671 857,69
De 5 001 a 10 000	1 294	311	1 392 069 225,17
De 10 001 a 20 000	1 370	315	1 002 528 471,34
De 20 001 a 50 000	1 055	275	965 955 758,93
De 50 001 a 100 000	316	53	1 052 897 754,01
De 100 001 a 500 000	233	34	1 047 337 331,69
Mais de 500 000	40	3	1 175 631 701,03
Norte	449	137	229 316 316,98
Até 5 000	87	26	23 670 322,18
De 5 001 a 10 000	89	24	23 800 073,27
De 10 001 a 20 000	107	40	26 230 289,44
De 20 001 a 50 000	113	34	60 401 393,90
De 50 001 a 100 000	32	7	23 698 555,59
De 100 001 a 500 000	18	6	56 887 609,60
Mais de 500 000	3	-	14 628 073,00
Nordeste	1 794	648	1 317 023 935,39
Até 5 000	225	101	110 921 360,23
De 5 001 a 10 000	392	158	123 782 044,98
De 10 001 a 20 000	580	186	387 684 665,54
De 20 001 a 50 000	432	162	332 967 876,72
De 50 001 a 100 000	110	27	122 325 342,75
De 100 001 a 500 000	44	13	148 886 906,08
Mais de 500 000	11	1	90 455 739,09
Sudeste	1 668	237	3 376 607 152,86
Até 5 000	381	54	496 120 349,10
De 5 001 a 10 000	408	67	243 958 651,01
De 10 001 a 20 000	351	44	190 233 874,18
De 20 001 a 50 000	294	47	345 290 696,53
De 50 001 a 100 000	98	12	743 805 727,97
De 100 001 a 500 000	118	13	638 802 128,23
Mais de 500 000	18	-	718 395 725,84
Sul	1 188	146	1 988 520 558,94
Até 5 000	421	51	74 394 239,91
De 5 001 a 10 000	291	46	962 613 783,57
De 10 001 a 20 000	229	27	336 542 925,85
De 20 001 a 50 000	144	15	146 359 905,26
De 50 001 a 100 000	57	4	102 975 945,54
De 100 001 a 500 000	43	2	175 375 885,31
Mais de 500 000	3	1	190 257 873,50
Centro-Oeste	466	90	526 624 135,69
Até 5 000	143	35	96 565 586,27
De 5 001 a 10 000	114	16	37 914 672,34
De 10 001 a 20 000	103	18	61 836 716,33
De 20 001 a 50 000	72	17	80 935 886,52
De 50 001 a 100 000	19	3	60 092 182,16
De 100 001 a 500 000	10	-	27 384 802,47
Mais de 500 000	5	1	161 894 289,60

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o dado ignorado ou não disponível. (2) Exclusive municípios com o dado ignorado ou não disponível.

Tabela 38 - Municípios, total, com definição legal de percentual do orçamento do município para a assistência social e valor orçado para assistência social em 2009 proveniente de recursos próprios do município, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total (1)	Com definição legal de percentual do orçamento do município para a assistência social	Valor orçado para assistência social proveniente de recursos próprios do município (R\$) (2)
Brasil	5 565	1 258	7 438 092 099,86
Norte	449	137	229 316 316,98
Rondônia	52	17	26 425 077,93
Acre	22	5	6 195 543,85
Amazonas	62	27	16 887 581,46
Roraima	15	8	11 549 773,74
Pará	143	42	89 872 241,66
Amapá	16	-	13 636 582,39
Tocantins	139	38	64 749 515,95
Nordeste	1 794	648	1 317 023 935,39
Maranhão	217	76	99 734 113,13
Piauí	224	123	103 329 260,00
Ceará	184	49	174 779 618,17
Rio Grande do Norte	167	93	148 573 717,22
Paraíba	223	67	92 593 901,20
Pernambuco	185	47	167 760 678,25
Alagoas	102	43	59 986 433,70
Sergipe	75	24	46 573 877,83
Bahia	417	126	423 692 335,89
Sudeste	1 668	237	3 376 607 152,86
Minas Gerais	853	120	721 203 380,71
Espírito Santo	78	22	610 584 374,16
Rio de Janeiro	92	15	320 809 734,84
São Paulo	645	80	1 724 009 663,15
Sul	1 188	146	1 988 520 558,94
Paraná	399	68	1 314 604 210,10
Santa Catarina	293	26	369 347 537,95
Rio Grande do Sul	496	52	304 568 810,89
Centro-Oeste	466	90	526 624 135,69
Mato Grosso do Sul	78	4	72 274 238,50
Mato Grosso	141	30	69 017 826,01
Goiás	246	56	295 318 373,18
Distrito Federal	1	-	90 013 698,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o dado ignorado ou não disponível. (2) Exclusive municípios com o dado ignorado ou não disponível.

Tabela 39 - Municípios, total e com cofinanciamento da função de assistência social, por modalidade e valor orçado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com cofinanciamento para a função de assistência social									
		Federal					Estadual				
		Total	Modalidade		Valor orçado do cofinanciamento (R\$)	Total	Modalidade		Valor orçado do cofinanciamento (R\$)		
Total	Con- vênio		Fundo a fundo	Con- vênio			Fundo a fundo				
Brasil	5 565	4 861	4 744	972	4 203	1 828 878 927,37	2 138	1 118	1 208	354 168 243,68	
Até 5 000	1 257	1 008	963	215	820	198 963 499,07	410	241	204	18 566 950,52	
De 5 001 a 10 000	1 294	1 119	1 090	210	962	154 138 069,35	390	221	200	15 949 375,01	
De 10 001 a 20 000	1 370	1 186	1 159	220	1 029	259 341 891,28	471	235	272	39 521 616,05	
De 20 001 a 50 000	1 055	977	961	181	868	352 347 955,44	497	227	310	59 077 438,02	
De 50 001 a 100 000	316	303	303	61	278	258 159 977,19	177	80	111	43 687 025,86	
De 100 001 a 500 000	233	228	228	68	209	344 181 870,70	168	97	98	72 667 047,95	
Mais de 500 000	40	40	40	17	37	261 745 664,34	25	17	13	104 698 790,27	
Norte	449	392	387	81	338	223 128 628,34	75	53	26	5 060 084,76	
Até 5 000	87	69	67	19	53	103 947 968,16	18	10	9	1 295 277,48	
De 5 001 a 10 000	89	81	81	21	67	8 949 641,15	21	16	6	2 141 197,92	
De 10 001 a 20 000	107	89	88	15	81	21 573 330,81	10	7	3	541 289,46	
De 20 001 a 50 000	113	102	100	15	90	33 472 729,69	18	13	6	319 509,54	
De 50 001 a 100 000	32	30	30	4	29	15 764 482,07	5	4	1	338 300,00	
De 100 001 a 500 000	18	18	18	6	15	24 227 673,34	3	3	1	424 510,36	
Mais de 500 000	3	3	3	1	3	15 192 803,12	-	-	-	-	
Nordeste	1 794	1 598	1 583	273	1 448	689 569 161,94	405	164	274	56 002 827,01	
Até 5 000	225	208	207	46	181	56 999 128,68	16	8	9	6 404 958,00	
De 5 001 a 10 000	392	350	346	44	325	67 066 864,17	42	13	29	1 845 617,27	
De 10 001 a 20 000	580	491	485	82	435	131 661 170,54	129	59	79	12 930 809,11	
De 20 001 a 50 000	432	391	387	63	355	179 640 519,78	146	56	102	12 254 503,69	
De 50 001 a 100 000	110	104	104	22	98	103 448 366,92	49	17	37	8 957 058,78	
De 100 001 a 500 000	44	43	43	12	43	81 332 545,00	20	11	15	10 144 620,36	
Mais de 500 000	11	11	11	4	11	69 420 566,85	3	-	3	3 465 259,80	
Sudeste	1 668	1 392	1 336	306	1 157	562 575 210,40	927	443	572	246 080 847,76	
Até 5 000	381	269	253	60	209	12 660 620,13	159	80	93	6 496 793,41	
De 5 001 a 10 000	408	318	301	62	255	31 885 810,19	159	77	95	7 511 271,19	
De 10 001 a 20 000	351	303	288	60	251	54 551 410,14	195	89	120	20 481 905,57	
De 20 001 a 50 000	294	274	266	60	239	58 663 471,72	208	96	133	31 553 599,73	
De 50 001 a 100 000	98	96	96	17	85	101 726 349,50	78	28	54	29 930 373,15	
De 100 001 a 500 000	118	114	114	38	102	173 061 872,37	110	60	68	52 571 942,23	
Mais de 500 000	18	18	18	9	16	130 025 676,35	18	13	9	97 534 962,48	
Sul	1 188	1 062	1 027	246	888	239 435 476,50	520	360	204	31 594 109,52	
Até 5 000	421	341	318	75	268	15 607 715,36	174	123	67	3 402 561,91	
De 5 001 a 10 000	291	271	265	64	230	34 208 373,12	115	85	42	2 944 579,52	
De 10 001 a 20 000	229	210	205	46	179	34 556 993,68	79	51	34	2 828 830,42	
De 20 001 a 50 000	144	139	138	32	122	50 650 568,88	82	49	36	9 092 652,75	
De 50 001 a 100 000	57	55	55	16	48	25 581 447,56	38	28	15	3 327 109,93	
De 100 001 a 500 000	43	43	43	11	39	57 322 093,28	30	22	10	8 702 139,00	
Mais de 500 000	3	3	3	2	2	21 508 284,62	2	2	-	1 296 235,99	
Centro-Oeste	466	417	411	66	372	114 170 450,19	211	98	132	15 430 375	
Até 5 000	143	121	118	15	109	9 748 066,74	43	20	26	967 360	
De 5 001 a 10 000	114	99	97	19	85	12 027 380,72	53	30	28	1 506 709	
De 10 001 a 20 000	103	93	93	17	83	16 998 986,11	58	29	36	2 738 781	
De 20 001 a 50 000	72	71	70	11	62	29 920 665,37	43	13	33	5 857 172	
De 50 001 a 100 000	19	18	18	2	18	11 639 331,14	7	3	4	1 134 184	
De 100 001 a 500 000	10	10	10	1	10	8 237 686,71	5	1	4	823 836	
Mais de 500 000	5	5	5	1	5	25 598 333,40	2	2	1	2 402 332	

Tabela 40 - Municípios, total e com cofinanciamento da função de assistência social, por modalidade e valor orçado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com cofinanciamento para a função de assistência social									
		Total	Federal				Valor orçado do cofinanciamento (R\$)	Total	Estadual		Valor orçado do cofinanciamento (R\$)
			Total	Modalidade		Con- vênio			Fundo a fundo	Con- vênio	
Brasil	5 565	4 861	4 744	972	4 203	1 828 878 927,37	2 138	1 118	1 208	354 168 243,68	
Norte	449	392	387	81	338	223 128 628,34	75	53	26	5 060 084,76	
Rondônia	52	50	50	15	41	16 495 175,68	-	-	-	-	
Acre	22	21	21	14	16	10 786 471,29	-	-	-	-	
Amazonas	62	54	52	12	42	16 046 207,18	12	10	2	336 092,00	
Roraima	15	15	15	3	15	4 371 496,90	7	5	2	146 592,05	
Pará	143	125	124	11	115	59 418 127,88	13	8	7	980 746,20	
Amapá	16	16	16	2	14	5 067 623,89	11	11	-	670 840,18	
Tocantins	139	111	109	24	95	110 943 525,52	32	19	15	2 925 814,33	
Nordeste	1 794	1 598	1 583	273	1 448	689 569 161,94	405	164	274	56 002 827,01	
Maranhão	217	162	161	9	156	78 236 151,93	18	6	12	1 799 230,00	
Piauí	224	213	213	12	207	63 327 783,64	3	2	1	73 000,00	
Ceará	184	178	177	43	158	88 972 558,44	98	32	81	10 624 164,01	
Rio Grande do Norte	167	160	159	30	145	84 410 519,87	5	2	4	617 361,12	
Paraíba	223	209	208	71	175	62 534 733,83	4	4	-	115 500,00	
Pernambuco	185	175	170	41	148	95 747 431,63	72	57	19	17 535 768,14	
Alagoas	102	95	95	18	82	42 709 233,75	-	-	-	-	
Sergipe	75	74	74	6	71	28 758 312,82	31	9	22	6 468 630,00	
Bahia	417	332	326	43	306	144 872 436,03	174	52	135	18 769 173,74	
Sudeste	1 668	1 392	1 336	306	1 157	562 575 210,40	927	443	572	246 080 847,76	
Minas Gerais	853	614	597	89	544	236 072 032,24	176	79	115	41 246 340,40	
Espírito Santo	78	76	72	22	60	85 580 365,21	62	54	13	38 015 208,18	
Rio de Janeiro	92	89	89	27	77	90 817 272,31	83	73	15	21 298 313,51	
São Paulo	645	613	578	168	476	150 105 540,64	606	237	429	145 520 985,67	
Sul	1 188	1 062	1 027	246	888	239 435 476,50	520	360	204	31 594 109,52	
Paraná	399	365	364	89	309	99 332 348,64	69	51	22	8 828 881,21	
Santa Catarina	293	274	270	43	243	75 365 205,28	87	59	33	14 225 774,89	
Rio Grande do Sul	496	423	393	114	336	64 737 922,58	364	250	149	8 539 453,42	
Centro-Oeste	466	417	411	66	372	114 170 450,19	211	98	132	15 430 374,63	
Mato Grosso do Sul	78	77	75	16	69	35 202 301,62	76	20	67	11 538 095,90	
Mato Grosso	141	131	127	22	111	18 778 492,06	124	70	61	3 033 101,93	
Goiás	246	208	208	28	191	51 895 456,51	11	8	4	859 176,80	
Distrito Federal	1	1	1	-	1	8 294 200,00	-	-	-	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Tabela 41 - Municípios, total, com legislação específica para convênio e com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com legislação municipal específica que trate de convênios e parcerias	Com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social				
			Total de municípios que rece- beram recur- sos de con- vênios como executor prin- cipal	Parcerias			
				Órgão/ ente público	Organização não governamen- tal	Instituição/ órgão inter- nacional	Outros
Brasil	5 565	1 153	3 401	3 211	402	40	110
Até 5 000	1 257	222	670	649	31	1	16
De 5 001 a 10 000	1 294	202	732	704	47	4	19
De 10 001 a 20 000	1 370	250	820	773	70	11	29
De 20 001 a 50 000	1 055	251	700	652	119	11	20
De 50 001 a 100 000	316	112	233	211	50	6	13
De 100 001 a 500 000	233	100	207	184	70	3	12
Mais de 500 000	40	16	39	38	15	4	1
Norte	449	64	281	266	21	-	14
Até 5 000	87	10	57	55	2	-	1
De 5 001 a 10 000	89	15	59	58	-	-	3
De 10 001 a 20 000	107	13	64	64	1	-	2
De 20 001 a 50 000	113	16	61	53	10	-	2
De 50 001 a 100 000	32	8	21	18	3	-	3
De 100 001 a 500 000	18	2	16	15	3	-	3
Mais de 500 000	3	-	3	3	2	-	-
Nordeste	1 794	243	978	947	63	12	23
Até 5 000	225	26	116	115	-	-	2
De 5 001 a 10 000	392	28	195	192	7	-	3
De 10 001 a 20 000	580	80	306	299	13	4	9
De 20 001 a 50 000	432	65	242	231	20	5	5
De 50 001 a 100 000	110	29	69	65	9	1	3
De 100 001 a 500 000	44	13	39	35	11	1	1
Mais de 500 000	11	2	11	10	3	1	-
Sudeste	1 668	551	1 100	1 028	190	18	28
Até 5 000	381	108	200	194	12	-	3
De 5 001 a 10 000	408	107	223	213	20	2	3
De 10 001 a 20 000	351	103	231	214	28	5	8
De 20 001 a 50 000	294	109	240	218	63	5	7
De 50 001 a 100 000	98	50	83	76	21	2	3
De 100 001 a 500 000	118	66	105	95	38	2	4
Mais de 500 000	18	8	18	18	8	2	-
Sul	1 188	222	774	721	97	4	35
Até 5 000	421	60	229	221	15	1	6
De 5 001 a 10 000	291	42	187	177	15	1	7
De 10 001 a 20 000	229	38	157	139	20	-	10
De 20 001 a 50 000	144	45	111	105	20	-	6
De 50 001 a 100 000	57	20	47	41	12	2	2
De 100 001 a 500 000	43	15	40	35	14	-	4
Mais de 500 000	3	2	3	3	1	-	-
Centro-Oeste	466	73	268	249	31	6	10
Até 5 000	143	18	68	64	2	-	4
De 5 001 a 10 000	114	10	68	64	5	1	3
De 10 001 a 20 000	103	16	62	57	8	2	-
De 20 001 a 50 000	72	16	46	45	6	1	-
De 50 001 a 100 000	19	5	13	11	5	1	2
De 100 001 a 500 000	10	4	7	4	4	-	-
Mais de 500 000	5	4	4	4	1	1	1

Tabela 41 - Municípios, total, com legislação específica para convênio e com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social						
	Recursos provenientes de convênios						
	Recursos financeiros	Cooperação técnica	Cessão de instalações/ equipa- mentos	Fornecimento de alimentação	Fornecimento de material didático ou paradidático	Alocação de pessoal	Outros
Brasil	2 741	508	490	536	563	350	273
Até 5 000	548	68	69	106	114	39	55
De 5 001 a 10 000	588	97	100	117	118	66	56
De 10 001 a 20 000	671	108	104	114	119	82	49
De 20 001 a 50 000	553	115	106	116	122	87	60
De 50 001 a 100 000	184	56	48	38	45	34	24
De 100 001 a 500 000	164	56	53	38	39	35	25
Mais de 500 000	33	8	10	7	6	7	4
Norte	229	48	46	44	51	33	23
Até 5 000	49	8	9	8	10	5	2
De 5 001 a 10 000	51	12	8	11	11	8	8
De 10 001 a 20 000	54	4	12	10	13	8	1
De 20 001 a 50 000	47	15	10	9	9	6	6
De 50 001 a 100 000	15	6	2	3	4	3	3
De 100 001 a 500 000	11	3	5	3	4	3	3
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	-	-
Nordeste	802	169	143	165	166	116	45
Até 5 000	111	11	11	16	15	5	1
De 5 001 a 10 000	162	36	30	25	33	15	3
De 10 001 a 20 000	251	48	32	59	49	33	11
De 20 001 a 50 000	190	41	43	41	47	36	17
De 50 001 a 100 000	54	17	11	10	10	14	6
De 100 001 a 500 000	26	15	14	13	11	12	5
Mais de 500 000	8	1	2	1	1	1	2
Sudeste	875	173	166	166	185	128	108
Até 5 000	160	20	20	32	35	14	21
De 5 001 a 10 000	164	30	32	40	41	26	23
De 10 001 a 20 000	186	32	33	24	29	28	20
De 20 001 a 50 000	194	36	33	37	40	29	19
De 50 001 a 100 000	64	20	18	16	19	13	12
De 100 001 a 500 000	89	29	25	13	18	13	12
Mais de 500 000	18	6	5	4	3	5	1
Sul	606	88	98	127	131	49	79
Até 5 000	171	28	25	44	49	12	24
De 5 001 a 10 000	152	12	22	33	26	12	16
De 10 001 a 20 000	126	16	18	16	21	6	15
De 20 001 a 50 000	84	15	12	20	19	11	16
De 50 001 a 100 000	39	9	13	6	9	3	3
De 100 001 a 500 000	32	7	6	7	6	5	5
Mais de 500 000	2	1	2	1	1	-	-
Centro-Oeste	229	30	37	34	30	24	18
Até 5 000	57	1	4	6	5	3	7
De 5 001 a 10 000	59	7	8	8	7	5	6
De 10 001 a 20 000	54	8	9	5	7	7	2
De 20 001 a 50 000	38	8	8	9	7	5	2
De 50 001 a 100 000	12	4	4	3	3	1	-
De 100 001 a 500 000	6	2	3	2	-	2	-
Mais de 500 000	3	-	1	1	1	1	1

Tabela 41 - Municípios, total, com legislação específica para convênio e com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social						
	Total de municípios que repassaram recursos de convênios	Parcerias				Recursos repassados pelos convênios	
		Órgão/ ente público	Organização não governamental	Instituição/ órgão inter- nacional	Outros	Recursos financeiros	Cooperação técnica
Brasil	2 792	1 058	1 872	34	124	2 212	586
Até 5 000	439	221	207	2	29	354	75
De 5 001 a 10 000	561	252	321	8	31	417	106
De 10 001 a 20 000	659	259	415	13	25	532	135
De 20 001 a 50 000	634	227	468	6	25	505	127
De 50 001 a 100 000	248	54	222	2	7	199	70
De 100 001 a 500 000	213	37	201	3	6	172	61
Mais de 500 000	38	8	38	-	1	33	12
Norte	149	99	52	1	13	97	31
Até 5 000	21	21	4	-	-	13	8
De 5 001 a 10 000	29	22	4	1	5	19	6
De 10 001 a 20 000	29	22	6	-	3	18	6
De 20 001 a 50 000	37	23	14	-	2	27	5
De 50 001 a 100 000	17	5	12	-	1	12	2
De 100 001 a 500 000	14	5	10	-	2	6	4
Mais de 500 000	2	1	2	-	-	2	-
Nordeste	618	366	272	5	35	475	160
Até 5 000	65	59	3	-	5	58	13
De 5 001 a 10 000	95	76	13	1	11	69	28
De 10 001 a 20 000	170	122	48	1	8	132	39
De 20 001 a 50 000	173	81	104	1	7	129	45
De 50 001 a 100 000	66	18	59	-	1	49	16
De 100 001 a 500 000	38	8	34	2	3	30	16
Mais de 500 000	11	2	11	-	-	8	3
Sudeste	1 032	282	837	17	18	841	201
Até 5 000	131	48	83	1	2	107	18
De 5 001 a 10 000	210	70	149	4	5	161	32
De 10 001 a 20 000	227	55	182	7	5	185	48
De 20 001 a 50 000	242	75	208	3	4	199	38
De 50 001 a 100 000	93	17	86	2	1	77	30
De 100 001 a 500 000	111	13	111	-	1	94	30
Mais de 500 000	18	4	18	-	-	18	5
Sul	766	210	581	7	46	616	135
Até 5 000	181	63	105	1	22	144	27
De 5 001 a 10 000	184	58	137	2	7	134	27
De 10 001 a 20 000	172	39	140	2	6	147	26
De 20 001 a 50 000	128	30	104	1	9	107	25
De 50 001 a 100 000	56	10	52	-	2	47	18
De 100 001 a 500 000	42	9	40	1	-	35	9
Mais de 500 000	3	1	3	-	-	2	3
Centro-Oeste	227	101	130	4	12	183	59
Até 5 000	41	30	12	-	-	32	9
De 5 001 a 10 000	43	26	18	-	3	34	13
De 10 001 a 20 000	61	21	39	3	3	50	16
De 20 001 a 50 000	54	18	38	1	3	43	14
De 50 001 a 100 000	16	4	13	-	2	14	4
De 100 001 a 500 000	8	2	6	-	-	7	2
Mais de 500 000	4	-	4	-	1	3	1

Tabela 41 - Municípios, total, com legislação específica para convênio e com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social				
	Recursos repassados pelos convênios				
	Cessão de instalações/ equipamentos	Fornecimento de alimentação	Fornecimento de material didático ou paradidático	Alocação de pessoal	Outros
Brasil	517	658	526	728	265
Até 5 000	79	82	74	79	41
De 5 001 a 10 000	105	118	95	131	55
De 10 001 a 20 000	108	152	115	176	54
De 20 001 a 50 000	116	159	127	178	72
De 50 001 a 100 000	51	70	52	82	23
De 100 001 a 500 000	43	66	53	72	16
Mais de 500 000	15	11	10	10	4
Norte	39	43	40	42	20
Até 5 000	8	7	6	7	2
De 5 001 a 10 000	7	7	6	11	6
De 10 001 a 20 000	7	10	12	9	1
De 20 001 a 50 000	9	9	8	8	6
De 50 001 a 100 000	2	6	5	3	3
De 100 001 a 500 000	5	4	3	4	2
Mais de 500 000	1	-	-	-	-
Nordeste	136	163	147	178	47
Até 5 000	17	12	13	13	-
De 5 001 a 10 000	30	26	24	18	5
De 10 001 a 20 000	38	43	39	42	11
De 20 001 a 50 000	34	48	42	62	22
De 50 001 a 100 000	11	17	15	24	4
De 100 001 a 500 000	5	16	13	18	3
Mais de 500 000	1	1	1	1	2
Sudeste	177	250	179	299	106
Até 5 000	20	25	21	30	14
De 5 001 a 10 000	29	39	27	56	19
De 10 001 a 20 000	38	61	38	75	25
De 20 001 a 50 000	38	62	44	60	32
De 50 001 a 100 000	23	26	19	37	8
De 100 001 a 500 000	21	31	26	36	7
Mais de 500 000	8	6	4	5	1
Sul	107	141	108	126	73
Até 5 000	23	30	25	19	20
De 5 001 a 10 000	27	40	29	32	21
De 10 001 a 20 000	11	23	13	26	14
De 20 001 a 50 000	24	22	20	25	7
De 50 001 a 100 000	11	13	10	11	7
De 100 001 a 500 000	8	11	8	11	4
Mais de 500 000	3	2	3	2	-
Centro-Oeste	58	61	52	83	19
Até 5 000	11	8	9	10	5
De 5 001 a 10 000	12	6	9	14	4
De 10 001 a 20 000	14	15	13	24	3
De 20 001 a 50 000	11	18	13	23	5
De 50 001 a 100 000	4	8	3	7	1
De 100 001 a 500 000	4	4	3	3	-
Mais de 500 000	2	2	2	2	1

Tabela 42 - Municípios, total, com legislação específica para convênio e com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades de Federação	Municípios						
	Total	Com legislação municipal específica que trate de convênios e parcerias	Com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social				
			Total de municípios que rece- beram recur- sos de con- vênios como executor prin- cipal	Parcerias			
				Órgão/ ente público	Organização não governamen- tal	Instituição/ órgão inter- nacional	Outros
Brasil	5 565	1 153	3 401	3 211	402	40	110
Norte	449	64	281	266	21	-	14
Rondônia	52	7	33	30	2	-	1
Acre	22	-	21	21	2	-	-
Amazonas	62	12	39	39	2	-	2
Roraima	15	4	13	12	-	-	2
Pará	143	20	71	64	10	-	5
Amapá	16	4	15	15	2	-	-
Tocantins	139	17	89	85	3	-	4
Nordeste	1 794	243	978	947	63	12	23
Maranhão	217	13	58	55	4	-	-
Piauí	224	37	92	92	3	-	2
Ceará	184	44	125	117	9	2	6
Rio Grande do Norte	167	8	100	98	5	3	2
Paraíba	223	11	160	159	8	1	1
Pernambuco	185	20	127	123	9	-	2
Alagoas	102	14	56	54	7	-	2
Sergipe	75	9	32	30	-	2	4
Bahia	417	87	228	219	18	4	4
Sudeste	1 668	551	1 100	1 028	190	18	28
Minas Gerais	853	147	399	376	54	6	11
Espírito Santo	78	13	73	68	13	2	5
Rio de Janeiro	92	12	81	74	11	2	2
São Paulo	645	379	547	510	112	8	10
Sul	1 188	222	774	721	97	4	35
Paraná	399	89	273	254	42	2	11
Santa Catarina	293	28	140	126	22	1	6
Rio Grande do Sul	496	105	361	341	33	1	18
Centro-Oeste	466	73	268	249	31	6	10
Mato Grosso do Sul	78	18	61	56	12	4	-
Mato Grosso	141	25	87	84	10	-	2
Goiás	246	29	119	108	9	2	8
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-	-

Tabela 42 - Municípios, total, com legislação específica para convênio e com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades de Federação	Municípios						
	Com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social						
	Recursos provenientes de convênios						
	Recursos financeiros	Cooperação técnica	Cessão de instalações/equipamentos	Fornecimento de alimentação	Fornecimento de material didático ou paradidático	Alocação de pessoal	Outros
Brasil	2 741	508	490	536	563	350	273
Norte	229	48	46	44	51	33	23
Rondônia	25	2	7	8	9	3	2
Acre	20	2	-	-	1	-	-
Amazonas	31	7	7	7	9	5	4
Roraima	9	1	2	-	1	2	3
Pará	56	14	9	7	7	6	5
Amapá	15	4	-	2	3	3	1
Tocantins	73	18	21	20	21	14	8
Nordeste	802	169	143	165	166	116	45
Maranhão	43	9	8	6	11	5	3
Piauí	86	13	13	12	13	4	3
Ceará	97	15	13	25	22	14	11
Rio Grande do Norte	87	11	8	11	11	6	2
Paraíba	144	27	30	29	29	21	3
Pernambuco	104	24	15	15	14	15	3
Alagoas	41	10	11	12	14	9	5
Sergipe	24	5	5	7	8	4	3
Bahia	176	55	40	48	44	38	12
Sudeste	875	173	166	166	185	128	108
Minas Gerais	329	65	64	43	46	51	19
Espírito Santo	57	18	15	11	10	11	10
Rio de Janeiro	61	18	21	18	21	16	8
São Paulo	428	72	66	94	108	50	71
Sul	606	88	98	127	131	49	79
Paraná	204	28	39	41	36	18	30
Santa Catarina	100	20	14	22	21	6	13
Rio Grande do Sul	302	40	45	64	74	25	36
Centro-Oeste	229	30	37	34	30	24	18
Mato Grosso do Sul	54	13	11	5	9	5	2
Mato Grosso	71	6	11	11	12	11	6
Goiás	103	11	15	18	9	8	10
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-

Tabela 42 - Municípios, total, com legislação específica para convênio e com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades de Federação	Municípios						
	Com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social						
	Total de municípios que repassaram recursos de convênios	Parcerias				Recursos repassados pelos convênios	
		Órgão/ ente público	Organização não governamental	Instituição/ órgão inter- nacional	Outros	Recursos financeiros	Cooperação técnica
Brasil	2 792	1 058	1 872	34	124	2 212	586
Norte	149	99	52	1	13	97	31
Rondônia	27	13	15	-	1	18	2
Acre	6	2	3	-	2	5	-
Amazonas	22	16	5	-	4	13	5
Roraima	9	9	-	-	-	6	2
Pará	40	23	18	-	2	28	6
Amapá	1	-	1	-	-	1	-
Tocantins	44	36	10	1	4	26	16
Nordeste	618	366	272	5	35	475	160
Maranhão	36	23	12	-	3	23	9
Piauí	67	48	11	-	12	58	12
Ceará	97	29	71	-	4	72	14
Rio Grande do Norte	43	27	18	-	1	34	17
Paraíba	89	79	15	2	1	77	22
Pernambuco	79	42	41	1	-	57	26
Alagoas	34	25	9	-	4	23	12
Sergipe	21	11	13	-	2	16	4
Bahia	152	82	82	2	8	115	44
Sudeste	1 032	282	837	17	18	841	201
Minas Gerais	423	121	327	8	10	338	99
Espírito Santo	67	18	52	1	-	55	19
Rio de Janeiro	64	15	53	1	1	46	9
São Paulo	478	128	405	7	7	402	74
Sul	766	210	581	7	46	616	135
Paraná	298	79	245	3	9	233	54
Santa Catarina	175	41	139	1	8	137	32
Rio Grande do Sul	293	90	197	3	29	246	49
Centro-Oeste	227	101	130	4	12	183	59
Mato Grosso do Sul	59	15	46	4	-	54	17
Mato Grosso	64	25	39	-	3	44	13
Goiás	103	61	44	-	9	84	29
Distrito Federal	1	-	1	-	-	1	-

Tabela 42 - Municípios, total, com legislação específica para convênio e com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades de Federação	Municípios				
	Com implementação de convênio pelas prefeituras na área de assistência social				
	Recursos repassados pelos convênios				
	Cessão de instalações/ equipamentos	Fornecimento de alimentação	Fornecimento de material didático ou paradidático	Alocação de pessoal	Outros
Brasil	517	658	526	728	265
Norte	39	43	40	42	20
Rondônia	5	10	10	3	6
Acre	1	1	-	-	-
Amazonas	7	7	9	6	3
Roraima	-	1	1	-	3
Pará	6	9	5	7	5
Amapá	-	-	-	1	-
Tocantins	20	15	15	25	3
Nordeste	136	163	147	178	47
Maranhão	5	7	9	11	3
Piauí	18	12	11	9	2
Ceará	12	23	21	25	15
Rio Grande do Norte	8	13	8	10	1
Paraíba	31	26	23	30	-
Pernambuco	22	27	20	28	8
Alagoas	7	9	11	9	5
Sergipe	4	3	4	3	3
Bahia	29	43	40	53	10
Sudeste	177	250	179	299	106
Minas Gerais	89	109	73	162	20
Espírito Santo	13	15	11	19	6
Rio de Janeiro	9	12	12	10	11
São Paulo	66	114	83	108	69
Sul	107	141	108	126	73
Paraná	42	56	42	57	31
Santa Catarina	22	30	26	36	14
Rio Grande do Sul	43	55	40	33	28
Centro-Oeste	58	61	52	83	19
Mato Grosso do Sul	13	17	12	25	2
Mato Grosso	11	14	15	17	7
Goiás	34	30	25	41	10
Distrito Federal	-	-	-	-	-

Tabela 43 - Municípios, total e que implementaram parcerias na assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Que implementaram parcerias na assistência social										
		Total	Em sendo formal, instru- mento jurídico utilizado			A realização dessas parcerias permite						
			Termo de coope- ração técnica	Docu- mentos de expe- dientes (ofícios, memo- randos)	Outros	Recur- sos finan- ceiros	Coope- ração técnica	Cessão de insta- lações/ equipa- mentos	Forne- cimento de alimen- tação	Forne- cimento de material didático ou para- didático	Aloca- ção de pessoal	Outros
Brasil	5 565	825	357	356	260	457	298	246	227	228	192	143
Até 5 000	1 257	121	49	54	37	67	36	35	33	34	23	19
De 5 001 a 10 000	1 294	155	59	68	49	97	43	39	38	37	30	25
De 10 001 a 20 000	1 370	210	85	95	63	104	76	60	60	58	46	36
De 20 001 a 50 000	1 055	174	76	77	48	100	66	55	49	46	45	29
De 50 001 a 100 000	316	76	37	32	27	45	32	21	17	20	20	12
De 100 001 a 500 000	233	66	36	23	24	33	33	25	23	23	22	15
Mais de 500 000	40	23	15	7	12	11	12	11	7	10	6	7
Norte	449	82	30	44	25	52	30	21	14	17	16	13
Até 5 000	87	9	3	4	4	8	2	2	1	2	2	-
De 5 001 a 10 000	89	14	1	8	4	9	4	4	4	1	2	2
De 10 001 a 20 000	107	22	10	13	5	12	8	6	2	3	4	3
De 20 001 a 50 000	113	19	5	11	4	11	7	3	3	4	3	1
De 50 001 a 100 000	32	7	2	5	1	5	4	1	1	2	1	2
De 100 001 a 500 000	18	8	6	2	6	5	4	3	3	4	4	4
Mais de 500 000	3	3	3	1	1	2	1	2	-	1	-	1
Nordeste	1 794	206	92	90	62	107	94	62	57	60	46	34
Até 5 000	225	13	6	5	5	10	2	3	4	4	2	-
De 5 001 a 10 000	392	33	13	15	11	20	15	10	9	9	7	4
De 10 001 a 20 000	580	66	26	29	21	28	31	21	22	21	12	12
De 20 001 a 50 000	432	57	26	26	14	29	28	18	15	15	16	12
De 50 001 a 100 000	110	19	10	9	6	13	6	4	1	4	4	2
De 100 001 a 500 000	44	11	6	5	2	5	9	4	4	5	4	2
Mais de 500 000	11	7	5	1	3	2	3	2	2	2	1	2
Sudeste	1 668	263	120	103	83	147	82	84	70	75	70	44
Até 5 000	381	36	17	14	10	17	9	11	11	10	8	7
De 5 001 a 10 000	408	54	22	23	17	38	11	15	12	10	12	9
De 10 001 a 20 000	351	55	23	24	16	21	16	15	18	21	17	13
De 20 001 a 50 000	294	54	26	24	13	36	19	18	17	14	15	4
De 50 001 a 100 000	98	24	12	7	10	16	8	9	3	7	6	2
De 100 001 a 500 000	118	31	15	8	12	14	14	11	7	9	9	6
Mais de 500 000	18	9	5	3	5	5	5	5	2	4	3	3
Sul	1 188	195	85	83	66	116	66	51	59	49	38	35
Até 5 000	421	48	17	23	16	24	16	13	11	11	8	10
De 5 001 a 10 000	291	34	16	12	11	23	5	5	8	9	6	5
De 10 001 a 20 000	229	50	18	24	16	33	18	13	14	11	10	6
De 20 001 a 50 000	144	28	14	11	8	18	9	7	8	7	5	6
De 50 001 a 100 000	57	21	11	8	9	8	12	7	10	7	5	5
De 100 001 a 500 000	43	11	7	4	4	8	4	4	6	2	3	3
Mais de 500 000	3	3	2	1	2	2	2	2	2	2	1	-
Centro-Oeste	466	79	30	36	24	35	26	28	27	27	22	17
Até 5 000	143	15	6	8	2	8	7	6	6	7	3	2
De 5 001 a 10 000	114	20	7	10	6	7	8	5	5	8	3	5
De 10 001 a 20 000	103	17	8	5	5	10	3	5	4	2	3	2
De 20 001 a 50 000	72	16	5	5	9	6	3	9	6	6	6	6
De 50 001 a 100 000	19	5	2	3	1	3	2	-	2	-	4	1
De 100 001 a 500 000	10	5	2	4	-	1	2	3	3	3	2	-
Mais de 500 000	5	1	-	1	1	-	1	-	1	1	1	1

Tabela 44 - Municípios, total e que implementaram parcerias na assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios												
	Total	Que implementaram parcerias na assistência social											
		Total	Em sendo formal, instrumento jurídico utilizado			A realização dessas parcerias permite							
			Termo de cooperação técnica	Documentos de expedientes (ofícios, memorandos)	Outros	Recursos financeiros	Cooperação técnica	Cessão de instalações/equipamentos	Fornecimento de alimentos	Fornecimento de material didático ou paradidático	Alocação de pessoal	Outros	
Brasil	5 565	825	357	356	260	457	298	246	227	228	192	143	
Norte	449	82	30	44	25	52	30	21	14	17	16	13	
Rondônia	52	10	1	7	3	6	2	4	-	1	2	2	
Acre	22	4	2	-	2	3	1	-	-	-	-	-	
Amazonas	62	15	4	8	5	13	4	3	-	-	1	-	
Roraima	15	6	3	3	2	4	3	1	-	1	1	2	
Pará	143	27	13	16	6	12	14	8	5	8	7	7	
Amapá	16	1	-	1	-	1	1	1	-	1	-	-	
Tocantins	139	19	7	9	7	13	5	4	7	6	5	2	
Nordeste	1 794	206	92	90	62	107	94	62	57	60	46	34	
Maranhão	217	12	4	5	3	2	7	3	4	3	3	5	
Piauí	224	19	9	6	7	11	5	6	6	6	3	1	
Ceará	184	26	11	9	14	11	12	10	5	7	6	6	
Rio Grande do Norte	167	23	9	10	9	9	11	8	9	9	4	3	
Paraíba	223	19	9	10	3	11	7	5	8	7	3	2	
Pernambuco	185	29	16	12	5	14	17	10	5	6	7	6	
Alagoas	102	8	4	4	1	3	3	1	3	1	1	2	
Sergipe	75	9	2	4	4	8	3	1	-	-	-	-	
Bahia	417	61	28	30	16	38	29	18	17	21	19	9	
Sudeste	1 668	263	120	103	83	147	82	84	70	75	70	44	
Minas Gerais	853	119	63	52	25	64	44	46	37	34	40	10	
Espírito Santo	78	12	7	4	2	3	6	3	4	4	4	1	
Rio de Janeiro	92	16	5	7	8	7	5	7	6	4	6	2	
São Paulo	645	116	45	40	48	73	27	28	23	33	20	31	
Sul	1 188	195	85	83	66	116	66	51	59	49	38	35	
Paraná	399	76	43	24	22	52	21	20	23	19	18	7	
Santa Catarina	293	47	12	21	19	24	16	9	14	7	6	7	
Rio Grande do Sul	496	72	30	38	25	40	29	22	22	23	14	21	
Centro-Oeste	466	79	30	36	24	35	26	28	27	27	22	17	
Mato Grosso do Sul	78	13	8	2	4	9	5	4	3	3	3	1	
Mato Grosso	141	22	11	9	7	10	5	6	7	10	7	5	
Goiás	246	44	11	25	13	16	16	18	17	14	12	11	
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Tabela 45 - Municípios, total e que realizaram serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Que realizaram serviços socioassistenciais		Total	Que realizaram serviços socioassistenciais
Brasil	5 565	5 489	Sudeste	1 668	1 630
Até 5 000	1 257	1 225	Até 5 000	381	360
De 5 001 a 10 000	1 294	1 270	De 5 001 a 10 000	408	396
De 10 001 a 20 000	1 370	1 356	De 10 001 a 20 000	351	347
De 20 001 a 50 000	1 055	1 050	De 20 001 a 50 000	294	293
De 50 001 a 100 000	316	315	De 50 001 a 100 000	98	98
De 100 001 a 500 000	233	233	De 100 001 a 500 000	118	118
Mais de 500 000	40	40	Mais de 500 000	18	18
Norte	449	446	Sul	1 188	1 179
Até 5 000	87	85	Até 5 000	421	415
De 5 001 a 10 000	89	89	De 5 001 a 10 000	291	288
De 10 001 a 20 000	107	107	De 10 001 a 20 000	229	229
De 20 001 a 50 000	113	112	De 20 001 a 50 000	144	144
De 50 001 a 100 000	32	32	De 50 001 a 100 000	57	57
De 100 001 a 500 000	18	18	De 100 001 a 500 000	43	43
Mais de 500 000	3	3	Mais de 500 000	3	3
Nordeste	1 794	1 771	Centro-Oeste	466	463
Até 5 000	225	224	Até 5 000	143	141
De 5 001 a 10 000	392	384	De 5 001 a 10 000	114	113
De 10 001 a 20 000	580	570	De 10 001 a 20 000	103	103
De 20 001 a 50 000	432	429	De 20 001 a 50 000	72	72
De 50 001 a 100 000	110	109	De 50 001 a 100 000	19	19
De 100 001 a 500 000	44	44	De 100 001 a 500 000	10	10
Mais de 500 000	11	11	Mais de 500 000	5	5

Tabela 46 - Municípios, total e que realizaram serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Que realizaram serviços socioassistenciais		Total	Que realizaram serviços socioassistenciais
Brasil	5 565	5 489	Nordeste		
Norte	449	446	Sergipe	75	75
Rondônia	52	52	Bahia	417	397
Acre	22	22	Sudeste	1 668	1 630
Amazonas	62	62	Minas Gerais	853	819
Roraima	15	15	Espírito Santo	78	77
Pará	143	142	Rio de Janeiro	92	92
Amapá	16	16	São Paulo	645	642
Tocantins	139	137	Sul	1 188	1 179
Nordeste	1 794	1 771	Paraná	399	398
Maranhão	217	215	Santa Catarina	293	291
Piauí	224	224	Rio Grande do Sul	496	490
Ceará	184	184	Centro-Oeste	466	463
Rio Grande do Norte	167	167	Mato Grosso do Sul	78	77
Paraíba	223	222	Mato Grosso	141	140
Pernambuco	185	185	Goiás	246	245
Alagoas	102	102	Distrito Federal	1	1

Tabela 47 - Municípios, total e com serviço de proteção social básica, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com serviço de proteção social básica (1)					Plantão social ou similar
		Total	Atenção integral à família	Serviços específicos de proteção social básica a crianças de 0 a 6 anos	Serviços específicos de proteção social básica a idosos	Serviço socioeducativo destinado a jovens de 15 a 17 anos	
Brasil	5 565	5 449	4 766	3 260	4 673	3 745	3 780
Até 5 000	1 257	1 215	976	664	1 012	647	827
De 5 001 a 10 000	1 294	1 256	1 072	712	1 036	789	851
De 10 001 a 20 000	1 370	1 348	1 192	789	1 158	959	862
De 20 001 a 50 000	1 055	1 043	963	673	927	825	745
De 50 001 a 100 000	316	314	301	228	285	273	254
De 100 001 a 500 000	233	233	223	167	215	214	206
Mais de 500 000	40	40	39	27	40	38	35
Norte	449	436	375	242	389	318	273
Até 5 000	87	84	58	37	77	52	44
De 5 001 a 10 000	89	87	74	44	74	61	49
De 10 001 a 20 000	107	104	94	49	90	74	55
De 20 001 a 50 000	113	109	100	69	97	85	79
De 50 001 a 100 000	32	31	28	24	30	25	27
De 100 001 a 500 000	18	18	18	16	18	18	16
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3
Nordeste	1 794	1 763	1 658	1 165	1 548	1 455	1 031
Até 5 000	225	222	198	154	182	162	119
De 5 001 a 10 000	392	383	356	241	323	287	233
De 10 001 a 20 000	580	566	535	362	497	469	302
De 20 001 a 50 000	432	428	410	285	392	383	260
De 50 001 a 100 000	110	109	106	81	101	101	74
De 100 001 a 500 000	44	44	42	34	42	43	35
Mais de 500 000	11	11	11	8	11	10	8
Sudeste	1 668	1 615	1 421	815	1 250	1 136	1 242
Até 5 000	381	357	299	150	255	207	263
De 5 001 a 10 000	408	388	327	171	282	255	268
De 10 001 a 20 000	351	346	306	164	266	235	262
De 20 001 a 50 000	294	290	261	168	236	220	233
De 50 001 a 100 000	98	98	97	68	86	88	88
De 100 001 a 500 000	118	118	113	83	107	113	110
Mais de 500 000	18	18	18	11	18	18	18
Sul	1 188	1 176	928	746	1 047	550	966
Até 5 000	421	414	315	247	372	153	332
De 5 001 a 10 000	291	286	224	192	249	128	239
De 10 001 a 20 000	229	229	169	142	204	114	178
De 20 001 a 50 000	144	144	125	98	131	80	124
De 50 001 a 100 000	57	57	52	40	50	41	53
De 100 001 a 500 000	43	43	40	26	38	31	38
Mais de 500 000	3	3	3	1	3	3	2
Centro-Oeste	466	459	384	292	439	286	268
Até 5 000	143	138	106	76	126	73	69
De 5 001 a 10 000	114	112	91	64	108	58	62
De 10 001 a 20 000	103	103	88	72	101	67	65
De 20 001 a 50 000	72	72	67	53	71	57	49
De 50 001 a 100 000	19	19	18	15	18	18	12
De 100 001 a 500 000	10	10	10	8	10	9	7
Mais de 500 000	5	5	4	4	5	4	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) O município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 48 - Municípios, total e com serviço de proteção social básica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com serviço de proteção social básica (1)					
		Total	Atenção integral à família	Serviços específicos de proteção social básica a crianças de 0 a 6 anos	Serviços específicos de proteção social básica a idosos	Serviço socioeducativo destinado a jovens de 15 a 17 anos	Plantão social ou similar
Brasil	5 565	5 449	4 766	3 260	4 673	3 745	3 780
Norte	449	436	375	242	389	318	273
Rondônia	52	50	40	29	48	28	23
Acre	22	22	22	11	20	20	12
Amazonas	62	60	59	28	53	45	32
Roraima	15	15	13	9	12	11	2
Pará	143	140	129	92	125	109	118
Amapá	16	16	7	4	12	10	11
Tocantins	139	133	105	69	119	95	75
Nordeste	1 794	1 763	1 658	1 165	1 548	1 455	1 031
Maranhão	217	215	208	134	173	172	103
Piauí	224	224	210	199	202	179	155
Ceará	184	182	176	156	180	176	98
Rio Grande do Norte	167	165	147	91	144	128	68
Paraíba	223	221	205	124	184	185	121
Pernambuco	185	185	178	114	175	163	91
Alagoas	102	101	97	59	91	90	81
Sergipe	75	75	73	46	74	60	60
Bahia	417	395	364	242	325	302	254
Sudeste	1 668	1 615	1 421	815	1 250	1 136	1 242
Minas Gerais	853	805	677	381	578	482	483
Espírito Santo	78	77	66	46	66	44	75
Rio de Janeiro	92	92	91	66	82	83	79
São Paulo	645	641	587	322	524	527	605
Sul	1 188	1 176	928	746	1 047	550	966
Paraná	399	397	326	244	337	232	246
Santa Catarina	293	290	202	164	270	99	272
Rio Grande do Sul	496	489	400	338	440	219	448
Centro-Oeste	466	459	384	292	439	286	268
Mato Grosso do Sul	78	77	75	58	76	65	62
Mato Grosso	141	140	128	112	138	80	87
Goiás	246	241	180	121	224	140	118
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) O município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 49 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com serviço de proteção social especial (1)							Serviço de família acolhedora
		Total	Serviço de apoio e orientação aos indivíduos e famílias vítimas de violência	Serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e suas famílias	Serviços socioeducativos relacionados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Serviços de acolhimento em abrigos			
					Crianças e adolescentes	Idosos	Mulheres		
Brasil	5 565	4 875	2 535	2 172	3 708	1 363	1 147	148	512
Até 5 000	1 257	974	422	274	645	92	87	7	88
De 5 001 a 10 000	1 294	1 091	453	362	820	168	173	3	85
De 10 001 a 20 000	1 370	1 229	598	491	941	299	260	15	117
De 20 001 a 50 000	1 055	993	551	520	797	383	311	17	111
De 50 001 a 100 000	316	315	265	271	262	190	147	17	36
De 100 001 a 500 000	233	233	207	216	203	193	137	60	59
Mais de 500 000	40	40	39	38	40	38	32	29	16
Norte	449	427	220	202	409	65	32	8	30
Até 5 000	87	76	16	24	71	2	1	-	1
De 5 001 a 10 000	89	87	35	33	84	4	4	-	4
De 10 001 a 20 000	107	103	56	46	100	13	4	-	6
De 20 001 a 50 000	113	108	63	52	104	16	8	1	12
De 50 001 a 100 000	32	32	29	26	30	17	10	3	4
De 100 001 a 500 000	18	18	18	18	17	10	4	2	2
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	1	2	1
Nordeste	1 794	1 584	868	663	1 449	120	107	18	79
Até 5 000	225	211	92	71	204	3	3	-	7
De 5 001 a 10 000	392	333	138	94	310	3	8	-	10
De 10 001 a 20 000	580	489	259	174	433	15	10	2	14
De 20 001 a 50 000	432	387	229	176	342	24	39	3	26
De 50 001 a 100 000	110	109	98	96	106	34	25	1	7
De 100 001 a 500 000	44	44	41	42	43	31	13	5	11
Mais de 500 000	11	11	11	10	11	10	9	7	4
Sudeste	1 668	1 368	611	634	810	578	573	53	173
Até 5 000	381	225	86	67	95	26	29	-	24
De 5 001 a 10 000	408	313	104	104	174	56	80	-	25
De 10 001 a 20 000	351	312	110	116	173	112	137	3	41
De 20 001 a 50 000	294	284	118	144	186	183	160	6	40
De 50 001 a 100 000	98	98	74	79	66	79	68	3	10
De 100 001 a 500 000	118	118	101	106	98	104	84	28	26
Mais de 500 000	18	18	18	18	18	18	15	13	7
Sul	1 188	1 055	583	468	659	482	255	52	181
Até 5 000	421	336	179	93	172	58	29	5	54
De 5 001 a 10 000	291	249	128	94	160	89	41	2	39
De 10 001 a 20 000	229	225	106	95	148	126	61	8	44
De 20 001 a 50 000	144	142	83	91	99	122	62	6	14
De 50 001 a 100 000	57	57	46	52	41	45	31	8	9
De 100 001 a 500 000	43	43	38	40	36	39	28	20	18
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Centro-Oeste	466	441	253	205	381	118	180	17	49
Até 5 000	143	126	49	19	103	3	25	2	2
De 5 001 a 10 000	114	109	48	37	92	16	40	1	7
De 10 001 a 20 000	103	100	67	60	87	33	48	2	12
De 20 001 a 50 000	72	72	58	57	66	38	42	1	19
De 50 001 a 100 000	19	19	18	18	19	15	13	2	6
De 100 001 a 500 000	10	10	9	10	9	9	8	5	2
Mais de 500 000	5	5	4	4	5	4	4	4	1

Tabela 49 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com serviço de proteção social especial (1)								
	Serviço de acolhimento em república			Serviço de acolhi- mento em albergue para adul- tos e famílias	Serviço de acolhi- mento para população de rua	Serviço de aborda- gem social nas ruas	Serviço de Habi- tação e reabili- tação de pessoas com defi- ciência	Serviço de prote- ção social a adoles- centes em cumpri- mento de medidas socioedu- cativas em meio aberto	Outros serviços para aten- dimento à popu- lação de rua
	Jovens	Adultos	Idosos						
Brasil	16	15	71	261	289	1 240	1 832	2 312	721
Até 5 000	-	-	8	6	19	126	306	377	84
De 5 001 a 10 000	2	-	12	7	19	170	314	406	94
De 10 001 a 20 000	2	-	12	28	27	265	463	537	144
De 20 001 a 50 000	4	2	21	56	51	318	406	480	160
De 50 001 a 100 000	1	4	8	64	51	152	169	257	96
De 100 001 a 500 000	4	5	8	75	92	171	141	218	106
Mais de 500 000	3	4	2	25	30	38	33	37	37
Norte	1	1	1	5	12	105	95	156	27
Até 5 000	-	-	-	-	-	11	8	9	4
De 5 001 a 10 000	-	-	1	-	1	18	20	18	2
De 10 001 a 20 000	-	-	-	1	-	22	23	36	3
De 20 001 a 50 000	1	-	-	1	3	26	24	49	7
De 50 001 a 100 000	-	1	-	-	4	14	11	25	6
De 100 001 a 500 000	-	-	-	2	3	11	8	16	3
Mais de 500 000	-	-	-	1	1	3	1	3	2
Nordeste	1	2	10	11	24	421	390	489	211
Até 5 000	-	-	-	1	-	34	35	42	19
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	1	66	55	70	29
De 10 001 a 20 000	-	-	1	2	1	112	123	126	53
De 20 001 a 50 000	1	1	4	1	3	121	99	119	58
De 50 001 a 100 000	-	-	3	2	6	45	43	85	28
De 100 001 a 500 000	-	1	1	1	5	32	25	37	14
Mais de 500 000	-	-	1	4	8	11	10	10	10
Sudeste	8	7	26	146	122	338	590	757	226
Até 5 000	-	-	-	3	3	26	62	103	13
De 5 001 a 10 000	1	-	3	3	4	26	85	119	20
De 10 001 a 20 000	-	-	3	10	5	51	133	157	34
De 20 001 a 50 000	2	1	11	33	16	82	145	163	41
De 50 001 a 100 000	-	-	2	35	22	47	68	83	30
De 100 001 a 500 000	3	3	6	49	58	89	81	114	71
Mais de 500 000	2	3	1	13	14	17	16	18	17
Sul	6	4	10	75	71	239	558	669	169
Até 5 000	-	-	1	2	3	31	162	173	34
De 5 001 a 10 000	1	-	1	4	2	40	118	148	27
De 10 001 a 20 000	2	-	3	10	11	46	127	161	36
De 20 001 a 50 000	-	-	2	13	16	54	90	96	31
De 50 001 a 100 000	1	2	2	22	15	32	36	47	22
De 100 001 a 500 000	1	1	1	21	21	33	23	41	16
Mais de 500 000	1	1	-	3	3	3	2	3	3
Centro-Oeste	-	1	24	24	60	137	199	241	88
Até 5 000	-	-	7	-	13	24	39	50	14
De 5 001 a 10 000	-	-	7	-	11	20	36	51	16
De 10 001 a 20 000	-	-	5	5	10	34	57	57	18
De 20 001 a 50 000	-	-	4	8	13	35	48	53	23
De 50 001 a 100 000	-	1	1	5	4	14	11	17	10
De 100 001 a 500 000	-	-	-	2	5	6	4	10	2
Mais de 500 000	-	-	-	4	4	4	4	3	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) O município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 50 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Com serviço de proteção social especial (1)								
	Serviço de acolhimento em república			Serviço de acolhimento em albergue para adultos e famílias	Serviço de acolhimento para população de rua	Serviço de abordagem social nas ruas	Serviço de Habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência	Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto	Outros serviços para atendimento à população de rua
	Jovens	Adultos	Idosos						
Brasil	16	15	71	261	289	1 240	1 832	2 312	721
Norte	1	1	1	5	12	105	95	156	27
Rondônia	-	1	-	3	6	13	19	16	2
Acre	-	-	-	-	-	14	6	10	1
Amazonas	-	-	-	-	2	23	16	19	4
Roraima	-	-	-	-	-	2	1	6	-
Pará	1	-	-	2	3	30	24	74	9
Amapá	-	-	-	-	-	1	-	7	1
Tocantins	-	-	1	-	1	22	29	24	10
Nordeste	1	2	10	11	24	421	390	489	211
Maranhão	-	-	1	-	1	42	44	64	13
Piauí	-	-	-	1	2	59	52	39	36
Ceará	-	-	1	1	1	50	42	69	17
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	30	38	51	17
Paraíba	-	-	2	1	3	58	53	67	18
Pernambuco	-	1	5	1	9	67	48	64	43
Alagoas	-	-	-	2	1	18	23	31	12
Sergipe	-	-	-	1	3	13	12	23	9
Bahia	1	1	1	4	4	84	78	81	46
Sudeste	8	7	26	146	122	338	590	757	226
Minas Gerais	3	2	14	48	31	148	249	204	67
Espírito Santo	-	-	1	3	7	21	31	26	6
Rio de Janeiro	-	1	2	4	16	42	41	52	25
São Paulo	5	4	9	91	68	127	269	475	128
Sul	6	4	10	75	71	239	558	669	169
Paraná	4	3	7	31	30	78	197	249	57
Santa Catarina	1	-	1	9	12	51	117	197	26
Rio Grande do Sul	1	1	2	35	29	110	244	223	86
Centro-Oeste	-	1	24	24	60	137	199	241	88
Mato Grosso do Sul	-	1	1	10	9	31	47	58	17
Mato Grosso	-	-	17	9	44	50	72	48	40
Goiás	-	-	6	4	6	55	79	135	30
Distrito Federal	-	-	-	1	1	1	1	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) O município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 51 - Municípios, total, com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres e a área de assistência social executando projetos de geração de renda e inclusão produtiva, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres	Área de assistência social executando projetos de geração de renda e inclusão produtiva
Brasil	5 565	464	4 073
Até 5 000	1 257	78	769
De 5 001 a 10 000	1 294	70	898
De 10 001 a 20 000	1 370	88	1 025
De 20 001 a 50 000	1 055	106	874
De 50 001 a 100 000	316	46	272
De 100 001 a 500 000	233	59	200
Mais de 500 000	40	17	35
Norte	449	33	322
Até 5 000	87	-	47
De 5 001 a 10 000	89	2	61
De 10 001 a 20 000	107	8	77
De 20 001 a 50 000	113	11	91
De 50 001 a 100 000	32	5	28
De 100 001 a 500 000	18	6	15
Mais de 500 000	3	1	3
Nordeste	1 794	128	1 423
Até 5 000	225	14	169
De 5 001 a 10 000	392	16	297
De 10 001 a 20 000	580	36	441
De 20 001 a 50 000	432	39	366
De 50 001 a 100 000	110	11	100
De 100 001 a 500 000	44	7	39
Mais de 500 000	11	5	11
Sudeste	1 668	154	1 142
Até 5 000	381	19	220
De 5 001 a 10 000	408	23	248
De 10 001 a 20 000	351	21	249
De 20 001 a 50 000	294	32	231
De 50 001 a 100 000	98	18	81
De 100 001 a 500 000	118	33	100
Mais de 500 000	18	8	13
Sul	1 188	102	823
Até 5 000	421	31	242
De 5 001 a 10 000	291	24	206
De 10 001 a 20 000	229	12	167
De 20 001 a 50 000	144	10	123
De 50 001 a 100 000	57	11	45
De 100 001 a 500 000	43	12	37
Mais de 500 000	3	2	3
Centro-Oeste	466	47	363
Até 5 000	143	14	91
De 5 001 a 10 000	114	5	86
De 10 001 a 20 000	103	11	91
De 20 001 a 50 000	72	14	63
De 50 001 a 100 000	19	1	18
De 100 001 a 500 000	10	1	9
Mais de 500 000	5	1	5

Tabela 52 - Municípios, total, com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres e a área de assistência social executando projetos de geração de renda e inclusão produtiva, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres	Área de assistência social executando projetos de geração de renda e inclusão produtiva
Brasil	5 565	464	4 073
Norte	449	33	322
Rondônia	52	3	37
Acre	22	-	18
Amazonas	62	4	41
Roraima	15	3	8
Pará	143	19	117
Amapá	16	-	10
Tocantins	139	4	91
Nordeste	1 794	128	1 423
Maranhão	217	11	156
Piauí	224	10	202
Ceará	184	17	154
Rio Grande do Norte	167	6	134
Paraíba	223	18	160
Pernambuco	185	21	159
Alagoas	102	13	88
Sergipe	75	14	68
Bahia	417	18	302
Sudeste	1 668	154	1 142
Minas Gerais	853	48	506
Espírito Santo	78	7	59
Rio de Janeiro	92	17	85
São Paulo	645	82	492
Sul	1 188	102	823
Paraná	399	33	314
Santa Catarina	293	25	179
Rio Grande do Sul	496	44	330
Centro-Oeste	466	47	363
Mato Grosso do Sul	78	10	72
Mato Grosso	141	12	124
Goiás	246	24	166
Distrito Federal	1	1	1

Tabela 53 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais					
		Atendimento sociofamiliar	Atendimento psicossocial	Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda	Atendimento domiciliar	Desenvolvi- mento do convívio fa- miliar, grupal, social e comunitário	Busca ativa
Brasil	5 565	4 986	4 487	4 285	4 972	3 665	2 746
Até 5 000	1 257	1 080	905	820	1 136	704	454
De 5 001 a 10 000	1 294	1 123	989	941	1 160	780	587
De 10 001 a 20 000	1 370	1 223	1 124	1 065	1 232	910	700
De 20 001 a 50 000	1 055	984	923	916	942	763	585
De 50 001 a 100 000	316	308	293	290	273	263	214
De 100 001 a 500 000	233	229	213	216	194	209	169
Mais de 500 000	40	39	40	37	35	36	37
Norte	449	378	329	346	387	249	225
Até 5 000	87	71	46	56	74	35	28
De 5 001 a 10 000	89	70	60	65	77	41	38
De 10 001 a 20 000	107	89	79	80	92	60	55
De 20 001 a 50 000	113	97	97	95	96	68	68
De 50 001 a 100 000	32	30	28	29	28	27	20
De 100 001 a 500 000	18	18	16	18	17	15	13
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3
Nordeste	1 794	1 646	1 595	1 474	1 653	1 283	1 070
Até 5 000	225	206	189	174	209	136	112
De 5 001 a 10 000	392	343	327	300	360	252	222
De 10 001 a 20 000	580	529	524	465	533	418	343
De 20 001 a 50 000	432	407	400	381	402	337	270
De 50 001 a 100 000	110	108	103	102	101	89	75
De 100 001 a 500 000	44	42	41	41	39	41	37
Mais de 500 000	11	11	11	11	9	10	11
Sudeste	1 668	1 503	1 275	1 252	1 448	1 043	808
Até 5 000	381	324	262	238	343	201	136
De 5 001 a 10 000	408	357	297	283	361	224	182
De 10 001 a 20 000	351	314	250	264	304	209	172
De 20 001 a 50 000	294	276	244	251	247	199	145
De 50 001 a 100 000	98	96	92	93	81	83	71
De 100 001 a 500 000	118	118	112	107	95	110	87
Mais de 500 000	18	18	18	16	17	17	15
Sul	1 188	1 062	906	853	1 087	766	427
Até 5 000	421	365	309	257	396	254	124
De 5 001 a 10 000	291	258	214	212	268	187	99
De 10 001 a 20 000	229	204	180	167	207	141	81
De 20 001 a 50 000	144	135	114	126	132	102	59
De 50 001 a 100 000	57	55	51	48	46	47	33
De 100 001 a 500 000	43	42	35	40	35	33	28
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	2	3
Centro-Oeste	466	397	382	360	397	324	216
Até 5 000	143	114	99	95	114	78	54
De 5 001 a 10 000	114	95	91	81	94	76	46
De 10 001 a 20 000	103	87	91	89	96	82	49
De 20 001 a 50 000	72	69	68	63	65	57	43
De 50 001 a 100 000	19	19	19	18	17	17	15
De 100 001 a 500 000	10	9	9	10	8	10	4
Mais de 500 000	5	4	5	4	3	4	5

Tabela 53 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais						
	Proteção social pró-ativa	Conheci- mento do território	Recepção/ acolhida	Escuta	Estudo social	Cadasta- mento so- cioeconômico	Encami- nhamento
Brasil	1 502	3 151	3 863	4 213	4 616	4 919	4 904
Até 5 000	251	608	730	858	964	990	1 050
De 5 001 a 10 000	308	685	823	938	1 029	1 051	1 125
De 10 001 a 20 000	346	762	968	1 040	1 145	1 125	1 205
De 20 001 a 50 000	329	658	813	848	923	910	962
De 50 001 a 100 000	114	225	281	280	294	288	298
De 100 001 a 500 000	119	179	210	211	222	217	224
Mais de 500 000	35	34	38	38	39	38	40
Norte	115	200	225	259	305	350	381
Até 5 000	18	24	26	38	36	65	72
De 5 001 a 10 000	21	38	34	41	55	70	76
De 10 001 a 20 000	23	42	46	60	68	75	82
De 20 001 a 50 000	35	65	75	78	98	91	100
De 50 001 a 100 000	10	14	26	26	28	29	31
De 100 001 a 500 000	5	14	15	13	17	17	17
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3
Nordeste	591	1 112	1 243	1 336	1 420	1 460	1 543
Até 5 000	59	123	127	137	150	170	166
De 5 001 a 10 000	115	231	248	274	283	300	334
De 10 001 a 20 000	182	343	402	422	463	464	499
De 20 001 a 50 000	158	288	327	363	372	377	392
De 50 001 a 100 000	40	81	91	91	101	98	100
De 100 001 a 500 000	27	37	38	39	40	41	41
Mais de 500 000	10	9	10	10	11	10	11
Sudeste	443	935	1 227	1 323	1 418	1 413	1 480
Até 5 000	74	184	229	271	301	304	321
De 5 001 a 10 000	99	205	268	312	334	337	348
De 10 001 a 20 000	79	190	275	285	312	298	317
De 20 001 a 50 000	72	172	233	233	248	254	267
De 50 001 a 100 000	37	77	96	95	92	93	96
De 100 001 a 500 000	67	92	108	110	113	110	113
Mais de 500 000	15	15	18	17	18	17	18
Sul	211	617	843	949	1 108	1 019	1 085
Até 5 000	67	199	268	323	385	346	370
De 5 001 a 10 000	43	144	197	225	268	247	267
De 10 001 a 20 000	34	119	167	192	216	206	215
De 20 001 a 50 000	31	85	117	115	140	126	133
De 50 001 a 100 000	17	39	51	50	54	51	54
De 100 001 a 500 000	16	29	40	41	42	40	43
Mais de 500 000	3	2	3	3	3	3	3
Centro-Oeste	142	287	325	346	365	377	415
Até 5 000	33	78	80	89	92	105	121
De 5 001 a 10 000	30	67	76	86	89	97	100
De 10 001 a 20 000	28	68	78	81	86	82	92
De 20 001 a 50 000	33	48	61	59	65	62	70
De 50 001 a 100 000	10	14	17	18	19	17	17
De 100 001 a 500 000	4	7	9	8	10	9	10
Mais de 500 000	4	5	4	5	4	5	5

Tabela 53 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais						
	Orientação sociofamiliar	Cuidados pessoais	Informação, comunicação e defesa de direitos	Provisão de benefícios eventuais	Visita domiciliar à família	Atividades relacionadas à documen- tação pessoal	Gestão de benefícios
Brasil	4 267	2 587	3 802	4 419	5 182	4 576	3 958
Até 5 000	878	579	769	930	1 141	964	710
De 5 001 a 10 000	928	600	840	1 003	1 180	1 033	865
De 10 001 a 20 000	1 060	638	936	1 090	1 286	1 110	1 041
De 20 001 a 50 000	867	496	766	889	1 000	925	834
De 50 001 a 100 000	277	148	254	273	308	292	273
De 100 001 a 500 000	217	104	198	200	228	212	200
Mais de 500 000	40	22	39	34	39	40	35
Norte	290	215	270	288	399	345	315
Até 5 000	44	42	41	47	71	55	47
De 5 001 a 10 000	50	45	47	53	75	67	59
De 10 001 a 20 000	65	51	64	60	99	78	75
De 20 001 a 50 000	86	47	77	84	103	99	87
De 50 001 a 100 000	26	20	23	25	31	29	28
De 100 001 a 500 000	16	8	15	16	17	14	16
Mais de 500 000	3	2	3	3	3	3	3
Nordeste	1 394	851	1 251	1 368	1 662	1 372	1 477
Até 5 000	148	104	137	135	203	150	169
De 5 001 a 10 000	285	181	246	286	350	279	304
De 10 001 a 20 000	450	268	399	431	541	438	485
De 20 001 a 50 000	367	217	333	369	408	361	370
De 50 001 a 100 000	93	51	89	96	108	96	100
De 100 001 a 500 000	40	25	37	40	41	37	38
Mais de 500 000	11	5	10	11	11	11	11
Sudeste	1 279	722	1 113	1 312	1 564	1 437	1 143
Até 5 000	275	168	228	278	348	308	205
De 5 001 a 10 000	284	186	266	313	375	345	253
De 10 001 a 20 000	269	149	226	288	328	295	260
De 20 001 a 50 000	232	127	196	240	281	261	220
De 50 001 a 100 000	89	40	78	81	97	96	86
De 100 001 a 500 000	112	42	101	98	117	114	104
Mais de 500 000	18	10	18	14	18	18	15
Sul	950	546	830	1 071	1 143	1 043	685
Até 5 000	317	198	280	361	398	347	200
De 5 001 a 10 000	224	133	196	264	280	254	170
De 10 001 a 20 000	192	108	165	218	224	211	142
De 20 001 a 50 000	125	61	105	137	141	139	93
De 50 001 a 100 000	50	22	45	53	54	52	44
De 100 001 a 500 000	39	22	36	36	43	37	34
Mais de 500 000	3	2	3	2	3	3	2
Centro-Oeste	354	253	338	380	414	379	338
Até 5 000	94	67	83	109	121	104	89
De 5 001 a 10 000	85	55	85	87	100	88	79
De 10 001 a 20 000	84	62	82	93	94	88	79
De 20 001 a 50 000	57	44	55	59	67	65	64
De 50 001 a 100 000	19	15	19	18	18	19	15
De 100 001 a 500 000	10	7	9	10	10	10	8
Mais de 500 000	5	3	5	4	4	5	4

Tabela 53 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais						
	Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio	Capacitação e preparação para o mundo do trabalho	Mobilização para a cidadania	Disseminação de orientações técnicas e materiais informativos	Avaliação de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações/entidades de assistência social	Outras	Nenhuma atividade
Brasil	2 655	3 254	3 180	2 891	2 248	735	47
Até 5 000	482	555	584	522	347	119	21
De 5 001 a 10 000	552	705	677	589	436	162	11
De 10 001 a 20 000	636	806	772	695	539	179	9
De 20 001 a 50 000	578	711	688	646	537	156	4
De 50 001 a 100 000	204	253	239	230	177	51	1
De 100 001 a 500 000	165	189	183	177	176	52	1
Mais de 500 000	38	35	37	32	36	16	-
Norte	184	276	231	242	156	84	8
Até 5 000	27	44	29	41	16	11	4
De 5 001 a 10 000	32	48	41	45	31	19	1
De 10 001 a 20 000	38	66	50	47	34	17	1
De 20 001 a 50 000	55	76	69	64	43	24	2
De 50 001 a 100 000	15	23	24	27	15	5	-
De 100 001 a 500 000	14	16	15	16	15	7	-
Mais de 500 000	3	3	3	2	2	1	-
Nordeste	960	1 199	1 165	1 066	669	253	14
Até 5 000	107	126	128	122	63	18	3
De 5 001 a 10 000	176	252	236	204	117	51	4
De 10 001 a 20 000	305	365	365	316	202	75	4
De 20 001 a 50 000	256	319	304	286	193	74	2
De 50 001 a 100 000	74	90	86	90	52	22	-
De 100 001 a 500 000	31	37	35	39	31	7	1
Mais de 500 000	11	10	11	9	11	6	-
Sudeste	764	903	891	769	740	188	19
Até 5 000	150	157	172	141	106	24	9
De 5 001 a 10 000	165	200	196	156	130	39	6
De 10 001 a 20 000	140	182	167	156	156	45	4
De 20 001 a 50 000	144	173	169	154	172	30	-
De 50 001 a 100 000	62	80	74	63	61	14	-
De 100 001 a 500 000	86	96	97	85	99	31	-
Mais de 500 000	17	15	16	14	16	5	-
Sul	501	568	576	543	463	157	1
Até 5 000	142	153	173	153	114	58	-
De 5 001 a 10 000	123	134	135	130	116	39	-
De 10 001 a 20 000	94	119	117	110	92	30	-
De 20 001 a 50 000	74	85	85	83	81	15	-
De 50 001 a 100 000	40	43	37	36	32	8	1
De 100 001 a 500 000	26	31	26	28	25	5	-
Mais de 500 000	2	3	3	3	3	2	-
Centro-Oeste	246	308	317	271	220	53	5
Até 5 000	56	75	82	65	48	8	5
De 5 001 a 10 000	56	71	69	54	42	14	-
De 10 001 a 20 000	59	74	73	66	55	12	-
De 20 001 a 50 000	49	58	61	59	48	13	-
De 50 001 a 100 000	13	17	18	14	17	2	-
De 100 001 a 500 000	8	9	10	9	6	2	-
Mais de 500 000	5	4	4	4	4	2	-

Tabela 54 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais					
		Atendimento sociofamiliar	Atendimento psicossocial	Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda	Atendimento domiciliar	Desenvolvi- mento do convívio fa- miliar, grupal, social e comunitário	Busca ativa
Brasil	5 565	4 986	4 487	4 285	4 972	3 665	2 746
Norte	449	378	346	346	387	249	225
Rondônia	52	41	43	43	39	26	17
Acre	22	21	22	22	19	16	14
Amazonas	62	57	45	45	56	40	39
Roraima	15	11	9	9	14	4	8
Pará	143	126	118	118	126	95	88
Amapá	16	11	10	10	12	5	3
Tocantins	139	111	99	99	121	63	56
Nordeste	1 794	1 646	1 474	1 474	1 653	1 283	1 070
Maranhão	217	183	171	171	188	148	117
Piauí	224	205	200	200	216	161	140
Ceará	184	179	163	163	172	161	135
Rio Grande do Norte	167	156	112	112	158	103	82
Paraíba	223	205	189	189	206	146	127
Pernambuco	185	172	167	167	172	135	98
Alagoas	102	96	91	91	93	79	70
Sergipe	75	74	71	71	74	59	50
Bahia	417	376	310	310	374	291	251
Sudeste	1 668	1 503	1 252	1 252	1 448	1 043	808
Minas Gerais	853	744	563	563	772	485	427
Espírito Santo	78	73	62	62	64	56	37
Rio de Janeiro	92	90	91	91	78	78	51
São Paulo	645	596	536	536	534	424	293
Sul	1 188	1 062	853	853	1 087	766	427
Paraná	399	362	324	324	365	250	177
Santa Catarina	293	251	174	174	277	177	90
Rio Grande do Sul	496	449	355	355	445	339	160
Centro-Oeste	466	397	360	360	397	324	216
Mato Grosso do Sul	78	74	73	73	74	76	50
Mato Grosso	141	133	125	125	126	107	69
Goiás	246	189	161	161	196	140	96
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 54 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais						
	Proteção social pró-ativa	Conheci- mento do território	Recepção/ acolhida	Escuta	Estudo social	Cadastra- mento so- cioeconômico	Encami- nhamento
Brasil	1 502	3 151	3 863	4 213	4 616	4 919	4 904
Norte	115	200	225	259	305	350	381
Rondônia	7	15	17	18	28	33	35
Acre	6	17	5	14	17	18	21
Amazonas	22	35	37	41	47	51	53
Roraima	4	6	6	8	7	9	11
Pará	38	75	101	103	124	118	126
Amapá	-	3	5	6	11	11	13
Tocantins	38	49	54	69	71	110	122
Nordeste	591	1 112	1 243	1 336	1 420	1 460	1 543
Maranhão	55	120	135	151	161	154	175
Piauí	80	154	153	150	167	182	192
Ceará	61	149	161	159	165	166	172
Rio Grande do Norte	44	90	94	113	135	141	135
Paraíba	75	124	131	148	146	166	182
Pernambuco	59	124	133	141	160	156	164
Alagoas	35	65	71	75	85	89	92
Sergipe	22	51	70	71	73	67	74
Bahia	160	235	295	328	328	339	357
Sudeste	443	935	1 227	1 323	1 418	1 413	1 480
Minas Gerais	214	452	592	669	708	714	721
Espírito Santo	17	43	54	57	76	71	68
Rio de Janeiro	35	58	80	86	84	83	89
São Paulo	177	382	501	511	550	545	602
Sul	211	617	843	949	1 108	1 019	1 085
Paraná	74	221	291	314	362	338	368
Santa Catarina	47	148	192	228	284	261	270
Rio Grande do Sul	90	248	360	407	462	420	447
Centro-Oeste	142	287	325	346	365	377	415
Mato Grosso do Sul	33	66	68	62	75	76	78
Mato Grosso	37	82	111	111	119	117	132
Goiás	71	138	145	172	170	183	204
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 54 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais						
	Orientação sociofamiliar	Cuidados pessoais	Informação, comunicação e defesa de direitos	Provisão de benefícios eventuais	Visita domiciliar à família	Atividades relacionadas à documen- tação pessoal	Gestão de benefícios
Brasil	4 267	2 587	3 802	4 419	5 182	4 576	3 958
Norte	290	215	270	288	399	345	315
Rondônia	23	22	24	26	46	38	31
Acre	17	17	17	16	18	20	21
Amazonas	47	33	43	45	60	53	50
Roraima	8	6	7	5	12	8	12
Pará	110	56	99	105	133	118	116
Amapá	7	3	6	12	11	8	5
Tocantins	78	78	74	79	119	100	80
Nordeste	1 394	851	1 251	1 368	1 662	1 372	1 477
Maranhão	159	93	141	156	199	132	175
Piauí	167	134	160	172	207	173	185
Ceará	164	79	153	169	175	164	167
Rio Grande do Norte	135	65	122	121	156	113	131
Paraíba	156	114	129	140	203	155	185
Pernambuco	151	89	132	152	173	162	163
Alagoas	86	39	76	82	98	79	80
Sergipe	66	35	62	65	73	70	69
Bahia	310	203	276	311	378	324	322
Sudeste	1 279	722	1 113	1 312	1 564	1 437	1 143
Minas Gerais	602	395	568	678	781	703	576
Espírito Santo	59	25	47	67	74	65	61
Rio de Janeiro	84	32	76	78	90	81	79
São Paulo	534	270	422	489	619	588	427
Sul	950	546	830	1 071	1 143	1 043	685
Paraná	317	168	282	365	389	372	274
Santa Catarina	227	138	198	254	281	251	128
Rio Grande do Sul	406	240	350	452	473	420	283
Centro-Oeste	354	253	338	380	414	379	338
Mato Grosso do Sul	74	54	66	77	78	76	71
Mato Grosso	119	71	104	122	134	130	128
Goiás	160	127	167	180	201	172	138
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 54 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais						
	Mobilização e fortaleci- mento do convívio e de redes sociais de apoio	Capacitação e preparação para o mundo do trabalho	Mobilização para a cida- dania	Disseminação de orientações técnicas e materiais informativos	Avaliação de serviços so- cioassistenciais mantidos em convênio com organizações/ entidades de assistência social	Outras	Nenhuma atividade
Brasil	2 655	3 254	3 180	2 891	2 248	735	47
Norte	184	276	231	242	156	84	8
Rondônia	19	37	24	23	16	10	1
Acre	10	17	13	15	14	7	-
Amazonas	35	33	34	33	24	15	1
Roraima	4	8	7	7	7	1	1
Pará	63	90	87	85	51	26	1
Amapá	3	7	5	6	5	1	-
Tocantins	50	84	61	73	39	24	4
Nordeste	960	1 199	1 165	1 066	669	253	14
Maranhão	95	125	125	119	66	38	4
Piauí	120	154	153	134	71	37	-
Ceará	114	152	127	127	81	39	-
Rio Grande do Norte	83	112	102	90	67	23	-
Paraíba	117	150	137	126	82	5	4
Pernambuco	111	138	136	118	79	22	2
Alagoas	45	66	67	63	36	9	-
Sergipe	47	56	60	51	28	16	-
Bahia	228	246	258	238	159	64	4
Sudeste	764	903	891	769	740	188	19
Minas Gerais	350	378	408	386	270	69	16
Espírito Santo	35	47	38	38	34	16	-
Rio de Janeiro	54	71	73	56	47	19	-
São Paulo	325	407	372	289	389	84	3
Sul	501	568	576	543	463	157	1
Paraná	165	218	194	176	173	45	-
Santa Catarina	107	113	129	135	104	42	1
Rio Grande do Sul	229	237	253	232	186	70	-
Centro-Oeste	246	308	317	271	220	53	5
Mato Grosso do Sul	61	63	66	61	51	14	-
Mato Grosso	80	105	103	81	69	8	1
Goiás	104	139	147	128	99	30	4
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-

Tabela 55 - Municípios, total e com atividades realizadas para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Atividades realizadas para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS						
		Revisão do Benefício de Prestação Continuada - BPC	Trabalho interdisciplinar	Articulação da rede socioassistencial	Articulação com os serviços de políticas públicas	Articulação interinstitucionais com o sistema de garantia de direitos	Cadastramento das organizações e dos serviços socioassistenciais	Produção de orientações técnicas e materiais informativos
Brasil	5 565	4 562	3 715	4 094	4 314	3 877	3 538	2 644
Até 5 000	1 257	985	737	780	853	748	609	484
De 5 001 a 10 000	1 294	1 070	792	883	959	829	765	537
De 10 001 a 20 000	1 370	1 148	913	1 016	1 075	975	906	635
De 20 001 a 50 000	1 055	880	780	869	890	817	762	588
De 50 001 a 100 000	316	257	255	286	284	269	260	210
De 100 001 a 500 000	233	187	202	220	216	200	198	154
Mais de 500 000	40	35	36	40	37	39	38	36
Norte	449	378	260	294	291	268	248	240
Até 5 000	87	72	33	34	35	33	39	44
De 5 001 a 10 000	89	78	48	56	53	48	43	44
De 10 001 a 20 000	107	88	60	66	67	63	63	51
De 20 001 a 50 000	113	92	74	89	87	78	62	60
De 50 001 a 100 000	32	28	26	28	28	26	24	23
De 100 001 a 500 000	18	17	16	18	18	17	14	16
Mais de 500 000	3	3	3	3	3	3	3	2
Nordeste	1 794	1 455	1 248	1 325	1 403	1 320	1 136	1 025
Até 5 000	225	156	130	132	146	140	124	116
De 5 001 a 10 000	392	312	250	268	293	260	216	199
De 10 001 a 20 000	580	494	398	424	449	431	353	312
De 20 001 a 50 000	432	356	336	353	370	348	309	274
De 50 001 a 100 000	110	92	86	96	97	94	87	79
De 100 001 a 500 000	44	36	39	41	38	36	37	35
Mais de 500 000	11	9	9	11	10	11	10	10
Sudeste	1 668	1 462	1 069	1 260	1 306	1 141	1 098	650
Até 5 000	381	337	216	265	271	236	179	120
De 5 001 a 10 000	408	357	236	271	295	248	250	128
De 10 001 a 20 000	351	310	211	256	282	234	243	122
De 20 001 a 50 000	294	259	210	249	241	219	221	128
De 50 001 a 100 000	98	85	79	91	89	84	87	65
De 100 001 a 500 000	118	98	101	110	111	103	101	71
Mais de 500 000	18	16	16	18	17	17	17	16
Sul	1 188	855	792	863	934	814	743	491
Até 5 000	421	298	265	261	299	252	196	140
De 5 001 a 10 000	291	222	171	205	225	195	184	114
De 10 001 a 20 000	229	166	165	188	187	168	168	101
De 20 001 a 50 000	144	106	104	113	128	112	110	76
De 50 001 a 100 000	57	34	47	52	53	48	45	34
De 100 001 a 500 000	43	27	37	41	39	36	37	23
Mais de 500 000	3	2	3	3	3	3	3	3
Centro-Oeste	466	412	346	352	380	334	313	238
Até 5 000	143	122	93	88	102	87	71	64
De 5 001 a 10 000	114	101	87	83	93	78	72	52
De 10 001 a 20 000	103	90	79	82	90	79	79	49
De 20 001 a 50 000	72	67	56	65	64	60	60	50
De 50 001 a 100 000	19	18	17	19	17	17	17	9
De 100 001 a 500 000	10	9	9	10	10	8	9	9
Mais de 500 000	5	5	5	5	4	5	5	5

Tabela 55 - Municípios, total e com atividades realizadas para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Atividades realizadas para a do Sistema Único de Assistência Social - SUAS						
	Utilização de sistema informatizado para gestão, monitoramento e avaliação	Supervisão, de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações/entidades de assistência social	Monitoramento de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações/entidades de assistência social	Produção de material socioeducativo	Participação na Comissão Intergestores Bipartite e/ou Comissão Intergestores Tripartite	Participação nas instâncias de controle social	Celebração de Pactos ou Compromissos voltados para o aprimoramento da gestão do SUAS
Brasil	2 934	2 062	2 374	2 634	1 579	3 974	2 658
Até 5 000	589	316	392	492	262	786	474
De 5 001 a 10 000	684	386	467	534	314	884	575
De 10 001 a 20 000	764	499	568	641	395	989	668
De 20 001 a 50 000	574	488	547	567	343	809	568
De 50 001 a 100 000	173	174	195	217	123	266	182
De 100 001 a 500 000	126	163	168	149	110	201	159
Mais de 500 000	24	36	37	34	32	39	32
Norte	230	150	155	241	178	302	222
Até 5 000	40	15	20	39	24	48	28
De 5 001 a 10 000	46	25	28	48	38	59	48
De 10 001 a 20 000	62	40	37	45	40	65	50
De 20 001 a 50 000	52	39	41	63	46	84	60
De 50 001 a 100 000	17	14	13	26	15	26	21
De 100 001 a 500 000	11	15	14	18	12	17	14
Mais de 500 000	2	2	2	2	3	3	1
Nordeste	1 056	624	723	1 094	616	1 352	942
Até 5 000	117	61	88	134	55	142	99
De 5 001 a 10 000	235	108	137	211	107	286	183
De 10 001 a 20 000	334	173	199	336	198	435	309
De 20 001 a 50 000	268	183	195	280	169	344	243
De 50 001 a 100 000	70	57	65	86	51	97	70
De 100 001 a 500 000	28	31	28	37	25	37	29
Mais de 500 000	4	11	11	10	11	11	9
Sudeste	801	685	787	589	303	1 103	707
Até 5 000	168	97	116	111	58	206	132
De 5 001 a 10 000	197	125	149	118	57	252	152
De 10 001 a 20 000	173	146	165	109	56	236	139
De 20 001 a 50 000	137	157	182	114	51	213	139
De 50 001 a 100 000	46	61	67	61	25	76	50
De 100 001 a 500 000	67	83	91	62	45	103	81
Mais de 500 000	13	16	17	14	11	17	14
Sul	556	410	490	466	234	881	523
Até 5 000	175	105	124	146	63	297	147
De 5 001 a 10 000	137	89	107	104	52	209	133
De 10 001 a 20 000	123	87	114	96	41	175	103
De 20 001 a 50 000	75	71	80	62	34	113	81
De 50 001 a 100 000	29	29	35	30	18	49	30
De 100 001 a 500 000	14	26	28	25	23	35	26
Mais de 500 000	3	3	2	3	3	3	3
Centro-Oeste	291	193	219	244	248	336	264
Até 5 000	89	38	44	62	62	93	68
De 5 001 a 10 000	69	39	46	53	60	78	59
De 10 001 a 20 000	72	53	53	55	60	78	67
De 20 001 a 50 000	42	38	49	48	43	55	45
De 50 001 a 100 000	11	13	15	14	14	18	11
De 100 001 a 500 000	6	8	7	7	5	9	9
Mais de 500 000	2	4	5	5	4	5	5

Tabela 55 - Municípios, total e com atividades realizadas para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Atividades realizadas para a do Sistema Único de Assistência Social - SUAS						
	Protocolo	Planejamento	Capacitação de técnicos	Grupo de estudos	Pesquisas, Estudos e Diagnósticos	Outras	Nenhuma atividade
Brasil	1 647	4 062	3 979	1 822	2 143	558	106
Até 5 000	319	847	803	303	405	91	47
De 5 001 a 10 000	366	921	892	383	482	121	31
De 10 001 a 20 000	410	984	957	426	527	144	16
De 20 001 a 50 000	339	818	824	407	442	111	8
De 50 001 a 100 000	111	264	272	148	145	45	3
De 100 001 a 500 000	84	192	195	133	116	32	1
Mais de 500 000	18	36	36	22	26	14	-
Norte	151	322	339	158	202	58	12
Até 5 000	25	52	63	25	48	8	4
De 5 001 a 10 000	29	67	69	27	40	12	3
De 10 001 a 20 000	35	67	70	33	39	16	1
De 20 001 a 50 000	36	91	92	43	50	13	3
De 50 001 a 100 000	17	26	25	17	16	4	1
De 100 001 a 500 000	8	17	17	11	7	4	-
Mais de 500 000	1	2	3	2	2	1	-
Nordeste	619	1 406	1 313	690	796	192	29
Até 5 000	69	158	145	62	77	14	7
De 5 001 a 10 000	138	307	275	144	165	42	8
De 10 001 a 20 000	195	439	410	208	262	62	8
De 20 001 a 50 000	153	360	346	195	209	51	3
De 50 001 a 100 000	40	94	94	53	55	13	2
De 100 001 a 500 000	19	39	34	22	22	5	1
Mais de 500 000	5	9	9	6	6	5	-
Sudeste	428	1 122	1 179	467	548	135	31
Até 5 000	98	249	237	75	108	18	13
De 5 001 a 10 000	97	250	273	94	122	27	13
De 10 001 a 20 000	88	230	244	88	112	26	4
De 20 001 a 50 000	74	200	222	87	93	27	1
De 50 001 a 100 000	26	79	85	43	40	16	-
De 100 001 a 500 000	38	97	101	71	60	17	-
Mais de 500 000	7	17	17	9	13	4	-
Sul	270	839	799	308	390	128	30
Até 5 000	79	288	266	94	117	40	19
De 5 001 a 10 000	63	201	191	69	96	29	7
De 10 001 a 20 000	53	162	150	56	71	29	3
De 20 001 a 50 000	42	108	106	40	57	15	1
De 50 001 a 100 000	19	46	49	26	25	8	-
De 100 001 a 500 000	12	31	34	21	21	5	-
Mais de 500 000	2	3	3	2	3	2	-
Centro-Oeste	179	373	349	199	207	45	4
Até 5 000	48	100	92	47	55	11	4
De 5 001 a 10 000	39	96	84	49	59	11	-
De 10 001 a 20 000	39	86	83	41	43	11	-
De 20 001 a 50 000	34	59	58	42	33	5	-
De 50 001 a 100 000	9	19	19	9	9	4	-
De 100 001 a 500 000	7	8	9	8	6	1	-
Mais de 500 000	3	5	4	3	2	2	-

Tabela 56 - Municípios, total e atividades realizadas para a do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Atividades realizadas para a do Sistema Único de Assistência Social - SUAS						
	Utilização de sistema informatizado para gestão, monitore- mento e avaliação	Supervisão, de serviços socioassisten- ciais mantidos em convênio com organiza- ções/entidades de assistência social	Monitoramento de serviços socioassisten- ciais mantidos em convênio com organiza- ções/entidades de assistência social	Produção de material socioedu- cativo	Participação na Comissão Intergestores Bipartite e/ou Comissão Intergestores Tripartite	Participação nas instâncias de controle social	Celebração de Pactos ou Compro- missos volta- dos para o aprimora- mento da gestão do SUAS
Brasil	2 934	2 062	2 374	2 634	1 579	3 974	2 658
Norte	230	150	155	241	178	302	222
Rondônia	23	18	20	25	25	33	27
Acre	19	15	15	16	17	16	15
Amazonas	37	23	22	33	25	41	32
Roraima	8	3	4	5	11	8	8
Pará	73	48	47	84	45	106	74
Amapá	5	5	7	6	13	9	10
Tocantins	65	38	40	72	42	89	56
Nordeste	1 056	624	723	1 094	616	1 352	942
Maranhão	105	55	67	117	47	143	104
Piauí	132	65	88	148	51	162	114
Ceará	117	75	79	126	54	155	94
Rio Grande do Norte	104	72	89	92	43	113	72
Paraíba	131	72	94	142	70	159	111
Pernambuco	124	79	80	124	55	149	106
Alagoas	64	32	37	55	34	80	47
Sergipe	47	31	28	48	57	68	46
Bahia	232	143	161	242	205	323	248
Sudeste	801	685	787	589	303	1 103	707
Minas Gerais	408	251	285	294	135	574	346
Espírito Santo	35	33	47	31	24	61	34
Rio de Janeiro	53	48	46	39	29	72	48
São Paulo	305	353	409	225	115	396	279
Sul	556	410	490	466	234	881	523
Paraná	209	162	204	143	71	282	181
Santa Catarina	124	87	105	120	52	226	127
Rio Grande do Sul	223	161	181	203	111	373	215
Centro-Oeste	291	193	219	244	248	336	264
Mato Grosso do Sul	43	45	52	57	55	63	51
Mato Grosso	91	56	65	78	102	118	77
Goiás	157	91	101	108	90	154	135
Distrito Federal	-	1	1	1	1	1	1

Tabela 56 - Municípios, total e atividades realizadas para a do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Atividades realizadas para a do Sistema Único de Assistência Social - SUAS						
	Protocolo	Planejamento	Capacitação de técnicos	Grupo de estudos	Pesquisas, Estudos e Diagnósticos	Outras	Nenhuma atividade
Brasil	1 647	4 062	3 979	1 822	2 143	558	106
Norte	151	322	339	158	202	58	12
Rondônia	13	31	35	19	21	6	3
Acre	10	20	22	9	11	4	-
Amazonas	22	45	42	21	26	8	1
Roraima	6	8	9	3	2	1	1
Pará	52	115	109	56	57	24	2
Amapá	3	6	8	1	3	-	-
Tocantins	45	97	114	49	82	15	5
Nordeste	619	1 406	1 313	690	796	192	29
Maranhão	57	163	157	79	90	26	10
Piauí	84	182	180	74	102	25	2
Ceará	50	156	153	77	76	30	2
Rio Grande do Norte	52	123	114	67	71	16	2
Paraíba	98	174	143	89	82	7	3
Pernambuco	66	158	146	91	94	17	4
Alagoas	34	75	81	39	43	11	1
Sergipe	23	58	58	30	41	13	-
Bahia	155	317	281	144	197	47	5
Sudeste	428	1 122	1 179	467	548	135	31
Minas Gerais	244	552	608	220	289	45	24
Espírito Santo	12	46	55	30	25	13	1
Rio de Janeiro	17	76	68	43	39	12	-
São Paulo	155	448	448	174	195	65	6
Sul	270	839	799	308	390	128	30
Paraná	84	293	284	107	157	36	5
Santa Catarina	57	200	201	86	94	25	6
Rio Grande do Sul	129	346	314	115	139	67	19
Centro-Oeste	179	373	349	199	207	45	4
Mato Grosso do Sul	41	71	71	51	41	4	-
Mato Grosso	41	115	120	54	61	14	-
Goiás	96	186	157	93	104	27	4
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	-

Tabela 57 - Municípios, total e com unidades físicas da rede de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Com unidades físicas da rede socioassistencial		Total	Com unidades físicas da rede socioassistencial
Brasil	5 565	5 029	Sudeste	1 668	1 489
Até 5 000	1 257	1 012	Até 5 000	381	291
De 5 001 a 10 000	1 294	1 137	De 5 001 a 10 000	408	348
De 10 001 a 20 000	1 370	1 276	De 10 001 a 20 000	351	327
De 20 001 a 50 000	1 055	1 016	De 20 001 a 50 000	294	289
De 50 001 a 100 000	316	315	De 50 001 a 100 000	98	98
De 100 001 a 500 000	233	233	De 100 001 a 500 000	118	118
Mais de 500 000	40	40	Mais de 500 000	18	18
Norte	449	399	Sul	1 188	1 028
Até 5 000	87	70	Até 5 000	421	321
De 5 001 a 10 000	89	78	De 5 001 a 10 000	291	247
De 10 001 a 20 000	107	98	De 10 001 a 20 000	229	216
De 20 001 a 50 000	113	100	De 20 001 a 50 000	144	141
De 50 001 a 100 000	32	32	De 50 001 a 100 000	57	57
De 100 001 a 500 000	18	18	De 100 001 a 500 000	43	43
Mais de 500 000	3	3	Mais de 500 000	3	3
Nordeste	1 794	1 660	Centro-Oeste	466	453
Até 5 000	225	197	Até 5 000	143	133
De 5 001 a 10 000	392	353	De 5 001 a 10 000	114	111
De 10 001 a 20 000	580	532	De 10 001 a 20 000	103	103
De 20 001 a 50 000	432	414	De 20 001 a 50 000	72	72
De 50 001 a 100 000	110	109	De 50 001 a 100 000	19	19
De 100 001 a 500 000	44	44	De 100 001 a 500 000	10	10
Mais de 500 000	11	11	Mais de 500 000	5	5

Tabela 58 - Municípios, total e com unidades físicas da rede de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Com unidades físicas da rede socioassistencial		Total	Com unidades físicas da rede socioassistencial
Brasil	5 565	5 029	Nordeste		
Norte	449	399	Sergipe	75	74
Rondônia	52	45	Bahia	417	352
Acre	22	21	Sudeste	1 668	1 489
Amazonas	62	57	Minas Gerais	853	726
Roraima	15	15	Espírito Santo	78	77
Pará	143	127	Rio de Janeiro	92	89
Amapá	16	16	São Paulo	645	597
Tocantins	139	118	Sul	1 188	1 028
Nordeste	1 794	1 660	Paraná	399	384
Maranhão	217	199	Santa Catarina	293	229
Piauí	224	216	Rio Grande do Sul	496	415
Ceará	184	180	Centro-Oeste	466	453
Rio Grande do Norte	167	152	Mato Grosso do Sul	78	77
Paraíba	223	211	Mato Grosso	141	140
Pernambuco	185	183	Goiás	246	235
Alagoas	102	93	Distrito Federal	1	1

Tabela 59 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com existência de CRAS e CREAS				
		Total (1)	CRAS (1)	Quantidade de unidades do CRAS (2)	CREAS (1)	Quantidade de unidades do CREAS (2)
Brasil	5 565	4 127	4 032	5 500	1 116	1 239
Até 5 000	1 257	685	664	666	57	56
De 5 001 a 10 000	1 294	884	858	870	107	112
De 10 001 a 20 000	1 370	1 088	1 068	1 130	187	196
De 20 001 a 50 000	1 055	903	884	996	290	297
De 50 001 a 100 000	316	302	295	498	243	254
De 100 001 a 500 000	233	226	224	892	194	241
Mais de 500 000	40	39	39	448	38	83
Norte	449	348	337	429	115	118
Até 5 000	87	48	46	46	6	6
De 5 001 a 10 000	89	67	63	63	13	13
De 10 001 a 20 000	107	87	85	86	15	15
De 20 001 a 50 000	113	94	92	100	38	38
De 50 001 a 100 000	32	31	30	35	23	24
De 100 001 a 500 000	18	18	18	67	17	17
Mais de 500 000	3	3	3	32	3	5
Nordeste	1 794	1 607	1 591	1 917	403	423
Até 5 000	225	190	189	189	22	22
De 5 001 a 10 000	392	338	334	335	30	30
De 10 001 a 20 000	580	514	509	527	78	79
De 20 001 a 50 000	432	406	401	419	123	124
De 50 001 a 100 000	110	106	105	173	97	101
De 100 001 a 500 000	44	42	42	159	42	49
Mais de 500 000	11	11	11	115	11	18
Sudeste	1 668	1 153	1 131	1 905	290	352
Até 5 000	381	194	183	183	15	14
De 5 001 a 10 000	408	238	234	244	23	27
De 10 001 a 20 000	351	257	255	286	29	35
De 20 001 a 50 000	294	237	234	299	52	55
De 50 001 a 100 000	98	93	92	178	63	65
De 100 001 a 500 000	118	116	115	511	91	115
Mais de 500 000	18	18	18	204	17	41
Sul	1 188	653	623	799	173	194
Até 5 000	421	162	157	159	12	12
De 5 001 a 10 000	291	157	149	149	23	24
De 10 001 a 20 000	229	140	133	137	27	29
De 20 001 a 50 000	144	99	94	102	33	34
De 50 001 a 100 000	57	53	49	82	42	46
De 100 001 a 500 000	43	40	39	130	34	44
Mais de 500 000	3	2	2	40	2	5
Centro-Oeste	466	366	350	450	135	152
Até 5 000	143	91	89	89	2	2
De 5 001 a 10 000	114	84	78	79	18	18
De 10 001 a 20 000	103	90	86	94	38	38
De 20 001 a 50 000	72	67	63	76	44	46
De 50 001 a 100 000	19	19	19	30	18	18
De 100 001 a 500 000	10	10	10	25	10	16
Mais de 500 000	5	5	5	57	5	14

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 60 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com existência de CRAS e CREAS				
		Total (1)	CRAS (1)	Quantidade de unidades do CRAS (2)	CREAS (1)	Quantidade de unidades do CREAS (2)
Brasil	5 565	4 127	4 032	5 500	1 116	1 239
Norte	449	348	337	429	115	118
Rondônia	52	38	36	42	12	12
Acre	22	21	21	27	9	9
Amazonas	62	55	54	67	21	21
Roraima	15	15	14	14	6	6
Pará	143	125	125	174	40	43
Amapá	16	7	6	11	6	6
Tocantins	139	87	81	94	21	21
Nordeste	1 794	1 607	1 591	1 917	403	423
Maranhão	217	194	188	214	68	72
Piauí	224	210	210	221	43	44
Ceará	184	177	174	238	59	59
Rio Grande do Norte	167	144	140	157	23	25
Paraíba	223	211	211	232	42	44
Pernambuco	185	181	179	245	73	77
Alagoas	102	89	89	104	24	24
Sergipe	75	73	73	97	10	13
Bahia	417	328	327	409	61	65
Sudeste	1 668	1 153	1 131	1 905	290	352
Minas Gerais	853	597	582	738	120	140
Espírito Santo	78	66	64	100	20	23
Rio de Janeiro	92	88	88	348	43	54
São Paulo	645	402	397	719	107	135
Sul	1 188	653	623	799	173	194
Paraná	399	273	267	366	60	70
Santa Catarina	293	101	90	118	45	47
Rio Grande do Sul	496	279	266	315	68	77
Centro-Oeste	466	366	350	450	135	152
Mato Grosso do Sul	78	73	73	117	47	50
Mato Grosso	141	134	134	149	33	39
Goiás	246	158	142	165	54	56
Distrito Federal	1	1	1	19	1	7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Excluído municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 61 - Municípios, total e com existência de Casa-lar, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												
	Total	Com existência de Casa-lar, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade											
		Total (1)		Idosos		Pessoas com deficiência		Crianças e adolescentes					
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)	Total (2)	Quantidade de unidades (3)	Total (2)	Quantidade de unidades (3)	Total (2)	Quantidade de unidades (3)				
										Públicas	Conveniências	Públicas	Conveniências
Brasil	5 565	1 125	814	1 406	750	314	637	223	62	197	616	436	601
Até 5 000	1 257	127	122	91	77	40	37	24	5	16	64	32	39
De 5 001 a 10 000	1 294	207	115	154	138	51	88	33	9	25	87	54	48
De 10 001 a 20 000	1 370	287	187	244	194	72	137	50	12	41	145	115	70
De 20 001 a 50 000	1 055	274	161	349	195	71	183	60	12	53	166	98	126
De 50 001 a 100 000	316	105	88	152	74	43	76	23	10	25	64	43	52
De 100 001 a 500 000	233	107	124	266	65	35	96	27	9	29	77	86	145
Mais de 500 000	40	18	12	150	7	2	20	6	5	8	13	8	121
Norte	449	48	54	20	31	25	7	4	1	3	26	28	10
Até 5 000	87	7	7	-	7	7	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	4	4	2	4	3	1	-	-	-	1	1	1
De 10 001 a 20 000	107	8	18	0	4	4	-	1	1	-	6	13	0
De 20 001 a 50 000	113	18	14	10	10	7	4	1	-	1	11	7	5
De 50 001 a 100 000	32	7	6	5	5	4	1	1	-	1	5	2	3
De 100 001 a 500 000	18	3	5	2	-	-	-	1	-	1	3	5	1
Mais de 500 000	3	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	91	80	129	60	53	62	12	2	8	53	37	68
Até 5 000	225	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	0
De 5 001 a 10 000	392	7	5	2	5	3	1	-	-	-	3	2	1
De 10 001 a 20 000	580	15	13	5	9	8	2	-	-	-	9	5	3
De 20 001 a 50 000	432	31	31	35	25	34	33	6	2	4	11	5	7
De 50 001 a 100 000	110	18	6	19	11	2	10	3	-	2	12	4	7
De 100 001 a 500 000	44	16	21	30	9	4	10	3	-	2	15	19	20
Mais de 500 000	11	3	3	37	1	2	6	-	-	-	2	1	30
Sudeste	1 668	495	303	726	373	102	371	117	39	112	242	158	253
Até 5 000	381	38	22	31	26	11	15	7	1	5	21	9	12
De 5 001 a 10 000	408	97	39	93	73	13	63	18	4	15	30	22	16
De 10 001 a 20 000	351	138	74	142	110	31	86	31	10	24	54	33	32
De 20 001 a 50 000	294	121	52	195	95	12	95	30	4	33	72	35	72
De 50 001 a 100 000	98	40	39	81	32	12	44	14	9	15	23	19	23
De 100 001 a 500 000	118	53	70	150	34	23	61	15	8	19	36	36	72
Mais de 500 000	18	8	7	34	3	-	7	2	3	1	6	4	26
Sul	1 188	361	243	428	182	47	146	69	10	62	251	176	231
Até 5 000	421	61	31	54	27	9	18	13	1	11	38	20	26
De 5 001 a 10 000	291	71	47	45	30	13	15	12	4	8	49	26	28
De 10 001 a 20 000	229	96	67	79	49	13	39	14	1	13	65	50	30
De 20 001 a 50 000	144	75	54	92	44	5	41	19	3	15	60	44	37
De 50 001 a 100 000	57	28	17	37	17	3	16	3	1	4	18	13	17
De 100 001 a 500 000	43	27	27	56	15	4	17	6	-	6	18	23	33
Mais de 500 000	3	3	-	65	-	-	-	2	-	5	3	-	60
Centro-Oeste	466	130	134	103	104	87	51	21	10	12	44	37	39
Até 5 000	143	20	19	5	17	13	4	4	3	-	4	2	1
De 5 001 a 10 000	114	28	28	12	26	19	8	3	1	2	4	3	2
De 10 001 a 20 000	103	30	31	18	22	16	10	4	-	4	11	14	5
De 20 001 a 50 000	72	29	24	17	21	13	10	4	3	-	12	7	5
De 50 001 a 100 000	19	12	27	10	9	22	5	2	-	3	6	5	2
De 100 001 a 500 000	10	8	8	28	7	4	8	2	1	1	5	3	19
Mais de 500 000	5	3	5	13	2	0	6	2	2	2	2	3	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Quando não foi possível a quantificação por público referenciado, foi preenchido apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 62 - Municípios, total e com existência de Casa-lar, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios												
	Total	Com existência de Casa-lar, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade											
		Total (1)			Idosos			Pessoas com deficiência			Crianças e adolescentes		
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)	
			Públi- cas	Con- venia- das		Públi- cas	Con- venia- das		Públi- cas	Con- venia- das		Públi- cas	Con- venia- das
Brasil	5 565	1 125	814	1 406	750	314	637	223	62	197	616	436	601
Norte	449	48	54	20	31	25	7	4	1	3	26	28	10
Rondônia	52	10	10	11	4	1	3	1	-	2	10	9	6
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	7	9	-	4	4	-	1	1	-	4	4	-
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Pará	143	14	22	3	9	8	1	1	-	1	1	14	1
Amapá	16	1	0	1	-	-	-	-	-	-	3	-	1
Tocantins	139	16	13	5	14	12	3	-	-	-	-	1	2
Nordeste	1 794	91	80	129	60	53	62	12	2	8	53	37	68
Maranhão	217	3	3	1	3	2	1	-	-	-	1	1	-
Piauí	224	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	184	10	9	5	6	3	2	1	-	-	5	6	2
Rio Grande do Norte	167	6	5	3	3	3	-	-	-	-	4	2	2
Paraíba	223	7	9	5	6	4	2	1	-	1	4	5	2
Pernambuco	185	19	22	15	8	7	9	1	1	-	12	14	5
Alagoas	102	7	4	4	4	2	2	-	-	-	4	2	2
Sergipe	75	6	9	7	4	7	1	1	-	1	6	2	5
Bahia	417	32	18	89	25	24	45	8	1	6	17	5	50
Sudeste	1 668	495	303	726	373	102	371	117	39	112	242	158	253
Minas Gerais	853	264	121	367	209	48	196	58	20	57	108	53	120
Espírito Santo	78	31	33	45	14	13	16	10	4	8	24	15	22
Rio de Janeiro	92	22	40	20	14	16	11	5	4	3	12	20	6
São Paulo	645	178	109	294	136	25	148	44	11	44	98	70	105
Sul	1 188	361	243	428	182	47	146	69	10	62	251	176	231
Paraná	399	191	127	230	98	24	73	39	3	34	135	92	127
Santa Catarina	293	63	48	60	21	6	18	10	2	8	51	39	35
Rio Grande do Sul	496	107	68	138	63	17	55	20	5	20	65	45	69
Centro-Oeste	466	130	134	103	104	87	51	21	10	12	44	37	39
Mato Grosso do Sul	78	27	35	23	23	27	15	4	2	4	7	5	3
Mato Grosso	141	42	54	17	31	32	3	9	7	2	15	17	12
Goiás	246	60	42	63	50	28	33	8	1	6	21	12	24
Distrito Federal	1	1	3	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Quando não foi possível a quantificação por público referenciado, foi preenchido apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 63 - Municípios, total e com existência de República, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												
	Total	Com existência de República, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade											
		Total (1)			Idosos			Jovens			Adultos		
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)	
			Públi- cas	Con- venia- das		Públi- cas	Con- venia- das		Públi- cas	Con- venia- das		Públi- cas	Con- venia- das
Brasil	5 565	138	97	123	116	62	85	29	20	25	19	14	15
Até 5 000	1 257	13	8	10	12	7	5	2	-	3	3	1	2
De 5 001 a 10 000	1 294	24	28	7	22	15	5	5	12	1	1	-	-
De 10 001 a 20 000	1 370	23	14	14	22	9	13	4	2	1	3	1	2
De 20 001 a 50 000	1 055	37	20	37	33	18	28	6	2	8	1	-	1
De 50 001 a 100 000	316	20	8	18	16	5	15	2	1	1	5	4	3
De 100 001 a 500 000	233	14	12	14	9	8	10	6	2	4	2	2	-
Mais de 500 000	40	7	7	23	2	-	9	4	1	7	4	6	7
Norte	449	6	13	3	3	2	1	2	11	-	1	-	2
Até 5 000	87	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	3	12	-	2	2	-	-	10	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	113	2	1	1	-	-	1	1	1	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	32	1	-	2	1	-	-	-	-	-	1	-	2
De 100 001 a 500 000	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	21	8	26	17	2	25	6	4	2	3	3	-
Até 5 000	225	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	392	2	1	2	2	-	1	2	-	1	1	-	-
De 10 001 a 20 000	580	3	1	2	2	-	2	1	1	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	432	4	-	5	4	-	5	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	110	9	3	8	8	2	9	1	1	-	1	2	-
De 100 001 a 500 000	44	2	2	-	-	-	-	1	1	-	1	1	-
Mais de 500 000	11	1	1	9	1	-	8	1	1	1	-	-	-
Sudeste	1 668	53	32	60	45	22	38	11	2	14	7	8	7
Até 5 000	381	2	1	-	1	-	-	1	-	-	2	1	-
De 5 001 a 10 000	408	8	6	3	7	4	2	2	2	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	351	8	2	7	8	2	7	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	294	18	7	24	17	7	17	3	-	7	-	-	-
De 50 001 a 100 000	98	3	2	1	3	2	1	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	118	9	8	13	8	7	10	3	-	3	1	1	-
Mais de 500 000	18	5	6	12	1	-	1	2	-	4	4	6	7
Sul	1 188	24	12	28	19	7	16	8	3	7	6	2	5
Até 5 000	421	3	-	9	3	-	4	1	-	3	1	-	2
De 5 001 a 10 000	291	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	229	5	3	4	5	1	3	2	1	-	2	1	1
De 20 001 a 50 000	144	7	6	6	6	5	5	1	1	-	1	-	1
De 50 001 a 100 000	57	4	1	5	3	-	3	1	-	1	2	1	1
De 100 001 a 500 000	43	3	2	1	1	1	-	2	1	1	-	-	-
Mais de 500 000	3	1	-	2	-	-	-	1	-	2	-	-	-
Centro-Oeste	466	34	32	6	32	29	5	2	-	2	2	1	1
Até 5 000	143	8	7	1	8	7	1	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	114	10	9	1	10	9	1	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	7	8	1	7	6	1	1	-	1	1	-	1
De 20 001 a 50 000	72	6	6	1	5	6	-	1	-	1	-	-	-
De 50 001 a 100 000	19	3	2	2	2	1	2	-	-	-	1	1	-
De 100 001 a 500 000	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Quando não foi possível a quantificação por público referenciado, foi preenchido apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 64 - Municípios, total e com existência de República, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios												
	Total	Com existência de República, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade											
		Total (1)			Idosos			Jovens			Adultos		
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)	
			Públi- cas	Con- venia- das		Públi- cas	Con- venia- das		Públi- cas	Con- venia- das		Públi- cas	Con- venia- das
Brasil	5 565	138	97	123	116	62	85	29	20	25	19	14	15
Norte	449	6	13	3	3	2	1	2	11	-	1	-	2
Rondônia	52	2	-	3	1	-	1	-	-	-	1	-	2
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	15	1	10	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-
Pará	143	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Amapá	16	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Tocantins	139	2	2	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	21	8	26	17	2	25	6	4	2	3	3	-
Maranhão	217	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Piauí	224	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	184	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	167	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Paraíba	223	4	-	6	4	-	6	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	185	10	5	17	8	2	15	3	2	2	3	3	-
Alagoas	102	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Sergipe	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bahia	417	3	2	1	2	-	1	2	1	-	1	-	-
Sudeste	1 668	53	32	60	45	22	38	11	2	14	7	8	7
Minas Gerais	853	23	11	29	21	8	24	3	1	5	1	2	-
Espírito Santo	78	2	1	1	2	1	1	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	92	5	6	3	4	2	3	-	-	-	1	4	-
São Paulo	645	23	14	27	18	11	10	8	1	9	5	2	7
Sul	1 188	24	12	28	19	7	16	8	3	7	6	2	5
Paraná	399	10	11	7	9	7	4	4	2	1	4	2	2
Santa Catarina	293	6	1	6	3	-	4	2	1	1	1	-	1
Rio Grande do Sul	496	8	-	15	7	-	8	2	-	5	1	-	2
Centro-Oeste	466	34	32	6	32	29	5	2	-	2	2	1	1
Mato Grosso do Sul	78	3	2	1	2	1	1	-	-	-	1	1	-
Mato Grosso	141	19	19	-	19	19	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	246	12	11	5	11	9	4	2	-	2	1	-	1
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Quando não foi possível a quantificação por público referenciado, foi preenchido apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 65 - Municípios, total e com existência de Casa de acolhida para pessoas em situação de rua e de Casa de passagem, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com Casa de acolhida para pessoas em situação de rua, por tipo			Com Casa de passagem, por tipo		
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	302	184	214	416	295	174
Até 5 000	1 257	22	17	9	33	16	18
De 5 001 a 10 000	1 294	22	17	5	36	21	18
De 10 001 a 20 000	1 370	20	14	6	59	42	18
De 20 001 a 50 000	1 055	54	33	29	102	69	35
De 50 001 a 100 000	316	59	26	37	81	55	29
De 100 001 a 500 000	233	95	50	71	83	65	38
Mais de 500 000	40	30	27	57	22	27	18
Norte	449	13	7	7	32	26	6
Até 5 000	87	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	1	1	-	2	1	1
De 10 001 a 20 000	107	-	-	-	1	1	-
De 20 001 a 50 000	113	3	1	3	12	10	2
De 50 001 a 100 000	32	4	1	3	8	7	1
De 100 001 a 500 000	18	4	3	1	6	4	2
Mais de 500 000	3	1	1	-	3	3	-
Nordeste	1 794	27	21	13	63	48	20
Até 5 000	225	-	-	-	2	1	1
De 5 001 a 10 000	392	1	1	-	2	1	1
De 10 001 a 20 000	580	-	-	-	9	7	2
De 20 001 a 50 000	432	3	3	-	13	11	1
De 50 001 a 100 000	110	9	4	5	18	13	5
De 100 001 a 500 000	44	6	3	7	15	9	10
Mais de 500 000	11	8	10	1	4	6	-
Sudeste	1 668	136	63	140	154	101	77
Até 5 000	381	4	3	-	5	3	2
De 5 001 a 10 000	408	5	3	2	14	7	7
De 10 001 a 20 000	351	5	2	3	10	8	4
De 20 001 a 50 000	294	21	9	14	41	21	22
De 50 001 a 100 000	98	28	10	22	33	20	16
De 100 001 a 500 000	118	59	25	53	40	33	15
Mais de 500 000	18	14	11	46	11	9	11
Sul	1 188	60	39	40	128	90	60
Até 5 000	421	4	1	8	22	8	15
De 5 001 a 10 000	291	4	1	3	13	7	9
De 10 001 a 20 000	229	4	3	1	31	22	9
De 20 001 a 50 000	144	12	8	9	26	20	7
De 50 001 a 100 000	57	12	6	6	15	9	6
De 100 001 a 500 000	43	21	17	7	20	19	9
Mais de 500 000	3	3	3	6	1	5	5
Centro-Oeste	466	66	54	14	39	30	11
Até 5 000	143	14	13	1	4	4	-
De 5 001 a 10 000	114	11	11	-	5	5	-
De 10 001 a 20 000	103	11	9	2	8	4	3
De 20 001 a 50 000	72	15	12	3	10	7	3
De 50 001 a 100 000	19	6	5	1	7	6	1
De 100 001 a 500 000	10	5	2	3	2	-	2
Mais de 500 000	5	4	2	4	3	4	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 66 - Municípios, total e com existência de Casa de acolhida para pessoas em situação de rua e de Casa de passagem, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com Casa de acolhida para pessoas em situação de rua, por tipo			Com Casa de passagem, por tipo		
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	302	184	214	416	295	174
Norte	449	13	7	7	32	26	6
Rondônia	52	5	1	5	2	-	2
Acre	22	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	3	2	1	4	3	1
Roraima	15	-	-	-	1	-	1
Pará	143	3	2	1	21	19	2
Amapá	16	1	1	-	-	-	-
Tocantins	139	1	1	-	4	4	-
Nordeste	1 794	27	21	13	63	48	20
Maranhão	217	1	1	-	5	3	2
Piauí	224	1	1	-	-	-	-
Ceará	184	2	2	1	3	2	1
Rio Grande do Norte	167	1	-	1	4	4	2
Paraíba	223	3	4	-	8	6	2
Pernambuco	185	7	5	2	11	8	3
Alagoas	102	2	1	1	8	8	1
Sergipe	75	4	2	2	1	1	-
Bahia	417	6	5	6	23	16	9
Sudeste	1 668	136	63	140	154	101	77
Minas Gerais	853	39	19	26	59	38	30
Espírito Santo	78	8	6	7	22	19	5
Rio de Janeiro	92	17	12	9	15	19	3
São Paulo	645	72	26	98	58	25	39
Sul	1 188	60	39	40	128	90	60
Paraná	399	22	10	18	42	33	20
Santa Catarina	293	12	8	4	12	12	1
Rio Grande do Sul	496	26	21	18	74	45	39
Centro-Oeste	466	66	54	14	39	30	11
Mato Grosso do Sul	78	9	6	3	7	3	3
Mato Grosso	141	46	42	5	12	12	-
Goiás	246	10	5	6	19	12	8
Distrito Federal	1	1	1	-	1	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 67 - Municípios, total e com existência de Abrigo, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												
	Total	Com existência de Abrigo, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade											
		Total (1)		Idosos		Mulheres		Crianças e adolescentes					
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)	Total (2)	Quantidade de unidades (3)	Total (2)	Quantidade de unidades (3)	Total (2)	Quantidade de unidades (3)	Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
												Públi- cas	Con- venia- das
Brasil	5 565	1 336	994	2 069	711	203	860	130	88	63	964	728	1 163
Até 5 000	1 257	112	63	83	64	30	32	9	4	2	61	26	51
De 5 001 a 10 000	1 294	180	96	113	95	39	59	6	2	2	107	64	57
De 10 001 a 20 000	1 370	272	162	191	129	37	110	9	4	5	185	118	92
De 20 001 a 50 000	1 055	357	214	443	185	38	231	13	5	8	266	174	205
De 50 001 a 100 000	316	190	145	238	103	27	105	16	12	7	152	107	135
De 100 001 a 500 000	233	185	192	480	105	21	200	53	37	20	167	152	248
Mais de 500 000	40	40	122	521	30	11	123	24	24	19	38	87	375
Norte	449	65	94	33	26	20	8	10	10	-	53	63	24
Até 5 000	87	2	3	-	2	1	-	1	-	-	2	1	-
De 5 001 a 10 000	89	8	7	1	2	1	1	-	-	-	6	6	-
De 10 001 a 20 000	107	13	12	1	4	3	-	1	-	-	10	8	1
De 20 001 a 50 000	113	13	16	5	4	2	2	-	-	-	11	14	3
De 50 001 a 100 000	32	15	32	17	10	10	4	3	5	-	11	16	13
De 100 001 a 500 000	18	11	14	7	3	2	1	3	3	-	10	11	5
Mais de 500 000	3	3	10	2	1	1	-	2	2	-	3	7	2
Nordeste	1 794	162	120	333	94	29	159	15	24	4	93	70	165
Até 5 000	225	5	1	4	2	-	2	-	-	-	3	1	2
De 5 001 a 10 000	392	8	2	6	6	1	5	-	-	-	2	-	1
De 10 001 a 20 000	580	16	8	8	8	3	5	1	-	1	7	4	3
De 20 001 a 50 000	432	49	27	122	32	15	78	3	2	1	20	11	42
De 50 001 a 100 000	110	45	20	36	24	5	20	1	2	-	28	15	17
De 100 001 a 500 000	44	28	20	41	13	1	15	4	3	1	23	17	24
Mais de 500 000	11	11	42	116	9	4	34	6	17	1	10	22	76
Sudeste	1 668	582	373	1 174	346	58	481	51	23	36	451	302	660
Até 5 000	381	33	14	27	21	5	17	1	-	-	18	8	11
De 5 001 a 10 000	408	66	36	49	38	12	30	2	-	2	40	27	18
De 10 001 a 20 000	351	118	59	111	68	11	66	4	3	2	79	44	47
De 20 001 a 50 000	294	172	88	200	92	9	98	5	1	5	137	78	95
De 50 001 a 100 000	98	74	47	125	48	6	59	4	1	3	64	41	66
De 100 001 a 500 000	118	101	94	328	65	10	140	25	16	11	95	77	172
Mais de 500 000	18	18	35	334	14	5	71	10	2	13	18	27	251
Sul	1 188	348	264	390	115	25	138	34	21	12	302	231	260
Até 5 000	421	45	23	46	16	6	9	4	2	2	33	14	36
De 5 001 a 10 000	291	58	16	49	19	2	17	1	-	-	46	20	36
De 10 001 a 20 000	229	79	50	49	19	4	24	1	-	1	68	47	34
De 20 001 a 50 000	144	83	62	76	26	2	26	4	2	2	76	60	52
De 50 001 a 100 000	57	43	35	43	13	5	13	5	2	2	41	26	34
De 100 001 a 500 000	43	37	54	84	19	6	36	16	13	3	35	42	40
Mais de 500 000	3	3	24	43	3	-	13	3	2	2	3	22	28
Centro-Oeste	466	179	143	139	130	71	74	20	10	11	77	62	54
Até 5 000	143	27	22	6	23	18	4	3	2	-	5	2	2
De 5 001 a 10 000	114	40	35	8	30	23	6	3	2	-	13	11	2
De 10 001 a 20 000	103	46	33	22	30	16	15	2	1	1	21	15	7
De 20 001 a 50 000	72	40	21	40	31	10	27	1	-	-	22	11	13
De 50 001 a 100 000	19	13	11	17	8	1	9	3	2	2	8	9	5
De 100 001 a 500 000	10	8	10	20	5	2	8	5	2	5	4	5	7
Mais de 500 000	5	5	11	26	3	1	5	3	1	3	4	9	18

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Quando não foi possível a quantificação por público referenciado, foi preenchido apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 68 - Municípios, total e com existência de Abrigo, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios												
	Total	Com existência de Abrigo, por discriminação do público referenciado e tipo de unidade											
		Total (1)				Idosos			Mulheres			Crianças e adolescentes	
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)		Total (2)	Quantidade de unidades (3)	
			Públicas	Conveniências		Públicas	Conveniências		Públicas	Conveniências		Públicas	Conveniências
Brasil	5 565	1 336	994	2 069	711	203	860	130	88	63	964	728	1 163
Norte	449	65	94	33	26	20	8	10	10	-	53	63	24
Rondônia	52	29	42	19	9	7	4	4	4	-	28	28	15
Acre	22	2	3	6	1	-	1	1	1	-	2	2	5
Amazonas	62	6	8	2	3	3	-	1	1	-	4	4	2
Roraima	15	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-
Pará	143	19	31	4	7	6	1	3	3	-	15	24	2
Amapá	16	3	4	1	2	1	1	-	-	-	2	3	-
Tocantins	139	5	5	1	4	3	1	1	1	-	1	1	-
Nordeste	1 794	162	120	333	94	29	159	15	24	4	93	70	165
Maranhão	217	10	11	6	3	2	1	1	1	-	8	7	-
Piauí	224	7	2	8	6	-	8	1	1	-	1	1	-
Ceará	184	20	15	20	6	2	6	1	-	1	18	13	15
Rio Grande do Norte	167	13	5	23	12	3	20	1	1	-	4	2	3
Paraíba	223	11	11	13	9	4	7	1	1	-	5	5	7
Pernambuco	185	36	40	93	21	10	31	4	16	1	20	16	60
Alagoas	102	11	8	23	6	2	6	1	1	-	8	5	17
Sergipe	75	16	8	16	5	1	4	2	1	1	13	6	11
Bahia	417	38	20	131	26	5	76	3	2	1	16	15	52
Sudeste	1 668	582	373	1 174	346	58	481	51	23	37	451	302	660
Minas Gerais	853	174	96	286	95	22	114	13	6	8	114	71	158
Espírito Santo	78	27	19	35	14	6	13	3	2	1	21	14	22
Rio de Janeiro	92	55	79	123	27	7	63	3	3	-	49	70	60
São Paulo	645	326	179	730	210	23	291	32	12	28	267	147	420
Sul	1 188	348	264	390	115	25	138	34	21	12	301	231	260
Paraná	399	118	93	126	53	13	62	11	8	3	90	77	79
Santa Catarina	293	84	62	102	15	2	17	10	6	4	80	56	86
Rio Grande do Sul	496	146	109	162	47	10	59	13	7	5	131	98	95
Centro-Oeste	466	179	143	139	130	71	74	20	10	11	76	62	54
Mato Grosso do Sul	78	40	29	34	20	5	13	4	1	1	32	21	20
Mato Grosso	141	48	54	26	32	25	8	5	3	3	24	27	13
Goiás	246	90	59	67	77	41	49	11	6	7	19	13	13
Distrito Federal	1	1	1	12	1	-	4	-	-	-	1	1	8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Quando não foi possível a quantificação por público referenciado, foi preenchido apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Excluído municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 69 - Municípios, total e com existência de Albergue e Centro de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com existência de Albergue, por tipo			Com existência de Centro de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, por tipo		
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	340	169	221	633	570	341
Até 5 000	1 257	10	5	4	46	35	13
De 5 001 a 10 000	1 294	17	10	7	45	32	17
De 10 001 a 20 000	1 370	37	21	16	97	87	22
De 20 001 a 50 000	1 055	75	27	56	154	111	47
De 50 001 a 100 000	316	79	38	43	118	86	52
De 100 001 a 500 000	233	93	51	60	140	119	70
Mais de 500 000	40	29	17	35	33	100	120
Norte	449	5	5	1	27	28	2
Até 5 000	87	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	89	-	-	-	2	2	-
De 10 001 a 20 000	107	1	1	-	5	5	-
De 20 001 a 50 000	113	1	1	1	4	4	-
De 50 001 a 100 000	32	-	-	-	6	5	1
De 100 001 a 500 000	18	2	2	-	8	7	1
Mais de 500 000	3	1	1	-	2	5	-
Nordeste	1 794	21	14	7	95	82	32
Até 5 000	225	1	-	1	1	1	-
De 5 001 a 10 000	392	1	1	-	3	3	-
De 10 001 a 20 000	580	2	2	-	14	13	2
De 20 001 a 50 000	432	3	2	1	23	20	2
De 50 001 a 100 000	110	4	2	2	25	20	5
De 100 001 a 500 000	44	3	1	2	21	18	7
Mais de 500 000	11	7	6	1	8	7	16
Sudeste	1 668	184	71	137	321	244	195
Até 5 000	381	4	2	1	25	17	7
De 5 001 a 10 000	408	9	7	2	28	20	10
De 10 001 a 20 000	351	15	5	10	45	37	12
De 20 001 a 50 000	294	43	11	35	76	49	31
De 50 001 a 100 000	98	41	16	26	53	32	33
De 100 001 a 500 000	118	58	24	41	77	58	45
Mais de 500 000	18	14	6	22	17	31	57
Sul	1 188	100	61	61	148	178	93
Até 5 000	421	3	1	2	15	12	6
De 5 001 a 10 000	291	7	2	5	9	4	7
De 10 001 a 20 000	229	14	9	5	27	27	7
De 20 001 a 50 000	144	17	10	10	40	28	13
De 50 001 a 100 000	57	29	15	15	26	20	12
De 100 001 a 500 000	43	27	23	15	28	31	7
Mais de 500 000	3	3	1	9	3	56	41
Centro-Oeste	466	30	18	15	42	38	19
Até 5 000	143	2	2	-	5	5	-
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	3	3	-
De 10 001 a 20 000	103	5	4	1	6	5	1
De 20 001 a 50 000	72	11	3	9	11	10	1
De 50 001 a 100 000	19	5	5	-	8	9	1
De 100 001 a 500 000	10	3	1	2	6	5	10
Mais de 500 000	5	4	3	3	3	1	6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 70 - Municípios, total e com existência de Albergue e Centro de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com existência de Albergue, por tipo			Com existência de Centro de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, por tipo		
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	340	169	221	633	570	341
Norte	449	5	5	1	27	28	2
Rondônia	52	3	3	1	7	6	1
Acre	22	-	-	-	2	2	-
Amazonas	62	-	-	-	6	8	1
Roraima	15	-	-	-	3	3	-
Pará	143	2	2	-	8	8	-
Amapá	16	-	-	-	-	-	-
Tocantins	139	-	-	-	1	1	-
Nordeste	1 794	21	14	7	95	82	32
Maranhão	217	1	1	-	9	8	-
Piauí	224	2	2	-	5	6	1
Ceará	184	1	-	1	7	7	-
Rio Grande do Norte	167	-	-	-	10	7	3
Paraíba	223	1	1	-	12	10	2
Pernambuco	185	2	2	-	21	17	19
Alagoas	102	2	2	-	4	4	-
Sergipe	75	3	1	2	6	6	1
Bahia	417	9	5	4	21	17	6
Sudeste	1 668	184	71	137	321	244	195
Minas Gerais	853	59	27	39	70	59	24
Espírito Santo	78	6	4	4	10	7	4
Rio de Janeiro	92	7	4	4	10	20	1
São Paulo	645	112	36	90	231	158	166
Sul	1 188	100	61	61	148	178	93
Paraná	399	39	19	29	68	70	19
Santa Catarina	293	14	7	9	39	36	10
Rio Grande do Sul	496	47	35	23	41	72	64
Centro-Oeste	466	30	18	15	42	38	19
Mato Grosso do Sul	78	11	7	5	7	6	1
Mato Grosso	141	11	6	6	8	7	10
Goiás	246	7	4	3	27	25	8
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 71 - Municípios, total e com existência de Centro de convivência e Centro de geração de trabalho e renda, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com existência de Centro de convivência, por tipo			Com existência de Centro de geração de trabalho e renda, por tipo		
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	1 426	570	341	1 320	1 630	529
Até 5 000	1 257	257	35	13	199	185	34
De 5 001 a 10 000	1 294	245	32	17	223	224	50
De 10 001 a 20 000	1 370	317	87	22	276	280	63
De 20 001 a 50 000	1 055	338	111	47	330	381	85
De 50 001 a 100 000	316	128	86	52	140	197	75
De 100 001 a 500 000	233	110	119	70	122	269	136
Mais de 500 000	40	31	100	120	30	94	86
Norte	449	96	28	2	96	95	15
Até 5 000	87	9	-	-	19	17	4
De 5 001 a 10 000	89	12	2	-	13	10	3
De 10 001 a 20 000	107	17	5	-	22	21	3
De 20 001 a 50 000	113	29	4	-	24	25	2
De 50 001 a 100 000	32	16	5	1	9	9	1
De 100 001 a 500 000	18	10	7	1	7	9	1
Mais de 500 000	3	3	5	-	2	4	1
Nordeste	1 794	280	82	32	357	419	74
Até 5 000	225	20	1	-	34	33	1
De 5 001 a 10 000	392	43	3	-	55	53	9
De 10 001 a 20 000	580	80	13	2	85	93	17
De 20 001 a 50 000	432	88	20	2	108	132	15
De 50 001 a 100 000	110	26	20	5	42	42	8
De 100 001 a 500 000	44	15	18	7	23	49	11
Mais de 500 000	11	8	7	16	10	17	13
Sudeste	1 668	460	244	195	473	649	278
Até 5 000	381	81	17	7	63	57	11
De 5 001 a 10 000	408	69	20	10	78	85	13
De 10 001 a 20 000	351	83	37	12	93	91	29
De 20 001 a 50 000	294	106	49	31	111	132	44
De 50 001 a 100 000	98	47	32	33	53	82	36
De 100 001 a 500 000	118	60	58	45	64	166	95
Mais de 500 000	18	14	31	57	11	36	50
Sul	1 188	392	178	93	243	309	119
Até 5 000	421	105	12	6	49	41	12
De 5 001 a 10 000	291	82	4	7	49	47	19
De 10 001 a 20 000	229	87	27	7	42	43	8
De 20 001 a 50 000	144	71	28	13	55	59	20
De 50 001 a 100 000	57	27	20	12	25	51	29
De 100 001 a 500 000	43	19	31	7	20	32	14
Mais de 500 000	3	1	56	41	3	36	17
Centro-Oeste	466	198	38	19	151	158	43
Até 5 000	143	42	5	-	34	37	6
De 5 001 a 10 000	114	39	3	-	28	29	6
De 10 001 a 20 000	103	50	5	1	34	32	6
De 20 001 a 50 000	72	44	10	1	32	33	4
De 50 001 a 100 000	19	12	9	1	11	13	1
De 100 001 a 500 000	10	6	5	10	8	13	15
Mais de 500 000	5	5	1	6	4	1	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 72 - Municípios, total e com existência de Centro de convivência e Centro de geração de trabalho e renda, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com existência de Centro de convivência, por tipo			Com existência de Centro de geração de trabalho e renda, por tipo		
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	1 426	570	341	1 320	1 630	529
Norte	449	96	28	2	96	95	15
Rondônia	52	13	6	1	11	7	4
Acre	22	3	2	-	5	4	2
Amazonas	62	16	8	1	13	15	1
Roraima	15	2	3	-	3	5	-
Pará	143	38	8	-	27	32	2
Amapá	16	2		-	1	1	-
Tocantins	139	22	1	-	36	31	6
Nordeste	1 794	280	82	32	357	419	74
Maranhão	217	29	8	-	21	29	2
Piauí	224	22	6	1	32	34	16
Ceará	184	34	7	-	38	49	5
Rio Grande do Norte	167	62	7	3	39	37	6
Paraíba	223	29	10	2	49	64	2
Pernambuco	185	33	17	19	58	56	19
Alagoas	102	4	4	-	16	15	1
Sergipe	75	18	6	1	11	12	2
Bahia	417	49	17	6	93	123	21
Sudeste	1 668	460	244	195	473	649	278
Minas Gerais	853	114	59	24	156	146	74
Espírito Santo	78	27	7	4	8	8	6
Rio de Janeiro	92	44	20	1	36	79	16
São Paulo	645	275	158	166	273	416	182
Sul	1 188	392	178	93	243	309	119
Paraná	399	177	70	19	122	180	65
Santa Catarina	293	98	36	10	44	61	7
Rio Grande do Sul	496	117	72	64	77	68	47
Centro-Oeste	466	198	38	19	151	158	43
Mato Grosso do Sul	78	51	6	1	23	29	2
Mato Grosso	141	50	7	10	46	49	21
Goiás	246	96	25	8	81	80	18
Distrito Federal	1	1	-		1	-	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 73 - Municípios, total e com existência de Centro de dia e Centro de múltiplo, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com existência de Centro dia, por tipo				Com existência de Centro de múltiplo uso, por tipo	
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	230	200	86	795	1 300	267
Até 5 000	1 257	18	14	4	198	197	20
De 5 001 a 10 000	1 294	32	27	5	147	139	21
De 10 001 a 20 000	1 370	42	35	12	179	206	20
De 20 001 a 50 000	1 055	53	44	16	146	192	59
De 50 001 a 100 000	316	33	22	18	60	113	31
De 100 001 a 500 000	233	39	38	23	47	259	25
Mais de 500 000	40	13	20	8	18	194	91
Norte	449	12	14	-	47	83	3
Até 5 000	87	-	-	-	5	5	-
De 5 001 a 10 000	89	1	1	-	9	9	-
De 10 001 a 20 000	107	6	6	-	14	16	-
De 20 001 a 50 000	113	2	3	-	11	8	3
De 50 001 a 100 000	32	1	1	-	2	2	-
De 100 001 a 500 000	18	1	2	-	4	12	-
Mais de 500 000	3	1	1	-	2	31	-
Nordeste	1 794	44	43	9	149	183	108
Até 5 000	225	3	3	1	17	10	5
De 5 001 a 10 000	392	7	6	1	26	21	6
De 10 001 a 20 000	580	8	8	2	43	43	4
De 20 001 a 50 000	432	17	16	2	42	54	7
De 50 001 a 100 000	110	5	4	1	9	9	-
De 100 001 a 500 000	44	3	5	2	8	12	-
Mais de 500 000	11	1	1	-	4	34	86
Sudeste	1 668	113	95	57	240	521	56
Até 5 000	381	6	4	1	54	49	4
De 5 001 a 10 000	408	12	10	2	38	39	6
De 10 001 a 20 000	351	19	14	6	49	57	7
De 20 001 a 50 000	294	22	17	9	42	49	15
De 50 001 a 100 000	98	21	12	16	27	67	21
De 100 001 a 500 000	118	25	21	18	21	198	3
Mais de 500 000	18	8	17	5	9	62	-
Sul	1 188	43	31	16	227	322	79
Até 5 000	421	5	3	2	82	93	7
De 5 001 a 10 000	291	10	8	2	45	39	8
De 10 001 a 20 000	229	7	5	3	46	62	7
De 20 001 a 50 000	144	7	3	5	31	56	33
De 50 001 a 100 000	57	4	3	1	12	24	9
De 100 001 a 500 000	43	8	8	2	10	27	15
Mais de 500 000	3	2	1	1	1	21	-
Centro-Oeste	466	18	17	4	132	191	21
Até 5 000	143	4	4	-	40	40	4
De 5 001 a 10 000	114	2	2	-	29	31	1
De 10 001 a 20 000	103	2	2	1	27	28	2
De 20 001 a 50 000	72	5	5	-	20	25	1
De 50 001 a 100 000	19	2	2	-	10	11	1
De 100 001 a 500 000	10	2	2	1	4	10	7
Mais de 500 000	5	1	-	2	2	46	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 74 - Municípios, total e com existência de Centro de dia e Centro de múltiplo, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com existência de Centro dia, por tipo			Com existência de Centro de múltiplo uso, por tipo		
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	230	200	86	795	1 300	267
Norte	449	12	14	-	47	83	3
Rondônia	52	1	2	-	7	8	1
Acre	22	1	1	-	5	5	1
Amazonas	62	4	4	-	9	30	1
Roraima	15	1	1	-	3	9	-
Pará	143	3	4	-	11	19	-
Amapá	16	-	-	-	5	5	-
Tocantins	139	2	2	-	7	7	-
Nordeste	1 794	44	43	9	149	183	108
Maranhão	217	1	-	1	9	10	2
Piauí	224	5	5	-	9	7	2
Ceará	184	5	5	2	38	70	79
Rio Grande do Norte	167	3	3	1	33	27	6
Paraíba	223	7	10	-	16	24	2
Pernambuco	185	7	6	2	17	20	14
Alagoas	102	1	2	-	3	3	-
Sergipe	75	2	2	-	5	5	1
Bahia	417	13	10	3	19	17	2
Sudeste	1 668	113	95	57	240	521	56
Minas Gerais	853	40	29	14	81	85	24
Espírito Santo	78	8	9	-	6	6	2
Rio de Janeiro	92	11	25	3	14	62	2
São Paulo	645	54	32	40	139	368	28
Sul	1 188	43	31	16	227	322	79
Paraná	399	26	16	12	96	109	56
Santa Catarina	293	5	5	1	66	97	14
Rio Grande do Sul	496	12	10	3	65	116	9
Centro-Oeste	466	18	17	4	132	191	21
Mato Grosso do Sul	78	1	1	-	25	29	-
Mato Grosso	141	6	7	1	44	47	7
Goiás	246	11	9	3	62	97	14
Distrito Federal	1	-	-	-	1	18	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 75 - Municípios, total e com existência de Centro de atendimento à criança e adolescente e Centro de atendimento à pessoa com deficiência, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com existência de Centro de atendimento à criança e adolescente, por tipo				Com existência de Centro de atendimento à pessoa com deficiência, por tipo	
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	1 573	1 894	1 579	1 169	421	1 254
Até 5 000	1 257	272	235	68	132	55	78
De 5 001 a 10 000	1 294	294	275	78	176	59	121
De 10 001 a 20 000	1 370	366	345	121	287	103	200
De 20 001 a 50 000	1 055	353	348	174	302	101	274
De 50 001 a 100 000	316	137	221	147	125	32	158
De 100 001 a 500 000	233	121	309	300	116	44	240
Mais de 500 000	40	30	161	691	31	27	183
Norte	449	135	142	19	53	27	40
Até 5 000	87	22	16	5	3	1	2
De 5 001 a 10 000	89	27	27	1	7	-	7
De 10 001 a 20 000	107	32	31	7	12	7	5
De 20 001 a 50 000	113	34	33	2	16	7	9
De 50 001 a 100 000	32	11	12	-	9	2	8
De 100 001 a 500 000	18	7	10	-	4	1	4
Mais de 500 000	3	2	13	4	2	9	5
Nordeste	1 794	344	406	184	148	102	131
Até 5 000	225	37	31	8	5	5	
De 5 001 a 10 000	392	63	60	16	15	15	2
De 10 001 a 20 000	580	94	92	17	30	24	10
De 20 001 a 50 000	432	97	96	22	52	38	49
De 50 001 a 100 000	110	29	43	6	19	9	11
De 100 001 a 500 000	44	16	36	7	19	4	25
Mais de 500 000	11	8	48	108	8	7	34
Sudeste	1 668	590	693	1 092	486	139	639
Até 5 000	381	94	75	33	25	9	13
De 5 001 a 10 000	408	105	97	38	58	10	49
De 10 001 a 20 000	351	125	103	64	122	43	86
De 20 001 a 50 000	294	116	99	97	134	26	131
De 50 001 a 100 000	98	65	101	116	59	14	91
De 100 001 a 500 000	118	71	164	212	72	28	148
Mais de 500 000	18	14	54	532	16	9	121
Sul	1 188	386	475	205	361	102	339
Até 5 000	421	95	92	16	85	31	58
De 5 001 a 10 000	291	76	72	18	73	22	50
De 10 001 a 20 000	229	87	90	22	85	17	71
De 20 001 a 50 000	144	76	80	39	70	17	65
De 50 001 a 100 000	57	26	43	22	28	5	37
De 100 001 a 500 000	43	23	75	75	18	8	54
Mais de 500 000	3	3	23	13	2	2	4
Centro-Oeste	466	118	178	79	121	51	105
Até 5 000	143	24	21	6	14	9	5
De 5 001 a 10 000	114	23	19	5	23	12	13
De 10 001 a 20 000	103	28	29	11	38	12	28
De 20 001 a 50 000	72	30	40	14	30	13	20
De 50 001 a 100 000	19	6	22	3	10	2	11
De 100 001 a 500 000	10	4	24	6	3	3	9
Mais de 500 000	5	3	23	34	3	-	19

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 76 - Municípios, total e com existência de Centro de atendimento à criança e adolescente e Centro de atendimento à pessoa com deficiência, por tipo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com existência de Centro de atendimento à criança e adolescente, por tipo			Com existência de Centro de atendimento à pessoa com deficiência, por tipo		
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	1 573	1 894	1 579	1 169	421	1 254
Norte	449	135	142	19	53	27	40
Rondônia	52	16	15	3	13	3	10
Acre	22	1	1	-	1	-	1
Amazonas	62	22	24	4	12	7	9
Roraima	15	8	9	-	-	-	-
Pará	143	37	49	5	12	14	7
Amapá	16	2	2	-	-	-	-
Tocantins	139	49	42	7	15	3	13
Nordeste	1 794	344	406	184	148	102	131
Maranhão	217	28	28	88	16	15	3
Piauí	224	48	66	16	14	13	7
Ceará	184	39	55	8	21	11	20
Rio Grande do Norte	167	28	23	12	23	14	14
Paraíba	223	48	53	7	14	10	4
Pernambuco	185	47	54	9	18	11	16
Alagoas	102	16	15	10	13	9	9
Sergipe	75	34	30	7	5	4	-
Bahia	417	56	82	27	24	15	58
Sudeste	1 668	590	693	1 092	486	139	639
Minas Gerais	853	233	249	311	192	49	189
Espírito Santo	78	25	18	28	26	5	24
Rio de Janeiro	92	21	35	5	28	12	73
São Paulo	645	311	391	748	240	73	353
Sul	1 188	386	475	205	361	102	339
Paraná	399	196	243	96	148	32	152
Santa Catarina	293	69	91	60	92	30	85
Rio Grande do Sul	496	121	141	49	121	40	102
Centro-Oeste	466	118	178	79	121	51	105
Mato Grosso do Sul	78	29	52	13	43	4	42
Mato Grosso	141	31	37	13	43	29	22
Goiás	246	57	71	32	34	18	36
Distrito Federal	1	1	18	21	1	-	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 77 - Municípios, total e com existência de Centro da juventude e outras unidades, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com existência de Centro da juventude, por tipo			Com existência de outras unidades, por tipo		
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	384	731	336	257	445	630
Até 5 000	1 257	47	39	11	44	44	24
De 5 001 a 10 000	1 294	56	46	15	42	41	10
De 10 001 a 20 000	1 370	81	70	18	52	40	40
De 20 001 a 50 000	1 055	102	100	18	59	77	78
De 50 001 a 100 000	316	38	50	24	21	19	36
De 100 001 a 500 000	233	43	362	62	30	107	169
Mais de 500 000	40	17	64	188	9	117	273
Norte	449	64	60	17	21	27	2
Até 5 000	87	17	13	5	7	13	-
De 5 001 a 10 000	89	22	15	7	3	4	-
De 10 001 a 20 000	107	11	8	2	3	2	1
De 20 001 a 50 000	113	9	10	-	5	6	-
De 50 001 a 100 000	32	2	3	2	1	1	-
De 100 001 a 500 000	18	2	2	1	2	1	1
Mais de 500 000	3	1	9	-	-	-	-
Nordeste	1 794	96	120	71	62	90	33
Até 5 000	225	6	5	1	3	4	-
De 5 001 a 10 000	392	9	7	2	10	9	1
De 10 001 a 20 000	580	36	31	10	20	18	5
De 20 001 a 50 000	432	30	31	4	17	30	5
De 50 001 a 100 000	110	7	15	2	6	5	3
De 100 001 a 500 000	44	5	12	2	4	23	18
Mais de 500 000	11	3	19	50	2	1	1
Sudeste	1 668	154	468	205	92	149	498
Até 5 000	381	16	13	4	14	8	6
De 5 001 a 10 000	408	18	16	5	9	11	5
De 10 001 a 20 000	351	23	19	4	14	12	13
De 20 001 a 50 000	294	40	38	9	23	33	55
De 50 001 a 100 000	98	20	22	19	8	8	21
De 100 001 a 500 000	118	29	338	46	19	61	126
Mais de 500 000	18	8	22	118	5	16	272
Sul	1 188	35	40	24	54	67	81
Até 5 000	421	4	4	-	15	15	15
De 5 001 a 10 000	291	5	6	1	12	10	2
De 10 001 a 20 000	229	4	3	1	9	3	14
De 20 001 a 50 000	144	11	9	2	8	2	14
De 50 001 a 100 000	57	5	6	1	5	2	12
De 100 001 a 500 000	43	3	2	9	4	17	24
Mais de 500 000	3	3	10	10	1	18	-
Centro-Oeste	466	35	43	19	28	112	16
Até 5 000	143	4	4	1	5	4	3
De 5 001 a 10 000	114	2	2	-	8	7	2
De 10 001 a 20 000	103	7	9	1	6	5	7
De 20 001 a 50 000	72	12	12	3	6	6	4
De 50 001 a 100 000	19	4	4	-	1	3	-
De 100 001 a 500 000	10	4	8	4	1	5	-
Mais de 500 000	5	2	4	10	1	82	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 78 - Municípios, total e com existência de Centro da juventude e outras unidades, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com existência de Centro da juventude, por tipo			Com existência de outras unidades, por tipo		
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	
			Públicas	Conveniadas		Públicas	Conveniadas
Brasil	5 565	384	731	336	257	445	630
Norte	449	64	60	17	21	27	2
Rondônia	52	4	3	1	-	-	-
Acre	22	2	2	-	1	-	1
Amazonas	62	4	5	-	1	1	-
Roraima	15	1	1	-	-	-	-
Pará	143	4	14	2	6	6	1
Amapá	16	1	1	-	7	13	-
Tocantins	139	48	34	14	6	7	-
Nordeste	1 794	96	120	71	62	90	33
Maranhão	217	17	31	51	8	7	2
Piauí	224	8	7	3	2	1	1
Ceará	184	10	13	1	8	20	2
Rio Grande do Norte	167	8	18	-	11	32	3
Paraíba	223	10	13	5	2	2	-
Pernambuco	185	26	25	8	4	3	1
Alagoas	102	1	1	-	3	7	-
Sergipe	75	6	5	-	5	5	-
Bahia	417	10	7	3	19	13	24
Sudeste	1 668	154	468	205	92	149	498
Minas Gerais	853	41	33	27	29	24	91
Espírito Santo	78	3	2	1	4	1	6
Rio de Janeiro	92	12	48	13	6	30	20
São Paulo	645	98	385	164	53	94	381
Sul	1 188	35	40	24	54	67	81
Paraná	399	27	25	23	17	38	26
Santa Catarina	293	3	4	-	18	15	40
Rio Grande do Sul	496	5	11	1	19	14	15
Centro-Oeste	466	35	43	19	28	112	16
Mato Grosso do Sul	78	11	13	2	6	7	3
Mato Grosso	141	8	13	2	2	82	5
Goiás	246	16	17	15	20	23	8
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado.

Referências

ASSISTÊNCIA social e cidadania. Porto Alegre: Ministério do Bem-Estar Social, 1993. 62 p. Parceria entre o Ministério, Conselho Nacional de Assistência Social, Legião Brasileira de Assistência, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, e Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993. p. 18769, col. 1.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política nacional de assistência social*. Brasília, DF, 2004. 46 p. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas.pdf/download>>. Acesso em: maio 2010.

_____. Presidência da República. Fome zero. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em: maio. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2009/resolucoes-normativas-de-2009/>>. Acesso em: maio 2010.

LAVINAS, L. *Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1998. 42 p. (Texto para discussão, n. 596). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0596.pdf>. Acesso em: maio 2010.

Anexo

Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2009

Suplemento de Assistência Social

BLOCO 03		ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		(Conclusão)
8 - CEP: <input type="text"/>		9 - Telefone: <input type="text"/>		10 - Fax: <input type="text"/>
11 - Nome do responsável pelo órgão gestor: <input type="text"/>				
12 - E-mail do responsável: <input type="text"/>				
13 - A pessoa responsável pela informação é a responsável pelo órgão gestor? 1 <input type="checkbox"/> Sim (passa para o quesito 18) 2 <input type="checkbox"/> Não			14 - Telefone do responsável pela informação: <input type="text"/>	
15 - Nome do responsável pela informação: <input type="text"/>				
16 - Cargo do responsável pela informação: <input type="text"/>				
17 - E-mail do responsável pela informação: <input type="text"/>			18 - Assinatura do responsável pela informação: <input type="text"/>	

BLOCO 04		INFRA-ESTRUTURA DO ÓRGÃO GESTOR			(Continua)
1 - O órgão gestor da assistência social está localizado: 1 <input type="checkbox"/> No prédio da prefeitura 2 <input type="checkbox"/> Em prédio administrativo de uso exclusivo do órgão gestor 3 <input type="checkbox"/> Em prédio compartilhado com uma unidade de serviços do Sistema Único de Assistência Social 4 <input type="checkbox"/> Em prédio compartilhado com outros setores da administração municipal 5 <input type="checkbox"/> Outros					
2 - Na sede do órgão gestor é realizado algum serviço de atendimento direto à população? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passa para o quesito 4)		3 - Que serviço é realizado? (admite múltipla marcação) 3.1 <input type="checkbox"/> Cadastramento no Cadastro Único 3.2 <input type="checkbox"/> Cadastramento para outros benefícios e/ou serviços 3.3 <input type="checkbox"/> Serviços socioassistenciais 3.4 <input type="checkbox"/> Plantão social 3.5 <input type="checkbox"/> Benefícios eventuais 3.6 <input type="checkbox"/> Ouvidoria 3.7 <input type="checkbox"/> Outros			
4 - O órgão gestor possui: 1 <input type="checkbox"/> Linha telefônica instalada 2 <input type="checkbox"/> Somente ramal 3 <input type="checkbox"/> Linha telefônica e ramal 4 <input type="checkbox"/> Nenhum dos dois		5 - Quantos computadores em funcionamento o órgão gestor da assistência social possui? 1 <input type="checkbox"/> Nenhum (passa para o quesito 8) 2 <input type="checkbox"/> De 1 a 3 3 <input type="checkbox"/> De 4 a 10 4 <input type="checkbox"/> Mais de 10			
6 - O órgão gestor possui computadores com acesso à Internet? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passa para o quesito 8)		7 - Que tipo de conexão é usada para o acesso à Internet? 1 <input type="checkbox"/> Discada 2 <input type="checkbox"/> Banda larga		8 - O órgão gestor da assistência social possui página na Internet? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passa para o quesito 10)	
9 - Endereço da página na internet do órgão gestor da assistência social: http://www. <input type="text"/>					
10 - O órgão gestor da assistência social possui e-mail / endereço eletrônico? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passa para o quesito 12)					
11 - E-mail/endereço eletrônico do órgão gestor da assistência social: <input type="text"/>					
12 - O município utiliza sistemas informatizados para gerenciar a política de Assistência Social? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passa para o Bloco 5)					
<p>Não devem ser considerados os aplicativos da REDE SUAS como o SUASWEB, SISCON, GEOSUAS, INFOSUAS, SISJOVEM, SISPETI. Não devem ser considerados os aplicativos processadores de texto (como Word, StarOffice, Writer entre outros), planilhas eletrônicas (como Excel, Calc, entre outras) ou aplicativos para geração de apresentações (como o PowerPoint, Impress, entre outros). Apenas devem ser considerados sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelos municípios como ferramenta de gestão pelo órgão gestor, envolvendo a coordenação da política e a gestão dos serviços socioassistenciais.</p>					

BLOCO 04	INFRA-ESTRUTURA DO ÓRGÃO GESTOR	(Conclusão)
<p>13 - O sistema utilizado permite: (admite múltipla marcação)</p> <p>13.1 <input type="checkbox"/> Registro e inscrição de entidades da rede socioassistencial privada</p> <p>13.2 <input type="checkbox"/> Descrição do perfil do usuário</p> <p>13.3 <input type="checkbox"/> Acompanhamento de atendimento a usuários</p> <p>13.4 <input type="checkbox"/> Acompanhamento de serviços de programas</p> <p>13.5 <input type="checkbox"/> Integrar setores de conveniamento, prestação de contas e pagamento de entidades conveniadas</p> <p>13.6 <input type="checkbox"/> Prover informação pública sobre a rede socioassistencial de SUAS</p> <p>13.7 <input type="checkbox"/> Outra</p>		

BLOCO 05	RECURSOS HUMANOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	(Continua)				
<p>1 - Escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social:</p> <p style="text-align: center;">Pós-graduação compreende tanto especialização e aperfeiçoamento da graduação quanto mestrado, doutorado e pós-doutorado, concluídos.</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (1º Grau) incompleto (passe para o quesito 3)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental (1º Grau) completo (passe para o quesito 3)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Ensino médio (2º Grau) incompleto (passe para o quesito 3)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Ensino médio (2º Grau) completo (passe para o quesito 3)</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto (passe para o quesito 3)</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Ensino superior completo</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Pós-graduação</p>						
<p>2 - Qual a formação de nível superior do gestor da assistência social:</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Assistente social 2 <input type="checkbox"/> Terapeuta ocupacional 3 <input type="checkbox"/> Psicólogo 4 <input type="checkbox"/> Médico 5 <input type="checkbox"/> Enfermeiro 6 <input type="checkbox"/> Pedagogo 7 <input type="checkbox"/> Sociólogo</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Advogado 9 <input type="checkbox"/> Jornalista 10 <input type="checkbox"/> Nutricionista 11 <input type="checkbox"/> Administrador 12 <input type="checkbox"/> Economista 13 <input type="checkbox"/> Contabilista 14 <input type="checkbox"/> Outros</p>						
<p>3 - O titular do órgão gestor é a Primeira Dama do município? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não</p>						
<p>4 - Registre a quantidade de pessoas ocupadas na área de assistência social conforme discriminação abaixo:</p> <p>Estatutários são os servidores regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU).</p> <p>Celetistas são os empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).</p> <p>Somente comissionados são os ocupantes de cargo em comissão que não possuem cargo efetivo. Têm como vínculo somente o cargo comissionado que exercem.</p> <p>Sem vínculo permanente são os cedidos por outros órgãos, os prestadores de serviços, os voluntários, contratados administrativamente, dentre outros.</p> <p>Sem instrução é pessoa que não freqüentou escola ou, se freqüentou, não concluiu nem a 1ª série do Ensino Fundamental.</p> <p>Ensino fundamental (1º Grau) para a pessoa que cursou do antigo primário até o ginasial, ou o 1º grau, tendo concluído pelo menos a 1ª série.</p> <p>Ensino médio, superior e pós-graduação deverão ser considerados sempre concluídos.</p>						
<p>1 Sem instrução 2 Ensino fundamental (1º Grau) 3 Ensino médio (2º grau) 4 Ensino superior 5 Pós-graduação 6 Total por linha</p>						
1 Estatutários	1.1 <input style="width: 40px;" type="text"/>	1.2 <input style="width: 40px;" type="text"/>	1.3 <input style="width: 40px;" type="text"/>	1.4 <input style="width: 40px;" type="text"/>	1.5 <input style="width: 40px;" type="text"/>	1.6 <input style="width: 40px;" type="text"/>
2 Celetistas	2.1 <input style="width: 40px;" type="text"/>	2.2 <input style="width: 40px;" type="text"/>	2.3 <input style="width: 40px;" type="text"/>	2.4 <input style="width: 40px;" type="text"/>	2.5 <input style="width: 40px;" type="text"/>	2.6 <input style="width: 40px;" type="text"/>
3 Somente comissionados	3.1 <input style="width: 40px;" type="text"/>	3.2 <input style="width: 40px;" type="text"/>	3.3 <input style="width: 40px;" type="text"/>	3.4 <input style="width: 40px;" type="text"/>	3.5 <input style="width: 40px;" type="text"/>	3.6 <input style="width: 40px;" type="text"/>
4 Estagiários		4.2 <input style="width: 40px;" type="text"/>	4.3 <input style="width: 40px;" type="text"/>			4.6 <input style="width: 40px;" type="text"/>
5 Sem vínculo permanente	5.1 <input style="width: 40px;" type="text"/>	5.2 <input style="width: 40px;" type="text"/>	5.3 <input style="width: 40px;" type="text"/>	5.4 <input style="width: 40px;" type="text"/>	5.5 <input style="width: 40px;" type="text"/>	5.6 <input style="width: 40px;" type="text"/>
6 Total por coluna	6.1 <input style="width: 40px;" type="text"/>	6.2 <input style="width: 40px;" type="text"/>	6.3 <input style="width: 40px;" type="text"/>	6.4 <input style="width: 40px;" type="text"/>	6.5 <input style="width: 40px;" type="text"/>	6.6 <input style="width: 40px;" type="text"/>

BLOCO 05	RECURSOS HUMANOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL					(Conclusão)								
5 - Dos profissionais de nível superior e pós-graduados da Assistência Social, registre a quantidade dos listados abaixo:														
5.1	<input type="text"/>	Assistente social	5.2	<input type="text"/>	Terapeuta ocupacional	5.3	<input type="text"/>	Psicólogo	5.4	<input type="text"/>	Médico	5.5	<input type="text"/>	Enfermeiro
5.6	<input type="text"/>	Pedagogo	5.7	<input type="text"/>	Sociólogo	5.8	<input type="text"/>	Advogado	5.9	<input type="text"/>	Jornalista	5.10	<input type="text"/>	Nutricionista
5.11	<input type="text"/>	Administrador	5.12	<input type="text"/>	Economista	5.13	<input type="text"/>	Contabilista	5.14	<input type="text"/>	Outros			

BLOCO 06	LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO																
1 - A Lei Orgânica do município trata da Assistência Social?			2 - Existe outro instrumento legal que regulamenta a Assistência Social?														
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não			Instrumento legal é a legislação pertinente, e abrange: leis, decretos, portarias e resoluções. 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 4)														
3 - Assinale o objeto regulamentado por instrumento legal: (admite múltipla marcação)																	
Política Municipal de Assistência Social oferece às necessidades sociais de proteção e seguridade humana um conjunto articulado de modalidades de atendimento, composto e realizado por meio de serviços continuados, benefícios, programas e projetos objetivando assegurar e aprofundar o disposto na LOAS.																	
Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico para a consolidação da política e do Sistema Único da Assistência Social, que organiza, regula e norteia o seu funcionamento.																	
3.1	<input type="checkbox"/>	Conselho Municipal de Assistência Social	3.2	<input type="checkbox"/>	Fundo Municipal de Assistência Social	3.3	<input type="checkbox"/>	Política Municipal de Assistência Social	3.4	<input type="checkbox"/>	Plano Municipal de Assistência Social						
3.5	<input type="checkbox"/>	Padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social	3.6	<input type="checkbox"/>	Projetos, programas e ações de assistência social	3.7	<input type="checkbox"/>	Concessão de incentivos fiscais para entidades de assistência social	3.8	<input type="checkbox"/>	Outros						
4 - O município possui Plano Municipal de Assistência Social?			5 - O desenvolvimento do Plano Municipal de Assistência Social é avaliado anualmente?														
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 9)			1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 7)														
6 - A avaliação anual do Plano Municipal de Assistência Social é realizada pelo: (admite múltipla marcação)																	
6.1	<input type="checkbox"/>	Órgão gestor da assistência social	6.2	<input type="checkbox"/>	Conselho Municipal de Assistência Social												
6.3	<input type="checkbox"/>	Outro →	6.3.1 Especifique: <input type="text"/>														
7 - O desenvolvimento do Plano Municipal de Assistência Social é monitorado com que frequência?																	
1	<input type="checkbox"/>	Mensal	2	<input type="checkbox"/>	Bimestral	3	<input type="checkbox"/>	Trimestral	4	<input type="checkbox"/>	Semestral	5	<input type="checkbox"/>	Anual	6	<input type="checkbox"/>	Não é monitorado (passe para o quesito 9)
8 - O monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social é realizado pelo: (admite múltipla marcação)																	
8.1	<input type="checkbox"/>	Órgão gestor da assistência social	8.2	<input type="checkbox"/>	Conselho Municipal de Assistência Social												
8.3	<input type="checkbox"/>	Outro →	8.3.1 Especifique: <input type="text"/>														
9 - O Cadastro Único para os programas sociais do governo federal é realizado no município pelo órgão gestor da Assistência Social?																	
1	<input type="checkbox"/>	Sim	2	<input type="checkbox"/>	Não →	9.1 - Assinale o órgão responsável pelo cadastro único para os programas sociais do governo federal: 1 <input type="checkbox"/> Educação 2 <input type="checkbox"/> Saúde 3 <input type="checkbox"/> Outro											
10 - O órgão gestor da Assistência Social é o responsável pela política de segurança alimentar e nutricional?																	
1	<input type="checkbox"/>	Sim	2	<input type="checkbox"/>	Não →	10.1 - Qual o órgão responsável pela política de segurança alimentar e nutricional? 1 <input type="checkbox"/> Saúde 2 <input type="checkbox"/> Abastecimento 3 <input type="checkbox"/> Outro											
3	<input type="checkbox"/>	O município não possui política de segurança alimentar e nutricional															

BLOCO 07	CONSELHO MUNICIPAL					(Continua)		
1 - O município possui Conselho Municipal de Assistência Social?			2 - O Conselho Municipal de Assistência Social:					
1	<input type="checkbox"/>	Sim →	1.1 - Lei/ano de criação: <input type="text"/>					
2	<input type="checkbox"/>	Não (passe para o quesito 7)	Paritário significa ser composto por partes iguais de representantes do governo municipal e da sociedade civil.					
			1	<input type="checkbox"/>	É paritário	2	<input type="checkbox"/>	Tem maior representação da sociedade civil
			3	<input type="checkbox"/>	Tem maior representação governamental			

BLOCO 07	CONSELHO MUNICIPAL		(Conclusão)
3 - Qual a quantidade de membros titulares do Conselho Municipal de Assistência Social?	1 <input type="text"/>	2 <input type="checkbox"/> Não sabe informar	4 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?
		1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	
5 - O Conselho Municipal de Assistência Social tem caráter: (admite múltipla marcação)			
Consultivo é aquele em que seus integrantes têm o papel de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de competência.			
Deliberativo é aquele que efetivamente tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.			
Normativo é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.			
Fiscalizador é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.			
5.1 <input type="checkbox"/> Consultivo	5.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo	5.3 <input type="checkbox"/> Normativo	5.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador
6 - Dentre os integrantes da sociedade civil, fazem parte da composição do Conselho Municipal de Assistência Social: (admite múltipla marcação)			
6.1 <input type="checkbox"/> Representantes de trabalhadores da área de Assistência Social	6.2 <input type="checkbox"/> Representantes de entidades e organismos de Assistência Social		
6.3 <input type="checkbox"/> Representantes de organização de usuários	6.4 <input type="checkbox"/> Outros		
7 - O município possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar?			
1 <input type="checkbox"/> Sim	→ 7.1 - Lei/ano de criação	→ 7.2 - O Conselho é paritário?	→ 7.3 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)
	<input type="text"/>	1 <input type="checkbox"/> Sim	7.3.1 <input type="checkbox"/> Consultivo 7.3.2 <input type="checkbox"/> Deliberativo
2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 10)		2 <input type="checkbox"/> Não	7.3.3 <input type="checkbox"/> Normativo 7.3.4 <input type="checkbox"/> Fiscalizador
8 - O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não			
9 - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar é vinculado administrativamente ao órgão gestor da assistência social? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não			
Ser vinculado administrativamente significa que o Conselho em questão está ligado administrativa e institucionalmente ao órgão gestor da assistência social, órgão que provê a secretaria executiva, profissionais, local de trabalho, etc.			
10 - Existe(m) no município: (admite múltipla marcação)			
1 <input type="checkbox"/> Comitê Fome Zero	2 <input type="checkbox"/> Comitê Gestor do Bolsa Família	3 <input type="checkbox"/> Nenhum dos comitês citados	

BLOCO 08	RECURSOS FINANCEIROS		(Continua)
1 - O município tem Fundo Municipal de Assistência Social? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 6)			
2 - Órgão a que o Fundo Municipal de Assistência Social está vinculado:			
1 <input type="checkbox"/> Ao gabinete do prefeito	2 <input type="checkbox"/> À secretaria municipal de assistência social ou congênera	3 <input type="checkbox"/> A outra secretaria	
4 <input type="checkbox"/> A outra estrutura da administração	5 <input type="checkbox"/> O Fundo Municipal de Assistência Social é autônomo		
3 - O Fundo Municipal de Assistência Social é uma unidade orçamentária? 1 <input type="checkbox"/> Sim (passe para o quesito 5) 2 <input type="checkbox"/> Não			
Unidade orçamentária é o segmento da administração a que o orçamento consigna dotações específicas para realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição.			
4 - Qual o tratamento dado ao Fundo Municipal de Assistência Social?			
1 <input type="checkbox"/> Programa	2 <input type="checkbox"/> Ação		
3 <input type="checkbox"/> Outro	→ 4.3.1 Especifique: <input type="text"/>		
5 - O ordenador de despesas do Fundo Municipal de Assistência Social é :			
1 <input type="checkbox"/> Prefeito	2 <input type="checkbox"/> Secretário ou técnico da área	3 <input type="checkbox"/> Secretário ou técnico de outra área	4 <input type="checkbox"/> Outro
6 - Existe definição legal de percentual do orçamento do município para a Assistência Social?			
1 <input type="checkbox"/> Sim	→ 6.1 - Qual o percentual definido por lei? <input type="text"/> do(a) <input type="text"/>		
2 <input type="checkbox"/> Não	Percentual definido na lei, e discriminação do recurso sobre o qual incide este percentual. Exemplo: 30% do total do orçamento do município, ou 25% da receita arrecadada do município.		

BLOCO 08	RECURSOS FINANCEIROS	(Conclusão)
7 - A função de assistência social do município recebe co-financiamento: (admite múltipla marcação)		
7.1 <input type="checkbox"/> Federal → 7.1.1 - Modalidade do co-financiamento: (admite múltipla marcação) 1 <input type="checkbox"/> Convênio 2 <input type="checkbox"/> Fundo a fundo		
7.1.2 - Qual o valor orçado do co-financiamento para 2009? R\$ <input style="width: 150px;" type="text"/>		
7.2 <input type="checkbox"/> Estadual → 7.2.1 - Modalidade do co-financiamento: (admite múltipla marcação) 1 <input type="checkbox"/> Convênio 2 <input type="checkbox"/> Fundo a fundo		
7.2.2 - Qual o valor orçado do co-financiamento para 2009? R\$ <input style="width: 150px;" type="text"/>		
7.3 <input type="checkbox"/> Não recebe co-financiamento		
8 - Valor orçado para a assistência social em 2009, proveniente de recursos próprios do município, sem considerar o valor do co-financiamento federal e/ou estadual: R\$ <input style="width: 150px;" type="text"/>		

BLOCO 9	CONVÊNIOS E PARCERIAS	(Continua)
Deverão ser considerados os convênios executados pela prefeitura ou com sua participação.		
1 - Existe legislação municipal específica que trate dos convênios na área de assistência social?		
1 <input type="checkbox"/> Sim → 1.1 Ano da lei: <input style="width: 50px;" type="text"/> 2 <input type="checkbox"/> Não		
1.2 Nº da lei: <input style="width: 100px;" type="text"/>		
2 - A prefeitura recebe recursos de convênios com vistas a desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, como executor principal?		
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 5)		
3 - Este convênio foi realizado com: (admite múltipla marcação)		
3.1 <input type="checkbox"/> Órgãos / entes públicos 3.2 <input type="checkbox"/> Organização não-governamental 3.3 <input type="checkbox"/> Instituição / órgão internacional 3.4 <input type="checkbox"/> Outro(s)		
4 - Quais recursos são provenientes deste convênio: (admite múltipla marcação)		
4.1 <input type="checkbox"/> Recursos financeiros Repasse financeiro qualquer que seja sua destinação.		
4.2 <input type="checkbox"/> Outros → 4.2.1 Especifique: (admite múltipla marcação)		
4.2.1.1 <input type="checkbox"/> Cooperação técnica 4.2.1.2 <input type="checkbox"/> Cessão de instalações/ equipamentos 4.2.1.3 <input type="checkbox"/> Fornecimento de alimentação		
4.2.1.4 <input type="checkbox"/> Fornecimento de material didático ou paradidático 4.2.1.5 <input type="checkbox"/> Alocação de pessoal 4.2.1.6 <input type="checkbox"/> Outros		
5 - A prefeitura repassa recursos por meio de convênios com vistas a desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais?		
1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 8)		
6 - Este convênio foi realizado com: (admite múltipla marcação)		
6.1 <input type="checkbox"/> Órgãos / entes públicos 6.2 <input type="checkbox"/> Entidade / Organização não-governamental 6.3 <input type="checkbox"/> Instituição / órgão internacional 6.4 <input type="checkbox"/> Outro(s)		
7 - Quais recursos são repassados por este convênio: (admite múltipla marcação)		
7.1 <input type="checkbox"/> Recursos financeiros Repasse financeiro qualquer que seja sua destinação.		
7.2 <input type="checkbox"/> Outros → 7.2.1 Especifique: (admite múltipla marcação)		
7.2.1.1 <input type="checkbox"/> Cooperação técnica 7.2.1.2 <input type="checkbox"/> Cessão de instalações/ equipamentos 7.2.1.3 <input type="checkbox"/> Fornecimento de alimentação		
7.2.1.4 <input type="checkbox"/> Fornecimento de material didático ou paradidático 7.2.1.5 <input type="checkbox"/> Alocação de pessoal 7.2.1.6 <input type="checkbox"/> Outros		
8 - Além dos convênios, a prefeitura possui outras parcerias, formais ou informais, pelas quais receba recursos para a desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, como executor principal? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o Bloco 10)		
9 - Em sendo formais, quais os instrumentos jurídicos utilizados? (admite múltipla marcação)		
9.1 <input type="checkbox"/> Termo de cooperação técnica 9.2 <input type="checkbox"/> Documentos de expedientes (ofícios, memorandos) 9.3 <input type="checkbox"/> Outro(s)		

BLOCO 9	CONVÊNIOS E PARCERIAS	(Conclusão)
10 - A realização destas parcerias permite: (admite múltipla marcação)		
10.1	<input type="checkbox"/> Recursos financeiros	Repasse financeiro qualquer que seja sua destinação.
10.2	<input type="checkbox"/> Outros	→ 10.2.1 Especifique: (admite múltipla marcação)
	10.2.1.1 <input type="checkbox"/> Cooperação técnica	10.2.1.2 <input type="checkbox"/> Cessão de instalações/equipamentos
	10.2.1.3 <input type="checkbox"/> Fornecimento de alimentação	10.2.1.4 <input type="checkbox"/> Fornecimento de material didático ou paradidático
	10.2.1.5 <input type="checkbox"/> Alocação de pessoal	10.2.1.6 <input type="checkbox"/> Outros

BLOCO 10	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	(Continua)
Devem ser considerados, tanto os serviços executados diretamente pela Prefeitura, como aqueles realizados pela rede conveniada.		
1 - A prefeitura realiza serviços socioassistenciais? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 2)		
<p>Considera-se serviço socioassistencial um conjunto de atividades continuadas prestadas em uma unidade física, com localização e abrangência territorial com público definido, capaz de agregar um conjunto de recursos e atenções que produzem provisões e aquisições aos usuários e que guardam entre si uma relação de complementaridade face às finalidades das funções de proteção social, defesa de direitos e vigilância socioassistencial. Como responsabilidade do Estado, os serviços socioassistenciais são regidos por normas técnicas, padrões, metodologias e protocolos referenciados pelo SUAS.</p>		
Serviços de proteção social básica (admite múltipla marcação)		
A proteção social básica atua sob o princípio de que a superação das vulnerabilidades e riscos pode ser garantida pela convivência familiar e comunitária, traduzidos em serviços de convivência, socialização, atendimento a necessidades e orientação para as famílias. Por isso, apóia famílias e indivíduos em suas demandas sociais, promovendo os meios necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários e acessem seus direitos de cidadania. Os objetivos da proteção social básica se norteiam por prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e a qualificação de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento.		
1.1	<input type="checkbox"/> Atenção integral à família	Tem como intento a potencialização dos recursos disponíveis das famílias, suas formas de organização, sociabilidade e redes informais de apoio para o fortalecimento ou resgate de sua auto-estima e a defesa de direitos.
1.2	<input type="checkbox"/> Serviços específicos de proteção social básica a crianças de 0 a 6 anos (não é educação infantil, creche ou pré-escola)	Tem como peculiaridade seu caráter complementar de proteção às famílias, devendo prever atividades com crianças e familiares, de forma a fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de risco. Contribui no cuidado das crianças pequenas e crianças com deficiência, e previne situações de risco social.
1.3	<input type="checkbox"/> Serviços específicos de proteção social básica a idosos	Tem por foco contribuir no processo de envelhecimento saudável, desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, fortalecimento do convívio e na prevenção de situações de risco social.
1.4	<input type="checkbox"/> Serviço socioeducativo destinado a jovens de 15 a 17 anos	Desenvolve atividades em horário alternado ao da escola e tem por foco a formação para a participação cidadã, no desenvolvimento do protagonismo, autonomia e sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.
1.5	<input type="checkbox"/> Plantão social ou similar	Atendimento à população com problemas de subsistência, famílias e pessoas sozinhas em situação de risco pessoal e/ou social.
Serviços de proteção social especial (admite múltipla marcação)		
A Proteção Social Especial caracteriza-se pelo atendimento a situações de risco pessoal e social, violação de direitos e contingências, demandando intervenções mais especializadas. Tem como objetivo prestar atendimento especializado a famílias e indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal e social ou violação de direitos, por ocorrência de abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em situação de rua, trabalho infantil e outras, como situações contingenciais, necessitando de cuidados especializados em decorrência de deficiência ou processo de envelhecimento.		
1.6	<input type="checkbox"/> Serviço de apoio e orientação aos indivíduos e famílias vítimas de violência	Oferece trabalho profissional especializado de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenção, apoio e orientação às famílias na dimensão relacional, na prevenção do agravamento de riscos, no resgate e promoção de direitos e na preservação e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Dirige-se a cada membro da família e ao grupo familiar e busca fortalecer a função protetiva da família diante de um conjunto de condições que a vulnerabiliza.
1.7	<input type="checkbox"/> Serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e suas famílias	Serviço ofertado de forma continuada, que tem o objetivo de assegurar proteção e atendimento psicossocial às crianças e adolescentes vítimas de violência (física, psicológica, negligência grave), abuso ou exploração sexual, bem como a seus familiares. Oferece acompanhamento técnico especializado desenvolvido por uma equipe multiprofissional que mantém permanente articulação com a rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas e os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

BLOCO 10	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	(Continua)
1.8	<p>Serviços socioeducativos relacionados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil</p> <p>Processo contínuo de construção e qualificação, para o desenvolvimento de ações conjuntas com a política de educação, esporte, dentre outras, para a formação integral de crianças/adolescentes, qualificando as ações de contra-turno escolar.</p>	
1.9	<p>Serviços de acolhimento em abrigo (crianças e adolescentes)</p> <p>Abrigo provisório e excepcional para grupos pequenos de crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 a 17 anos e 11 meses, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, até que seja possível o retorno à família de origem ou substituta.</p>	
1.10	<p>Serviços de acolhimento em abrigo (idosos)</p> <p>Acolhimento para grupos pequenos de pessoas idosas de 60 anos ou mais, de ambos os sexos, com diversos graus de dependência.</p>	
1.11	<p>Serviços de acolhimento em abrigo (mulheres)</p> <p>Acolhimento temporário para mulheres acompanhadas de seus filhos, inclusive gestantes, que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em situação de rua e desabrigo.</p>	
1.12	<p>Serviço de família acolhedora (crianças e adolescentes)</p> <p>Organização de acolhimento em residência de famílias acolhedoras, de crianças e adolescentes afastados da família mediante medida de proteção, até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção.</p>	
1.13	<p>Serviço de acolhimento em repúblicas (jovens)</p> <p>Destinado a jovens de 18 a 21 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, após desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes ou em outra situação que demande este serviço.</p>	
1.14	<p>Serviço de acolhimento em repúblicas (adultos)</p> <p>Oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados. O serviço pode ser desenvolvido em sistema de autogestão ou co-gestão, onde o imóvel e algumas tarifas são subsidiados e as demais despesas são cotizadas entre os moradores, com subsídio quando necessário.</p>	
1.15	<p>Serviço de acolhimento em repúblicas (idosos)</p> <p>Destinada a idosos independentes, que tenham capacidade de gestão coletiva da moradia e condições de desenvolver, de forma independente, as atividades da vida diária, porém estejam em estado de abandono, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, sem condições de moradia e auto-sustentação.</p>	
1.16	<p>Serviço de acolhimento em albergue para adultos e famílias</p> <p>Albergamento provisório para homens, mulheres e famílias que se encontram em situação de rua, inclusive idosos, pessoas com deficiência, migrantes, imigrantes, refugiados, a partir de 18 anos de idade. Crianças e adolescentes podem permanecer acompanhadas de adultos, familiares ou responsáveis.</p>	
1.17	<p>Serviço de acolhimento para a população de rua</p> <p>Acolhimento para estudo de caso de pessoas em situação de rua, cujos vínculos familiares estão rompidos.</p>	
1.18	<p>Serviço de abordagem social nas ruas</p> <p>Oferece trabalho social de abordagem e vigilância social em territórios identificados pela existência de situações de rua. Encaminha a resolução de necessidades imediatas, promove a inserção na rede de serviços e realiza vigilância do risco, da violência e da discriminação, mediante à observação e busca ativa de campo, com abordagem programada e continuada.</p>	
1.19	<p>Habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência</p> <p>Visam a desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária e prática: aquisição de habilidades, potencialização da capacidade de comunicação, socialização e locomoção independente.</p>	
1.20	<p>Serviços de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade)</p> <p>Oferece acompanhamento aos adolescentes e a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e/ou a Prestação de Serviços à Comunidade, bem como às suas famílias. Busca inserir os adolescentes em ações individuais e grupais estimulando a busca de equilíbrio e em suas relações sociais e possibilitar espaços de reflexão sobre a consolidação de um projeto pessoal de futuro com escolhas que propiciem o alcance de novas e construtivas formas de inserção social.</p>	
1.21	<p>Outros serviços para atendimento à população de rua</p> <p>Oferta de atendimento com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades na perspectiva de construção de vínculos interpessoais e familiares e que oportunizem a construção do processo de saída das ruas, aliado à oferta de trabalho técnico para análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal, encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia e inserção social.</p>	

BLOCO 10	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS (Continua)
<p>2 - O município possui programa municipal de transferência de renda para famílias pobres (não devem ser considerados programas do Governo Federal, como Bolsa Família, nem programas dos Governos Estaduais)?</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim → 2.1 - Qual o número de famílias beneficiadas pelo programa municipal de transferência de renda: <input type="text"/> → 2.2 - Qual o valor médio do benefício monetário concedido? <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>2 <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>3 - A área de assistência social executa projetos de geração de renda e inclusão produtiva? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>4 - Quais são as atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais? (admite múltipla marcação) São as atividades organizadas e prestadas por trabalhadores (as) sociais: assistentes sociais, psicólogos (as), pedagogos (as), advogados (as) e outros, conforme as requisições e especificidades de cada serviço e o número potencial de usuários a serem atendidos.</p> <p>4.1 <input type="checkbox"/> Atendimento sociofamiliar Atendimento ao grupo familiar em situação de vulnerabilidade social, possibilitando às famílias a construção de vínculos sociais e a participação em projetos coletivos.</p> <p>4.2 <input type="checkbox"/> Atendimento psicossocial Oportuniza e privilegia a escuta profissional, propicia a construção de uma consciência crítica, possibilitando ao indivíduo ou grupo reflexão e socialização no cotidiano, servindo ao reestabelecimento de vínculos e à construção de regras de convivência.</p> <p>4.3 <input type="checkbox"/> Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda Têm por finalidade criar alternativas para geração de trabalho e renda, complementando as políticas públicas setoriais que favorecem a formação profissional, a capacitação e a geração de renda.</p> <p>4.4 <input type="checkbox"/> Atendimento domiciliar Orientam a família do usuário, em seu domicílio, para o cuidado com o mesmo, sejam eles: idosos, pessoas com deficiência e/ou crianças.</p> <p>4.5 <input type="checkbox"/> Desenvolvimento do convívio familiar, grupal, social e comunitário Oferta de oportunidades de convivência pela disponibilização de espaços para estar e para lazer e pela promoção de atividades orientadas para o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecimento de vínculos interpessoais, intergeracionais, familiares, grupais, de vizinhança e comunitários, na perspectiva da inserção sociocultural e do fortalecimento da cidadania.</p> <p>4.6 <input type="checkbox"/> Busca ativa Abordagem em locais públicos, tem como objetivo a identificação de situações de risco e violação de direitos.</p> <p>4.7 <input type="checkbox"/> Proteção social pró-ativa Presença continuada e ativa de agentes institucionais para identificar pessoas e famílias em situação de risco nas ruas e propiciar o seu acesso à rede socioassistencial de acolhida.</p> <p>4.8 <input type="checkbox"/> Conhecimento do território Trabalho social em sintonia com a realidade e com o espaço de vivência do cidadão (a), suas relações de vizinhança e necessidades, territorializando demandas e vulnerabilidades, e tornando possível construir a perspectiva da universalidade de cobertura dos serviços socioassistenciais.</p> <p>4.9 <input type="checkbox"/> Recepção/acolhida Oferta de ambiente acolhedor e equipe qualificada para tratamento humanizado e eficiente e que receba o (a) usuário (a) com atenção, disponibilize informações sobre a natureza, objetivos e rotinas dos serviços, incluindo suas normas de funcionamento e os direitos de cidadania e encaminhe para atendimento de acordo com requisições e necessidades.</p> <p>4.10 <input type="checkbox"/> Escuta Oferta de trabalho profissional para ouvir, identificar e registrar as necessidades pessoais e sociais da (o) usuária (o) e proceder a orientações, informações e encaminhamentos adequados. Trata-se de procedimento técnico para iniciar a constituição de vínculos e estabelecer relações de confiança e de segurança.</p> <p>4.11 <input type="checkbox"/> Estudo social Estudo realizado por técnico para identificar demandas de serviços e benefícios e registrá-las em instrumentais apropriados (fichas cadastrais, bancos de dados, prontuários etc.), com a finalidade de acompanhar a evolução dos casos atendidos, elaborar pareceres e indicar respostas que ofereçam a melhor resolutividade possível diante das necessidades sociais apresentadas pelo(a) usuário(a).</p> <p>4.12 <input type="checkbox"/> Cadastramento socioeconômico Mobilização de equipes de profissionais para identificar as condições de vida pessoal e social de indivíduos e famílias, viabilizar a inscrição em benefícios e serviços socioassistenciais, identificar demandas para outros serviços públicos e registrar em formulários e fichas cadastrais próprias ou diretamente em banco de dados.</p>	

BLOCO 10	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS (Continua)
4.13	<p><input type="checkbox"/> Encaminhamento</p> <p>Oferta de informações e referências para o(a) usuário(a), quanto aos serviços providos pelas redes locais, distritais, regionais e municipais de assistência social, órgãos de defesa de direitos, redes de ajuda e programas e serviços públicos, procedendo a encaminhamentos com resolutividade adequada às necessidades apresentadas.</p>
4.14	<p><input type="checkbox"/> Orientação sociofamiliar</p> <p>Análise das demandas e necessidades do grupo familiar e realização de trabalho técnico que auxilie a construção de projetos e escolha de estratégias para seu alcance com autonomia e inserção social.</p>
4.15	<p><input type="checkbox"/> Cuidados pessoais</p> <p>Ações praticadas por agente institucional capacitado a orientar e desenvolver atos de zelo pessoal, inclusive cuidados no domicílio.</p>
4.16	<p><input type="checkbox"/> Informação, comunicação e defesa de direitos</p> <p>Atividades e procedimentos técnicos desenvolvidos no conjunto dos serviços socioassistenciais para prover a informação e o entendimento do que são os direitos individuais e sociais, as formas de violação, as garantias de sua efetivação, as respostas e recursos com os quais a população pode contar, além da difusão dos direitos e do intercâmbio de informações e interação com políticas públicas, órgãos, grupos e conselhos de defesa de direitos e de políticas públicas.</p>
4.17	<p><input type="checkbox"/> Provisão de benefícios eventuais</p> <p>Para pessoas e famílias impossibilitadas de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de contingências sociais, das quais decorrem riscos, perdas e danos.</p>
4.18	<p><input type="checkbox"/> Visita domiciliar à família</p> <p>Oferta de presença de técnico no domicílio do (a) usuário (a) ou demandante de serviços e benefícios, para compreender a realidade sociofamiliar e identificar necessidades, demandas, recursos e vulnerabilidades, para fundamentar o trabalho social e vincular às famílias ou membros das famílias as atividades, benefícios e serviços.</p>
4.19	<p><input type="checkbox"/> Atividades relacionadas à documentação pessoal</p> <p>Oferta de orientação, encaminhamento e acompanhamento dos procedimentos oficiais para a obtenção de documentos pessoais, em especial certidão de nascimento. Esta oferta deve ser facilitada por meio de acordos, contratos e convênios para a produção de documentos para a(o) cidadã(o).</p>
4.20	<p><input type="checkbox"/> Gestão de benefícios</p> <p>Identificação, cadastramento e gestão do sistema de dados de beneficiários de programas de transferência de renda e de benefícios continuados no CRAS - Centro de Referência da Assistência Social e, a depender da dimensão da demanda, organização na forma de serviço socioassistencial.</p>
4.21	<p><input type="checkbox"/> Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio</p> <p>Trabalho social e socioeducativo para conhecer e mobilizar ações que expressem e efetivem o apoio e a solidariedade entre grupos, diante de necessidades sociais e que extrapolam as relações familiares e se estendem a grupos sociais e relações de vizinhança.</p>
4.22	<p><input type="checkbox"/> Capacitação e preparação para o mundo do trabalho</p> <p>Oferta de trabalho socioeducativo orientado para a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e potencialidades que facilitem o ingresso/reinserção no trabalho e em atividades individuais e grupais de geração de renda.</p>
4.23	<p><input type="checkbox"/> Mobilização para a cidadania</p> <p>O trabalho social pode contribuir para o desenvolvimento de ações ativas de fortalecimento da cidadania: para a mobilização das forças no território, a integração de políticas públicas e de redes sociais induzindo processos de inclusão social e de promoção de acessos.</p>
4.24	<p><input type="checkbox"/> Disseminação de orientações técnicas e materiais informativos</p> <p>Materiais informativos e orientadores da produção de serviços e de direitos e acessos aos usuários em várias formas de comunicação.</p>
4.25	<p><input type="checkbox"/> Avaliação de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações/entidades de assistência social</p> <p>Supervisão técnica dos serviços socioassistenciais, mediante a interação entre profissionais do poder público e de organizações não governamentais, em torno de objetivos e metas comuns estabelecidas. Utiliza como procedimentos visitas planejadas e sistemáticas, observação participante e aplicação de instrumentos de estudos e pesquisas, além de abordagens e entrevistas com usuários e outros agentes envolvidos no processo. Analisa estudos e documentação e outros sistemas de monitoramento e avaliação existentes.</p>
4.26	<p><input type="checkbox"/> Outras</p> <p>Outras atividades não discriminadas nos itens acima.</p>
4.27	<p><input type="checkbox"/> Nenhuma atividade</p>

BLOCO 10	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS (Continua)
5	<p>Quais são as atividades realizadas para a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ? (admite múltipla resposta)</p> <p>5.1 <input type="checkbox"/> Revisão do BPC - Benefício de Prestação Continuada</p> <p>O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é previsto na Constituição Federal de 1988, regulamentado pela LOAS e reafirmado no Estatuto do Idoso. Consiste no repasse direto pelo governo federal de um salário mínimo mensal ao beneficiário, seja ele idoso (com 65 anos ou mais) seja pessoa com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, que não tenha condições de garantir a sua própria subsistência ou tê-la garantida pela família. Em ambos os casos (idosos e deficientes), a renda per capita familiar deve ser inferior a ¼ do salário mínimo vigente. É um benefício sem condicionalidades, pois se refere ao público "excluído" do sistema previdenciário. Segundo a LOAS, o BPC deve passar por um processo de revisão a cada dois anos, para que seja verificada a permanência ou não das condições que deram origem ao benefício.</p> <p>5.2 <input type="checkbox"/> Trabalho interdisciplinar</p> <p>O trabalho interdisciplinar é um pressuposto para o trabalho em equipe e por conseqüência um bom atendimento integralizado aos usuários. Permite a realização de diversas formações profissionais que atuam no âmbito da assistência social e deve ser planejado conjuntamente, objetivando um melhor entendimento e relação entre as mesmas visando o atendimento ao usuário.</p> <p>5.3 <input type="checkbox"/> Articulação da rede socioassistencial</p> <p>A rede socioassistencial constitui-se da ação articulada e integrada entre as diversas organizações governamentais e não-governamentais que atuam nas políticas sociais. Constitui-se em uma salvaguarda, para o apoio e a proteção social destinadas aos usuários da política, e que deverão receber dessa rede o amparo e o atendimento dos seus direitos.</p> <p>5.4 <input type="checkbox"/> Articulação com os serviços de políticas públicas</p> <p>Iniciativas que levam à ação intersetorial com as demais políticas públicas, com os serviços por essas ofertados e seu campo de atendimento.</p> <p>5.5 <input type="checkbox"/> Articulação interinstitucionais com o sistema de garantia de direitos</p> <p>Forma estratégia de favorecer o acesso e a garantia de direitos e de fortalecimento institucional ao integrar-se na perspectiva da defesa e do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>5.6 <input type="checkbox"/> Cadastramento das organizações e dos serviços socioassistenciais</p> <p>Ato de informar sobre as organizações da rede socioassistencial e serviços socioassistenciais para uso no campo da gestão e do controle social.</p> <p>5.7 <input type="checkbox"/> Produção de orientações técnicas e materiais informativos</p> <p>Iniciativa de produção de material específico para o trabalho social técnico que produza referência para a ação, propague informações e dissemine idéias relevantes para o público usuário.</p> <p>5.8 <input type="checkbox"/> Utilização de sistema informatizado para gestão, monitoramento e avaliação</p> <p>Uso de tecnologia da informação para a consecução do trabalho no âmbito da assistência social, bem como para a organização da gestão do Sistema Único de Assistência Social.</p> <p>5.9 <input type="checkbox"/> Supervisão, de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações/entidades de assistência social</p> <p>A <i>supervisão</i> é um instrumento de integração e qualificação das equipes que trabalham em serviços socioassistenciais em organizações/entidades de assistência social, podendo tornar-se uma assessoria para aprimoramento das práticas. Não deve ser confundida com fiscalização, pois integra uma visão de apoio e orientação aos profissionais.</p> <p>5.10 <input type="checkbox"/> Monitoramento de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações/entidades de assistência social</p> <p>Ação de acompanhamento e registro regular dos serviços socioassistenciais em seus vários aspectos. Trata-se de observação sistemática e objetiva visando, especificamente, a avaliação e o aprimoramento dos serviços</p> <p>5.11 <input type="checkbox"/> Produção de material socioeducativo</p> <p>Iniciativa de produção de material de referência para as práticas socioeducativas de maneira a favorecer as ações realizadas, propagar as informações e garantir proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.</p> <p>5.12 <input type="checkbox"/> Participação na Comissão Intergestores Bipartite e/ou Comissão Intergestores Tripartite</p> <p>Intervenção nas instâncias de pactuação como CIBs e CIT de forma a decidir colegiadamente sobre as questões atinentes à assistência social.</p> <p>5.13 <input type="checkbox"/> Participação nas instâncias de Controle Social</p> <p>Intervenção nas instâncias de controle social na perspectiva de debater e deliberar sobre questões atinentes à assistência social.</p> <p>5.14 <input type="checkbox"/> Celebração de Pactos ou Compromissos voltados para aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social.</p> <p>Iniciativa político-institucional de assegurar compromissos em torno da consolidação do SUAS. Podem ser feitos entre União e Estados, União, Estados e Municípios, Estados e Municípios, Municípios e entidades, dentre outras formas.</p>

BLOCO 10	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	(Continua)
-----------------	------------------------------------	------------

5.15 **Protocolos**
Os Protocolos são instrumentos para a ação técnica que têm o objetivo de, ao estabelecer claramente os critérios e as etapas de intervenção com os usuários da assistência social. O objetivo do protocolo é criar mecanismos para a garantia da ação segura e eficaz, introduzir mecanismos de controle, acompanhamento e a verificação de resultados, bem como da racionalização do atendimento.

5.16 **Planejamento**
Planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões. Essas ações devem ser identificadas para permitir que elas sejam executadas de forma adequada e considerando aspectos como o prazo, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes.

5.17 **Capacitação de técnicos**
A Capacitação possui a função de transferência de conhecimentos para formação de uma base conceitual e metodológica visando a ação institucional e a intervenção técnica, bem como suporte para elaboração de estudos técnicos e deve ser entendida como uma iniciativa para disseminação e produção de conhecimento na área.

5.18 **Grupo de estudos**
Atividade que proporciona oportunidade de desenvolver análises e avaliações mais detidas sobre temas específicos de forma coletiva.

5.19 **Pesquisas, Estudos e Diagnósticos**
Atividades referentes à produção de conhecimento sobre determinados assuntos e/ou temas, bem como avaliação aprofundada, no caso do diagnóstico, sobre uma temática específica.

5.20 **Outras**
Outras atividades não discriminadas nos itens acima.

5.21 **Nenhuma atividade**

6 - Quais são as unidades físicas que existem no município, da rede socioassistencial (pública ou privada) para executar os serviços socioassistenciais? **(admite múltipla resposta)**

Atenção! Nas unidades físicas da rede socioassistencial onde houver quantificação por discriminação do público referenciado para o atendimento (Casa-lar, República e Abrigo), preencha conforme orientação abaixo:

1 - Quando não for possível a quantificação por discriminação do público referenciado, preencha apenas a linha de total, deixando as demais em branco.

2 - Quando não houver discriminação do público referenciado para o atendimento, deverá ser preenchido o quantitativo na linha de total e as demais com zero (0).

1 **Centro de Referência da Assistência Social (não existe CRAS conveniado)** → 1.1 - Quantos?

CRAS unidade pública estatal localizada em áreas de maior vulnerabilidade social, prestando serviços, programas e projetos locais de Proteção Social Básica, atuando como espaço de referência e como "porta de entrada" para o acesso dos usuários à rede socioassistencial.

2 **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (não existe CREAS conveniado)** → 2.1 - Quantos?

CREAS unidade pública estatal e pólo de referência de Proteção Social Especial de média complexibilidade, ofertando orientação e apoio especializado e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados.

3 **Casa lar** Residência, em sistema participativo, destinada a pequenos grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, com renda insuficiente para sua manutenção, sem família ou cujos vínculos estão rompidos.

3.1 - Total: = 3.1.1 - Unidades públicas: + 3.1.2 - Unidades conveniadas:

3.2 - Idosos: = 3.2.1 - Unidades públicas: + 3.2.2 - Unidades conveniadas:

3.3 - Pessoa com deficiência: = 3.3.1 - Unidades públicas: + 3.3.2 - Unidades conveniadas:

3.4 - Crianças e adolescentes: = 3.4.1 - Unidades públicas: + 3.4.2 - Unidades conveniadas:

BLOCO 10

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

(Continua)

4 República Atendimento de acolhimento para grupo de pessoas independentes. As despesas com alimentação e higiene pessoal/ambiental são co-financiadas com recursos da aposentadoria, renda mensal vitalícia, Benefício de Prestação Continuáda, entre outras fontes de renda.

4.1 - Total: = 4.1.1 - Unidades públicas: + 4.1.2 - Unidades conveniadas:

4.2 - Idosos: = 4.2.1 - Unidades públicas: + 4.2.2 - Unidades conveniadas:

4.3 - Jovens: = 4.3.1 - Unidades públicas: + 4.3.2 - Unidades conveniadas:

4.4 - Adultos: = 4.4.1 - Unidades públicas: + 4.4.2 - Unidades conveniadas:

5 Casa de acolhida para pessoa em situação de rua Acolhimento para estudo de caso, de pessoas em situação de rua, cujos vínculos familiares estão rompidos.

5.1 - Total: = 5.1.1 - Unidades públicas: + 5.1.2 - Unidades conveniadas:

6 Casa de passagem Acolhimento inicial ou emergencial, de pessoas em vulnerabilidade e risco pessoal e social, durante período de realização de diagnóstico da situação.

6.1 - Total: = 6.1.1 - Unidades públicas: + 6.1.2 - Unidades conveniadas:

7 Abrigo Acolhimento para grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com objetivo de restabelecer e reconstruir vínculos e autonomia, em caráter especial e provisório.

7.1 - Total: = 7.1.1 - Unidades públicas: + 7.1.2 - Unidades conveniadas:

7.2 - Idosos: = 7.2.1 - Unidades públicas: + 7.2.2 - Unidades conveniadas:

7.3 - Mulheres: = 7.3.1 - Unidades públicas: + 7.3.2 - Unidades conveniadas:

7.4 - Crianças e adolescentes: = 7.4.1 - Unidades públicas: + 7.4.2 - Unidades conveniadas:

8 Albergue Acolhimento provisório para a população em situação de rua e vulnerabilidade e risco social.

8.1 - Total: = 8.1.1 - Unidades públicas: + 8.1.2 - Unidades conveniadas:

9 Centro de atendimento ao adolescente em conflito com a lei Atendimento responsável pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducacional destinados aos adolescentes em regime de orientação e apoio sócio-familiar, abrigo, liberdade assistida, semi-liberdade e Internação.

9.1 - Total: = 9.1.1 - Unidades públicas: + 9.1.2 - Unidades conveniadas:

10 Centro de convivência Local destinado à permanência diurna onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania.

10.1 - Total: = 10.1.1 - Unidades públicas: + 10.1.2 - Unidades conveniadas:

Glossário

abrigo Acolhimento em caráter especial e provisório a pessoas, em pequenos grupos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, com o objetivo de restabelecer e reconstituir vínculos e autonomia, em caráter especial e provisório. No caso de crianças e adolescentes, trata-se de uma medida de proteção, provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

albergue Acolhimento provisório para a população em situação de rua e vulnerabilidade e risco social.

atenção integral à família Potencialização dos recursos disponíveis das famílias, suas formas de organização, sociabilidade e redes informais de apoio para o fortalecimento ou resgate de sua autoestima e a defesa de direitos.

atendimento domiciliar Serviço que orienta a família do usuário, em seu domicílio, para o cuidado com o mesmo, sejam eles idosos, pessoas com deficiência e/ou crianças.

atendimento psicossocial Serviço que oportuniza e privilegia a escuta profissional, e propicia a construção de uma consciência crítica, possibilitando, ao indivíduo ou grupo, reflexão e socialização no cotidiano, com vistas ao reestabelecimento de vínculos e a construção de regras de convivência.

atendimento sociofamiliar Atendimento ao grupo familiar em situação de vulnerabilidade social, possibilitando às famílias a construção de vínculos sociais e a participação em projetos coletivos.

atividades relacionadas à documentação pessoal Oferta de orientação, encaminhamento e acompanhamento dos procedimentos oficiais para a obtenção de documentos pessoais, em especial, a certidão de nascimento. Esta oferta deve ser facilitada por meio de acordos, contratos e convênios para a produção de documentos para a(o) cidadã(o).

atividades relacionadas a trabalho e renda Criação de alternativas para geração de trabalho e renda, complementando as políticas públicas setoriais que favorecem a formação profissional, a capacitação e a geração de renda.

avaliação de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações/entidades de assistência social Supervisão técnica dos serviços socioassistenciais, mediante a interação entre profissionais do poder público e de organizações não governamentais, em torno de objetivos e metas comuns estabelecidas. Utiliza como procedimentos visitas planejadas e sistemáticas, observação participante e aplicação de instrumentos de estudos e pesquisas, além de abordagens e entrevistas com usuários e outros agentes envolvidos no processo. Analisa estudos e documentação e outros sistemas de monitoramento e avaliação existentes.

benefício de prestação continuada Benefício previsto na Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social e reafirmado no Estatuto do Idoso. Consiste no repasse direto pelo governo federal de um salário mínimo mensal ao beneficiário, seja ele idoso (com 65 anos ou mais) seja pessoa com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, que não tenha condições de garantir a sua própria subsistência ou tê-la garantida pela família. Em ambos os casos (idosos e deficientes), a renda *per capita* familiar deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. É um benefício sem condicionalidades, pois se refere ao público excluído do sistema previdenciário. Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social, o benefício de prestação continuada deve passar por um processo de revisão a cada dois anos, para que seja verificada a permanência ou não das condições que lhe deram origem.

busca ativa Abordagem em locais públicos, que tem como objetivo a identificação de situações de risco e violação de direitos.

cadastramento socioeconômico Mobilização de equipes de profissionais para identificar as condições de vida pessoal e social de indivíduos e famílias, viabilizar a inscrição em benefícios e serviços socioassistenciais, identificar demandas para outros serviços públicos, e registrar os dados obtidos em formulários e fichas cadastrais próprias ou diretamente em banco de dados.

cadastramento único para os programas sociais do governo federal (instituído pelo Decreto nº 3.877 de junho de 2001) Instrumento instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, que permite a racionalização do processo de cadastramento de beneficiários pelos diversos órgãos públicos, de forma a garantir a unicidade e a integração do cadastro, no âmbito de todos os programas de transferência de renda.

capacitação e preparação para o mundo do trabalho Oferta de trabalho socioeducativo orientado para a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e potencialidades que facilitem o ingresso/reinserção no trabalho e em atividades individuais e grupais de geração de renda.

casa de passagem Local de acolhimento, inicial ou emergencial, de pessoas em vulnerabilidade e risco pessoal e social, durante período de realização de diagnóstico de situação.

casa-lar Residência em sistema participativo, destinada a pequenos grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, detentores de renda insuficiente para sua manutenção, sem família ou cujos vínculos estejam rompidos.

celetista *Ver* funcionário regido pela CLT

centro da juventude Local de referência e informação para jovens de 15 a 24 anos, destinado a promover socialmente o jovem e integrá-lo entre seus pares e a comunidade.

centro de atendimento à criança e adolescente Local onde é prestado atendimento às crianças e adolescentes, prioritariamente àqueles em situação de risco pessoal e social. Atende em horários complementares à escola em atividades de apoio pedagógico, esporte e lazer, arte e cultura, suplementação alimentar e saúde.

centro de atendimento à pessoa com deficiência Local onde é realizado atendimento especializado, em centros comunitários, de forma sistematizada e continuada, às pessoas portadoras de deficiência, de acordo com as suas necessidades. Este atendimento ocorre de forma compartilhada entre a assistência social e os serviços de saúde, educação escolar, trabalho, cultura, esporte e lazer, objetivando habilitar, reabilitar e integrar socialmente as pessoas portadoras de deficiência. A capacidade de atendimento do centro é variável, adequando-se à comunidade local, sendo aberto à integração de pessoas portadoras ou não de deficiência.

centro de atendimento ao adolescente em conflito com a lei Local onde é feito o atendimento responsável pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducacionais destinados aos adolescentes em regime de orientação e apoio sociofamiliar, abrigo, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

centro de convivência Local destinado à permanência diurna onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania.

centro de geração de trabalho e renda/profissionalizante Local destinado a desenvolver atividades de atendimento que favoreçam a formação profissional, a capacitação e a geração de renda como estratégia básica para a conquista da autonomia pessoal e familiar, promovendo a inserção produtiva de pessoas, famílias e comunidades.

centro dia Instituição especializada na qual o usuário pode permanecer durante oito horas por dia, de acordo com as suas necessidades, onde são prestados serviços de atenção à saúde, fisioterapia, apoio psicológico, atividades ocupacionais, lazer, entre outros. O funcionamento do centro é preferencialmente diurno, em espaço físico específico e devidamente estruturado.

centro múltiplo uso Local onde se desenvolvem ações sociais e comunitárias em várias modalidades de atendimento.

conhecimento do território Trabalho social em sintonia com a realidade e com o espaço de vivência da(o) cidadã(o), bem como com suas relações de vizinhança e necessidades, territorializando demandas e vulnerabilidades, e tornando possível construir a perspectiva da universalidade de cobertura dos serviços socioassistenciais.

conselho consultivo Aquele em que seus integrantes têm o papel apenas de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.

conselho deliberativo Aquele que efetivamente tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho fiscalizador Aquele que fiscaliza a implementação e o funcionamento de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho normativo Aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho paritário Órgão que apresenta um número igual de representantes da sociedade civil e do setor governamental.

cuidados pessoais Ações praticadas por agente institucional capacitado a orientar e desenvolver atos de zelo pessoal, inclusive cuidados no domicílio.

desenvolvimento do convívio familiar, grupal, social e comunitário Oferta de oportunidades de convivência pela disponibilização de espaços para estar e para lazer e pela promoção de atividades orientadas para o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecimento de vínculos interpessoais, intergeracionais, familiares, grupais, de vizinhança e societários, na perspectiva da inserção sociocultural e do fortalecimento da cidadania.

disseminação de orientações técnicas e materiais informativos Difusão de materiais informativos e orientadores da produção de serviços e de direitos e acessos aos usuários em várias formas de comunicação.

encaminhamento Oferta de informações e referências para o usuário, quanto aos serviços providos pelas redes locais, distritais, regionais e municipais de assistência social, órgãos de defesa de direitos, redes de ajuda e programas e serviços públicos, procedendo a encaminhamentos com resolutividade adequada às necessidades apresentadas.

ensino fundamental Nível de instrução atribuído à pessoa que, no momento, está cursando o ensino fundamental; ou ingressou em escola, concluiu a primeira série, mas não completou as oito séries do ensino fundamental ou primeiro grau; ou ingressou, mas não concluiu as quatro séries do ginásio; ou concluiu a oitava série do ensino fundamental ou primeiro grau, organizado em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc.

ensino médio Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a terceira série do ensino médio ou segundo grau, em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc. Inclui o curso regular supletivo e cursos técnicos.

ensino superior Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu o último período de curso de graduação universitária ou ensino superior.

escuta Oferta de trabalho profissional para ouvir, identificar e registrar as necessidades pessoais e sociais do usuário e proceder a orientações, informações e encaminhamentos adequados. Trata-se de procedimento técnico para iniciar a constituição de vínculos e estabelecer relações de confiança e de segurança.

estudo social Estudo realizado por técnico para identificar demandas de serviços e benefícios e registrá-las em instrumentais apropriados (fichas cadastrais, bancos de dados, prontuários etc.), com a finalidade de acompanhar a evolução dos casos atendidos, elaborar pareceres e indicar respostas que ofereçam a melhor resolutividade possível diante das necessidades sociais apresentadas pelo usuário.

funcionário estatutário Funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único - RJU que rege a contratação no serviço público.

funcionário regido pela CLT Funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

funcionário sem vínculo permanente Funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada. Também são incluídos nesta categoria os autônomos, estagiários, voluntários e aqueles cedidos por outras administrações.

funcionário somente comissionado Funcionário que tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce.

fundação pública Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada por lei, com autonomia administrativa, e funcionamento custeado pelo poder público.

fundo municipal Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais estabelecidas por um Conselho Municipal.

gestão de benefícios Identificação, cadastramento e gestão do sistema de dados de beneficiários de programas de transferência de renda e de benefícios continuados no Centro de Referência da Assistência Social. A depender da dimensão da demanda, pode abranger, também, organização na forma de serviço socioassistencial.

habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência Atendimento a portadores de deficiência, que visa a desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária e a vida prática, estimulando a locomoção independente, a capacidade de comunicação e a socialização.

informação, comunicação e defesa de direitos Atividades e procedimentos técnicos desenvolvidos no conjunto dos serviços socioassistenciais para prover a informação e o entendimento do que são os direitos individuais e sociais, as formas de violação, as garantias de sua efetivação, as respostas e recursos com os quais a população pode contar. Abrange, também, a difusão dos direitos, o intercâmbio de informações e a interação com políticas públicas, órgãos, grupos e conselhos de defesa de direitos e de políticas públicas.

instrumento legal Legislação pertinente, que abrange leis, decretos, portarias e resoluções.

lei orgânica municipal Conjunto de leis básicas do município, de formulação obrigatória após a Constituição Federal de 1988. Define a estrutura e a organização municipal para o desempenho de suas funções, funcionando como constituição municipal.

mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio Trabalho social e socioeducativo para conhecer e mobilizar ações que expressem e efetivem o apoio e a solidariedade entre grupos, diante de necessidades sociais, e que extrapolam as relações familiares e se estendem a grupos sociais e relações de vizinhança.

mobilização para a cidadania Contribuição para o desenvolvimento de ações ativas de fortalecimento da cidadania para a mobilização das forças no território e a integração de políticas públicas e redes sociais, induzindo processos de inclusão social e de promoção de acessos.

ordenador de despesas Autoridade cujos atos resultem em emissão de empenho, autorização de pagamento ou dispêndio de recursos pelos quais responda.

orientação sociofamiliar Análise das demandas e necessidades do grupo familiar e realização de trabalho técnico que auxilie a construção de projetos e escolha de estratégias para seu alcance com autonomia e inserção social.

outros serviços para atendimento à população de rua Oferta de atendimento com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de construção de vínculos interpessoais e familiares e que oportunizem a construção do processo de saída das ruas, aliado à oferta de trabalho técnico para análise das demandas dos

usuários, orientação individual e grupal, encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia e inserção social.

padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social

Normatização para a gestão e a formulação das políticas públicas de assistência social.

plantão social ou similar Atendimento às famílias e pessoas sozinhas com problemas de subsistência e em situação de risco pessoal e/ou social. É um serviço de referência para as cidades nas situações de urgência e emergência, e caracteriza-se como uma das portas de entrada do usuário na política de assistência social, possibilitando seu acesso às demais políticas públicas. Também é o local onde são providenciadas a cobertura das necessidades imediatas dos indivíduos e suas famílias.

pós-graduação Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu curso que compreende tanto *latu sensu* (especialização e aperfeiçoamento da graduação) quanto *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

proteção social proativa Presença continuada e ativa de agentes institucionais para identificar pessoas e famílias em situação de risco nas ruas e propiciar o seu acesso à rede socioassistencial de acolhida.

provisão de benefícios eventuais Benefício concedido para pessoas e famílias impossibilitadas de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de contingências sociais, das quais decorrem riscos, perdas e danos.

recepção/acolhida Oferta de ambiente acolhedor e equipe qualificada para tratamento humanizado e eficiente, que receba o usuário com atenção, disponibilize informações sobre a natureza, objetivos e rotinas dos serviços, incluindo suas normas de funcionamento e os direitos de cidadania, e encaminhe para atendimento de acordo com requisições e necessidades.

república Residência para grupo de pessoas independentes, onde as despesas com alimentação e higiene pessoal/ambiental são cofinanciadas com recursos de aposentadoria, renda mensal vitalícia, benefício de prestação continuada, entre outras fontes de renda.

secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais Órgão gestor da assistência social, em conjunto com outras políticas (educação, saúde etc.).

secretaria municipal exclusiva Órgão gestor da assistência social, que trata isoladamente da assistência social.

sem instrução Pessoa que não frequentou escola ou, se frequentou, não concluiu nem a 1ª série do ensino fundamental.

sem vínculo permanente Ver funcionário sem vínculo permanente

serviço de abordagem social nas ruas Trabalho de abordagem e vigilância social em territórios identificados pela existência de situações de rua. Encaminha a resolução de necessidades imediatas, promove a inserção na rede de serviços e realiza vigilância do risco, da violência e da discriminação, mediante a observação e busca ativa de campo, com abordagem programada e continuada.

serviço de acolhimento em abrigo para crianças e adolescentes Abrigamento provisório e excepcional para grupos pequenos de crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 a 17 anos e 11 meses, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, até que seja possível o retorno à família de origem ou substituta.

serviço de acolhimento em abrigo para idosos Acolhimento para grupos pequenos de pessoas idosas de 60 anos ou mais, de ambos os sexos, com diversos graus de dependência.

serviço de acolhimento em abrigo para mulheres Acolhimento temporário para mulheres acompanhadas de seus filhos, inclusive gestantes, que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em situação de rua e desabrigo.

serviço de acolhimento em albergue para adultos e família Albergamento provisório para homens, mulheres e famílias que se encontram em situação de rua, inclusive idosos, pessoas com deficiência, migrantes, imigrantes e refugiados, a partir de 18 anos de idade. Crianças e adolescentes podem permanecer acompanhadas de adultos, familiares ou responsáveis.

serviço de acolhimento em república para adultos Acolhimento que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados. O serviço pode ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, onde o imóvel e algumas tarifas são subsidiados e as demais despesas são cotizadas entre os moradores, com subsídio quando necessário.

serviço de acolhimento em república para idosos Acolhimento destinado a idosos independentes, que tenham capacidade de gestão coletiva da moradia e condições de desenvolver, de forma independente, as atividades da vida diária, porém estejam em estado de abandono, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, sem condições de moradia e autossustentação.

serviço de acolhimento em república para jovens Acolhimento destinado a jovens de 18 a 21 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, após desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes ou em outra situação que demande este serviço.

serviço de acolhimento para a população de rua Acolhimento para estudo de caso de pessoas em situação de rua, cujos vínculos familiares estão rompidos.

serviço de apoio e orientação aos indivíduos e famílias vítimas de violência Trabalho profissional especializado de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenção, apoio e orientação às famílias na dimensão relacional, na prevenção do agravamento do risco, no resgate e promoção de direitos, e na preservação e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Dirige-se a cada membro da família e ao grupo familiar e busca fortalecer a função protetiva da família diante de um conjunto de condições que a vulnerabiliza.

serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e suas famílias Serviço ofertado de forma continuada, que tem o objetivo de assegurar proteção e atendimento psicossocial às crianças e adolescentes vítimas de violência (física, psicológica, negligência grave), abuso ou exploração sexual, bem como a seus familiares. Oferece acompanhamento técnico especializado, desenvolvido por uma equipe multifuncional que mantém permanente articulação com a rede de serviços socioassistenciais, as demais políticas públicas e os órgãos do sistema de garantia de direitos.

serviço de família acolhedora Organização de acolhimento, em residência de famílias acolhedoras, de crianças e adolescentes afastados da família mediante medida de proteção, até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção.

serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto Serviço que oferece acompanhamento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e/ou prestação de serviços à comunidade, bem como às suas famílias. Busca inserir os adolescentes em ações individuais e grupais, estimulando a busca de equilíbrio em suas relações sociais, e possibilitar espaços de reflexão sobre a consolidação de um projeto pessoal de futuro com escolhas que propiciem o alcance de novas e construtivas formas de inserção social.

serviço de proteção social básica Serviço que atua sob o princípio de que a superação das vulnerabilidades e riscos pode ser garantida pela convivência familiar e comunitária, traduzido em serviço de convivência, socialização, atendimento a necessidades e orientação para as famílias. Apoia famílias e indivíduos em suas demandas sociais, promovendo os meios necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários e acessem seus direitos de cidadania. Os objetivos da proteção social básica se norteiam por prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e da qualificação de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento.

serviço de proteção social especial Serviço que se caracteriza pelo atendimento a situações de risco pessoal e social, violação de direitos e contingências, demandando intervenções mais especializadas. Tem como

objetivo prestar atendimento especializado a famílias e indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal e social ou violação de direitos, por ocorrência de abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em situação de rua, trabalho infantil e outras, como situações contingenciais, necessitando de cuidados especializados em decorrência de deficiência ou processo de envelhecimento.

serviço específico de proteção social básica a crianças de 0 a 6 anos

Serviço de caráter complementar de proteção às famílias, devendo prever atividades com crianças e familiares, de forma a fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de risco. Contribui no cuidado das crianças pequenas e crianças com deficiência, e previne situações de risco social.

serviço específico de proteção social básica a idosos

Serviço que contribui no processo de envelhecimento saudável, desenvolvimento de autonomia e de sociabilidade, fortalecimento do convívio e na prevenção de situações de risco social.

serviço socioassistencial

Conjunto de atividades continuadas prestadas em uma unidade física, com localização e abrangência territorial com público definido, capaz de agregar um conjunto de recursos e atenções que produzem provisões e aquisições aos usuários e que guardam entre si uma relação de complementaridade face às finalidades das funções de proteção social, defesa de direitos e vigilância socioassistencial. Como responsabilidade do Estado, os serviços socioassistenciais são regidos por normas técnicas, padrões, metodologias e protocolos referenciados pelo Sistema Único de Assistência Social.

serviço socioeducativo destinado a jovens de 15 a 17 anos

Serviço que desenvolve atividades em horário alternado ao da escola e tem por foco a formação para a participação cidadã, no desenvolvimento do protagonismo, autonomia e sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

serviço socioeducativo relacionado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Processo contínuo de construção e qualificação para o desenvolvimento de ações conjuntas com as políticas de educação, esporte, dentre outras, com vistas à formação integral de crianças e adolescentes, qualificando as ações de contra-turno escolar.

setor Parte organizacional da prefeitura, sem *status* de secretaria.

setor subordinado a outra secretaria

Órgão gestor da assistência social como parte da estrutura organizacional da prefeitura, que não possui *status* de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a uma secretaria diversa da assistência social.

setor subordinado diretamente à chefia do executivo Órgão gestor da assistência social como parte da estrutura organizacional da prefeitura, que não possui *status* de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

somente comissionado *Ver* funcionário sem vínculo permanente

unidade orçamentária Segmento da administração ao qual o orçamento consigna dotações específicas para realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição.

visita domiciliar à família Oferta de presença de técnico no domicílio do usuário ou demandante de serviços e benefícios, para compreender a realidade sociofamiliar e identificar necessidades, demandas, recursos e vulnerabilidades, para fundamentar o trabalho social e vincular as atividades, benefícios e serviços às famílias ou membros das famílias.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Gerência de Estudos e Pesquisas Sociais

Antonio Tadeu Oliveira

Gerência do Projeto de Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Vânia Maria Pacheco

Planejamento e apuração do Suplemento de Assistência Social

Altino Ventura Neto

Divaldo Ferreira da Silva

José Reis da Costa

Marzulo Pagani Vivacqua

Reinaldo de Souza Ramos

Vânia Maria Pacheco

Vera Lúcia Moreira

Programação e execução do plano tabular

Ailton Jose Lima Martins Furtado

Vânia Maria Pacheco

Elaboração dos cartogramas

Nilo César Coelho da Silva

Julio Cosme Francisco

Elaboração dos textos analíticos

Demais temas, exceto Serviços socioassistenciais

Ennio Leite de Mello

Vânia Maria Pacheco

Serviços socioassistenciais

Helena Ferreira de Lima¹
 Jomar Álace Santana¹
 Júnia Valéria Quiroga da Cunha¹
 Luís Otávio Pires Farias¹
 Luziele Maria de Souza Tapajós¹

Revisão técnica dos textos

Ennio Leite de Mello
 Vânia Maria Pacheco

Colaboradores

Diretoria de Informática

Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistema

Cátia Maria Dias Ferreira

Desenvolvimento de sistema e apuração dos resultados

Solange Ferreira Pinto
 Rosângela Koehler Pulcinelli
 André Bruno de Oliveira

Coordenação de Metodologia e Banco de Dados

Cláudio Mariano Fernandes

Gerência de Acesso a Banco de Dados

Luiz Antonio Gauziski de Araújo Figueredo
 José Masello

Coordenação de Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos
 Fernando Espírito Santo Cataldo
 Geórgia de Souza Assumpção
 Osmar Alves de Araújo

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Maria Luisa Gomes Castello Branco

Gerência de Atlas

Adma Hamam de Figueiredo

Elaboração dos cartogramas de Direitos Humanos

Jorge Kleber Teixeira Silva

Gerência de Regionalização

Claudio Stenner

Supervisores Estaduais da Pesquisa

RO - Ademilson Uchoa Matos
 AC - Célia Brandão Souza
 AM - Sandra Maria Torres de Brito
 RR - Angela Patrícia Lima de Souza
 PA - Paulo Sergio Borges
 AP - Adrimauro da Silva Gemaque
 Francisco Tomé

¹ Técnico (a) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

TO - Raimundo Costa Barbosa
MA - Francisco Sousa Lima
PI - Jesus Ribeiro Soares
CE - Antônio Nogueira Amora
RN - Maria Alzenira Silva
PB - José Pereira de Araújo
PE - José Homero Vieira
AL - Selma Regina dos Santos
SE - Andir do Carmo Wanderley
BA - Aníbal Borges Britto
MG - Maria Sueli Ribeiro Ladeira
ES - Ilmar Vicente Moreira
RJ - Lino Jose Queiroz de Araújo
SP - Marco Antônio Ornelas
PR - Jussara dos Santos Langowski
SC - Darcio Francisco Borges
RS - Renato Barbieri
MS - Loide Bueno de Souza
MT - Deajan David Montanha
GO - Alessandro de Siqueira Arantes
DF - Jailson Manguiera Assis

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Júlia Felipe
Katia Vaz Cavalcanti
Marisa Sigolo Mendonça

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Lgonzaga
Maria do Carmo da Costa Cunha

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Tratamento de arquivos e mapas

Evilmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo Mendonça
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização bibliográfica e de glossário**

Ana Raquel Gomes da Silva

Bruno Klein

Catia Vasconcelos Marques

Solange de Oliveira Santos

Elaboração de quartas-capas e de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

Maria Alice Neves da Silva Nabuco

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte